

LEANDRO ANTONIO GUIRRO

**TEMPO, PAPEL E TINTA:
imprensa e fotografia sobre Moçambique (1897-1937)**

ASSIS

2018

LEANDRO ANTONIO GUIRRO

**TEMPO, PAPEL E TINTA:
imprensa e fotografia sobre Moçambique (1897-1937)**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador(a): Lúcia Helena Oliveira Silva

Bolsista: CNPq

ASSIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

G965t Guirro, Leandro Antonio
Tempo, papel e tinta: imprensa e fotografia sobre
Moçambique (1897-1937) / Leandro Antonio Guirro. Assis,
2018.
202 f. : il.

Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr^a Lúcia Helena Oliveira Silva

1. África - Civilização. 2. Moçambique. 3. Imprensa. 4.
Fotografia. I. Título.

CDD 967.9



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: TEMPO, PAPEL E TINTA: imprensa e fotografia sobre Moçambique (1897-1937)

AUTOR: LEANDRO ANTONIO GUIRRO

ORIENTADORA: LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: HISTÓRIA E SOCIEDADE pela Comissão Examinadora:

Profª Drª LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA
Depto. de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES
Depto. de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. PATRICIA TEIXEIRA SANTOS
UNIFESP / Guarulhos

Profa. Dra. RAQUEL GRYSZCZENKO ALVES GOMES
IFCH / UNICAMP/Campinas

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES
Depto. de História / UNESP/Assis

Assis, 27 de julho de 2018

À minha esposa e filho, com amor e
admiração.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do doutorado significa o fechamento de um ciclo que durou bem mais do que quatro anos. De um jeito ou outro, a preparação para o alcance desse objetivo começou em 2006, com a efetuação da matrícula no curso de História oferecido pela UNESP/ Assis. Os debates em sala de aula, bem como as conversas informais na cantina, biblioteca ou no antigo sofá do departamento, contribuíram para o desenvolvimento intelectual de um estudante que mal sabia entender o mundo que o cercava. Torno pública, portanto, minha gratidão a todos com quem eu convivi no campus durante a graduação, mestrado e doutorado. Foram tempos majoritariamente difíceis, mas frutíferos.

Entretanto, o encerramento dessa importante etapa demanda agradecimentos mais específicos. É a hora de lembrar dos meus professores. E começo por aqueles que nunca frequentaram a escola: meus pais. Semianalfabetos, viram na educação um caminho para que a minha vida pudesse ser diferente da que eles experimentaram. Inúmeras vezes me disseram que somente os estudos poderiam fazer com que eu me tornasse “gente”. Ledo engano. O cuidado que tiveram comigo e as batalhas que enfrentaram para que eu pudesse estudar serviram de exemplo para que eu entendesse o significado de lições nem sempre apreensíveis em ambiente escolar. Foram as maluquices da Dona Cida e a serenidade do Seu Guilherme que me tornaram mais humano. Todo o resto foi acréscimo e não a essência.

Também aprendi muito com Fábio Francisco Torre e Lúcia Helena Oliveira Silva, mestres inigualáveis. A paixão dele pela História me contagiou ainda no ensino médio. Ele é o principal “culpado” por eu ter escolhido ser historiador. Sobre ela, nem sei ao certo como expressar o que sinto. Além de orientadora, sempre foi amiga leal. Ter a chance de encontrar pessoas como a Lúcia é uma dádiva. A seriedade e leveza com que ambos tratam a docência me inspiram a continuar nessa carreira cheia de obstáculos. Obrigado por tudo, querido professores.

A elaboração da tese é um caminho solitário e repleto de percalços. Deste modo, a presença da minha esposa Andréia foi fundamental para que eu seguisse em frente. Foi ela que escutou minhas angústias cotidianas. Também foi ela que

sempre me disse que tudo não passaria de uma fase e que as coisas melhorariam logo. O suporte afetivo e psicológico oferecido pela minha baixinha invocada foi imprescindível para a conclusão desse trabalho. Devo muito a você, meu amor.

A família cresceu ao longo do doutorado. Em meio a participações em congressos, apresentações de comunicações, fichamentos de textos, escrita de relatórios e artigos, nasceu o Guilherme, meu filho. Desde então, foram muitas madrugadas acordado. Contudo, mesmo sem entender o que acontecia, ele me ajudou muito. Vê-lo crescer tão rápido me incentivou a vencer o cansaço e o sono, pois, assim que eu terminasse os afazeres, poderia desfrutar de momentos inesquecíveis com meu pequeno.

Por último, agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa de estudos que recebi durante aproximadamente três anos. Os exorbitantes cortes orçamentários sofridos recentemente pela educação tornaram-na ainda mais especial. Afinal, muitos pesquisadores não contaram com a mesma sorte que tive, e não bastasse todas as preocupações inerentes aos cursos de pós-graduação, ainda foram obrigados a pensar se conseguiriam pagar suas contas enquanto contribuía para o desenvolvimento científico nacional.

GUIRRO, Leandro Antonio. **TEMPO, PAPEL E TINTA:** imprensa e fotografia sobre Moçambique (1897-1937). 2018. 202 f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

RESUMO

A trajetória do continente africano é genuinamente singular e complexa. Mas não se pode negar que a presença europeia na África provocou desdobramentos nas vidas dos habitantes locais e dos estrangeiros que lá chegaram ao longo dos últimos séculos. Deste modo, buscando entender como se deram as relações entre os sujeitos envolvidos na dinâmica colonial lusitana instaurada nas primeiras décadas do século XX, o presente trabalho propõe a análise dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, *Boletim da Agência Geral das Colônias* e da *Portugal Colonial*, *Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*, produzidos por portugueses, relacionando-os com *O Brado Africano*, porta-voz de diversos moçambicanos mestiços que se identificaram como “filhos da terra”. Ressalta-se que tanto os documentos impressos quanto os fotográficos são tomados, simultaneamente, enquanto fontes e objetos de estudo, questionando-se, além das informações explícitas trazidas por cada um, pormenores relacionados às condições de produção e circulação dos títulos examinados. Nacionalismo, racismo, assimilação, educação e trabalho são as principais temáticas que surgem ao confrontarem-se os conteúdos dos materiais e esses assuntos são discutidos principalmente sob o embasamento teórico de Edward W. Said e Albert Memmi, dedicados aos estudos sobre colonialismo. Observa-se que existiram momentos de aproximação e distanciamento entre os discursos levados a público e que a imprensa se consolidou como uma importante ferramenta para a exposição de ideias, discussões e propostas vindas de Moçambique e da metrópole portuguesa durante o período colonial.

Palavras-chave: África. Civilização. Moçambique. Imprensa. Fotografia.

GUIRRO, Leandro Antonio. **TIME, PAPER AND INK**: press and photograph about Mozambique (1897 – 1937). 2018. 202 p. Thesis (Doctorate in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2018.

ABSTRACT

The African continent's trajectory is genuinely singular and complex. However, it cannot be denied that the European presence in Africa has triggered an unfolding of events in the lives of local inhabitants and foreigners who arrived in Africa throughout the last centuries. Thus, in an attempt to understand how the relationships between the people involved occurred in the colonial dynamics of Portugal during the first two decades of the twentieth century, the present work aims to analyze *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, *Boletim da Agência Geral das Colônias* and *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*, written by the Portuguese people, relating them to *O Brado Africano*, the spokesperson for many Mozambican mestizos who identified with "Children of the Earth". It is important to point out that both impressed and photographic documents are considered, simultaneously, as a source of object of study, questioning not only the explicit information brought by each person, but also the details related to the production conditions and circulation of the titles examined. Nationalism, racism, assimilation, education and work are the main themes which stand out when confronting the material contents and such issues are discussed mainly by Edward Said e Albert Memmi, whose studies center around colonialism. There are, however, moments of approximation and distancing between the speeches made public which the media consolidated as an important tool to show ideas, discussions and proposals coming from Mozambique and the Portuguese metropolis during the colonial period.

KEYWORDS: Africa. Civilization. Mozambique. Press. Photography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Homenagem do <i>O Brado Africano</i> após um ano da morte de João Albasini.....	35
Figura 2 - “Produtores dos <i>Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique</i> e dois de seus fotógrafos amadores”.....	37
Figura 3 - Tenente Henrique Galvão.....	43
Figura 4 - “Jazem aqui os soldados portugueses que morreram pela Pátria”.....	53
Figura 5 - “Monumento erigido em Mapulanguene, à Memória de Mousinho de Albuquerque, que, em Agosto de 1897, ali aprisionou o chefe de guerra vátua, Maguiguana”.....	56
Figura 6 - “Nenha vai ao passeio... Belas Artes: botões de rosa-chá...preto”.....	72
Figura 7 - “Estudo de posés plásticas... (Preta também ser gente)”.....	74
Figura 8 - “Sacos de café – sem leite... A velha Artifa, uma curiosa figura do Chinde”.....	83
Figura 9 - “Um régulo do Sábíé que tem apenas... 15 mulheres”.....	87
Figura 10 - “Enquanto “elas” cozinham, “eles” conversam...”.....	90
Figura 11 - “A ‘Dança da Morte’, num batuque de guerra”.....	93
Figura 12 - “Um macaco - como há muitos...”.....	96
Figura 13 - “Resultado de uma caçada nos Territórios de Manica e Sofála”.....	98
Figura 14 - “Um feiticeiro de Amatongas – Uma família cristã de Maconde”.....	103
Figura 15 - “Chibuto – A saída do registro civil, com véu e flor de laranja. Casamento religioso, em Magude”.....	105
Figura 16 - “Missão Metodista Americana em Inharríme. Residência dos Missionários e Escola da Missão”.....	120
Figura 17 - “Na Missão Portuguesa da Malaíça, dirigida por padres seculares”. “Curativos gratuitos aos indígenas”.....	124
Figura 18 - “Residência dos Missionários, em Malaíça”. “A escola da Missão da Malaíça”.....	126
Figura 19 - “Missão da Malaíça: ensinando os indígenas a trabalhar”.....	128
Figura 20 - “Os primeiros estudantes do Liceu de Lourenço Marques que usaram capa e batina”.....	138
Figura 21 - “Tipos de criados da Capital da Colônia: O ‘Pápo-seco’ com ares de civilizado. O ‘Mufano’ que serve o chá. O Contínuo de escritório”.....	146

Figura 22 - “Lourenço Marques: aspecto do recinto da Estação Central dos Caminhos de Ferro, com a ramificação de linhas que servem ao porto, vendo-se, à esquerda, as grandes carvoeiras e, à direita, a ‘remisse’ de locomotivas”.....	154
Figura 23 - “Secretaria Geral – Um edifício histórico: foi residência dos primeiros governadores do distrito e serviu também de ‘refúgio’ a europeus durante a época em que os indígenas não cessavam de atacar Lourenço Marques. No medalhão: o Secretário Geral do Governo da Colônia”.....	157
Figura 24 - “Teatro Gil Vicente: Uma popular casa de espetáculos genuinamente portuguesa”.....	160
Figura 25 - “Crianças tomando banho, na Praia da Polana”.....	161
Figura 26 - “Um dos mais antigos estabelecimentos de moda da capital”.....	163
Figura 27 - “Os elétricos da Cidade”.....	164
Figura 28 - “Um dos ‘courts’ de Tênis do Jardim Municipal. No Clube da Polana: o esplêndido campo de Golf”.....	170
Figura 29 - “Marco de divide a fronteira entre o Distrito de Lourenço Marques, em Ressano Garcia, e a antiga República do Transvaal - hoje União da África do Sul. Em baixo: inspeção médica aos indígenas que vão trabalhar nas minas do Rand”.....	178
Figura 30 - “Makala – pretas que vendem carvão”.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Organização dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*.....16

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
O passado é logo ali: a rememoração das conquistas territoriais na imprensa colonial portuguesa e no <i>O Brado Africano</i>	25
Imperialismo, propaganda e imprensa: alguns periódicos, instituições e personagens envolvidos com Moçambique e Portugal.....	25
Um passado interessante para mostrar quem é quem: ufanismo nos periódicos de ambos os lados.....	48
O Inferno são os outros: a idealização da “gente do mato”	66
Raças, indígenas e “mato”	66
Mulheres: anatomia e analogias.....	70
Homens: preguiça, bebedeira e animalidade.....	85
O suporte “necessário”: missão civilizadora e educação	101
Missão Civilizadora: caminhos indicados por Deus e pelo Homem.....	101
Nas salas de aulas ou oficinas: educação, trabalho e nacionalização.....	111
Das escolas rudimentares aos liceus: a estrutura do ensino em Moçambique.....	130
O céu e o inferno são relativos: assimilação, vida urbana e trabalho indígena	142
Assimilação: integração seletiva e pouco efetiva.....	142
Lourenço Marques: cidade de brancos... e negros.....	152
Trabalho indígena: escravidão, contradição e omissões.....	169
CONCLUSÃO	185
REFERÊNCIAS	191

INTRODUÇÃO

Sempre há uma história por trás de todo trabalho acadêmico. Gostos particulares, questões econômicas ou sociais, posicionamentos políticos, influências culturais, dentre tantos outros fatores, influenciam, com maior ou menor grau de intensidade, a realização das pesquisas. Infelizmente, entretanto, nem sempre esses bastidores são revelados e os produtos normalmente mostram pouco de suas trajetórias.

No caso específico deste estudo, é essencial contar um pouco de sua história, pois ela é composta pelos esforços de todos que se movimentaram durante décadas para que as temáticas africanas e afro-brasileiras pudessem ser discutidas na academia e nas salas de aula. Não fosse a intensa e contínua reivindicação de intelectuais, artistas, políticos, atletas e outros segmentos sociais ligados ao movimento negro brasileiro, ou solidários às suas causas, dificilmente a Lei nº 10.639/2003 teria sido aprovada pelo Congresso Nacional.

Desde então, os colégios e universidades do Brasil inevitavelmente passaram a inserir em suas grades curriculares assuntos relacionados às experiências vividas pelos diferentes povos africanos, privilegiando-se as heranças deixadas por muitos deles em solo brasileiro. Cinco anos após a tomada desse importante passo para a democratização do ensino em nosso país, outra conquista foi angariada: o direito de enaltecer a trajetória indígena. Atualizando a publicação de 2003, a Lei nº 11.645/2008 determinou o resgate das contribuições sociais, econômicas e culturais desenvolvidas por negros e indígenas no Brasil, destacando-se a luta e participação desses grupos na formação da sociedade brasileira.

As sanções desses textos jurídicos abriram perspectivas até então enterradas pela ignorância e descaso de muitos brasileiros para com suas próprias heranças genéticas e culturais. Os departamentos universitários passaram a contar com professores específicos dessas áreas e pesquisas sobre os assuntos mencionados acima ganharam grande impulso. Uma rápida busca no sistema da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹ deixa isso bem claro. A procura pelo termo “África”, por exemplo, resulta no oferecimento de 1471 produções, divididas entre os mais diversos campos do conhecimento humano. Deste total, 1369 foram concluídas a partir de 2003, ano no qual a primeira lei em questão entrou em vigor.

¹ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em 19, abr, 2017.

Mas a realização de tantos trabalhos seria impossível se não houvessem materiais a serem analisados. Muitos documentos perderam-se no tempo e o resgate deles é um processo em construção realizado por centros de estudos, museus e bibliotecas brasileiras. O auxílio prestado por instituições estrangeiras também tem favorecido a descoberta de novas obras a serem investigadas.

No âmbito historiográfico, Portugal é um dos que mais contribuem com documentação e referências bibliográficas. Os estudos africanos já são um campo consolidado por lá. Prejudicial em tantos outros aspectos, pelo menos o fato de o país ter criado possessões em algumas regiões africanas desde o século XV é um facilitador para a junção de materiais pelos investigadores ibéricos. Todavia, a preservação e disponibilização de registros oficiais, fotografias, pinturas, diários de viagens, periódicos e tantos outros tipos de fontes é uma empreitada que mantém em evidência o que foi produzido ao longo de tanto tempo de contato a África.

Neste sentido, destacam-se dois projetos indispensáveis para a realização desta tese. Primeiramente, o portal “Memórias de África e do Oriente”, iniciado em 1997 e que reúne uma base de dados sobre os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)² e Goa (Índia). Organizado pela união entre o Departamento de Eletrônica, Telecomunicações e Informática (DETI) da Universidade de Aveiro, o Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), o Centro de Estudos Africanos do Instituto de Trabalho e Empresa (ISCTE) e o Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão (CESA/ISEG), o acervo conta com uma biblioteca e um arquivo digital que oferecem conteúdos digitalizados, frequentemente atualizados³.

Também em construção contínua, o catálogo digital da Hemeroteca Municipal de Lisboa⁴ possibilita acesso à grande parte da imprensa portuguesa sem precisar sair de casa. Periódicos humorísticos, artísticos, teatrais, culturais, operários, desportivos, literários, republicanos, dentre outros, estão arranjados de modo prático e objetivo, facilitando a busca dos pesquisadores. A seção de Imprensa Colonial, em particular, foi vital para que o desenvolvimento do presente estudo. Graças a tais iniciativas, o contato com as fontes históricas discutidas nas próximas páginas foi viabilizado com rapidez e qualidade, tornando-se possível a reunião de documentos

² Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau Moçambique e São Tomé e Príncipe.

³ Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/>. Acesso em 19, abr, 2017.

⁴ <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/index.htm>.

imagéticos e textuais que abordaram as relações entre Portugal e suas colônias, principalmente no que diz respeito a Moçambique.

Deste modo, duas publicações encontradas no “Memórias de África e do Oriente” chamaram atenção pela capacidade de intersecção entre si. A primeira delas consiste em uma coleção denominada *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, lançada em 1929. Produzido sob a coordenação de José dos Santos Rufino, colono português estabelecido em Moçambique, o acervo reuniu dez diferentes volumes, assim distribuídos:

Tabela 1 – Organização dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*

Volume	Título	Páginas
I	Lourenço Marques – Panoramas da Cidade	38
II	Lourenço Marques – Edifícios Públicos, Caminhos de Ferro, etc	118
III	Lourenço Marques – Aspectos da Cidade, Vida Comercial, Praia da Polana, etc.	155
IV	Lourenço Marques – Indústrias, Agricultura, Aspectos das Circunscrições, etc.	130
V	Gaza e Inhambane – Aspectos Gerais	133
VI	Distrito de Quelimane – Aspectos Gerais	120
VII	Distrito de Moçambique – Aspectos Gerais	134
VIII	Tete e Cabo Delgado (Niassa) – Aspectos Gerais	104
IX	Companhia de Moçambique – A cidade da Beira, Aspectos do Território	113
X	Raças, Usos e Costumes Indígenas, Fauna Moçambicana	143

Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*

Como especificado no título da obra, as fotografias inseridas na coletânea retratam e descrevem as paisagens naturais, os prédios públicos, os negócios locais, alguns centros urbanos, certos pontos turísticos, as áreas rurais, e, sobretudo, os variados grupos sociais moçambicanos. O início de cada álbum conta com uma introdução acerca das particularidades das regiões fotografadas, escrita primeiramente em português e seguidamente traduzida para o inglês e francês. A

mesma estrutura se repete na apresentação de cada imagem: individualizadas, as legendas também apresentam versões nos outros dois idiomas já comentados.

Comercializado no próprio território moçambicano, o conjunto de fotografias pode ter circulado ainda pela metrópole portuguesa, e, eventualmente, por algum outro país europeu. Afinal, de acordo com as proposições de Silva (2014, p. 83), os álbuns não foram um empreendimento que proporcionou grande retorno financeiro, tendo em vista que certo morador de Lourenço Marques relatou à autora que encontrou um abundante amontoado de exemplares da publicação em uma antiga loja de “quinquilharias” da cidade, no início da década de 70, sugerindo, assim, que os volumes não alcançaram vendagem significativa.

Importante para a tentativa de mapeamento da movimentação conseguida pelo material, a sinalização de insucesso comercial não interferiu diretamente, todavia, na problematização dos possíveis interesses e propostas difundidas através das fotografias acondicionadas no agrupamento de álbuns. Assim, voltado especialmente para a análise desses últimos pontos, o estudo da fonte histórica mostrou-se viável, embora informações mais explícitas acerca do perfil de interessados na obra pudessem enriquecer as observações feitas ao longo da tese.

Disponibilizado na mesma plataforma digital em que podem ser encontrados os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* foi outra publicação examinada no trabalho. Elaborado por representantes da Agência Geral das Colônias, instituição governamental criada especialmente para impulsionar o conhecimento e propaganda a respeito das colônias controladas por Portugal na África e Ásia, o periódico contou com a participação de muitos colaboradores e versou sobre temáticas variadas, todas relacionadas ao além-mar.

Assim como os álbuns fotográficos produzidos por Rufino em Moçambique, o boletim elaborado na capital portuguesa foi oferecido comercialmente. Entretanto, essa não foi sua característica mais relevante. Segundo os apontamentos de Marroni (2008, p. 41), o principal meio de circulação do impresso foi sua distribuição gratuita nos estabelecimentos de ensino secundário e superior, juntamente à disseminação nos Altos Comissariados, consulados e sedes do governo metropolitano no ultramar. Por conseguinte, pode-se dizer que o principal público leitor do periódico emanou dos setores mais intelectualizados da metrópole, além de lusitanos com maior grau de instrução estabelecidos nas colônias.

Atravessando quase cinco décadas de existência, o órgão manteve-se ativo entre os anos de 1925 e 1969. Ao longo desse tempo teve sua nomenclatura alterada por duas vezes. A partir de 1935, passou a ser conhecido como *Boletim Geral das Colônias*, designação esta modificada para *Boletim Geral do Ultramar*, em 1951. Todavia, a trajetória do periódico não foi abordada em sua totalidade. A pesquisa realizada focou-se no período de 1925 até 1937, totalizando os primeiros 150 números lançados, e restringindo-se aos assuntos referentes a Moçambique.

A opção por tal periodização relacionou-se com a estratégia de explorar o boletim em conjunto com a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*. Fornecida pela Hemeroteca Digital de Lisboa, essa publicação foi levada ao público entre março de 1931 e fevereiro de 1937, somando-se 72 exemplares, analisados em sua totalidade para a realização do corrente trabalho.

A revista foi propriedade da “Empresa Portugal Colonial” e teve como principal dirigente Henrique Galvão, militar português e fervoroso ativista do império colonial lusitano. Tal qual o *Boletim da Agência Geral das Colônias*, foi construída por meio do auxílio de cooperadores que figuraram como membros do governo, militares, professores, médicos, economistas, gestores empresariais, funcionários ligados ao quadro da administração colonial e outros. Ao que tudo indica, circulou, também, dentre esse mesmo núcleo e foi comercializada de forma avulsa e por meio de assinaturas.

Dentre todas as colônias, Angola foi a que recebeu maior atenção no periódico, especialmente porque ali Henrique Galvão foi de degredado a governador da Província de Huila. Contudo, Moçambique também foi assunto recorrente no magazine e as páginas que trataram dessa temática tornaram-se parte do material tratado na pesquisa.

Em terras moçambicanas, inclusive, circulou o jornal *O Brado Africano*, outro elemento inserido na relação de fontes históricas averiguadas. Coordenado por um grupo de afro-portugueses⁵ intelectualizados o bastante para manter uma publicação semanal, o periódico teve como principais fundadores os irmãos João e José Albasini. Proclamando-se “filhos da terra”, consideraram-se representantes dos

⁵ Indivíduos cuja linhagem familiar remonte à união entre naturais de Moçambique e portugueses envolvidos com o processo de colonização da região africana.

indígenas⁶ e utilizaram o espaço criado pelo jornal para deixarem suas impressões acerca da sociedade, política, cultura e economia de Moçambique.

Publicado de 1918 a 1974, o periódico foi subsidiado por assinaturas mensais, vendagens avulsas e alguns anúncios comerciais. Contudo, os exemplares abarcados na pesquisa contemplam os números lançados entre 1921 e 1935. Essa fragmentação se justifica pela quantia encontrada do material. Graças à colaboração de José Capela e Valdemir Zamparoni, o Centro de Digitalização do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia conseguiu montar um acervo a partir da reunião de cópias em microfilme do periódico. Atenciosamente oferecida aos pesquisadores, todavia, a coleção criada pela instituição não contém a totalidade do hebdomadário, restringindo-se à periodização indicada acima.

Aliás, ao tratar de recortes temporais, torna-se conveniente uma explicação a respeito do intervalo compreendido na tese. Se fossem respeitadas somente as balizas relacionadas à duração das fontes, a pesquisa ficaria circunscrita entre 1921 (primeiro exemplar do *O Brado Africano* disponível) e 1937 (último número da *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*). Mas o início das discussões traçadas remonta a 1897, ano em que o exército português, comandado por Mousinho de Albuquerque, conseguiu vencer a resistência oferecida pelos povos vátuas e ocupar definitivamente a região de Macontene. Tal escolha baseou-se no fato de todas as publicações consultadas terem exaltado o nome do militar português por essa e outras conquistas, fazendo com que a regressão até a última década do século XIX fosse importante para maior entendimento sobre os debates levantados pelos impressos analisados.

Uma vez apresentadas as fontes históricas abordadas e esclarecidos alguns pontos importantes, é possível partir para as principais questões que motivaram a execução do trabalho. Buscou-se analisar as preocupações, orientações e ações de Portugal em relação às colônias africanas (especificamente no que se referiu ao espaço moçambicano) no período de 1897 a 1937. Depois, objetivou-se a indagação de particularidades da vivência de colonos portugueses em Moçambique, suas

⁶ Segundo regulamento lançado em 1914 pelo governo colonial, indígenas seriam pessoas que reunissem um trio de características básicas: ser filho de pai e mãe indígenas (não provenientes da miscigenação entre naturais de Moçambique e outros povos), ter nascido em alguma colônia lusitana na África e, por último, manter comportamentos condizentes com sua procedência, ou seja, não parecidos com os hábitos europeus.

interações com o ambiente criado pelo sistema colonial e posicionamento diante dos nativos⁷.

Também foi interesse examinar o comportamento de alguns representantes dos chamados “filhos da terra” frente ao sistema colonial, elencar os assuntos levantados por eles e refletir sobre a utilização da imprensa como forma de expressão política, social e cultural do grupo em questão. Ao final, procurou-se relacionar os itens anteriores e questionar as possíveis convergências e discrepâncias de pensamento e manifestação apresentadas pelos diferentes núcleos sociais participantes da sociedade moçambicana.

As argumentações teóricas de Memmi (1977) e Said foram primordiais para interpretação dos objetos investigados. Memmi contempla a formação de representações e considerações forjadas pelo colono a respeito dos indivíduos provenientes dos territórios ocupados, destacando o plano ideológico como fundamental para construção das relações sociais ocorridas nas possessões e justificação de ações desencadeadas pelo estrangeiro. Já Said defende a tese de que a cultura desenvolveu papel crucial no imperialismo e destaca o eurocentrismo como fator de subordinação dos povos colonizados. Contudo, afirma que a experiência imperialista foi vivenciada pelos dois lados envolvidos no processo e que os nativos foram capazes de desenvolverem ações de enfrentamento político, econômico e militar moldadas por uma cultura de resistência questionadora e provocadora.

Por lidar com objetos de diferentes naturezas, a execução da pesquisa demandou preocupações metodológicas que atendessem as especificidades de cada material, sem desconsiderar, contudo, o inter-relacionamento das informações obtidas em cada caso. Deste modo, as fotografias contidas nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique* mereceram atenção inicial.

Assim como indicado por Lima e Carvalho (1997, p. 19), as fotografias foram utilizadas como fontes centrais e não como material periférico ou simples ilustrações de assuntos discutidos pelas fontes verbais. E para que isso se tornasse viável, as imagens tiveram que ser “desmontadas” a partir da estrutura de análise apresentada por Kossoy (2007, p. 45-46). Tal modelo baseia-se em dois eixos, sendo eles: “nível

⁷ Almejando maior fluência da escrita, os termos “nativo”, “africano” e “autóctone” são utilizados como sinônimos para referir-se aos indígenas

técnico e iconográfico” e “interpretativo”, que leva em conta a dimensão cultural e ideológica das fontes fotográficas.

De acordo com o autor, a compreensão do primeiro eixo analítico depende do reconhecimento do processo fotográfico utilizado (KOSSOY, 2001, p. 82). Os descritores formais e icônicos elaborados no instrumental de análise criado por Lima e Carvalho contribuíram substancialmente para a resolução dessa questão. Os primeiros dizem respeito ao enquadramento da imagem, arranjo dos elementos, articulação dos planos fotográficos, efeitos de valorização ou dramatização, e, por fim, toda a estrutura que conjuga esses detalhes. Os segundos referem-se aos elementos espaciais e figurativos compreendidos na imagem, localização geográfica, tipologia do espaço, discriminação dos personagens (profissão, gênero, faixa etária), ou seja, um mapeamento do que é apresentado na fotografia.

Entretanto, fotografia não é apenas técnica e estilo. É, também, sensibilidade e parcialidade. Concordando com Burke (2004, p. 149), entende-se que o que nela encontramos é uma “visão da sociedade num sentido ideológico, mas também visual”. Para Sontag (1981, p. 7), por sua vez, o fotógrafo impõe sua “visão de mundo” no momento em que decide como deverá ser uma fotografia, apresentando ali sua interpretação acerca do objeto ou evento contemplado. As legendas, presentes rigorosamente junto a cada fotografia dos álbuns analisados, possibilitaram a construção de certas considerações sobre a mentalidade dos autores. Todavia, certamente as possibilidades analíticas não terminaram aí.

Assim como já alertado por Paiva (2002, p. 19), “a imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, além daquilo que é nela dado a ler ou a ver”. Nestas situações colocou-se em prática o segundo quesito levantado no plano analítico de Kossoy, o aspecto “interpretativo”. A análise iconográfica, ou seja, a pesquisa sobre quem fez as fotografias, porquê, onde, quando, como e quais assuntos foram apresentados foi apenas o primeiro passo. O seguinte, mais complexo, foi a interpretação iconológica⁸, preocupada em decifrar o que o “fragmento visual não tem de explícito em seu conteúdo” (KOSSOY, 2007, p. 46-47).

Ao ampliar o leque interpretativo, acredita-se que o trabalho teve chances maiores de cumprir o roteiro para análise de fontes imagéticas defendido por Lima e Carvalho (1997, p. 46). Tal itinerário baseia-se em três “leituras”: a primeira é a

⁸ Termo originalmente empregado por Erwin Panofsky.

análise morfológica (atributos formais); a segunda diz respeito aos contextos de produção e circulação das fotografias; a última, “um grande desafio para os historiadores”, concentra-se em avaliar o impacto social causado pelo uso das imagens estudadas.

Entretanto, tanto Lima e Carvalho (1997, p. 48), quanto Kossoy (2007, p. 45), advertem que, por mais abrangentes que sejam os registros fotográficos, outras fontes devem ser utilizadas de modo complementar e relacional a eles. Diferentes objetos podem contribuir para a problematização e questionamentos feitos às fotografias e oferecerem novas perspectivas explicativas e indagativas. Levando em consideração a orientação dos pesquisadores, foram adicionados, então, o *Boletim da Agência Geral das Colônias, a Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* e o *O Brado Africano*.

A posição tomada diante dos impressos foi a defendida por Capelato e Prado, segundo a qual os exemplares não devem ser entendidos como meros transmissores de informações. Pelo contrário, é necessário interpretar a imprensa como um instrumento fundamental de “manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19). Assim, buscou-se, na medida do possível, indagar a posição social ocupada pelos autores das fontes e suas possíveis intencionalidades ao escreverem para o público, além de considerar quem foram seus possíveis leitores e de que forma os mesmos eventualmente reagiram diante do exposto nas páginas dos periódicos.

Em razão disso, optou-se por mencionar o nome dos colaboradores que assinaram matérias veiculadas nos impressos estudados. Diante da dificuldade em se obter informações acerca das vidas dessas pessoas, citá-las, ao menos, possibilitou algumas especulações sobre seus posicionamentos políticos e sociais, bem como o delineamento de certos paralelos entre ideias lançadas no mesmo periódico ou em folhas diferentes.

Também se baseando nas orientações de Luca, buscou-se utilizar a imprensa enquanto fonte histórica de um modo que não se restringe a retirar trechos considerados importantes, “mas antes prescreve análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica inseridos na crítica competente” (LUCA, 2008, p.141). Deste modo, os escritos de uma gazeta não poderiam ser compreendidos em sua totalidade caso não fossem averiguadas questões que giram

em seu entorno, como materialidade utilizada, situação financeira dos produtores, meios de circulação e difusão alcançada pelo periódico, dentre outros aspectos.

Seguindo-se as indicações de Zicman (1981, p. 90), por fim, tentou-se desenvolver uma leitura “atrás, dentro e em frente” dos periódicos, estabelecendo-se dois momentos de análise: a caracterização geral das publicações e o exame do conteúdo dos discursos impressos. A pluralidade dos materiais exigiu a abordagem “intra-jornal”, averiguando-se o interior de determinado exemplar, bem como a “inter-jornais”, comparando-se tendências de órgãos diferentes frente a um mesmo fato ou temática.

Por conseguinte, a sequência que dá forma ao texto segue o princípio de elencar os assuntos mais discutidos entre as fontes e confrontar o posicionamento de seus autores frente às temáticas levantadas. Partindo de um ponto de aproximação, o primeiro capítulo, chamado “O passado é logo ali: a lembrança das conquistas territoriais na imprensa colonial portuguesa e no *O Brado Africano*”, trata do ufanismo lusófono encontrado nos periódicos e na coleção de fotografias, conjecturando-se as prováveis razões pelas quais portugueses e certos colonizados fizeram questão de exprimir sentimentos nacionalistas em relação ao país ibérico.

Logo após, o debate é direcionado para as formas pelas quais os indígenas foram representados nos documentos estudados, frisando-se os ideais raciais característicos do final do século XIX e início da centúria posterior. Começam, então, a surgir rugas entre os discursos em “O inferno são os outros: a idealização da ‘gente do mato’”. As observações feitas nos dois primeiros capítulos propulsionam o terceiro, denominado “O suporte ‘necessário’: missão civilizadora e educação”, que versa sobre a ideia de missão civilizadora e levanta as opiniões dos produtores dos impressos em relação ao sistema de ensino implantado em Moçambique.

O capítulo final do trabalho, “O céu e o inferno são relativos: assimilação, vida urbana e trabalho indígena”, por sua vez, reserva o ápice do confronto entre os membros representados pelos órgãos estudados ao discorrer sobre a efetividade das políticas de assimilação, vida urbana, trabalho e escravidão indígena. Destaca-se, no entanto, que esta sequência não é tão engessada no que diz respeito às congruências e discrepâncias de argumentações apresentadas pelas fontes. As discussões propostas trazem à tona concordâncias e desentendimentos relacionados aos assuntos tratados particularmente em cada capítulo e relacionam

os temas abordados, revelando o emaranhado de problemáticas ligadas à colonização portuguesa em Moçambique.

Como mencionado anteriormente, a leis 10.639/2003 e 11.645/2008 encorajaram o interesse já existente entre alguns pesquisadores do Brasil e colaboraram intensamente para o crescimento de estudos e programas de pós-graduação voltados para essas áreas no país. Sendo assim, as linhas que seguem manifestam interesse em fazer parte desse crescimento, dialogar com os trabalhos já existentes e contribuir para o esclarecimento de discussões ainda pouco exploradas acerca da colonização portuguesa em Moçambique.

1 O passado é logo ali: a rememoração das conquistas territoriais na imprensa colonial portuguesa e no *O Brado Africano*

No início do ano de 1498, a costa sul de Moçambique presenciou a chegada de embarcações portuguesas que trouxeram abordo pessoas dispostas a encontrar riquezas das mais diversas naturezas. Metais preciosos, especiarias, escravos, tudo que pudesse oferecer lucro, enfim, interessou aos navegadores lusitanos. Sucessivas batalhas foram traçadas desde então, motivadas tanto pelo anseio europeu de garantir a posse da terra, quanto pela iniciativa dos moradores locais de protegê-la dos invasores.

Entretanto, por maior que sejam as forças envolvidas em um embate físico, em algum momento a balança tende a pender para algum lado. O vencedor dificilmente consegue manter sua conquista utilizando-se apenas da força de punhos ou armas. Os triunfos podem ser esquecidos rapidamente se não forem revividos e projetados às gerações futuras. Nasce, assim, a necessidade de se idealizar novas narrativas que revigorem as glórias de outrora e corroborem as ações presentes.

Da mesma forma, os vencidos podem elaborar novas estratégias de embate para manterem-se ativos em um quadro no qual não são mais considerados os principais agentes, mas ainda participam energicamente do desenrolar da trama histórica.

Sumariamente, foi assim que se desenvolveram as relações entre Portugal e Moçambique nas três primeiras décadas do século XX. Palavras e imagens tornaram-se mecanismo de expressão social. Nada mais coerente, portanto, do que refletir sobre o surgimento e atuação de alguns meios de comunicação lusitanos que fizeram do imperialismo teor de discussão. Predispondo-se a isso, o capítulo também aborda a exaltação de sentimentos nacionalistas para com Portugal, provenientes de colonizadores e colonizados, buscando compreender as motivações que os levaram a tomar tais atitudes.

1.1 Imperialismo, propaganda e imprensa: alguns periódicos, instituições e personagens envolvidos com Moçambique e Portugal

De acordo com Zicman (1998, p. 98), a imprensa age constantemente no campo político-ideológico, tornando-se imprescindível que as pesquisas embasadas

na interpretação de jornais e outros tipos de periódicos tracem as características basilares dos impressos averiguados. Do mesmo modo, Braga (2012, p. 298) defendeu a ideia de que a compreensão do noticiário impresso demanda a análise do seu contexto, seu processo de criação, suas expectativas e recepção. Mesmo ressaltando-se os pormenores de cada material, é também oportuno indaga-los sob um prisma globalizante. Sendo assim, algumas pontuações sobre o expansionismo europeu desencadeado entre final do século XIX e início do XX tonam-se importantes para o estudo do que foi escrito tanto em Portugal quanto em Moçambique.

Entre os dias 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 desenrolou-se um dos principais acontecimentos da história contemporânea, a Conferência de Berlim. O encontro reuniu governantes e diplomatas da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Espanha e Estados Unidos, além de convidados como Áustria-Hungria, Suécia, Noruega, Dinamarca, Itália, Turquia e Rússia, com intuito de planejar ações que seriam executadas além do continente europeu, especificamente em território africano (WESSELING, 1998, p. 130).

Após as discussões, estabeleceram-se tratados de navegação em rios africanos, reconhecimento do Estado Livre do Congo (propriedade pessoal do rei da Bélgica), legitimidade e inviolabilidade de regiões litorâneas ocupadas anteriormente por Inglaterra, França e Portugal e, principalmente, normas para o reconhecimento da anexação de novos territórios, que deveriam ser ocupados definitivamente e anunciados de forma oficial para assegurar o direito de contestação de outros possíveis interessados (VISSENTINI, 2013, p. 60). De acordo com Uzoigwe (2010, p. 33), a conferência, inicialmente não realizada com o objetivo de partilhar a África, tratou com menor preocupação o tráfico de escravizados e o bem-estar dos africanos, temas que teriam inspirado a organização da reunião. Em contrapartida, distribuiu posses e estabeleceu resoluções sobre a ocupação futura de terras pertencentes às costas africanas.

As decisões provenientes desse evento certamente mudaram o cenário africano. As motivações que levaram a tal desfecho, contudo, disseram respeito necessariamente ao âmbito europeu. O objetivo de estabelecer regras conhecidas e respeitadas pelos envolvidos na divisão da África demonstrou que a possibilidade de eclosão de conflitos entre os países do “velho continente” tornava-se cada vez mais eminente. O crescente interesse em adquirir possessões extracontinentais poderia

desencadear conflitos bélicos de grande proporção. Como salientou Parada (2013, p. 28), “mesmo que o Congresso de Berlim tenha sido voltado para a África, sua verdadeira preocupação foi regulamentar a anexação, para evitar um conflito intereuropeu”.

E por que a facilidade em assumir uma postura beligerante? De onde veio o anseio de arriscar-se em desavenças políticas e militares em prol de porções de terras distantes? As respostas para estas perguntas são complexas e envolvem uma série de fatores. Felizmente alguns estudiosos debruçaram-se sobre o assunto e lançaram perspectivas que contribuíram para melhor compreensão do período histórico conhecido como imperialismo⁹.

Uzoigwe (2010, p. 25) fez um balanço sobre a temática e apontou algumas possibilidades de interpretação. De acordo com seus levantamentos, o ímpeto imperialista já foi explicado por razões diplomáticas, psicológicas e econômicas, mas somente as últimas lhe pareceram suficientemente convincentes. Apresentando uma linha de raciocínio similar, Hobsbawm enfatizou o aspecto financeiro e ressaltou que o ponto crucial da questão se relacionou à necessidade simultânea de expansão mercadológica vivenciada por economias europeias desenvolvidas e em ascensão no cenário econômico global. Todavia, o autor não descartou as razões políticas,

pois a essa altura tornava-se difícil separar os motivos econômicos para a aquisição de territórios coloniais da ação política necessária para esse fim, pois o protecionismo de qualquer tipo é a economia operando com a ajuda da política (HOBBSAWM,1988, p.102).

Indiferente às razões que tenham desencadeado o processo, Cabaço (2009, p. 34) afirmou que a Conferência de Berlim, um dos principais marcos da expansão imperialista, constituiu “pedra miliar” no estabelecimento do poder colonial que subsidiou a ocupação africana no século XX. As estatísticas levantadas por Boahen (2010, p. 1) comprovaram isso: até 1880, cerca de 80% do território africano era governado pelos próprios nativos, sendo que, em 1914, somente Etiópia e Libéria não faziam parte do domínio europeu no continente.

⁹ A palavra “imperialismo” carregou consigo vários significados ao longo da História. No que diz respeito ao período aqui abordado, “o conceito designa um conjunto de práticas e teorias que um centro metropolitano elabora para controlar um território distante”. Concorrência entre economias capitalistas, fim da política liberal, oligopólios e intervenção estatal na economia são práticas características do sistema imperialista que ganhou forma na Europa Ocidental durante o fim do século XIX. Já no período entre 1870 e 1914, o termo esteve associado ao crescimento do Capitalismo monopolista e à conquista política e militar de territórios como África e Ásia. Ver: SILVA (2013, p. 65).

Grande parte das áreas ficou em posse de ingleses e franceses, principais expressões do capitalismo industrial e consistência governamental. As demais porções ficaram sob domínio belga, italiano, alemão, espanhol e português (HERNANDEZ, 2008, p. 68). Contudo, através de um projeto conhecido como “mapa cor-de-rosa”, os lusitanos planejaram conectar Angola e Moçambique, objetivando a potencialização do comércio entre as duas regiões. Insatisfeito, o governo britânico ameaçou declarar guerra aos portugueses e, sob ameaça de guerra, os convenceu a mudar de ideia (PARADA, 2013, p. 32). Sendo assim, Portugal se focou em concretizar a posse de seus domínios coloniais já em curso para não correr o risco de perdê-los.

Existente desde a década de 1880, a ocupação militar portuguesa se consumou apenas no início do século XX. Moçambique foi a região em que o exército lusitano atingiu maior amplitude e seus representantes “exibiram seus feitos mais ousados” (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 476-477). Entretanto, as autoridades africanas resistiram às mudanças causadas pelo expansionismo europeu e lutaram o quanto puderam pela independência de seus súditos (BOAHEN, 2010, p. 3-4). Ainda assim, como apontado por Uzoigwe (2010, p. 23), a supremacia metropolitana foi progressivamente constituída através de muitas ações militares e cobrança de tributos, ocasionando a ocupação permanente de Moçambique e demais colônias

Assim que foi assegurada a posse desses territórios, caminhou-se para a diminuição das iniciativas militares e incremento do controle institucional civil (PARADA, 2013, p. 23). Deste modo, as feitorias, portos e presídios construídos até então foram se transformando em uma considerável rede de “postos administrativos, transporte e comunicações cada vez mais densa” (OLIVEIRA E COSTA, 2014, p. 410).

Arendt (1976, p. 215) afirmou que o imperialismo se consolidou definitivamente através da ocupação territorial e imposição de poder pelos administradores coloniais, acentuando-se dois mecanismos fundamentais que asseguraram o domínio e organização política dos imperialistas: a “raça como princípio da estrutura política” e a “burocracia como princípio do domínio exterior”.

Para Said (2011, p. 345-346), o imperialismo europeu moderno construiu um modelo de domínio ultramarino diferente das formas anteriores, colocadas em prática durante a Idade Antiga, especialmente por Roma e Atenas, ou ao longo dos

séculos XV e XVI, por Espanha e Portugal. Além da abrangência territorial, a mudança fundamental esteve ligada à consistência e duração da desigualdade de poder e organização da dominação, “que atingia o detalhe, e não apenas o contorno geral da vida” (SAID, 2011, p. 346).

Observando as ações de enfrentamento dos nativos perante a subjugação das metrópoles, Boahen (2010, p. 19) definiu uma cronologia da expansão europeia na África, demarcando-a em três momentos subsequentes: a conquista e ocupação teriam ocorrido entre 1880 e 1919, concomitante ao período de defesa da soberania e independência africana por meio do confronto, aliança ou submissão temporária ao europeu. De 1919 a 1935 se daria o período de adaptação do colonizador e protesto e resistência dos moradores locais. Os movimentos de independência, fundamentados pela ação concreta e estratégica, teriam passado a existir a partir de 1935.

Circunscrito à presença portuguesa no continente africano, Alexandre (2013, p. 11) estabeleceu uma linha temporal próxima da criada por Boahen. Igualmente dividida em três fases, destacar-se-ia a abertura de caminho no decorrer do século XIX, solidez territorial nas primeiras décadas da centúria posterior e término em 1975, com os movimentos de descolonização. As ideias do autor sobre o período posterior ao ano de 1918 concatenam-se com o pensamento de Arendt e Said, pois seria este o momento em que os governos portugueses teriam fortalecido “o controle político, administrativo e econômico sobre os povos das colônias” (ALEXANDRE, 2013, p. 12).

Até então, pode-se dizer que Moçambique vivenciou o que Pélissier (2000, p. 148) definiu como “instabilidade de governo prejudicial a uma boa administração”. Durante o regime monárquico lusitano, a colônia experimentou trinta e quatro mandatos de governadores gerais, comissários régios e governos provisórios. No regime republicano¹⁰, vivenciou, até o fim de 1918, mais cinco momentos de chefias efêmeras. Alongando-se até 1926, registraram-se cinquenta mudanças de comando (PÉLISSIER, 2000, p. 147-148). A transição entre modelos diferentes de comando na metrópole e a relutância dos povos nativos em aceitarem o domínio europeu contribuíram para que isso acontecesse.

¹⁰ Após a queda da monarquia portuguesa (1910), inaugurou-se um Governo Provisório republicano que se manteve até 1911, quando ocorreu a promulgação da Constituição. Em 28 de maio de 1926, triunfou uma nova revolução que impôs ao país uma ditadura militar, decretando o fim da I República. Tal período possibilitou a transição para o Estado Novo, constituído oficialmente em 1933. Ver: PROENÇA (2015).

Em questão de espaço, pelo menos, o contexto foi menos volúvel. Pélissier (2000, p. 187) esclareceu que a reforma administrativa promovida por Freire de Andrade, em 1907, separou a província em cinco distritos diferentes¹¹ e definiu como capital a cidade de Lourenço Marques. Cada distrito, por sua vez, foi subdividido em conselhos ou capitânias-mores, dependendo do nível de pacificação alcançado na área. Tal fato indica a longevidade e pertinência das ações de resistência africanas. Atingindo cerca de apenas 50% do território atual, todavia, a superfície governada pelo Estado não contemplou as zonas da Companhia de Moçambique e do Niassa, que ficaram sob domínio de tais empresas.

Sem poder desfrutar de grande prestígio econômico, Portugal não tardou a recorrer à política de concessão ao capital privado. A estratégia de não sobrecarregar os tesouros nacionais com os custos da colonização foi colocada em prática também por outros países europeus desde a década de 1880 (OLIVEIRA E COSTA, 2014, p. 428). Assim, ganhou importância a Companhia de Moçambique, fundada em 11 de fevereiro de 1891, por Paiva de Andrade. A exploração das regiões de Manica e Sofala foi confiada pelo governo à empresa particular, que contou, inclusive, com o direito de cobrar impostos nos limites de seus territórios (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 480). Em posse de extensões que estavam por conquistar ou reconquistar, a companhia ficou responsável pelo monopólio do comércio, da exploração mineira e da pesca, concessão de terras a terceiros, construção de estradas, portos e ferrovias, dentre outros benefícios, em troca de entregar parte de seus lucros ao Estado (PÉLISSIER, 2000, p. 173).

Circunstâncias muito parecidas a essas estiveram ligadas à Companhia do Niassa, também fundada em 1891. Em posse do antigo distrito de Cabo Delgado, a corporação recebeu o direito de monopolizar a cobrança de impostos (em dinheiro ou serviços), exclusividade nas transações de terras e a concessão de empreendimentos comerciais, agrícolas, minerais e industriais, contando com a possibilidade de transferi-los para terceiros, desde que não se tratasse de nações estrangeiras (PÉLISSIER, 2000, p. 357).

Em 1892, ainda foi concedido à Companhia da Zambézia, por 10 anos, o direito de administração das terras ao norte do rio Zambese. As companhias responsabilizaram-se pelo contato com os indígenas, resultando em inúmeros casos de violência e abuso que incidiram gravemente sobre as populações nativas

¹¹ Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique.

(OLIVEIRA E COSTA, 2014, p. 428-429). A concessão de privilégios de exploração colonial automaticamente aliou negócios à oferta de “pacificação” (PÉLISSIER, 2000, p. 173).

Deste modo, segundo Capela (2000, p. 133), na virada para o século XX, o Norte e o Centro de Moçambique estavam subordinados ao gerenciamento das companhias majestáticas. O Sul, após a derrota do império de Gaza, transitava de uma administração militar para uma gestão colonial civil, respaldada por um regime policial que apresentou intensidade variada até a independência. Por todos os lados, as populações nativas foram acudadas para a provisão de mão de obra involuntária necessária para abastecer as plantações, agroindústria, obras públicas, portos e ferrovias. Falta de capital metropolitano, recurso do trabalho forçado, regime progressivamente autoritário e fraqueza inicial do Estado colonial foram características comuns em Moçambique ao longo do período apontado.

Na opinião de Bettis,

Para além da retórica oficial, os objetivos concretos da colonização revelaram-se muito restritos. Limitavam-se essencialmente a manter a ordem, evitar despesas excessivas e constituir uma reserva de mão de obra, primeiro para transporte de cargas e depois para construção de estradas e ferrovias, mas também para fins comerciais (BETTIS, 2010, p. 366).

Cabaço (2009, p. 93) indicou uma das possíveis decorrências do que foi observado por Bettis. O autor argumentou que “o atraso econômico e social da sociedade portuguesa” fez com que a colonização na África fosse realizada por intermédio da presença de funcionários públicos, aventureiros e expoentes da Igreja Católica. O estabelecimento de europeus em Moçambique foi raro até finais do século XIX, exceto para soldados e degredados, que chegaram em número considerável, mas enfrentaram condições lastimáveis de alimentação e higiene. Em razão disso, as atenções voltaram-se para uma política de povoamento capaz de assegurar a fixação de um contingente populacional de origem rigorosamente lusitana na área.

Levantamentos demográficos revelaram que a população branca presente na colônia em outubro de 1910 alcançou um pouco mais de 5.000 pessoas (OLIVEIRA MARQUES, 2015, p. 685). De modo geral, “a sociedade moçambicana, nos finais do século XIX e início do século XX, era um mosaico complexo de povos e de culturas,

sob a batuta da administração portuguesa” (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 523).

Branca, amarela, indiana, mista e negra compuseram as categorias nas quais os indivíduos foram classificados. Os caucasianos eram chamados de europeus, sejam nascidos na África, Ásia ou Oceania. Amarelo era a alcunha recebida pelo homem de aparência oriental, destacando-se a comunidade chinesa. Indianos eram os provenientes da Índia (de país não europeus) e seus descendentes. Estes se dividiam em mais dois subgrupos: indo-britânicos e indo-portugueses. Mistos eram os nascidos de pais e mães de diferentes procedências (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 487- 488).

Cabaço (2001, p. 354) afirmou que afro-árabe, afro-português e afro-indiano são exemplos básicos de mestiçagens constituídas por tal camada social. Os negros, por sua vez, constituíam o maior número, pois representavam o grupo formado por nativos africanos, chamados de indígenas. Prevalentemente povoavam o campo, mas parte deles também vivia nos centros urbanos, especialmente em Lourenço Marques (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 488.).

Diversificada etnicamente, a capital moçambicana mostrou-se propensa à discriminação cultural e social. Aos poucos, a população negra e mestiça teve que abandonar as regiões centrais e se abrigar em áreas mais distantes por conta da forte influência exercida por princípios segregacionistas igualmente observados nas principais cidades metropolitanas (OLIVEIRA E COSTA; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2014, p. 441).

Enquanto esse processo se desenrolava, surgiu, em 1908, O Grêmio Africano de Lourenço Marques, organizado principalmente por afro-portugueses locais que se reconheceram enquanto “negros portugueses”, “africanos portugueses” ou, especialmente, como “filhos da terra” (THOMAZ, 2008, p. 49). Para Rocha (2000, p. 93), a maioria dos componentes desse grupo carregou os sobrenomes de seus pais e avós que ali foram governadores, chefes militares, negociantes de sucesso, etc. Na mesma perspectiva, Cabaço (2009, p. 124) lembrou que essa associação concentrou muitos negros urbanizados, incluindo, ainda, a participação de alguns brancos e asiáticos.

Segundo Neves (2008, p. 101), o Grêmio Africano pode ser classificado como uma instituição de “defesa, instrução e recreio”, na qual se organizavam festas com finalidades altruístas e se possibilitava o encontro de pessoas de uma comunidade,

tal qual um clube. O corpo administrativo da agremiação foi constituído, em grande parte, por funcionários que exerciam atividades em setores públicos, como Porto de Lourenço Marques, Imprensa Nacional, Tribunais, Serviços de Negócios Indígenas, Alfândega, Fazenda e Secretaria de Obras Públicas. Além disso, tipógrafos, empregados do comércio, servidores dos correios também foram exemplos de ocupações corriqueiras dos associados.

De acordo com Neves (1989, p. 115), o estatuto da corporação estabeleceu que o desenvolvimento moral e intelectual dos participantes deveria ser prioridade da filiação, bem como a difusão de instrução, elaboração de uma biblioteca e produção de um jornal ou qualquer outro meio de divulgação de notícias. Ganhou vida, assim, o jornal *O Africano*, reconhecido como um dos primeiros exemplares da imprensa moçambicana¹². Segundo Rocha (2000, p. 91), escrito por “mulatos”, o periódico se direcionou especialmente à população não branca e alfabetizada da cidade.

Redigido majoritariamente em português, o órgão possuiu também uma seção grafada em ronga, inovando na opção de se expressar por meio de uma língua local (ROCHA, 2000, p. 92). Lançado em 1909, começou com emissão somente aos sábados, logo passou a ser distribuído duas vezes por semana e, no seu ápice, chegou aos leitores a cada ou três dias. João Albasini foi o primeiro diretor do hebdomadário. Seu irmão, José Albasini, ocupou a função de editor. E, tal qual lembrado por Pereira (2013, p. 85), o comerciante José dos Santos Rufino juntou-se rapidamente à dupla, acumulando os cargos de administrador e secretário de redação.

Um dos principais investigadores da imprensa moçambicana constituída no início do século XX, Rocha (2000, p. 92) enfatizou que, importante para a afirmação da nascente burguesia local, *O Africano* funcionou em tipografia própria e contou com o investimento de Francisco Roque Aguiar, José Correia da Veiga e Jaime Ribeiro. Ainda de acordo com as observações do historiador, em 1918, o padre Vicente do Sacramento comprou o jornal em sociedade com Rufe Nylor, judeu residente na África do Sul e envolvido com a loteria em Moçambique.

Aproveitando os recursos garantidos com a venda do *O Africano*, os irmãos Albasini se uniram à Estácio Dias, funcionário da Fazenda, e criaram mais um

¹² Newitt (2012, p. 385) apontou que o primeiro jornal mestiço “importante” em Moçambique foi o *Clamor Africano*, fundado em 1886 por Alfredo Aguiar, proveniente de Angola.

periódico, intitulado *O Brado Africano*. Na perspectiva de Capela (2009, p. 55), outro renomado pesquisador da imprensa e História de Moçambique, desde sua estreia, ocorrida em 24 de dezembro de 1918, o novo jornal denunciou as péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores africanos, bem como evidenciou o referencial católico de seus criadores.

Vendido semanalmente, o noticiário apresentou o mesmo perfil de seu antecessor, tendo sido igualmente escrito em português e ronga, ainda que o espaço reservado para expressão na língua local fosse comparativamente menor (Rocha, 2000, p. 122). Estabelecendo redação e tipografia na sede do Grêmio Africano, o periódico construiu reputação ao veicular notícias de uma elite mestiça, formada especialmente em colégios ligados à Maçonaria. Conforme Serrão e Oliveira Marques (2001, p. 565), o período republicano (1910-1926) experimentado na metrópole influenciou o desenvolvimento de grupos coloniais como esse, que souberam utilizar-se da imprensa como ferramenta aplicada à manifestação étnica, política e social.

Fundamental para o lançamento de ambos os títulos, a parceria entre os irmãos foi interrompida abruptamente por conta do falecimento de João Albasini, em 1921. Entretanto, como se poderia esperar, o *O Brado Africano* adotou uma postura deveras saudosista em relação ao seu fundador. Muitos colaboradores e leitores fizeram questão de mencionar as ações realizadas por ele em prol da união e desenvolvimento de Moçambique. O apreço endereçado à figura também continuou a ser explicitado corriqueiramente no impresso, mesmo com o passar do tempo (Figura 1).

modo, que a imagem de João Albasini foi revigorada no hebdomadário como um ponto de coesão e incitamento do público leitor.

Inclusive, supondo poder desfrutar de amplo apoio da população, *O Brado Africano* publicou um pedido de ajuda em nome de José dos Santos Rufino, no 09 de junho de 1928. Segue parte do referido texto:

Há mais de um ano que aquele nosso amigo, tendo lançado a público a patriótica iniciativa de publicação dos álbuns de propaganda, vem insistentemente pedindo a quem possua ou possa obter fotografias de quaisquer assuntos interessantes da Província, o favor de lhes cederem – nem que seja por empréstimo- com o fim de reunir o maior número possível de elementos para dar realização à referida iniciativa. Era de esperar, pois, que especialmente os amadores fotográficos, fazendo gosto em ver as suas produções fotográficas numa publicação que visa especialmente tornar conhecidas lá fora as belezas naturais de Moçambique, a sua riqueza e o nosso esforço colonizador – pondo mesmo de banda quão patriótico seria o seu gesto – acudissem ao apelo, diligenciando, cada um por si, apresentar o maior número de fotografias interessantes e o melhor que a sua habilidade pudesse produzir. Tal, porém, infelizmente, não se verificou. Apenas dois ou três – em toda a província – quiseram ou souberam compreender o valor do trabalho em organização e corresponderam ao apelo como lhes foi possível (O BRADO AFRICANO, 1928, p. 3).

Possivelmente certos leitores desse anúncio até que gostariam de ter atendido ao pedido feito. Entretanto, certamente nem todos poderiam fazê-lo. O acesso aos equipamentos fotográficos e ao domínio das técnicas necessárias para se fazer os registros, ainda que amadores, seriam empecilhos consideráveis em razão da necessidade de investimento financeiro e tempo livre por parte dos interessados em fotografia.

Pensando-se na condição de colônia sofrida por Moçambique, a junção desses pré-requisitos básicos não seria facilitada pela lógica de maximização do trabalho dos colonos em prol da exploração dos recursos ofertados pelo território. Além do mais, a ideia de enriquecimento instantâneo dos metropolitanos que se aventurassem na região, floreada pela propaganda colonial, foi rebatida em diversas ocasiões por matérias do próprio *O Brado Africano* que noticiaram as dificuldades econômicas e carestia de vida enfrentadas pelos presentes em Moçambique.

Contudo, mesmo diante desses contratemplos, o empreendimento citado pelo periódico concretizou-se em 1929. Eventualmente ofertadas por moradores locais ou confeccionadas por um profissional contratado, as fotografias adquiridas foram

divididos em 10 álbuns que ilustraram a rotina de Lourenço Marques (capital) e dos distritos de Gaza, Inhambane, Quelimane, Tete e Cabo Delgado. Sumariamente, as imagens registraram a interação pessoal em lugares públicos, valorizaram a infraestrutura das cidades, destacaram o crescimento econômico, enunciaram a ideia de progresso e externaram considerações a respeito dos indígenas.

De acordo com Silva (2009, p. 12), denominados *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique*, esse conjunto de fotografias reproduziu especialmente as concepções dos organizadores da obra (Figura 2), sendo eles: José dos Santos Rufino (editor), tenente Mário Costa (autor dos textos introdutórios) e padre Vicente do Sacramento. O primeiro e o último já haviam participado da gerência do *O Africano*. Mais que mera coincidência, o fato pode indicar que o núcleo de pessoas envolvidas em Moçambique com o mercado editorial era restrito e, em geral, corporativo.

Figura 2 – “Produtores dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* e dois de seus fotógrafos amadores”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, vol. 1. Lourenço Marques – panoramas da cidade, 1929, p. 03.

O arranjo configurou uma hierarquização entre os personagens agrupados na imagem. No centro, enfeitada com um laço, apareceu a figura do principal responsável pela publicação, José dos Santos Rufino. Ao seu redor, ganharam espaço os rostos do tenente Mário Costa e do Padre Vicente do Sacramento, indicando-se um certo nivelamento entre os três, sem deixar de ser destacada, contudo, a direção exercida pelo que apareceu no meio.

Os semblantes deles foram registrados de forma similar à fotografia de João Albasini, veiculada pelo *O Brado Africano*. É possível observar o mesmo olhar distante, compenetrado, sugerindo-se, por assim dizer, uma postura séria e respeitosa. Abaixo, em tamanho inferior, foram acondicionados os retratos de H. Graumann e I. Piedade Pó, identificados como fotógrafos amadores. O menor destaque reservado a eles parece sugerir o grau de importância que tiveram na composição da obra em comparação com o primeiro grupo.

É válido especular se os últimos homens elencados na fotografia fizeram parte dos poucos que o jornal moçambicano afirmou terem contribuído para a junção das imagens que foram publicadas pela turma de José dos Santos Rufino. Em caso positivo, se fortaleceria a perspectiva de que o público interessado no *O Brado Africano* não teria sido circunscrito, necessariamente, aos afro-portugueses que se identificaram como “filhos da terra”.

De qualquer forma, editados para o Banco Nacional Ultramarino, através da Broschek & Co., os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* resgataram o modelo de impressão apresentado nos atlas geográficos, frequente durante o século XIX. De acordo com Castro (2014, p. 303-304), exibindo perfil comercial e não científico, as fotografias foram postas nessa coleção como bens de consumo e foi concedido à imagem um “papel discursivo central”.

Entretanto, esse fato não foi uma grande novidade. Segundo as explicações de Ryan (2014, p. 36), as imagens já haviam se consolidado como um produto comercial capaz de atingir as massas. Isto ocorreu, especialmente, porque as fotografias começaram a ser divulgadas em muitos suportes, como livros, revistas ilustradas, cartões postais, atlas geográficos, dentre outros.

Assim, médicos, etnólogos, soldados, administradores e outras personalidades relacionadas ao contexto colonial adquiriram câmeras fotográficas para poderem registrar suas experiências. Indo além, Ryan (2014, p. 34) apontou que ao serem apresentadas em álbuns, livros, relatórios e jornais, as fotografias

também se converteram em objetos de informação que favoreceram a prática do poder e controle (real e simbólico) pelas autoridades coloniais.

De mais a mais, as representações sobre a África produzidas até então não eram das mais promissoras. Como citado por Cabaço (2009, p. 130), os relatos fantásticos que afirmaram constantemente a existência de seres demoníacos no continente, assim como o clima diferenciado e a resistência dos nativos podem ter desanimado muitos portugueses que cogitaram eventualmente a hipótese de viver nas colônias.

Em vista disso, Silva (2014, p. 67) comentou que a narrativa composta nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique* tentou criar um horizonte mais positivo para os europeus ao transmitir a ideia de que a região oferecia segurança e modernidade para os que lá estivessem. Pensando da mesma forma, Martins (2012, p. 149) salientou que publicações como essa contribuíram para a “vulgarização” da África portuguesa junto aos seus leitores e, ao mesmo tempo, proporcionaram às demais nações uma “prova visual” do esforço empregado pelos lusitanos para ocupação e exploração de suas jurisdições.

As argumentações desses autores mostram-se coerentes ao lembrar-se que os álbuns foram apresentados em português, inglês e francês. Presumivelmente um dos propósitos que levaram à essa escolha foi a intenção de instituir diálogo com Inglaterra, França e companhia, expondo o crescimento da colonização portuguesa em Moçambique. A atmosfera de rivalidade política e expansão nacionalista pode ter incentivado esse tipo de ação.

Para Silva (2014, p. 69-70), estrangeiros que visitaram Lourenço Marques e portugueses que ali residiram, ou que no futuro pudessem vir para a cidade, representaram os principais destinatários, o público comprador da coleção. Concomitantemente, os álbuns simbolizaram a vivência de seus produtores e daqueles que logo se transformaram em seus consumidores imediatos. O fato de a própria pesquisadora já ter alertado que o conjunto de álbuns fotográficos não foi um sucesso de vendas leva a crer que a circulação do impresso tenha ocorrido mesmo dentre um núcleo específico de pessoas.

Mas é indispensável lembrar que na Europa também se falou de assuntos coloniais. Todavia, menos do que alguns consideraram ideal. Justamente sob a alegação de que a população portuguesa necessitava de maiores informações

acerca dos fatos ocorridos nas colônias estabelecidas na África e Ásia, foi criada a Agência Geral das Colônias, em 30 de setembro de 1924.

Seguindo os mesmos passos dados por outras nações europeias, o governo português idealizou um departamento de propaganda especializado na divulgação dos territórios coloniais. Segundo Garcia (2011, p. 332), conferências, congressos, documentários, livros folhetos, filmes, exposições, mostruários, e periódicos passaram a ser elaborados para enaltecer os benefícios que as possessões poderiam proporcionar à metrópole.

Ligado ao Ministério das Colônias, a Agência Geral das Colônias surgiu como evidência da relevância adquirida pela propaganda no plano político interno e externo. Conseqüentemente, no decorrer dos anos 1920, a informação colonial passou a “fazer parte de um dos meios de socialização cultural e ideológica” (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 71).

É bem verdade que a imprensa instituída em Portugal já havia assumido a responsabilidade de abordar os territórios ultramarinos e se demonstrado capaz de influenciar o pensamento dos indivíduos. Conforme assinalado por Ramos,

A imprensa era o espaço público em que a sociedade e o Estado existiam, e estava para a vida política como a bolsa para a vida econômica. O que se fazia na corte, nos ministérios, nos quartéis, nas câmaras municipais, nas oficinas, nunca se poderia tornar opinião importante se não fosse publicado nos jornais. Os jornais pareciam tão poderosos que a principal organização dos partidos políticos eram seus jornais, com a redação a servir de sede. Ora, a importância da imprensa estava em que ela não queria apenas noticiar fatos ou opiniões individuais, mas sobretudo estabelecer a opinião pública, aquela que correspondesse ao “espírito do século”. A isso se chamava o “apostolado” da imprensa (RAMOS, 2001, p. 56).

Assim configurados, os periódicos tornaram-se importantes na construção e difusão da ideia de império, em função da produção em larga escala e da cobertura frequente dos assuntos coloniais. Capaz de moldar a opinião pública, a imprensa colaborou substancialmente para a enunciação da ideia de que os domínios coloniais seriam extensão do perímetro ocupado por Portugal. Além disso, como sinalizado por Martins (2012, p. 12), os periódicos ilustrados também usufruíram de grande notoriedade no período, lançando gravuras e fotografias que futuramente foram anexadas em livros, álbuns fotográficos e cartões postais.

Curiosamente a ligação dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique* com um órgão específico criado pela Agência Geral das Colônias seguiu direção contrária aos casos mais comuns. Certas fotografias da coleção foram utilizadas no nº 50 do *Boletim da Agência Geral das Colônias*, edição especial a respeito da possessão na qual as imagens foram feitas. Mas, instituído no Diploma Legislativo Colonial nº43, de 30 de setembro de 1924, o periódico surgiu com a seguinte finalidade:

O Boletim da Agência Geral das Colônias, órgão oficial da ação colonial portuguesa, propõe-se fazer a propaganda do nosso patrimônio colonial, contribuindo por todos os meios para o seu engrandecimento, defesa, estudo das suas riquezas e demonstração das aptidões e capacidade colonizadora dos portugueses (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1924, p. 230).

Confeccionado na capital portuguesa, o impresso foi distribuído mensalmente na metrópole e em certas cidades africanas ocupadas por Portugal. Mesmo priorizando Angola e Moçambique, o boletim abordou consideravelmente as outras colônias até 1969, ano de seu encerramento. Seguindo as orientações claramente descritas no excerto anterior, o periódico foi elaborado por muitos representantes da Agência Geral das Colônias e disponibilizou opiniões dos próprios metropolitanos a respeito da política colonizadora desenvolvida por seu país.

Conforme pesquisa de Garcia (2001, p. 597), a publicação reuniu especialmente homens nascidos após o ano de 1875, oriundos majoritariamente de Lisboa, Porto e Coimbra e formados em Direito pelas Universidades de Coimbra e Lisboa. Diferentemente do *O Brado Africano* e dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, a configuração do *Boletim da Agência Geral das Colônias* não centralizou-se na imagem de um personagem principal, tal qual ocorrido com João Albasini e José dos Santos Rufino.

Mas aqueles que participaram da produção encontraram muito espaço para expor suas ideias. Normalmente os textos adicionados ao boletim tiveram o mínimo de vinte páginas. O intervalo de um trimestre entre as publicações favoreceu a produção de artigos mais extensos e reflexivos. Economia, legislação, turismo, urbanismo e trabalho foram os tópicos mais levantados no material. A minuciosidade encontrada em muitos dos escritos possibilita a especulação de que o público leitor do impresso também tenha frequentado o ensino superior e composto um grupo

interessado na discussão de assuntos relacionados à política e economia de Portugal.

A Agência Geral das Colônias teve mais duas coleções de impressão contínua: *O Mundo Português* (1934-1947) e *Pelo Império* (1936-1961). Além desses trabalhos, a instituição também financiou a produção de livros e monografias que abordaram assuntos relacionados às colônias, especializando-se nesse modelo de publicação. Com o mesmo caráter propagandista, outros títulos foram criados por empreendimentos particulares, podendo-se destacar, nesse sentido, os *Cadernos Coloniais* (1920-1960) e a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* (1931-1937), declaradamente propagadora das iniciativas imperialistas portuguesas.

Pertencente à “Emprêsa Portugal Colonial”, localizada em Lisboa, a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* contou com um quarteto de produtores. Deste modo, o Tenente Henrique Galvão (Figura 3), assumiu o cargo de diretor, J. da Fonseca Ferreira atuou como redator principal e António Pedro Muralha¹³ exerceu a colocação de editor. Agostinho de Campos¹⁴ foi outro que, apesar de não ser declarado oficialmente como integrante do corpo editorial, colaborou em todos os volumes da publicação com a “Carta mensal de Portugal para as Colônias”.

¹³ Jornalista e escritor português. Viajou para a África, em 1924, e reuniu suas impressões de S. Tomé, Angola e Moçambique no livro *Terras da África*. Também publicou obras como: *Portugal no Brasil, A Alemanha perante a Europa, A Bélgica Heroica, A Proa de Sagres, Cartilha Colonial, História da Colonização dos Portugueses na América do Sul, Álbum Alentejano, Memórias e Roteiro Turístico de Leiria*. Ver: CORREIA, 2014, p. 1.

¹⁴ Professor universitário, jornalista e escritor português. Exerceu o cargo de diretor-geral da Instrução Pública, entre 1906 e 1910. Colaborou com as revistas *Serões* (1901 – 1911), *Atlântida* (1915-1920), *Contemporânea* (1915-1926) e *Ilustração* (1926-1975). Também participou dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos Municipais* (1931-1936) e do boletim *Mocidade Portuguesa Feminina* (1939-1947). Ver: CORREIA, 2014, p. 1.

Figura 3 – Tenente Henrique Galvão



Fonte: EMPRÊSA PORTUGAL COLONIAL. **Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português**, ano 2, n.13, maio de 1932.

Há muitas semelhanças entre as fotografias de Henrique Galvão, João Albasini e José dos Santos Rufino. Nenhum deles olhou diretamente para câmera, todos foram registrados à certa distância e apresentaram uma postura séria, não sorrindo no momento do clique. Possivelmente esta configuração de imagem tenha sido comum na época e se transformado em um padrão reproduzido com frequência nos periódicos.

Ainda assim, a inserção dos retratos dessas figuras em seus respectivos impressos parece ter ido além da simples intenção de mostrar as pessoas em questão. Como já dito, as imagens transpareceram uma perspectiva de seriedade e responsabilidade. Por conseguinte, a opção por apresentar os personagens seguindo esse modelo pode estar ligada com o objetivo de indicar que as obras

teriam as mesmas características de seus autores, reforçando-se, assim, a credibilidade das mesmas.

Fato é que, publicada mensalmente, a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* foi estruturada com participações frequentes de pessoas ligada ao governo, bem como militares, ministros, economistas, médicos, professores, empresários e figuras vinculadas diretamente à administração colonial (CORREIA, 2014, p. 1). Todavia, ao contrário dos periódicos comentados até o momento, a revista em questão foi inaugurada sob um tipo diferente de administração governamental. Segundo as explicações de Proença (2015, p. 310), após o golpe militar de 28 de maio de 1926, que pôs fim ao período republicano, Portugal esteve sob o comando de uma ditadura militar que possibilitou a transição para o chamado Estado Novo.

Como já comentado por Oliveira Marques (2015, p. 626), em 1928, António de Oliveira Salazar, professor de Economia da Universidade de Coimbra, assumiu o posto de Ministro das Finanças. O rápido sucesso alcançado no cargo rendeu-lhe grande prestígio e o tonou “salvador” da nação. A pesquisadora salientou ainda que, com o passado político ligado aos grupos católicos, Salazar passou a interferir em assuntos não financeiros e, aos poucos, o controle exercido por ele atingiu questões políticas e militares. Deste modo, após o falecimento de D. Manoel, último rei antes da proclamação da República (1910-1926), e a ausência de herdeiros diretos, Salazar pôs fim às discussões que cogitavam o retorno da monarquia e apelou para a junção política portuguesa em torno da União Nacional, da qual se tornou chefe (MARQUES, 2015, p. 627).

Logo, em 1932, Portugal passou a ter novamente um chefe de governo civil. Começou, então, o Estado Novo, institucionalizado com a Constituição de 1933. Sousa e Monteiro (2009, p. 628) destacaram que, com o poder concentrado na figura de Salazar, o regime perdurou até 1974 e caracterizou-se pelo nacionalismo, corporativismo e autoritarismo. Para Proença (2015, p. 312), de modo geral, o governo apresentou características semelhantes aos regimes autoritários instituídos por Benito Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha.

Dentre os departamentos criados pela direção do Estado Novo, destacou-se o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), encarregado de divulgar e promover o governo (REVEZ, 2013, p. 24). Enaltecendo a perspectiva de que a manutenção e exploração dos territórios africanos seriam cruciais para o futuro da nação

portuguesa, o órgão impulsionou medidas para intensificar a propaganda colonialista. Na opinião de Alexandre (2013, p. 24), uma das ações mais emblemáticas nesse aspecto foi a exaltação do além-mar no ensino básico, cooptando diretamente as crianças e adolescentes. Outra das estratégias mais expressivas frisada pelo historiador foi a organização de feiras e outros tipos de apresentações capazes de reunir grande público em torno de conteúdos relacionados às possessões ultramarinas.

A Exposição Colonial do Porto (1934) e a Exposição do Mundo Português (1940) se destacaram nesse sentido. A primeira reuniu cerca de um milhão de expectadores, enquanto a segunda atingiu a casa dos três milhões de visitantes (ALEXANDRE, 2013, p. 24). Henrique Galvão foi representante oficial do governo nesses eventos. Inclusive, como lembrado por Vargaftig (2014, p. 348), enquanto mentor da Seção Colonial da Exposição do Mundo Português, ele projetou um ambiente no qual os indígenas trazidos de Angola e Moçambique deveriam apresentar seus costumes para o público europeu exatamente como agiriam se ainda estivessem na África.

Segundo Correia (2014, p. 9), Henrique Galvão também exerceu outros cargos importantes na área de propaganda nacionalista. Além de participar ativamente da produção das Feiras de Amostras realizadas em Luanda e Lourenço Marques, ele esteve à frente da Exposição Colonial dos Centenários, Comemorações Centenárias de Guimarães e Cortejo do Mundo. Grande parte desses trabalhos foram realizados enquanto ele dirigiu a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*, função essa abandonada somente para assumir a posição de Inspetor Superior de Administração Colonial, em 1936¹⁵.

De acordo com Thomaz (2002, p. 165), Henrique Galvão começou a revelar contrariedade ao salazarismo e se tornou um grande opositor do regime, na década de 40. A partir de então, ele passou a denunciar as arbitrariedades cometidas pelo governo em Portugal e nas colônias. Entretanto, até a ocorrência dessa mudança de paradigma, sua conduta demonstrou grande euforia pela expansão colonial e seu currículo deixou claro a eficácia em transitar pelos círculos da administração pública e da imprensa propagandística

¹⁵ Por conta disso, os últimos 10 números da coleção foram publicados sob a direção, administração e edição de António Pedro Muralha.

Enquanto ainda principal responsável pela revista, ele auxiliou na abertura de um espaço para o depoimento de figuras ilustres. Seguindo uma das principais tendências da imprensa colonial portuguesa, a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* reproduziu uma série de conferências organizada pelo *Jornal do Comércio e das Colônias*, realizada no Teatro Nacional, em Lisboa. No dia 3 de junho de 1933, o convidado da vez foi o jornalista António Eça de Queiroz, que havia acabado de realizar uma viagem pelos territórios africanos comandados por Portugal. A abertura da apresentação iniciou-se com os seguintes dizeres:

Eu vivi, até 23 de Abril de 1932, como vive a grande maioria dos portugueses, na mais vergonhosa, na mais expressa das ignorâncias a respeito do nosso Império de Além-Mar. Sabia, é certo, da sua existência, via-o, por vezes, em côr de rosa ou verde ao folhear um Atlas, e estava vagamente familiarizado com seus contornos; as ilhas uns pontos, Angola um quadrado irregular, Moçambique uma coisa cheia de picos caprichosos. Servia-me para afirmar por vezes diante de estrangeiros orgulhosos, que éramos a terceira potência estrangeira colonial... não me servia para mais nada! Não o conhecia, nem na sua história, nem na sua geografia, nem nos seus costumes, nem nas suas riquezas, nem nas suas possibilidades.

Devo dizer, em abôno da verdade, que a culpa de tanta ignorância não é unicamente nossa. Pecamos, é certo, por falta de intuição e de curiosidade, mas ninguém se deu ao trabalho de despertar em nós essa curiosidade. Não nos ensinaram nada. Da instrução primária, aos cursos superiores sempre nos falaram das colônias com tal despreendimento, uma tão notável falta de interesse que a nossa ignorância se tornou desculpável. Acostumamo-nos, por tal forma, a ouvir falar de África como “Terra do degredo”, que, naturalmente, nunca nos atraiu; e a propaganda colonial foi sempre tão sistematicamente esquecida, até bem pouco tempo, nos planos de governo, que se compreende, facilmente, que os moços das escolas, preocupados com a matéria dos seus exames, não se dessem ao penoso trabalho de juntar à soma dos seus estudos a parcela destançada do estudo das colônias! (EÇA DE QUEIROZ, 1933, p. 9).

Seguindo a explanação, Eça de Queiroz comentou entusiasticamente a respeito de suas experiências em São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, recomendando aos presentes que fizessem o mesmo percurso decorrido por ele. Provavelmente muitos dos que o ouviram não dispuseram de condições para seguir viagem até a África ou não se interessaram em fazê-lo por compartilharem do mesmo pensamento que o jornalista afirmou ter até embarcar para lá.

Romper com barreiras como as citadas pelo conferencista foi uma das missões da propaganda colonial. Concordando com Costa (2006, p. 42),

semelhantemente ao que aconteceu com outras potências coloniais, tornou-se fundamental para Portugal valorizar suas ações e espaços além-mar frente a um imaginário nacional despectivo sobre as terras distantes. Nesse caso, buscou-se implementar um caráter moderno para a campanha.

O desinteresse e a ignorância dos tempos de escola sobre o império lusitano, relatados por Eça de Queiroz, poderiam ser superados ao folhear os vários periódicos especializados no noticiário colonial criados no início do século XX. Um passeio a uma exposição, feira ou conferência (como a proferida por ele mesmo) também seria interessante. Afinal, como apontado por Serrão e Oliveira Marques (2001, p. 61), o resultado esperado pela organização desses eventos e publicações foi invariavelmente “suscitar a simpatia da opinião pública” e expandir conhecimentos sobre os ambientes ultramarinos.

O que destacou a propaganda colonialista em relação ao ensino oficial foi a amplitude e maior grau de informalidade com que se trataram os assuntos. Mas, segundo Serrão e Oliveira Marques (2001, p. 62), a relação entre as duas áreas ficou ainda mais próxima com a criação do Instituto de Educação Colonial, que funcionou como fonte de documentação pública, pólo de iniciativas editoriais propagandísticas e núcleo de difusão de temas coloniais nas escolas e imprensa. Além do mais, desde 1875, a Sociedade de Geografia de Lisboa já realizava este tipo de trabalho, tornando-se um guia para organizações e meios de comunicação concentrados na publicidade colonial.

Agrupando uma elite urbana oriunda majoritariamente de Lisboa, a entidade defendeu a ideia de promover a prática das ciências geográficas e a simpatia por essa área. Deste modo, foram organizadas análises aprofundadas e levantamentos de dados importantes sobre as regiões ultramarinas ocupadas por Portugal, considerando-se a ciência e o colonialismo como instrumentos de evolução nacional (BASTOS, 2013, p. 322). Insistindo na valorização dos princípios de modernização e progresso, os indivíduos ligados à instituição apontaram que o alicerce para o desenvolvimento e consagração patriótica seria a potencialização do aproveitamento colonial.

Originados nesse contexto, o *Boletim da Agência Geral das Colônias*, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique* e a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* sintetizaram pensamentos comuns entre um grupo de intelectuais portugueses atraídos pela

discussão sobre a expansão colonial realizada pelo seu país nas três primeiras décadas do século XX. Gerados no mesmo clima de exaltação nacional e propondo-se a atingir objetivos equivalentes, os impressos debatidos criaram e recriaram enunciados semelhantes que estruturaram um esquema argumentativo praticamente ininterrupto: a compreensão do presente e o planejamento do futuro dependeriam do passado. Deste modo, foi preciso relembrar o que já havia acontecido.

1.2 Um passado interessante para mostrar quem é quem: ufanismo nos periódicos de ambos os lados

Em 1925, uma série de eventos foram realizados em comemoração aos cinquenta anos de existência da Sociedade de Geografia de Lisboa. Dentre essas atividades festivas, Lourenço Cayolla, docente da Escola Superior Colonial¹⁶, proferiu uma sessão solene. Meses depois, o discurso do professor foi publicado no *Boletim da Agência Geral das Colônias*. Essa prática foi comum. Segundo Marroni (2008, p. 49), grande parte das fontes de informação do boletim foi formada por discursos comemorativos, textos publicados anteriormente em jornais e revistas da imprensa portuguesa ou estrangeira, bem como em diplomas legislativos, documentos oficiais ou matérias veiculadas pelas emissoras de rádio.

Com aproximadamente 30 páginas, o referido artigo elaborou um retrospecto da trajetória colonial lusitana, iniciando-se com feitos de D. Henrique, lisonjeiramente definido como “o primeiro colonizador”. Em seguida, o escrito realçou a conquista do Brasil, que, segundo o autor, consumiu o “sangue das veias” portuguesas para a edificação de uma “nação nova, suscetível de todos os progressos” (CAYOLLA, 1926, p. 18).

Tem-se aí um tópico marcante da narrativa portuguesa acerca da expansão lusitana pelos continentes. O trecho citado acima é mais um exemplo que corrobora as conclusões de Tomaz (2002, p. 56). De acordo com ele, o projeto moderno de colonização estabelecido na África foi concebido apegando-se à experiência dos tempos de domínio no Brasil. Assim, o ocorrido na América do Sul foi tomado como marco da trajetória colonizadora portuguesa e conectado discursivamente às conquistas realizadas na África e Ásia, como se obrigatoriamente fizessem parte de um único e grande processo.

¹⁶ Constituída em Lisboa para a formação de funcionários coloniais. Ver: NEWITT (2012, p. 346).

Lourenço Cayolla também mencionou fatos relacionados às principais colônias estabelecidas na África. Primeiro ele falou a respeito de presídios que foram construídos em Angola e rapidamente se espalharam pela região. Na sequência, abordou Moçambique, enaltecendo que os lusitanos teriam demonstrado a habilidade ímpar de firmar contato com os indígenas, facilitando, assim, a ocupação do território. Por essa e outras razões, o representante da Escola Superior Colonial cobrou gratidão do demais países europeus, afinal, teria sido Portugal a nação que mais haveria “trabalhado na causa da civilização universal e mais inteligentemente e, com maior êxito, empregou os seus esforços colonizadores” (CAYOLLA, 1926, p. 19).

O professor também frisou que as conquistas só teriam sido possíveis porque os lusitanos conseguiram planejar todas as suas ações desde o começo das viagens ultramarinas. Seria essa, inclusive, a principal virtude dos comandados da Coroa portuguesa. Além disso, eles teriam desenvolvido as tecnologias necessárias para cruzar os mares e oceanos antes que ingleses, franceses, holandeses ou espanhóis pudessem tê-lo feito. Sendo assim, todos os europeus deveriam reconhecer que aprenderam com Portugal (CAYOLLA, 1926, p. 19).

Considerações praticamente idênticas a essa foram grafadas na *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*. De acordo com Nunes dos Santos, um estudante da Escola Superior Colonial e, provavelmente, aluno de Lourenço Cayolla, qualquer que tenha sido a causa geradora do movimento expansionista de Portugal, “o certo é que o nosso povo não era positivamente, já nesses tempos remotos, aquilo a que se pode chamar um principiante”. Formado na mesma agremiação, Alves de Azevedo demonstrou concordância com os outros dois ao apontar que paciência e persistência foram qualidades imprescindíveis para o sucesso dos negócios ultramarinos portugueses. Conforme seu entendimento,

A colonização portuguesa nunca se preocupou com benefícios imediatos. Foi sempre um empreendimento de largo fôlego. Semelhante critério verdadeiramente imperial no sentido romano da palavra exige tempo; e exige harmonia entre os meios da ação e os recursos nem sempre fáceis de inventar – quer quanto a mão de obra, quer quanto às condições naturais, fatores de que dependem todos os triunfos em todos os aspectos da atividade humana (ALVES DE AZEVEDO, 1936, p. 11).

Publicadas entre um intervalo de dez anos (1926-1936), essas declarações revelaram um conjunto de caracterizações que deram forma ao chamado luso-tropicalismo. Desenvolvido por Gilberto Freyre, essa concepção teorizou a alegada singularidade lusitana em estabelecer relações com povos tropicais, enaltecendo a aptidão dos portugueses em se adaptar a essas regiões. Especialista no assunto, Castelo (2011, p. 40) frisou que a vocação histórica para a conquista, tolerância, capacidade de interpenetração cultural, facilidade de relacionamento humano e integração foram os principais traços atribuídos aos portugueses nas conclusões do sociólogo brasileiro.

Entretanto, Castelo (2011, p. 35) afirmou que o conceito de luso-tropicalismo foi formalizado especificamente no início dos anos 50, em conferências realizadas por Gilberto Freyre no Instituto Vasco da Gama e na Universidade de Coimbra. Mas suas ideias basilares já haviam sido lançadas em *Casa Grande e Senzala* (1933) e *O mundo que o português criou* (1940). Sendo assim, pode-se dizer que a imprensa colonialista portuguesa apontou os princípios do que seria futuramente entendido como luso-tropicalismo no mesmo período em que Gilberto Freyre produziu seus estudos, revelando uma conexão de ideias entre o intelectual brasileiro e os colaboradores envolvidos com a Escola Colonial e a Sociedade de Geografia de Lisboa.

A própria utilização das teorias luso-tropicalistas como propaganda nacional ao longo do regime salazarista indica essa aproximação entre as partes. Por outro lado, assim como o luso-tropicalismo definiu aquelas que seriam as particularidades lusitanas, a expansão colonial foi pensada de forma global por outros historiadores. Destarte, Anderson (2008, p. 197) definiu o expansionismo na África e Ásia como último estágio do desenvolvimento nacionalista ocorrido em países europeus industrialmente articulados.

Concordando com ele, Hobsbawm (1988, p. 65) afirmou que as possessões ultramarinas ganharam muita importância na composição da imagem imperiosa que determinadas nações europeias quiseram atribuir para si mesmas. Além da importância financeira, portanto, os domínios coloniais ganharam significativa representatividade simbólica nas disputas nacionalistas desencadeadas no final do século XIX. Cada centímetro de espaço conquistado em territórios africanos e asiáticos foi reverenciado como exemplo de soberania militar e expressividade política do Estado europeu que o auferiu.

Tomando-se como base os impressos abordados na pesquisa, é admissível afirmar que a mentalidade comentada por Hobsbawm chegou até o século XX. Afinal, ao se defender a ideia de que o trabalho de colonização construído por Portugal teria sido longínquo e demandado sacrifícios de muitos metropolitanos, estruturou-se uma posição de afirmação portuguesa diante das demais potências imperilistas europeias. A reiterada proposição de que essas nações só teriam conseguido chegar até outras partes do mundo em razão da indispensável contribuição dos lusitanos só reforça a conclusão apontada.

Essa perspectiva também ganha respaldo nas observações de Martins (2000, p.144). Para ele, as discussões sobre o além-mar dominaram a política externa portuguesa. A necessidade de se criar estratégias de defesa para conter as frequentes ameaças à soberania do governo metropolitano implantado nas terras distantes teria levado a isso. As reflexões que enalteceram a longevidade e o pioneirismo luistano no estabelecimento um complexo colonial materializaram, assim, uma espécie de enfrentamento discursivo às investidas sofridas pelo Estado português.

Portanto, como destacado nos textos do *Boletim da Agência Geral das Colônias* e da *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*, antes mesmo de pensarem em usurpar os domínios portugueses, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e os outros países deveriam manifestar gratidão e respeito a Portugal por conta da sua tradição em realizar empreendimentos coloniais.

Além do mais, internamente falando, o nacionalismo político português demonstrou constância no que disse respeito à ideia de império, mesmo com a alternância entre Monarquia, República e Estado Novo. A diferenciação em relação as formas de dominação colonial executadas por outras nações europeias se apoiou em dois elementos considerados cruciais: a “herança sagrada” e o “eldorado” (MARTINS, 2000, p. 145). Deste modo, os portugueses deveriam entender que carregariam a missão de preservar os territórios conquistados por seus antepassados e transmitir às gerações futuras a premissa de usufruir dos recursos naturais e humanos das regiões ocupadas na África e Ásia.

Logo, foi necessário refletir sobre os aspectos econômicos ligados ao nacionalismo. De acordo com Sobral (2012, p. 65), as antigas feitorias e presídios não proporcionaram penetração e ocupação efetiva dos territórios continentais

africanos. Deste modo, desenrolou-se uma reformulação profunda no colonialismo português, direcionando-o para a exploração de recursos agrícolas e minerais das colônias a partir das últimas décadas do século XIX. Para isso, o historiador afirmou que foram necessárias medidas de ocupação dessas áreas e submissão de populações nativas, o que gerou, presumivelmente, conflitos e guerras¹⁷.

Dependendo do ponto de vista, as batalhas podem produzir heróis ou vilões. E, tomando como base algumas imagens feitas em Moçambique, o governo metropolitano mostrou interesse em hereoicizar a lembrança de combatentes que participaram da apropriação do território. Tenham eles sobrevivido ou não, as homenagens foram feitas e alguns monumentos construídos.

A recordação de quem “morreu pela pátria” (Figura 4) foi muito simbolizada e esteve ligada à ideia de expansão nacional. Conforme assinalado por Anderson (2008, p. 34), “a nação foi sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal”. O sentimento de fraternidade despertado pelas ideias nacionalistas foi capaz de fazer com que muitos tenham se disposto a matar e, sobretudo, morrer, em defesa das criações ideológicas forjadas pelo nacionalismo. Envolvidos em uma “comunidade imaginada”, os membros de uma nação comumente nunca tiveram contato com a maioria de seus confrades e, no entanto, mantiveram firme a visão de comunhão entre todos (ANDERSON, 2008, p. 32).

¹⁷ Sem falar, ainda, do claro e contínuo processo de resistência cotidiana das populações locais, não mencionado pelo autor, mas merecedor de destaque.

Figura 4 – “Jazem aqui os soldados portugueses que morreram pela Pátria”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 4. Indústrias, Agricultura Aspectos das Circunscrições, etc., 1929, p. 41.

A fotografia registrou um espaço sacralizado. Cercado em meio à mata, o monumento que demarcou o local onde foram enterrados soldados falecidos nas disputas territoriais contra os nativos recebeu ornamentações que o colocaram em destaque, sem, contudo, descaracterizar a composição santificada da área. Nesse sentido, apareceu um arbusto ao fundo e outras plantas rasteiras colocadas especialmente no entorno da escultura. Aparadas, as vegetações parecem ter recebido cuidados frequentes, o que indicaria preocupação do governo em manter o espaço zelado.

Em direção ao topo, pode-se observar o elemento mais marcante da composição dessa espécie de templo ao céu aberto: a cruz, exprimindo a religiosidade incurra na obra. Esse fato permite uma regressão ao âmbito da formulação do luso-tropicalismo que favorece a discussão a respeito da fotografia tratada nesse momento. De acordo com Castelo (2011, p. 36), a gênese do luso-tropicalismo incentivou a concepção de que a expansão portuguesa foi promovida por “desígnios cristãos”. Tal qual afirmado pela historiadora, o próprio Gilberto Freyre

defendeu que o povo português se revelou em terras tropicais mais cristocêntrico do que necessariamente eurocêntrico.

A construção do túmulo em Moçambique é anterior à formulação da teoria luso-tropicalista, é fato. Todavia, a elaboração desse conceito demandou análise da trajetória lusitana pelos territórios tropicais em busca de particularidades que colocariam os portugueses em evidência. Nesse sentido, o recinto contemplado pela fotografia poderia até ser tomado como ilustração da argumentação de Gilberto Freyre, pois sinalizou a alegada obstinação religiosa associada à expansão colonial lusitana. Por terem lutado em prol de Portugal, os soldados mereceriam descansar em um espaço divinizado, afinal, esses mesmos homens teriam batalhado, também, pela proliferação dos ensinamentos cristãos.

Além disso, segundo Le Goff (1990, p. 283), a especialização dos modelos de monumentos tomou dois sentidos desde a antiguidade romana: obras de arquitetura ou escultura feitas para a celebração ou, como na ocasião registrada na última fotografia, ícones funerários voltados para a conservação da memória de pessoas. Em ambas as situações, todavia, a finalidade sempre foi a de eternizar, conscientemente ou não, as sociedades históricas e manter testemunhos sobre o legado deixado por elas.

O mesmo autor também colocou que todo documento é um monumento, pois “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinadas imagens de si próprias” (LE GOFF, 1990, p. 290). Diante disso, o pesquisador concluiu que o documento é uma “montagem” da sociedade e da época em que foi produzido, bem como dos tempos futuros nos quais o mesmo continuou a existir. Por essa razão, é imprescindível a desconstrução dessa composição e análise das condições que estiveram relacionadas com a produção dos documentos-monumentos.

Considerando-se ainda os apontamentos de Lima e Carvalho (2012, p. 43), é importante reiterar que a fotografia, um documento imagético, constitui um discurso. Então, deve-se analisá-la como uma ideologia, ou se preferir, “como parte atuante na reprodução do sistema”. Apoiando-se nas arguições desses catedráticos, a seleção da imagem e sua publicação na coleção de álbuns fotográficos pode indicar, portanto, que seus autores compactuaram com os referenciais ufanistas e consideraram conveniente a divulgação das ideias representadas no local.

Mesmo levando-se em conta as mortes ocorridas, o monumento celebrou a vitória do povo português frente aos guerreiros africanos. A captura fotográfica do sepulcro e a junção do vocábulo “pátria” sistematizaram uma moção de união entre os que se foram em batalha, os que estavam vivos no momento e, ainda, os que viriam a nascer. Afinal, cada um fazia parte de um conjunto imaginado chamado “nação” e o sacrifício dos soldados teria sido em prol do benefício das gerações futuras, que desfrutariam de novas terras e da expansão político-econômica de seu país.

É também admissível que por traz da produção do túmulo e da fotografia feita a seu respeito estivesse uma dupla intencionalidade de afirmação hegemônica. Possivelmente, a representação da vitória portuguesa manteve viva a exemplificação do poderio metropolitano para os grupos nativos instalados na região. Ademais, a veiculação da imagem que contemplou esse monumento por Portugal e, eventualmente, outros países europeus, pode ter gerado a sensação de domínio e pacificação, fundamentais para atrair futuros colonos e afugentar potenciais usurpadores.

Neste mesmo sentido, outras batalhas foram exaltadas na *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*:

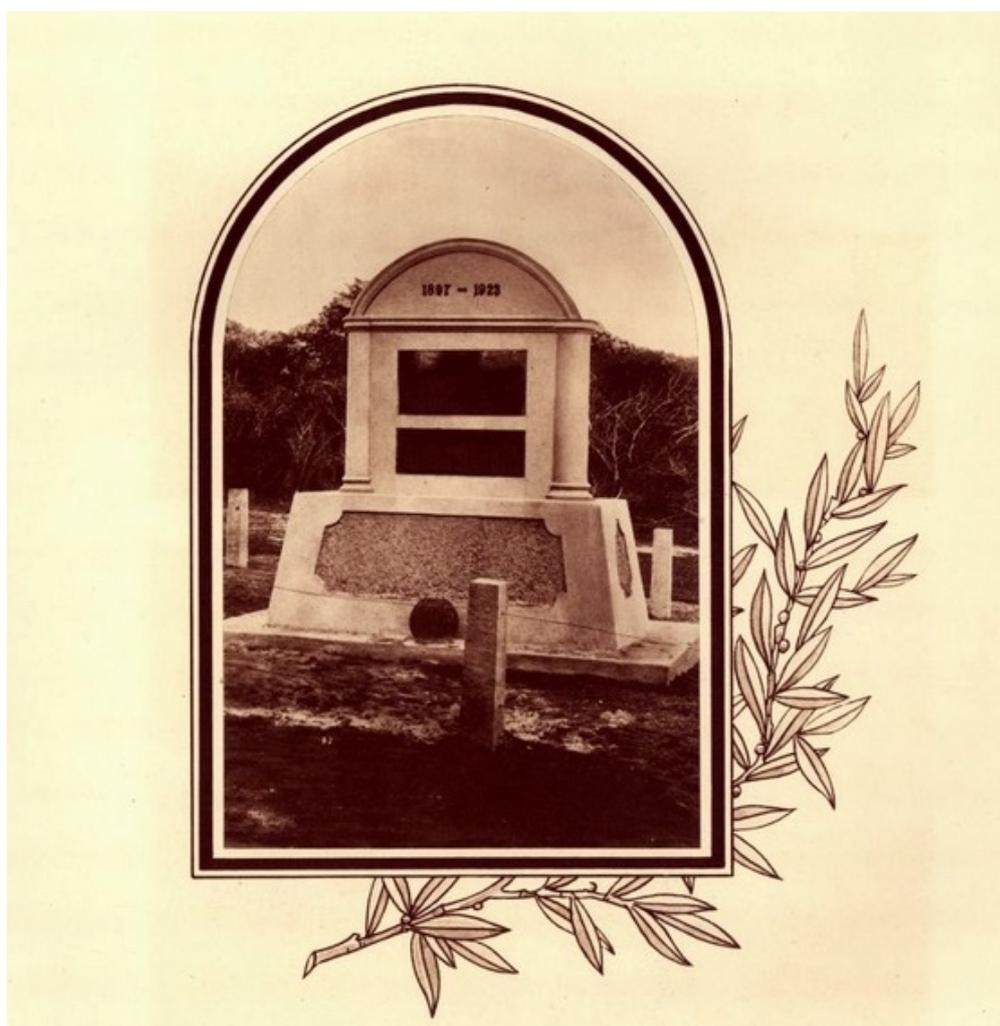
21 de julho de 1897 é, talvez, a maior data da epopeia portuguesa na África. A figura de Mousinho, o maior soldado português das campanhas da África, está, de tal modo, tão intimamente, tão fortemente, ligado a esta data que é impossível separar uma da outra, que é impossível evocar uma sem que a outra se lhe não associe, desde logo.

Quando se fala, hoje, nas campanhas de Mousinho, na formidável atividade militar do que morreu definindo sua própria morte de cruel enigma, logo acode a mente uma imagem de extraordinário relevo – a carga da cavalaria portuguesa em Macontene (ROCHA, 1934, p. 1).

Como explicado por Oliveira Marques (2015, p. 558), na década de 1890, ataques vátuas a Lourenço Marques causaram riscos aos moradores brancos do local. António Enes, antigo ministro da Marinha, foi então nomeado Comissário Régio de Moçambique e organizou uma investida que derrotou momentaneamente os indígenas. Posteriormente, Mousinho de Albuquerque, lembrado na passagem anterior, substituiu António Enes e deu segmento às expedições militares, chefiando, por exemplo, as tropas portuguesas no combate de Macontene.

Seus sucessores no governo mantiveram o processo de submissão de grupos africanos até o início da década de 1920. Mas aquele que foi considerado o feito mais importante de Mousinho de Albuquerque para a dominação de Moçambique foi exaltado em forma de monumento público (Figura 5) e inserido nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*.

Figura 5 – “Monumento erigido em Mapulanguene, à Memória de Mousinho de Albuquerque, que, em agosto de 1897, ali aprisionou o chefe de guerra vátua, Maguiguana”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, vol. 4. Indústrias, Agricultura Aspectos das Circunscrições, etc., 1929, p. 103.

Assim como o sepulcro dos soldados que morreram em batalha contra os nativos, a construção feita para celebrar a vitória de Mousinho de Albuquerque também foi cercada, limitando, por assim dizer, a proximidade do público.

Entretanto, a grade colocada no primeiro caso pareceu oferecer mais proteção, provavelmente por respeito aos corpos alocados no recinto.

Retomando-se as colocações de Le Goff (1990, p. 283), esse monumento se enquadrou na ideia de escultura feita para celebração. A descrição oferecida na fotografia deixou isso claro. Inserida no local exato em que ocorreu a captura de Maguiguana, líder vátua, pelas tropas lideradas por Mousinho de Albuquerque, o ícone criado demarcou, acima de tudo, a conquista territorial consequente à ação do exército português.

Não se tratou da produção da imagem propriamente dita do chefe militar, como aconteceu em outras localidades de Moçambique, mas sim da materialização simbólica do seu triunfo. Portanto se enalteceu diretamente o ato realizado e não especificamente seu autor, como afirmado nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*.

Nessa lógica, a menção “1897-1923” engrandeceu a persistência portuguesa em batalhar ao longo desses anos em busca da plena realização do objetivo expansionista. Além disso, a ornamentação inserida atrás da fotografia, lembrando os louros costumeiramente oferecidos aos vencedores de disputas desde os tempos antigos, potencializou a mensagem de euforia e rememoração da conquista lusitana veiculada na fotografia.

O *Boletim da Agência Geral das Colônias* seguiu a mesma conduta apresentada pelas outras duas publicações. Reproduzindo artigo dedicado ao “Dia do Mousinho”, publicado originalmente no jornal lisboense *Diário da Manhã*, afirmou que “pode-se dizer que Mousinho deu a Portugal Moçambique. Foram as suas vitórias fulminantes sobre o gentio guerreiro e insubmisso que decidiram o futuro da ocupação portuguesa nas terras do interior” (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS NAÇÕES, 1936, p. 15).

Por vezes até enfadonha, a prática adotada pelos três impressos não representou algo inusitado. Serrão e Oliveira Marques (2001, p. 65) já afirmaram, por exemplo, que falar das campanhas desbravadoras e de seus personagens principais consagrou-se como uma das estratégias de propaganda colonial mais praticadas, tendo sido criado, inclusive, um discurso populista em torno das vitórias militares que combinou a exaltação nacionalista e a presumida capacidade colonizadora. Dessa maneira, Mousinho de Albuquerque foi o exemplo de oficial

mais lembrado e sua fama atingiu maior popularidade, especialmente sob efeito da propaganda lançada no Estado Novo.

Segundo Garcia (2001, p. 597), esse tipo de comentário formalizou uma espécie de “comprovação” de que o império colonial português teria sido edificado por setores elitistas focados em descobrir e preservar toda a herança material acumulado desde o século XV. Além disso, as narrativas sobre os feitos militares realizados nos séculos XIX e XX foram transmitidas à sociedade metropolitana como “testemunhos” das conquistas territoriais realizadas no passado por outros compatriotas. Caberia aos lusitanos, portanto, proteger o patrimônio adquirido e transmiti-lo às gerações do futuro.

Analisando o assunto, Said (2011, p. 52) concluiu que as necessidades de gerenciar domínios coloniais recentes e lidar com o rápido crescimento do eleitorado nacional fizeram com que os governos europeus sofressem considerável aumento das pressões sociais. Emanar o poder do passado e da tradição mostrou-se, então, uma estratégia interessante para superar eventuais contestações. Como parte do conjunto de países nos quais a situação descrita pelo autor se configurou, Portugal teve, assim, a questão colonial emaranhada à sua política.

Deste modo, Alexandre (2013, p. 27) apontou que as possessões ultramarinas foram identificadas pelo Estado português como demonstração da proeminência vivida em outros tempos, assim como sinalização da identidade e manutenção do país. Bem por isso, Castelo (2011, p. 48) já havia sido categórica ao dizer que, enquanto outros países tiveram que lidar com agrupamentos favoráveis ou contrários aos esquemas de ampliação colonial, o nacionalismo português, seja republicano ou salazarista, foi, reiteradamente, imperial.

Isso ficou muito mais visível durante o Estado Novo. A partir de 1933, o governo criou dispositivos para interferir continuamente nas decisões tomadas pelos indivíduos. Segundo Proença (2015, p. 674), desde então foi adotada uma atuação concentrada na conexão entre certos aspectos do modernismo e exaltação de valores nacionalistas, patrióticos e populares, dando origem à chamada “política do espírito”. Idealizada por António Ferro, chefe do Secretariado de Propaganda Nacional, essa política determinou que todas as produções artísticas e literárias seguissem as orientações apontadas pela administração portuguesa e consolidassem uma padronização estética de caráter nacionalista e historicista.

Toda a esfera cultural (teatro, cinema, rádio, literatura, artes plásticas, etc.) foi impactada por essas deliberações e os fiscais da censura passaram a julgar o que poderia ser exibido (PROENÇA, 2015, p. 674). Ainda que não citada especificamente pela historiadora, a imprensa direcionada à propaganda colonial certamente também foi afetada pelo aparelho estatal. Por conseguinte, aquilo que já era feito com maior liberdade durante a república foi sistematicamente transformado em compromisso na época salazarista.

Rosas (2001, p. 255) explicou que componentes marcantes do nacionalismo republicano foram recuperados e intensificados nesse período. A chamada “missão histórica” colonizadora e evangelizadora, elemento fundamental da “essência orgânica da Nação portuguesa”, passou a respaldar e ratificar a ocupação dos territórios coloniais. Além do mais, o resguardo de tal premissa e a salvaguarda das riquezas provenientes do além-mar foram estipuladas como circunstâncias ligadas à preservação da própria independência de Portugal.

A centralização político-econômica desencadeada no período salazarista foi assinalada como condição para a proteção e crescimento do território português. Nesse contexto, a rememoração das tradições e faustos de outrora transformou-se em linha mestra da “restauração” de que o império careceria. Colônias, nação e Estado Novo mesclaram-se, então, numa “construção mítica” (Rosas, 2001, p. 255).

Sendo assim, os órgãos de comunicação atuantes durante o governo colaboraram para a exaltação da mentalidade imperial junto à população. Tal qual afirmado por Alexandre (2013, p. 188), promoveram o pensamento de que, diferentemente dos demais países europeus, Portugal desfrutaria de um império iniciado há muito tempo e sua obra não seria decorrência ocasional das rivalidades originadas no final do século XIX. Ressaltaram, da mesma forma, a sugestiva natureza desbravadora dos colonos portugueses, representando-os como alheios às dificuldades e qualificados para interagir com os nativos africanos.

Buscando entender a mentalidade da época, Garcia (2011, p. 87) esclareceu que os ideólogos dos preceitos afirmados ao longo do regime salazarista julgaram que seria preciso reanimar o sentido colonizador dos portugueses. Afinal de contas, mais relevante que o poder material seria o

poder incorpóreo e espiritual dos homens empenhados nessa tarefa de construir e transformar novos lugares e novos mundos, à imagem

e semelhança da cultura colonizadora que teria importância a partir da sua apropriação e dominação (GARCIA, 2011, p. 88).

Embora prolongada, essa explanação sobre as interpretações feitas pelos pesquisadores indicados é imprescindível para se apreender os caminhos tomados pelos periódicos propagandísticos estudados no trabalho. Parte da construção ideológica comentada por esses especialistas, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, assim como o *Boletim da Agência Geral das Colônias e a Portugal Colonial*, *Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* conduziram intensamente suas editorações para a glorificação de personagens e feitos do passado.

Obstinadamente esses conteúdos foram mostrados pelos impressos, revelando tanto a influência política sofrida por eles, quanto propriamente o desejo ou inevitabilidade de acentuar o pensamento corrente junto à comunidade. Interessantemente, *O Brado Africano* também demonstrou afeição às ideias nacionalistas e historicistas em determinadas oportunidades. Nos anos vinte, por exemplo, um participante do hebdomadário relatou ter passado por uma experiência metafísica relacionada com o militar tão homenageado pelos impressos lusitanos. Eufórico, ele produziu a seguinte narrativa:

Eram duas horas da madrugada do dia 22 do corrente em que fui acordado pelo alarme da campainha do despertador. Levantei-me para a parar, mas pouco tempo depois, a campainha voltou a tocar quando pegava no sono!

Ao abrir os olhos aligeirou-se me que via na minha frente, muito firme, Mouzinho de Albuquerque!...

Resolvi entrevista-lo e perguntei-lhe:

- O que quer V. Ex.^a de mim?

- Ele, com a voz muito suave, disse-me:

Venho agradecer-te as palavras que disseste a meu respeito no "Brado Africano", sobre o ataque que me fez "O Oriente".

- Nada tem que me agradecer, não fiz mais do que o dever em defender a sua memória (FIGUEIREDO, 1922, p. 2).

Mouzinho de Albuquerque, assim como António Enes, foi figura proeminente na geração de políticos e militares que se opuseram à transferência do pensamento liberal para as colônias e defenderam uma "desmistificada relação de senhor e servidor entre colonizador e colonizado e uma crua divisão de tarefas na produção econômica que não deixava espaços à mobilidade social" (CABAÇO, 2001, p. 360). Logo, chama a atenção a proteção à memória do dirigente português por parte de

alguém que assinou uma matéria em um jornal produzido por indivíduos sobre os quais incidiu o imperialismo.

Em 1934, um homem identificado como Manuel Caraco escreveu um artigo elogioso à “pátria” e “uma galeria imensa de nobres portugueses” que auxiliaram na ocupação de terras no Brasil e África (CARACO, 1934, p. 1). Uma década antes disso, outro colaborador do jornal exigiu a presença e cooperação em festividades cívicas, pois seria esse um dever de todos os que vivessem em Moçambique. Não satisfeito, o mesmo reclamou maior consideração em relação à uma personalidade envolvida com as primeiras viagens transatlânticas feitas por Portugal:

É grato recordar os feitos de um herói, como é dever tributar a esse herói o preito da nossa homenagem.

Vasco da Gama, o glorioso navegador, descobrindo o caminho marítimo das Índias, conquistou uma grande glória para Portugal. Esta glória, porém, que necessita ser reativada, através de todos os tempos, por parte de todos os portugueses, seguindo os exemplos de Fé e de Patriotismo que nos legou Vasco da Gama, começou sendo empanada a breve trecho (O BRADO AFRICANO, 1924, p.1).

De acordo com Mouillaud (2012, p. 102), o nome dado a um jornal instiga certas deduções e expectativas sobre o tipo de conteúdo e posicionamento exibido no impresso. Tendo isso em mente e levando-se em conta o ambiente colonial, seria presumível que *O Brado Africano* desconsiderasse as tradições metropolitanas. Todavia, pode-se dizer que o impresso adotou a mesma conduta que os periódicos propagandísticos lusitanos no tocante às homenagens prestadas aos conquistadores portugueses. Como explicar, então, essa aparente contradição?

Assim como já lembrado por Zicman (1981, p. 90), os assuntos veiculados pela imprensa não são escolhas eventuais. Pelo contrário, revelam ações “próprias” de cada jornal, organizado de acordo com seu “filtro” a respeito do que pode ou não ser levado a público. Em relação a outras temáticas discutidas quase que semanalmente pelo jornal moçambicano, comentários sobre o pioneirismo colonial não foram tópicos dos mais frequentes. Mas é preciso evidenciar que o periódico levou esse teor até os seus leitores. E, se o fez, foi com alguma objetividade instituída.

As conclusões de Newitt são relevantes para buscar esclarecimento sobre essa inquietação. De acordo com o historiador, os “filhos da terra”, núcleo social do qual derivaram os principais representantes do *O Brado Africano*, desfrutaram de

representatividade na classe urbana de Moçambique entre os decênios de 1880 e 1890. Prestigiados, exerceram funções na administração local, forças armadas e conselhos municipais. Após o acelerado crescimento da economia e administração colonial, entretanto, praticamente todos eles perderam suas ocupações proeminentes.

Até esse período, as forças armadas eram o setor que mais empregava trabalhadores, privilegiando-se colonos e afro-portugueses locais. Contudo, após a Fundação da Escola Colonial, sediada na capital metropolitana e especializada na formação de funcionários coloniais, constituiu-se uma classificação dos servidores públicos, submetidos a avaliações periódicas para poderem alcançar elevação de seus cargos.

Durante esse processo, os empregados civis passaram a ocupar gradualmente os postos administrativos, resultando na retirada de militares da gerência colonial. Sendo assim, os “filhos da terra” gradualmente deixaram de compor as equipes administrativa e militar que prestavam serviços ao Estado. Desde então, o governo foi composto “não por colonos locais, mas por uma elite de funcionários coloniais que eram portugueses na sua orientação e lealdade e pediam apoio a Lisboa” (NEWITT, 2012, p. 346).

Deste modo, Newitt (2012, p. 385) afirmou que os estratos superiores do controle administrativo foram preenchidos por metropolitanos que se dirigiram a Moçambique especificamente para o cumprimento desse objetivo. Os antigos colonos, por sua vez, foram majoritariamente remanejados para funções de menor notoriedade. Poucas chances restaram, assim, para os “filhos da terra”. Inevitavelmente, eles ficaram restritos a ocupações subalternas na organização da mão de obra oficial.

De forma similar, Cabaço (2001, p. 356), assegurou que a chegada de novos lusitanos e asiáticos em Moçambique acentuou a marginalização trabalhista, política, econômica e social dos afro-portugueses já estabelecidos na região, restringindo-os “à própria matriz africana”. Segundo Newitt (2012, p. 385), os irmãos Albasini viveram essa conjuntura também apontada por Cabaço e ilustraram a decadência das famílias afro-portuguesas tradicionais. Como explicado por Zamparoni (2007, p. 231), João trabalhou como ajudante de despachante, ao passo que José desempenhou a atividade de caixeiro. Tais informações reforçam a hipótese de que

os “filhos da terra” encontraram dificuldades para se inserirem em colocações mais condecoradas após as mudanças apontadas há pouco.

Portanto, a perda de representatividade social pode ser uma das justificativas para a insistência de certos participantes do *O Brado Africano* em lembrar do sucesso dos conquistadores portugueses. No fim das contas, essa história também era deles. Reportá-la poderia ser um modo de assegurar que os outros tomassem consciência disso e, de certo modo, fomentassem o protagonismo que o grupo saboreara em um passado não muito distante.

Além do mais, Zamparoni (2007, p. 231) indicou que durante a época em que Manuel Caraco conclamou o dever de recordar Vasco da Gama, ou seja, ao longo do Estado Novo, a noção de “império” abrangeu a perspectiva de “alargamento” das fronteiras metropolitanas até os territórios obtidos no além-mar. Em função disso, propagandeou-se a existência de um grande conjunto lusitano, reunindo pessoas de Portugal e das colônias.

Mas no pensamento de Jorge Netto, outro colaborador do *O Brado Africano*, a ideia de inserção ao mundo português já estava formada antes mesmo do salazarismo. Nesse sentido, ele defendeu a seguinte proposição:

É preciso que toda a gente que nos lê tenha presente isto: não pretendemos constituir uma comunidade diferente, um novo Brasil ou nova América.

Se por vezes as nossas palavras denunciam certo bairrismo, não temos outro fim que não seja o de desenvolvimento da nossa raça, apagar um pouco a escuridão que campeia pela mentalidade dos nossos irmãos de raça. Somos tão portugueses como os que o são; somos tão patriotas como todos aqueles que na hora do perigo sabem derramar o seu sangue pela pátria mãe que às vezes é madrasta. Sentimos todas as afrontas que o estrangeiro faça ao nosso lindo Portugal (NETTO, 1932, p. 2).

A asserção de Jorge Netto aproximou-se das conclusões de Newitt (2012, p. 386), segundo o qual os “intelectuais urbanos afro-portugueses” atuantes nas décadas de 1920 e 1930 não exigiram o fim do governo colonial. O que quiseram, em suma, foi garantir que o Estado implantado respeitasse os princípios de assimilação, civilização e progresso anunciados por ele mesmo. Considerando-se a colocação do historiador dedicado ao estudo das antigas colônias portuguesas na África e o testemunho escrito pelo colaborador do jornal moçambicano, pode-se deduzir que, se a transgressão não foi o objetivo central dos “filhos da terra” nesse

momento, o ajustamento ao sistema de poder instalado, por sua vez, mostrou-se uma alternativa plausível.

A lembrança de acontecimentos historicamente desfavoráveis aos povos originários de Moçambique pareceu ter um propósito relacionado ao tempo presente. Ela pode ter constituído um esforço por expressão social daqueles que se manifestaram através do jornal. Ao afiançar a história dos colonizadores e disseminá-la em seus textos, os indivíduos em questão externaram uma suposta aproximação com os portugueses, buscando sustentar, provavelmente, uma relação de compatibilidade com esse estrato populacional.

Compreendidos sob essa perspectiva, os discursos ufanistas inseridos no *O Brado Africano* significaram uma moção de autoafirmação realizada por indivíduos que se conectaram à identidade portuguesa e, por assim dizer, distanciaram-se da associação com os nativos “incultos”, cuja “escuridão” ainda “campeia pela mentalidade”, tal qual assinalado por Jorge Netto. A referência à trajetória colonial lusitana impulsionou o pronunciamento de um núcleo social que, afirmando lutar pela contemplação de interesses indígenas, eventualmente asseverou componentes ideológicos empregados na disseminação do imperialismo. Incongruente, à primeira vista, assim se delineou uma adequação inconsciente ou premeditada ao sistema colonial instituído em Moçambique.

Por outro lado, Zamparoni (2007, p. 151) analisou esse assunto de forma mais abrangente. De acordo com ele, os enunciados nacionalistas disseminados pela pequena burguesia negra e mestiça disfarçaram a preocupação de uma possível apropriação da região moçambicana pela Inglaterra ou África do Sul. Segundo as projeções do pesquisador, qualquer uma das hipóteses significaria a extinção dessa camada social que já lutava para se manter notável. Forjados na cultura lusitana, esses indivíduos não conseguiriam destaque no contexto anglófono e poderiam sucumbir diante do panorama social sul-africano, ainda mais racista e opressor que o de Moçambique.

Retomando-se as observações de Le Goff (1990, p. 288), o documento histórico é uma construção social sob a qual imperam as relações de poder presentes na coletividade. Sendo assim, a aceitação de um discurso corrente entre os setores metropolitanos intelectualizados por parte dos afro-portugueses ligados ao *O Brado Africano* pode ter significado tanto a crença efetiva nos ideais proferidos, quanto o estratagema de aproximar-se propositalmente do centro de poder para

conseguir representatividade social e respeito para si e, automaticamente, para o jornal pelo qual se manifestaram.

Seja pelas razões apontadas especificamente por Newitt e Zamparoni, ou ainda pela junção de ideias trazidas por ambos, ao enaltecer o nome de figuras importantes para a concretização do desenvolvimento colonial português, o *O Brado Africano* realizou uma negociação política com os setores dominantes da sociedade moçambicana, requerendo o direito de rememorar o passado com objetivações e inquietações oriundas do presente, tal qual realizado demasiadamente pelo próprio governo metropolitano.

Diante do exposto até esse ponto, constatou-se que o imperialismo europeu no continente africano exige reflexões acerca de sua dimensão ideológica. A construção e manutenção de domínios distantes não se mantiveram sem o apoio de instrumentos que pretenderam atingir o ínterim de pessoas comandadas por países classificados como colonizadores. A conservação dos territórios coloniais dependeu da capacidade de cada governo em fazer crer na precisão e triunfo dos seus planos expansionistas.

Deste modo, a imprensa teve que colocar o além-mar em evidência. Ao discutir as características dos órgãos estudados, foi possível perceber que as circunstâncias políticas em vigor no início do século XX praticamente transformaram isso em obrigação. Assim como tantos outros, eles imprimiram as manifestações de seus produtores sobre as colônias portuguesas e expuseram levantamentos estatísticos, pontos de vista específicos, anseios e reclamações particulares.

Para as publicações subsidiadas pelo Estado ou inspiradas em seus princípios, o resgate de memórias relacionadas às navegações quinhentistas e subsequentes passagens da trajetória colonialista portuguesa alicerçou a concepção de perpetuidade de um império edificado durante séculos e dígno de reverências exatamente por sua longevidade. Para o impresso elaborado por “filhos da terra”, entretanto, significou uma proposição de equivalência com o setor mais prestigiado na sociedade moçambicana. Nos dois casos, por conseguinte, a recordação do passado representou busca por consolidação e legitimidade.

2 O inferno são os outros: a idealização da gente do “mato”

Como pôde ser visto até aqui, os impressos direcionados à propaganda colonial portuguesa preocuparam-se em manter vivo o espírito de conquistas além-mar. Para tanto, levaram ao público várias menções de patriotismo e enaltecimento de figuras consideradas ilustres por terem dedicado esforços para a expansão imperial lusitana. Também foi possível observar que o jornal escrito por afro-portugueses presentes em Moçambique seguiu a mesma abordagem dos veículos propagandísticos, exaltando algumas personalidades portuguesas ligadas ao processo de colonização, iniciado desde os tempos de Vasco da Gama.

Todavia, nem sempre as publicações estudadas mantiveram-se coesas. Um dos principais pontos de discrepância entre os títulos esteve relacionado ao africano tido como indígena. Assim, o presente capítulo aborda as visões sobre esses indivíduos apresentadas pelas fontes históricas discutidas no trabalho.

Após destacar a influência dos pensamentos raciais no transcorrer do final do século XIX e início do XX, o texto levanta as considerações dos colonizadores a respeito dos homens e mulheres do “mato”. Em seguida, insere o posicionamento do *O Brado Africano* sobre o assunto, buscando traçar um paralelo entre as opiniões expostas por europeus e “filhos da terra”.

2.1 Raças, indígenas e “mato”

Inegavelmente, preconceito e discriminação são dois problemas que acometem os seres humanos do mundo todo. Mesmo na chamada “era da informação”, muitos persistem em manter ideais segregacionistas e difamatórios baseados na indisposição ou incapacidade de refletir sobre a diversidade existente entre os sujeitos. Por mais que se fale a respeito, a diferença ainda é um tabu para inúmeras sociedades. Todavia, essa não foi uma situação que se manifestou de uma hora para outra. Arraigada no pensamento popular, a pressuposta discrepância natural entre a humanidade é, na verdade, uma construção histórica.

De acordo com Schwarcz (1993, p. 44), na história ocidental, especificamente, as grandes navegações dos séculos XV e XVI simbolizaram uma fase em que a apreensão das diversidades se tornou tema corriqueiro em debates e polêmicas. As narrativas produzidas pelos europeus que se lançaram aos oceanos

passaram a descrever repetidamente os habitantes de outros continentes como estranhos e “anormais”. Mas, ainda seguindo os apontamentos da pesquisadora, no século XVIII, as observações sobre os outros mudaram do patamar de excentricidade para a caracterização de “primitivos” (SCHWARCZ, 1993, p. 44). Na mesma linha de raciocínio, Young (2005, p. 111) afirmou que as teorizações sobre raças começaram na época frisada pela antropóloga brasileira, tornaram-se científicas no século XIX e terminaram como ideologia após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Schwarcz (1993, p. 47), por sua vez, lembrou que, instituído no início do século XIX, por Georges Cuvier, o termo raça inaugurou a perspectiva de que existiriam heranças físicas permanentes entre os vários grupos de humanos. As diferenças foram entendidas, nesse momento, sob o viés da estreita conexão entre características físicas e propriedades morais e não tardou para que surgissem modelos deterministas raciais que classificassem os indivíduos.

Provavelmente o mais famoso deles foi o criado por Gobineau. Conforme Silva (2015, p. 33), o cientista francês, considerado pai do racismo moderno, defendeu a “existência de três raças (branca, amarela e negra), sendo a branca mais inteligente e moralmente superior que as demais, enquanto a negra “animalesca e despida de moralidade”. O historiador português também salientou que os cientistas do século XIX frequentemente recorreram aos argumentos social-darwinistas para justificarem a hierarquização das raças, a prevalência dos brancos e dominação dos tomados como inferiores, no caso, os negros.

Da mesma forma, Schwarcz (1993, p. 47) afirmou que foram muitas as áreas do conhecimento que se apoderaram dos princípios lançados em *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, publicado em 1859. Conceitos como “evolução”, “competição”, “seleção do mais forte” e “hereditariedade” foram corriqueiramente aplicados na psicologia, linguística, pedagogia e ciências políticas. Tal qual afixado por Uzoigwe (2010, p. 25), a obra proveu fundamentação científica aos comungantes da supremacia da raça branca e este tema se manteve presente sob diversos meios na literatura europeia.

Marques (1994, p. 15-16) exemplificou os comentários apresentados pelos dois últimos pesquisadores ao mencionar o chamado darwinismo social. Tida como aplicação da teoria da seleção natural de Darwin para as ciências humanas, essa tese ganhou relevância dentre os intelectuais da época. De acordo com seu principal

mentor, Herbert Spencer (1820-1903), características biológicas e sociais seriam determinantes para a definição dos mais aptos. Fatores como poder aquisitivo e habilidades nas ciências humanas e exatas seriam alguns dos indícios que assegurariam a supremacia de uns sobre outros. Considerava-se que os seres humanos seriam desiguais por natureza, sendo “normal” que uns obtivessem sucesso e outros não. Para Schwarcz (1993, p. 47), criou-se, assim, um grande pessimismo em relação à miscigenação, tendo em vista que as raças foram enxergadas automaticamente como produtos imutáveis e, portanto, todo cruzamento foi considerado errôneo.

Este arcabouço teórico sobre as raças preconizou a Eugenia. Tal qual explicado por Marques (1994, p. 33), fundada em 1883, por Francis Galton (1822-1911), a teoria pregou a formação de uma elite genética através do controle científico da procriação humana guiado pelo Estado e visou o aperfeiçoamento racial ao desencorajar ou impedir que os considerados menos aptos gerassem herdeiros. Em outras palavras, tratou-se da concepção de um mecanismo para o melhoramento genético.

Forjadas no campo das ciências naturais, essas teorias raciais rapidamente ganharam dimensão política e foram utilizadas como subterfúgio para asseverar a corrida imperialista iniciada em fins do século XIX. Young (2005, p. 111), por exemplo, já lembrou que as teses raciais se desenvolveram em um período fundamental da expansão britânica e europeia que resultou na ocupação de nove décimos da superfície terrestre por países ocidentais, explicitando a ligação entre concepções acerca da superioridade branca e a justificação para tal amplificação.

O desenvolvimento do nacionalismo na Europa encontrou na ideia de raça um argumento fundamentado na natureza para explicar o percurso de cada nação. De acordo com Sobral (2015, p. 126), as nações europeias começaram a ser concebidas enquanto raças, tanto cientificamente, quanto no senso comum. Young (2005, p. 112), por seu turno, afirmou que, mesmo mantendo-se os termos científicos, as teorias raciais foram expressas em formas populares. Ainda segundo o autor, a partir da década de 1880, a construção ideológica em torno da raça tornou-se tão vigorante que a pressuposição da superioridade racial branca se transformou no principal fundamento para justificar o avanço imperial, transcendendo, até mesmo, as interpretações de caráter econômico ou missionário. Com uma leitura mais integralizada, Coquery-Vidrovitch mencionou que

As teorias raciais vinham no momento oportuno para justificar as ambições políticas e estratégicas internacionais, para apoiar as ambições econômicas ultramarinas, promessas de investimentos e de lucros, e para dar um novo impulso à ação missionária encarregada de civilizar aos pagãos cristianizando-os. Teorias, interesses e ambições se conjugaram para promover a conclusão da partilha da África e a dominação dos povos da Ásia e do Pacífico (COQUERY-VIDROVITCH, 2004, p. 773).

Seja fator determinante ou parte de um conjunto de motivos que levaram à expansão europeia na África e Ásia, a difusão dos princípios raciais alimentou a curiosidade do público em relação às diferenças humanas. Durante as décadas de 1870 e 1930, várias foram as mostras universais e coloniais organizadas na Europa e América que fizeram da apresentação dos colonizados suas atrações principais (BETHENCOURT, 2015, p. 414). Vide o exemplo das atuações de Henrique Galvão nos eventos portugueses, já mencionado em capítulo anterior.

O mesmo tipo de cerimônia também aconteceu diversas vezes na Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos e França. Inclusive, Coquery-Vidrovitch (2004, p. 778-779) destacou que o sistema de ensino, literatura e cinema franceses contribuíram muito para a propagação dos ideais racistas e exibição de africanos e asiáticos. Da mesma forma, Bethencourt (2015, p. 415) lembrou que os zoológicos humanos também se transformaram em empreendimentos bem-sucedidos.

O que tanto chamou a atenção dos visitantes desses locais foi a curiosidade de encontrar-se com a “gente do mato”. Segundo Nascimento (2013, p. 115), fazer parte desse grupo significou para os portugueses viver em um ambiente considerado selvagem, bruto, animalesco, e, em razão disso, passível de ser exibido nas feiras e zoológicos. Baseando-se nas explicações de Barros (2015, p. 72), a estratégia de retratar os africanos com altas doses de exotismo e barbaridade esteve inserida na intenção de expor o continente africano e seus moradores ao público metropolitano e, concomitantemente, tentar instigar os europeus a seguirem para África em busca das riquezas naturais ou em missões humanitárias.

De certo modo, a nomenclatura dada aos moradores da zona rural das colônias esteve conectada à chegada dos portugueses. Conforme os apontamentos de Oliveira Marques (2015, p. 685), a fomentação da entrada de colonos nas áreas dominadas desembocou na formação de um acentuado urbanismo e criou uma oposição entre campo e cidade, transpondo para o ultramar uma característica comum da metrópole lusa. Os brancos estabeleceram residência nas cidades,

especialmente nas capitais. Enquanto isso, os indígenas mantiveram-se no campo, com menor contato com as áreas urbanas e dedicados à agricultura rudimentar.

Isto quer dizer que os “indígenas” foram preponderantemente “gente do mato”. Com a lei laboral de 1899¹⁸, passou-se a considerar a existência de duas classes de habitantes nas colônias portuguesas: os indígenas e os não-indígenas. Segundo Newitt (2012, p. 345), sobre os ombros dos primeiros incidiu o peso de não ser considerado civilizado, ficar susceptível ao trabalho forçado, pagar impostos e não poder abandonar o território sem autorização governamental. Os indígenas passariam a ser administrados formalmente pelo direito africano e leis específicas de cada colônia. Em contrapartida, os que usufruíram da condição de não-indígena teriam os mesmos direitos de cidadania dos portugueses e seriam protegidos pelas leis metropolitanas.

O regulamento de 1914 traçou ainda uma relação de particularidades que definiriam legalmente os indígenas. Três quesitos seriam elementares para compor essa caracterização: ter pais indígenas, ter nascido em uma das colônias portuguesas na África e, por último, não se distinguir de sua raça, “pela educação, procedimentos e hábitos” (MARTINEZ, 2008, p. 203). Nota-se que, além da origem e linhagem familiar, a definição desse extrato social também se deu pela presunção de que determinados comportamentos fariam parte de sua natureza, ou, se preferir, de sua raça.

A nomeação de indígena carregou consigo a expectativa de execução de certos atos e condutas elementares. Assim como as feiras e demais eventos de grande monta, a imprensa colonial foi responsável por criar e reproduzir muitas ideias e estereótipos que agregaram depreciação e excentricidade ao olhar europeu dirigido aos indígenas. Vejamos, agora, o que as fontes discutidas no trabalho disseram sobre esses sujeitos e como o fizeram.

2.2 Mulheres: anatomia e analogias

Não seria exagero alegar que a produção dos títulos analisados ocorreu em um universo praticamente masculino. Quando assinadas, as matérias contidas nos periódicos revelaram o nome de homens. Quando não, a concordância gramatical

¹⁸ Resultado de uma comissão presidida por Antonio Enes, incumbida de estudar as populações indígenas, concebeu ao Estado português o direito de obrigar juridicamente o nativo a trabalhar, sob a alegação de que isso contribuiria para sua civilização.

dos textos foi basicamente apresentada segundo o gênero masculino, indicando o sexo de seus autores. Se houve alguma intervenção feminina na formulação dos periódicos, ela aconteceu de modo secundário e pouco perceptível. O mesmo pode ser dito sobre os álbuns fotográficos. A organização do material foi assumida por homens e não houve menção alguma sobre uma eventual participação de mulheres no trabalho. Certamente esse quadro foi reflexo de uma sociedade patriarcal em todas as suas instâncias.

Por outro lado, atentar-se ao fato comentado é fundamental para questionar a constante alusão às mulheres indígenas nas fontes. Muito foi falado sobre elas, tanto sob o ponto de vista do homem metropolitano, quanto do afro-português intelectualizado. O que quer que eles tenham suposto ou afirmado, o fizeram de uma posição exógena, é preciso lembrar. Não que isso necessariamente comprometa as opiniões expostas, mas é fundamental refletir sobre as problemáticas advindas da condição ressaltada.

Isto posto, em março de 1933, a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* levou ao seu público leitor uma chamada sobre moçambicanas, intitulada “Mulheres Negras”. Em meio a três imagens de moças com a parte de cima do corpo desnuda, foram lançados os seguintes dizeres:

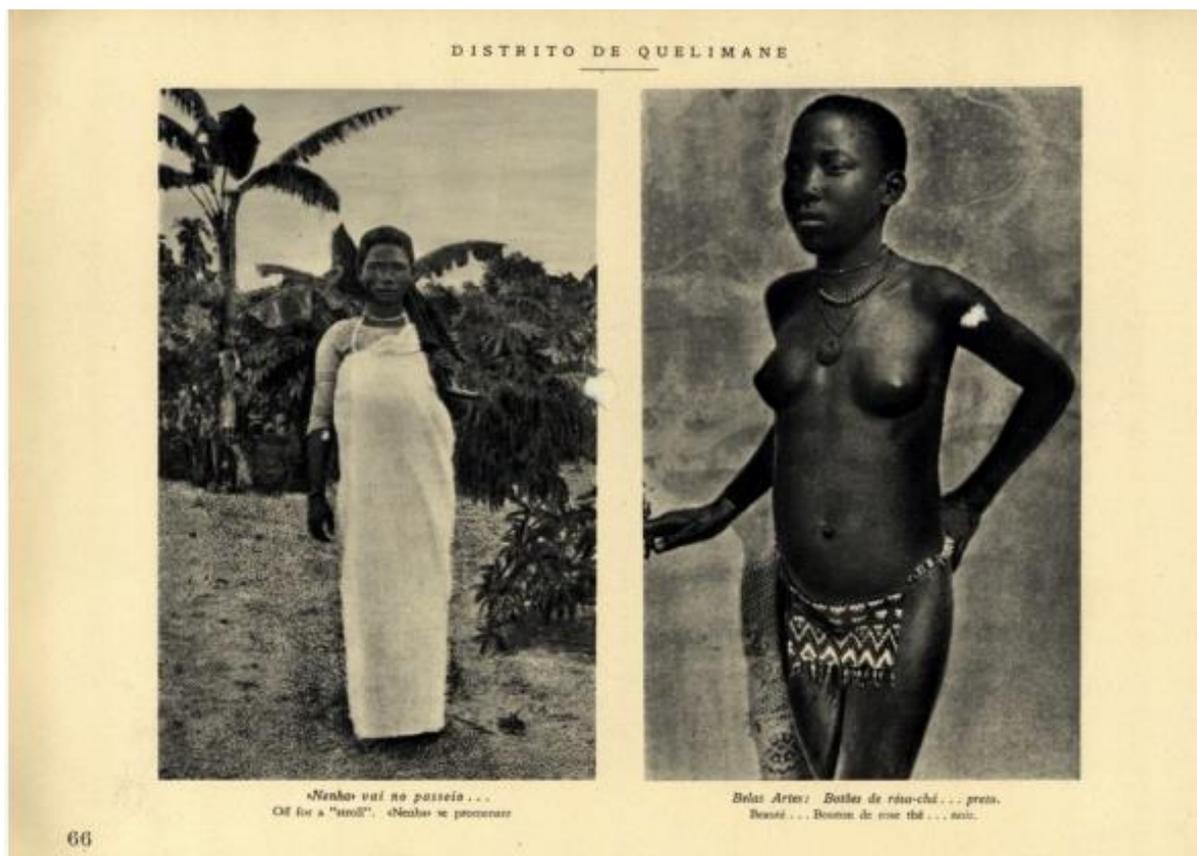
Há quem conteste a beleza das pretas – e há, também, quem a exalte demais. Entre os dois extremos – aquele que as considera simples animais e aquele de que nascem os mestiços, há um meio termo agradável e cheio de pitoresco em que cabem estas representações da beleza africana fotografadas com os seus atavios característicos, impenetráveis ainda à internacionalização da moda feminina (PORTUGAL COLONIAL, 1933, p. 19).

De forma breve e objetiva, o texto condensou as possibilidades de entendimento sobre as indígenas. O referencial estabelecido transitou entre critérios de beleza e associação com animalidade. No meio dos dois contornos, uma espécie de “zona de conforto” proporcionada pela excentricidade das mulheres em si e de seus ornamentos. Quer dizer: bela, feia, animalesca e pitoresca seriam as classificações que resumiriam a existência da vida dessas pessoas. Bastante taxativo, seria capaz até que o trecho representasse uma voz dissonante e isolada. Mas não foi bem assim. Pelo que foi encontrado nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique* e no *Boletim da Agência Geral das Colônias*,

o parecer indicado na *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* foi parte da regra e não da exceção.

O conjunto de fotografias, por exemplo, abordou estritamente os usos e costumes praticados pela “gente do mato”. As mulheres, especialmente as mais jovens (Figura 6), foram tema de grande parte do último volume da produção.

Figura 6 - “Nenha vai ao passeio... Belas Artes: botões de rosa-chá...preto”



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 66.

Organizadas na mesma página, as fotografias captaram dois momentos distintos que não pareceram revelar ligação entre si. Os editores não fizeram nenhum comentário que colaborasse para se entender a razão pela qual a imagem de uma indígena passeando, vestida, foi posta ao lado da cena de outra nativa, com os seios à mostra. Talvez a relação entre as ambas provenha simplesmente do fato de terem sido feitas no Distrito de Quelimane.

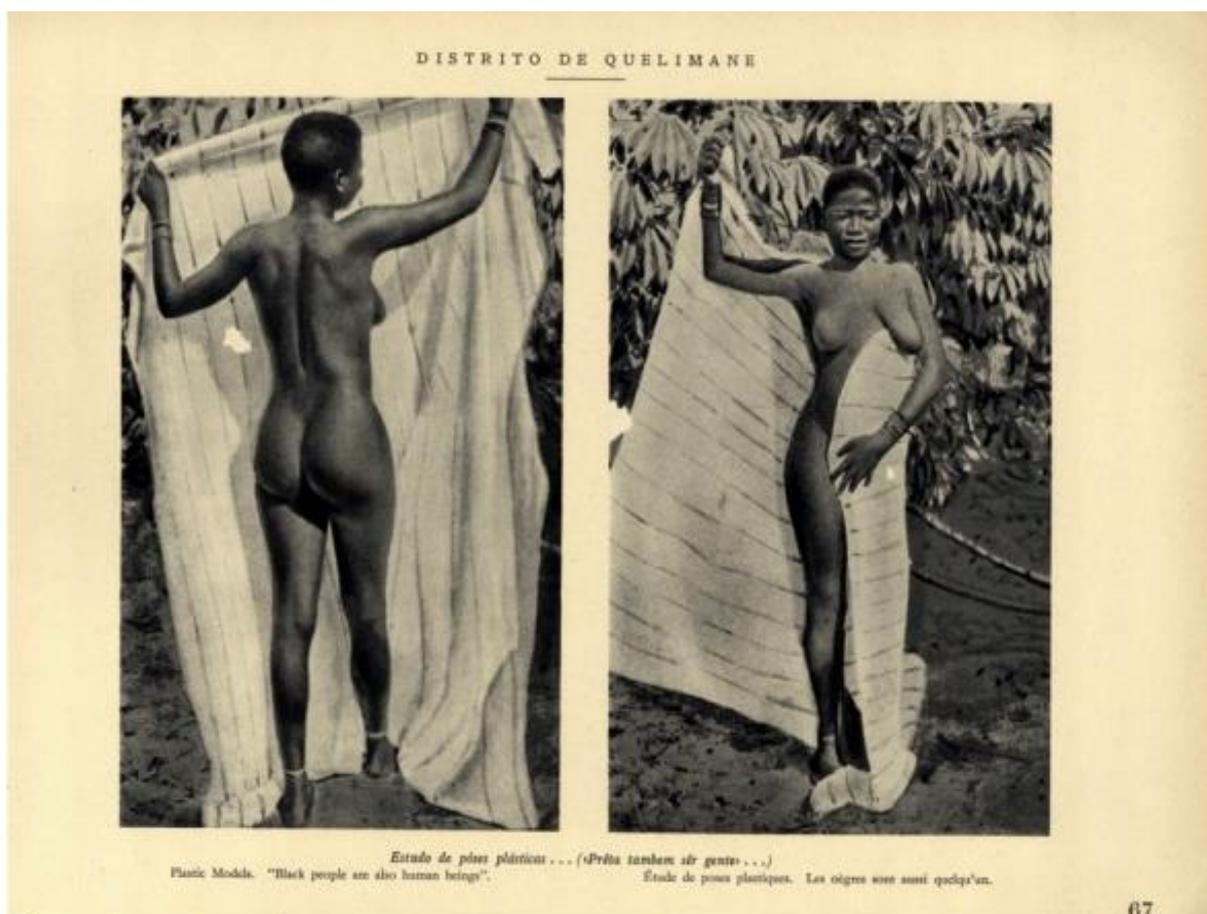
Seja como for, Young (2005, p. 18) colocou que a intersecção entre cultura e teorias raciais foi entremeada particularmente pelo viés da sexualidade. Tal

observação pode ser um fator relevante para se questionar a razão pela qual as roupas usadas pela primeira retratada foi basicamente uma exceção dentre as fotografias que compuseram o álbum. Majoritariamente, o eixo das imagens criadas esteve organizado em torno da nudez apresentada pelas mulheres e, como visto há pouco, a analogia “botões de rosa-chá....preto” foi empregada para se fazer alusão à anatomia da segunda indígena apresentada.

Pode-se dizer que a relevância atribuída aos seios da moça seguiu um hábito comum dentre os fotógrafos que estiveram nas regiões africanas tomadas pelos europeus. Segundo Schweitzer (2016, p. 145), fotografias com o mesmo perfil também foram elaboradas por alemães, belgas e franceses, sendo possível assinalar, inclusive, que esse tipo de produção cresceu substancialmente durante a época do colonialismo.

Ao investigar cartões postais alemães, a pesquisadora concluiu que “o exótico aparece como máscara para disfarçar elementos eróticos associados às mulheres africanas” nesse tipo de material (SCHVEITZER, 2016, p. 157). A mesma coisa relação pode ser observada nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, pois as nativas também foram retratadas em poses que indicaram a caracterização de sensualidade em algumas passagens da coleção (Figura 7).

Figura 7 - “Estudo de posés plásticas... (Preta também ser gente)”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 67.

Mais ou menos envolvida no tecido, a modelo pareceu agir de modo considerado insinuante para os padrões ocidentais. Difícil cravar se o comportamento apresentado por ela foi espontâneo ou estabelecido previamente por quem fez a fotografia. A reiterada aparição da nudez feminina na coleção de imagens sugere, contudo, que a segunda hipótese é a mais provável.

Como frisado por Kossoy (2000, p. 52), “qualquer objeto ou situação documentada pode ser dramatizada ou estetizada, de acordo com a ênfase pretendida pelo fotógrafo em função da finalidade ou aplicação a que se destina”. Também envolvido com discussões sobre o campo fotográfico, Dubois (1993, p. 52) foi peremptório ao declarar que as fotografias basicamente não têm significados nelas próprias, o sentido atribuído a elas é exterior e estabelece-se por meio de uma relação efetiva com o objeto registrado e sua situação de apresentação.

Por essa razão, Kossoy (2007, p. 43) afirmou que as evidências devem ser problematizadas e o contexto apresentado em uma imagem nem sempre condiz

com a verdade. Omissões ou distorções podem ocorrer, dependendo do discurso que se pretende lançar por intermédio da foto. Assim como já alertado por Paiva (2000, p. 19), a fotografia sempre oferece muito mais a ser compreendido além do que ela propriamente exhibe. Deste modo, o pesquisador deve transpor a “dimensão do mais visível ou explícito dela”.

Compartilhando o mesmo tipo de raciocínio, Kossoy (2000, p. 34-35) expressou que o registro fotográfico funde o testemunho e o processo de criação do autor da imagem. A realidade hipoteticamente registrada pelo ato fotográfico corresponde, na verdade, a uma produção documental que aglutina coeficientes culturais, técnicos e estéticos, resultando em um processo síncrono de registro e criação. Ao levar-se em conta essa conjunção, relativiza-se a perspectiva de que a fotografia produz, necessariamente, provas ou testemunhos.

O que se concebia como verdade absoluta passa a ser compreendido, então, como um índice. Assim, como descrito por Sontag (1981, p. 6), mesmo levando-se em conta o pressuposto de veracidade que atribuiu autoridade à fotografia, é difícil esquivar-se da ideia de que o fotógrafo está sujeito a gostos particulares e sua própria consciência.

A última imagem, por exemplo, pode revelar mais sobre o autor da fotografia do que a respeito da pessoa mostrada na obra. Ao que parece, o panorama apanhado no documento foi organizado previamente. Apesar de indicar naturalidade, a modelo olhou atentamente para a câmera, suscitando um indicativo de que ela posou para a foto e não foi registrada espontaneamente. Por conseguinte, o que a fotografia eternizou foi aquilo que o fotógrafo quis que se eternizasse, isto é, uma “realidade” construída pelas orientações do profissional e provavelmente relacionada com seus anseios e convicções particulares.

Possivelmente a produção e circulação das últimas imagens apresentadas tenham sido influenciadas pelo exotismo atribuído ao sexo com mulheres negras. Segundo Capela (2010, p. 117), a impetuosidade do racismo desencadeou grande rejeição social em relação a casamentos formais entre colonos brancos e indígenas. Em cidades como Beira e Lourenço Marques, esse tipo de união dificilmente ocorreu. As mulheres brancas, sim, é que foram consideradas adequadas para matrimônios estáveis. Entretanto, a forma como as nativas foram representadas nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* indica que a atração por elas fez parte, ao menos, do imaginário de alguns europeus.

Conforme relatado por Zamparoni (2007, p. 143), agressões físicas e sexuais aconteceram com frequência na colônia e, em muitos casos, as vítimas foram mulheres e crianças. A maioria das ocorrências sequer chegou às instâncias jurídicas pelo sentimento de impotência das vítimas, assim como de seus pais ou maridos, em relação ao poder dos colonos. A conivência das autoridades também dificultou manifestações contrárias à exploração sexual sofrida por elas.

Inclusive, a preocupação dos indígenas com a preservação de suas linhagens familiares fez com que muitos homens aceitassem realizar o trabalho doméstico nas casas dos colonos e, assim, “não esporem suas mulheres, mesmo ainda meninas, a um meio hostil e à sanha libidinosa dos senhores brancos” (ZAMPARONI, 2007, p. 144).

Para Young (2005, p. 139), o europeu autodeclarado civilizado definiu-se através da negação do que foi considerado baixo e sujo. Contudo, como também afirmado pelo pesquisador, a aversão traz consigo o desejo e os itens renegados retornam enquanto objetos de nostalgia, fascínio e admiração. Deste modo, o colonialismo desencadeou aquilo que o autor chamou de “máquina do desejo”, pois a repetição do pressuposto científico do incontrolável vigor sexual das raças não brancas e sua fertilidade ilimitada fascinou os europeus.

Provavelmente, esse encanto e curiosidade impulsionou a produção das imagens que mostraram as indígenas nuas ao longo dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*. Quiçá, também estiveram ligados à intencionalidade da produção, uma vez que um material que despertasse ou incentivasse tais sentimentos poderia ser um importante chamariz para convencer homens portugueses a desembarcarem em Moçambique e ali se estabelecerem.

Skoulade (2016, p. 143) mencionou que a comissão organizadora da Exposição Colonial Portuguesa, de 1934, optou pela apresentação de algumas mulheres indígenas, destacando-se uma chamada Rosinha, com intuito de despertar no público masculino presente o interesse de migrar para as possessões portuguesas. A sensualidade das personagens apresentadas seria o ingrediente propulsor da iniciativa esperada pelo governo do Estado Novo, vigente na época da realização do evento. Lançadas cinco anos antes, as fotografias tratadas podem ter seguido a mesma lógica.

Outra particularidade que se destacou na última imagem exibida foi a descrição “Preta também ser gente”. Ela divergiu das demais opiniões sobre os

indígenas que apareceram nos álbuns. Predominantemente, eles foram aludidos de modo animalizado e excêntrico. Por vezes, aliás, nem foram sequer considerados homens e mulheres. Citando caso análogo, a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* trouxe uma matéria na qual a terminologia “fêmea” foi utilizada para referir-se às mulheres nativas (PORTUGAL COLONIAL, 1936, p. 18).

Assim como sintetizado por Memmi (1977, p.81), a desumanização sofrida pelos colonizados proveio de uma acumulação de negações. Raramente eles foram compreendidos de forma positiva e, nas poucas vezes em que isso possa ter ocorrido, as características conferidas aos sujeitos derivaram de uma “lacuna psicológica ou ética”. As colocações supracitadas fazem lembrar um artigo veiculado pelo *Boletim da Agência Geral das Colônias*, em março de 1935. Denominado “O pretinho e seu destino”, o texto foi publicado pela imprensa francesa e posteriormente replicado no órgão português. Em certa altura de seus apontamentos, o médico Roger Brunon, autor do escrito, relatou que

Interroga-se uma mãe indígena. Aos trinta anos não é raro que ela tenha concebido oito ou dez seres. E só se verão em redor dela dois ou três pequeninos. Que sucedeu aos outros? Os dois primeiros ficaram no caminho: abortos. Dois outros sucumbiram ao nascer, e outros ainda morreram em tenra idade. Se a mãe não tiver cuidado com ela, poderá ser que um dos filhos seja surdo-mudo, raquítico, idiota ou anormal.

Na Europa, seria escusado prosseguir o interrogatório. E ir-se-, sem muito custo, dos fatos às causas. No mato, não deve pensar-se assim. A experiência instruiu-nos há muito tempo. O aborto provocado é ainda excepcional, as distorcias (provocando a morte de algum modo mecânica do feto) são pouco frequentes. A causa quase única dos nado-mortos é a sífilis (BRUNON, 1935, p. 151-152).

Mais uma vez a sexualidade apareceu como pano de fundo para se falar das indígenas. A estimativa que cada uma poderia chegar aos dez filhos com trinta anos ressaltou uma espécie de consequência da libidinagem incessantemente atribuída às mulheres africanas. Esse estigma traria ainda outra decorrência genuína: a propensão às doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis. Somadas a isso, as colocações do médico também salientaram uma caracterização de ignorância em relação à “gente do mato”. Na Europa, chegar-se-ia rapidamente à conclusão de que se tratava da sífilis, partindo-se “dos fatos às causas”. Todavia, segundo Roger Brunon, no mato as coisas seriam diferentes, dando a entender que os indígenas

não teriam a capacidade de ligarem os fatos e enxergarem uma situação apontada como óbvia pelo cientista europeu.

Em outra parte da matéria assinada pelo francês, o contraponto entre Europa e África chegou ao ápice. Para o médico, o destino do “pretinho” seria infelizmente porque a mulher indígena não cuidaria de seus filhos tão bem quanto à europeia. As crianças que eventualmente sobrevivessem à sífilis ainda teriam o desafio de superar a inabilidade de suas mães, sendo este o principal motivo da debilidade e mortalidade infantil dentre os indígenas.

De acordo com Cabaço (2009, p. 117), geralmente as representações traçadas pelos colonos idealizaram o indígena sem individualidade, simplesmente como parte de uma tribo ou grupo, sem história, valores éticos ou econômicos. Nesse caso específico, a generalização atingiu proporções ainda maiores por reproduzir conclusões acerca dos nativos das colônias francesas sem nenhum tipo de ressalva que sequer cogitasse alguma impressão de particularidade em comparação com os nascidos nas regiões africanas ocupadas por Portugal.

Prática idêntica foi repetida no mesmo texto em que as indígenas foram tratadas com fêmeas. Embora a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* tenha tentado afastar-se das generalizações imprecisas, acabou por denotar conclusões abstratas sobre um tema ardiloso: a virgindade das mulheres nativas. Logo na abertura do material publicado em 1936, o leitor foi avisado de que as indígenas

De uma maneira geral não rendem culto a Himeneu. Assim se encontra o amor livre entre solteiros, pequenas que se entregam para render e velhos que de muito bom grado recebem a noiva carregada de filhos das mais desvairadas procedências. Algumas praticam a desvirginização artificial. Em alguns pontos a desvirginização chega até a ser uma necessidade imperiosa que obriga os rapazes que tiverem irmãs a conhecê-las antes de qualquer outra mulher. Entre outro a virgindade é ainda mais apreciada, pois além da indenização exigem a exprobração em público da seduzida. Em geral a primeira mulher deve ser virgem (PORTUGAL COLONIAL, 1936, p. 66).

Tal qual levantado por Memmi (1997, p.81) e já exposto em comentários antecedentes, as alegações apresentadas na narrativa indiretamente irradiaram a ideia de que as indígenas apresentaram algumas “lacunas” em seus modos de agir. Associados à perda da virgindade, apareceram posicionamentos depreciados

segundo a ótica ocidental cristã. O que poderia ser caracterizado como incesto (“uma necessidade imperiosa que obriga os rapazes que tiverem irmãs a conhecê-las antes de qualquer outra mulher”) ou prostituição (“pequenas que se entregam para render”) foi comentado como ato corriqueiro das nativas africanas, sem o levantamento de problematizações a respeito do assunto.

Atitudes discriminatórias e racistas nascem comumente desse tipo de comportamento. Não questionar as particularidades é o primeiro passo para taxá-las e banalizá-las. Sendo assim, Memmi (1977, p. 69-70) interpretou a formação e disseminação do racismo colonial segundo a junção de três princípios elementares. De início, o colonizador descobriu as diferenças entre ele e o colonizado e as colocou em evidência. Logo em seguida, valorizaram-se tais peculiaridades em proveito do colono e detrimento das populações naturais das regiões invadidas. Por último, as diferenças entre ambos foram levadas ao “absoluto” e tratadas como traços permanentes.

Ao invés de procurar pelas semelhanças, o agente do colonialismo buscou enaltecer o que o distinguiu do colonizado e afirmou que tais características fariam parte da essência do outro. É verdade que os discursos das fotografias e das matérias impressas no boletim e revista não se associaram diretamente. Mas foram produzidos entre um intervalo curto de tempo e sob as mesmas bases ideológicas. Por essa razão, o confronto entre os documentos praticamente transmitiu uma noção de continuidade e, de certo modo, até de complementação.

No fim das contas, as indígenas seriam naturalmente propensas à exacerbação da sexualidade, teriam muitos filhos por conta disso e não conseguiriam cuidar de suas proles tão bem quanto às mães da Europa por faltarlhes discernimento para tal. Ou seja, confabulou-se uma superestimação dos atributos corporais, acompanhada pela automática depreciação das qualidades psíquicas das mulheres representadas nas fontes históricas. Tem-se aí uma receita quase infalível para se colocar em xeque a autonomia dessas pessoas.

Como bem lembrado por Parada (2013, p. 42), os empreendimentos coloniais sustentaram-se ideologicamente nos preceitos de “infantilização” ou “incapacidade” dirigidos aos povos coloniais desde os séculos XVIII e XIX. A dominação europeia necessitou de prerrogativas que afixassem suas iniciativas e encontrou na suposta condição de inferioridade dos indígenas uma alternativa para justificar toda a arbitrariedade inerente à expansão territorial. A comparação com os europeus foi

um prolongamento do mesmo processo, tendo em vista que as teorias raciais automaticamente estabeleceram a subalternidade dos negros diante da imaginada proeminência dos brancos.

Além do mais, tal qual projetado por Said (1990, p.19), o orientalismo necessita da “superioridade posicional flexível”, que coloca o Ocidente frente a um encadeamento de relações possíveis com o Oriente, sem que o primeiro perca a vantagem diante do segundo. Como orientalismo o autor definiu as mais variadas formas de sistematizações ocidentais em relação ao Oriente, bem como “aquela coleção de sonhos, imagens e vocabulários disponíveis para qualquer um que tenha tentado falar sobre o que está ao Leste da linha divisória” (SAID, 1990, p. 82).

Refletindo sobre o conceito criado por Said, Souza (2011, p.19) colocou que o Orientalismo é, em síntese, um conjunto de construções ocidentais surgidas sincronicamente ao episódio do colonialismo. Desde então, incorporaram-se os estereótipos imbuídos nas inúmeras produções sobre os diversos “orientes”, sejam eles asiáticos, africanos ou latino-americanos, e o homem branco passou a criar e desfrutar de mecanismos de fundamentação e legitimação para a dominação exercida por ele próprio.

Desta forma, o termo Oriente é pensado de forma plural por não se tratar absolutamente de uma demarcação geográfica, mas histórica. Ocidente e Oriente são o que Moraes (2015, p. 27) chamou de “constructos históricos”, existentes mais no imaginário dos homens do que no plano físico. De acordo com o próprio Said,

Os lugares, regiões e setores geográficos tais como o Oriente e o Ocidente são feitos pelo homem. Portanto, assim como o próprio Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, imagística e vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, desse modo, apoiam e, em certa medida, refletem uma à outra (SAID, 1990, p.16-17).

Nessa inter-relação o Oriente já foi tomado simplesmente como um sinônimo para o Leste asiático, também foi referenciado estritamente ao Oriente islâmico ou ainda considerado significativo do “distante e exótico” (SAID, 1990, p. 80). Mas, tendo em vista que a dominação colonial, além do âmbito real, igualmente se desenvolveu nos planos imaginários e representativos, o Ocidente também foi moldado por meio da correlação como o Oriente. Segundo Moraes (2015, p. 30), os territórios longínquos do além-mar passaram a fazer parte da vida cultural ocidental

e a elaboração de concepções sobre os outros povos contribuíram para a descrição de si mesmos por meio de uma intrincada relação de negação e oposição.

A excentricidade atrelada aos povos conquistados adveio essencialmente da comparação com os parâmetros culturais e sociais praticados no Ocidente. Deste modo, por terem sido forjadas em um universo basicamente masculino, as considerações sobre as indígenas moçambicanas quase sempre foram acompanhadas por um contrapondo relacionado à mulher ocidental. Nesse sentido, tornou-se bastante significativa a afirmação de que as mulheres europeias seriam mães melhores que as indígenas de Moçambique.

É como se a identidade remetida a uma dependesse da defrontação com a outra. Isso ficou bem perceptível na introdução do décimo volume dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*. Ao dissertar sobre os adornos femininos encontrados em Moçambique, o tenente Mário Costa proferiu os seguintes dizeres:

As mulheres, além da tatuagem que costumam gravar no baixo ventre e no alto das coxas, para bem-parecer e como adorno e arte de cativar, que Afrodite esqueceu, enfeitam-se com missangas de vários colorido, enfiadas em cordéis; cobrem os braços do pulso ao cotovelo, com anilhas de latão, ininterruptamente, o mesmo usando nas pernas, do tornozelo ao joelho. Ponham nestas palavras, seus olhos cansados de ver as damas dos meios civilizados: lembrem-se das “escravas” de ouro – cópia da pulseira indígena! E “esqueçam-se” de que as escravas... da moda, são elas próprias (COSTA, 1929, p. 4-5).

Mário Costa repreendeu as mulheres “civilizadas” por copiarem pulseiras usadas por indígenas. O trocadilho envolvendo a escravidão colocou momentaneamente as europeias em posição desabonada. Mesmo que, na sequência desse excerto, o autor tenha se redimido e apontado que as críticas feitas por ele disseram respeito somente ao modo de vestir-se das ocidentais, ficou claro seu desapontamento com a situação. O peso da escravização revelou-se na explanação dele. Legalmente não existiam mais escravos no momento da produção de seu texto, todavia, na sua mentalidade, ao utilizar adereços comuns entre as indígenas, as “damas” assumiam momentaneamente a condição de escravas, mesmo que seja da moda.

Formalizou-se, portanto, uma clara e persistente associação entre africanas e escravas, como se essa fosse uma característica ínsita dessas pessoas. Mario Costa apoderou-se de mais um rótulo imposto aos nascidos do continente africano e

utilizou-se dele para mostrar sua insatisfação com a eminente apropriação de elementos culturais africanos por parte das mulheres da Europa. A polarização e o distanciamento entre os dois núcleos pareceram vitais para o tenente. Da mesma forma que ele imaginou determinada postura das africanas, também impôs às suas compatriotas um padrão comportamental que se mantivesse longe das caracterizações atribuídas por ele próprio às indígenas.

A propósito, a ornamentação feminina comentada pelo participante da produção dos álbuns fotográficos sobre Moçambique não parece ter outra finalidade, em sua opinião, a não ser a “arte de cativar” os homens. Assim como apontado por Said (1990, p. 214), o orientalismo foi “uma província exclusivamente masculina” que via a si mesma, bem como os temas de seus estudos, com “antolhos sexistas”. Para o intelectual palestino, muitos romances e escritos de viajantes comprovaram isso ao tratarem as mulheres das terras distantes enquanto “criaturas de uma fantasia masculina de poder” que “exprimem uma sensualidade ilimitada, são mais ou menos estúpidas e, acima de tudo, desejosas” (SAID, 1990, p. 214).

O que foi observado até o momento nas fontes consultadas tem consonância com as ponderações de Said. Os periódicos e o conjunto de álbuns fotográficos apresentaram colocações equivalentes às que o pesquisador notou nas obras literárias que analisou. As nativas interessaram aos produtores dos órgãos consultados, a ponto de eles falarem delas com muita frequência. Mas não somente as mulheres jovens tiveram vez nos comentários expostos. Com menor regularidade, as indígenas mais velhas também foram descritas e registradas sob a ótica dos agentes colonizadores (Figura 8).

Figura 8- “Sacos de café – sem leite... A velha Artifa, uma curiosa figura do Chinde”



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 63.

Assim como as demais personagens femininas, a “curiosa figura” foi examinada através do prisma da sexualidade, ou melhor, pela sugestão de ausência desse item. Os ângulos das fotografias e a mensagem da legenda remetem diretamente o olhar do público aos seios da pessoa registrada. Tática parecida foi aplicada noutras vezes, como já pôde ser visto em imagens aqui discutidas. Mas a objetividade, nesse caso, foi particular. A associação entre os peitos da indígena e “sacos de café... sem leite” denotou um ar de escárnio, deboche. Uma rápida regressão faz lembrar que, em situação parecida (Figura 7), uma moça indígena teve seus seios descritos como “botões de rosa-chá preto”. Tentando interpretar as analogias feitas, presume-se que o produtor foi elogioso ao corpo da mulher jovem e desdenhoso à anatomia da senhora, de idade mais avançada.

Logo, seja para o bem ou para o mal, as deduções masculinas a respeito das indígenas partiram de um norte relacionado à sensualidade. Pelo que se foi possível notar nos enunciados feitos pelos europeus, especialmente os portugueses, na

indígena jovem vigoraria a sexualidade. Todas as conclusões a seu respeito partiriam desse princípio. Virgindade, maternidade ou qualquer outra particularidade das vidas dessas pessoas seriam determinações ou consequências do uso que fariam de seus corpos. Por outro lado, as indígenas mais velhas, que já não ostentariam corpos considerados atrativos e capazes de despertar interesse nos portugueses, tornaram-se motivo de chacota e desfeita por não desfrutarem mais daquilo que, ao mesmo tempo, atraía e repudiava o europeu, ou seja, a “arte de cativar”, tal qual definiu Mário Costa.

Não obstante, o *Brado Africano* trouxe outro ponto de vista acerca da alegada lascívia natural da indígena. Na primeira página da edição de 25 de junho de 1930, alguém que assinou apenas como X. K. escreveu que

É opinião arraigada no espírito de muita gente que a preta é de natureza inclinada ao vício e à perversão. Mas não sucede assim. Os que assim julgam, não fazem mais do que aereamente formular uma opinião que um pouco de concentração e inteligência rejeitaria, porque não tem bases onde se apoiar nem motivos em que se baseiem.

Todos os povos trazidos de surpresa à luz da civilização adquirem, deslumbrados, os vícios dos que os civilizam e – vá um pouco de benevolência – as virtudes que lhes levam.

A preta, naturalmente, neste caso, adquiriu os vícios daqueles que lhes levaram (X.K., 1930, p. 1).

Além de desmoralizar os que afirmavam acreditar na luxúria congênita das africanas, quem redigiu o texto apresentado pelo jornal moçambicano apontou um culpado para o surgimento de tal circunstância. Claramente o europeu foi acusado de semear esse “vício” dentre as indígenas. Houve um deslocamento, portanto, da posição ocupada por cada um dentro do enredo majoritariamente disseminado. Afinal, como já comentado por Said (1990, p. 50), o traço mais marcante das relações entre a Europa e o Oriente foi que os europeus sempre se colocaram numa posição de força e domínio. Mesmo que por vezes tenha-se tentado suavizar ou disfarçar a imposição praticada, o relacionamento entre os dois lados sempre foi encarado como uma associação entre um “parceiro forte e um fraco”.

O orientalismo é mais um sinal de poder do europeu-atlântico sobre o Oriente do que necessariamente uma sentença verídica sobre os orientais. Entretanto, o investimento material (textos acadêmicos, congressos, livros, feiras, dentre outros) produzido por gerações fez do orientalismo um sistema de conhecimento sobre o

Oriente, ou melhor, “uma tela aceitável para filtrar o Oriente para a consciência ocidental” (SAID, 1990, p. 18). Indiretamente, ao colocar que não existiriam fundamentações que asseverassem as conclusões a respeito das mulheres indígenas e, além disso, assegurar que o “problema” enxergado no outro pelos colonizadores pertenceria a ele próprio, *O Brado Africano* subverteu, ao menos temporariamente, a lógica que sustentava a estrutura de poder edificada na presunção da supremacia europeia.

De qualquer forma, pôde-se notar que as indígenas foram foco da atenção de muitos colaboradores dos impressos que circularam em Moçambique e Portugal. A figura feminina fez-se presente em representações imagéticas, textos médicos, acadêmicos e jornalísticos, escritos, ao que tudo indica, essencialmente por homens. Mesmo que elas tenham sido o cerne das discussões, não tiveram espaço para manifestação própria. Equivocadas ou não, as observações sobre as indígenas foram feitas por homens que se sentiram investidos de autoridade e conhecimento para tratar do assunto. Vejamos, a seguir, se o mesmo ocorreu com os indivíduos masculinos oriundos do “mato”, começando pelos que usufruíram de algum prestígio e representatividade.

2.3 Homens: preguiça, bebedeira e animalidade

Segundo Zamparoni (2007, p. 161), as complexas relações provenientes da instalação e desenvolvimento do imperialismo na África tiveram nas autoridades indígenas um de seus expoentes. Seja com maior ou menor legitimidade ancestral, os régulos tornaram-se agentes do aparelho estatal, participaram ativamente da transmissão de preceitos determinados pelo poder colonial e, além do mais, tiveram papel destacável na opressão de seus próprios conterrâneos.

Sobre o assunto, Bettis (2010, p. 364) esclareceu que os chefes locais da região subsaariana passaram de “autoridades indígenas” em agentes administrativos no período entre as duas guerras mundiais. Suas funções e poderes tradicionais foram reduzidos pelos dirigentes coloniais e lhes foram atribuídos serviços como recenseamento da população, recolhimento de impostos e recrutamento e alistamento de mão de obra.

Isso não quer dizer que os régulos nomeados foram simplesmente manipulados pelas autoridades portuguesas. Os responsáveis pela administração

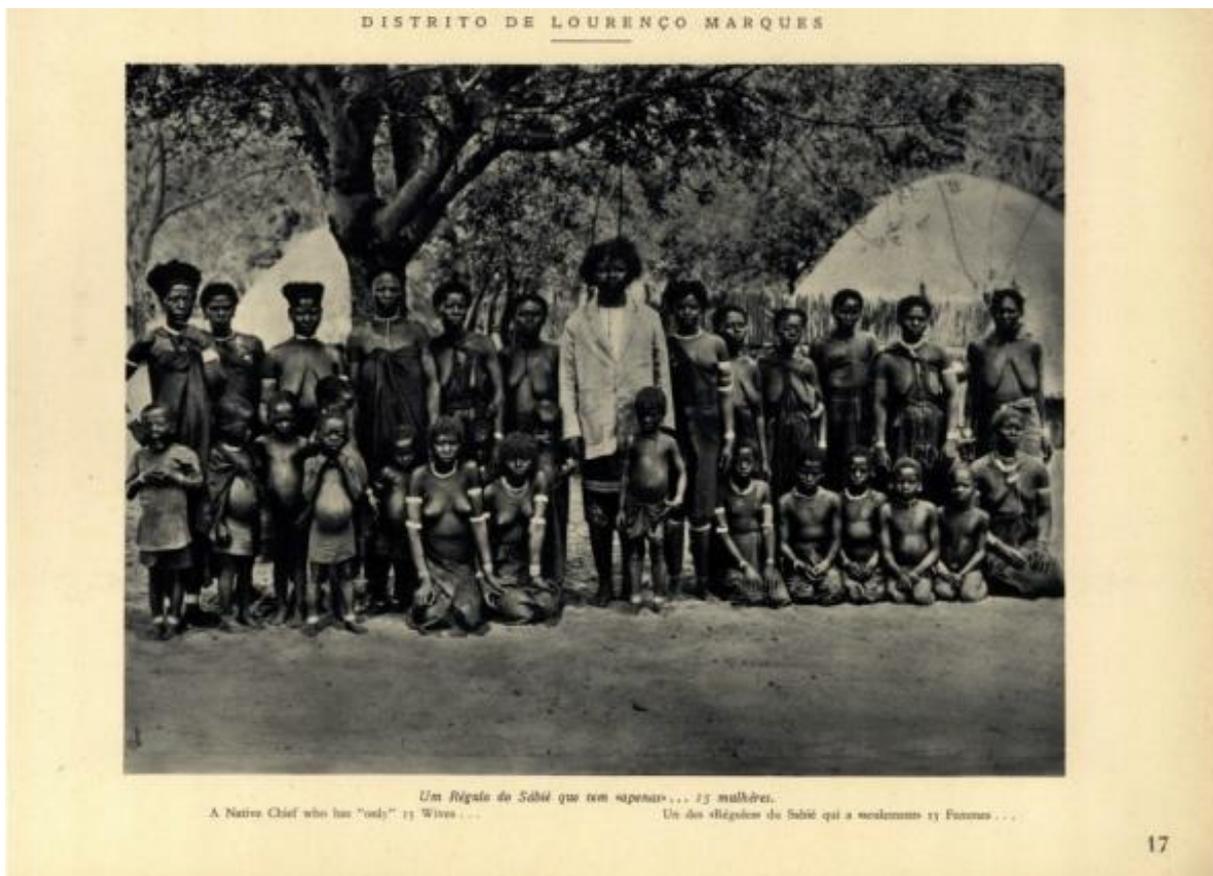
colonial sabiam que a legitimidade e o respeito dentre os súditos facilitariam o cumprimento de deliberações feitas pelo chefe indígena e, em razão disso, instituíram pessoas que já desfrutassem de autenticidade nas estruturas de poder erigidas anteriormente ao domínio luso.

Nos próprios processos eletivos dos régulos recorria-se a consultas prévias dentre os indígenas para garantir que houvesse o apoio necessário ao designado (ZAMPARONI, 2007, p.160). E, de acordo com Bettis (2010, p. 364), quando os europeus acreditavam que as autoridades tradicionais não estavam desempenhando satisfatoriamente o que se esperava delas, colocavam em seus postos sargentos, funcionários públicos ou antigos combatentes. Tal medida aconteceu particularmente nas colônias francesas e portuguesas, nas quais frequentemente as regras locais de recrutamento dos chefes foram subvertidas.

Mas certos benefícios conseguidos pelos que se mantiveram no cargo levam a crer que a posição fosse provavelmente desejada dentre os indígenas. Conforme explicado por Zamparoni (2007, p. 164), o régulo estava livre do pagamento de impostos, bem como recebia comissão pelo tributo angariado. Ademais, auferia percentuais relacionados ao quociente de trabalhadores fornecidos à administração colonial, dentre outros pagamentos em gênero, como cerveja e trabalho. Também tinha poder para intervir na resolução de problemas jurídicos, função pela qual cobrava taxas em dinheiros ou bens, e redistribuir as terras reservadas ao grupo que representava.

A somatória desses fatores possibilitava ao chefe indígena reunir alguma reserva de bens de consumo, gado e, particularmente, ter muitas mulheres ligadas a si, privilégios aos quais outros elementos da população dificilmente teriam acesso (ZAMPARONI, 2007, p. 164). Dentre essas vantagens, a última elencada causou grande alvoroço no homem português. Conviver com o fato de que os indígenas poderiam ser parceiros de muitas mulheres não foi algo simples para os colonizadores e o fato não passou batido nos comentários e imagens produzidos por eles. Proposto a descrever o cotidiano dos indígenas, o grupo chefiado por José dos Santos Rufino colocou o assunto em pauta ao fotografar a família de um chefe local (Figura 9).

Figura 9 - “Um régulo do Sábíé que tem apenas... 15 mulheres”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 17.

O sarcasmo contido na apreciação sobre “apenas” as 15 mulheres que viviam com a autoridade local evidenciou a crítica do narrador em relação ao fato. Construiu-se, esquematicamente, uma comparação subentendida com a conduta monogâmica, teoricamente mais frequente na Europa. Não fosse assim, o evento seria considerado comum e não despertaria a atenção do observador. Ao ser confrontada com o modelo de união conjugal português, a conjuntura registrada na fotografia ganhou uma dose de exotismo e, ao que tudo indica, repreensão.

Como já esclarecido por Marques (2015, p.175), o racismo de tipo colonial incorporou-se ao que ele chamou de racismo universalista. Apegando-se aos valores hegemônicos da modernidade, os praticantes de atos discriminatórios passaram a negar, combater, desprezar ou inferiorizar tudo aquilo com o que não se identificaram. Mantido por elites econômicas, culturais, religiosas e políticas, essa modalidade de racismo teve como foco elementar os “particularismos locais” que

não se alinham aos paradigmas da modernidade, entendida como portadora do progresso (MARQUES, 2015, p. 175).

Pensando dessa forma, a poligamia, comum entre muitos grupos étnicos africanos, foi tomada como expressão de atraso e involução pelos produtores da fotografia. O escárnio embutido na descrição da imagem sustentou-se nessa convicção. De outro modo, o mesmo não faria sentido. *A Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* também se interessou pelas uniões conjugais indígenas e teceu alguns comentários a esse respeito. Em certa passagem da publicação a relação do indígena com suas mulheres foi descrita assim:

No que respeita ao amor conjugal devemos fazer uma distinção entre aquele que o homem poderá dedicar à primeira mulher e o que dedicará as que se lhe seguem.

É a primeira que superintende nos serviços domésticos e depois de ter concebido tem direito de comer com o homem. A sua palhota é residência oficial daquele. Por vezes escolhe as outras companheiras do chefe de família e até o primeiro filho é a única.

As outras são de uma forma geral animais de procriação e elementos de trabalho (PORTUGAL COLONIAL, 1936, p. 66).

Segundo a lógica apresentada, o indígena dedicaria amor e atenção somente à primeira esposa. As demais não desfrutariam da mesma sorte. Para estas, restariam as finalidades práticas de trabalharem e gerarem filhos. A forma como a revista se posicionou indicou consideração somente pela primeira união e descaso com as demais. Transmitiu-se a ideia de que o primeiro relacionamento seria movido por sentimento, enquanto os demais por interesses materiais do indígena. Em outro trecho da mesma seção, raciocínio parecido com esse foi exposto ao público:

A poligamia pode-se dizer geral, pois só existem exceções onde os dotes são exorbitantes ou entre povos originários de raças não indígenas. Traz consideração social e proveito material.

Certamente se têm verificado casos de esporádico ciúme. Mas a maioria conserva-se muito acima desse preconceito aceitando ou mesmo provocando o adultério de suas mulheres com pessoas abastadas para depois exigirem a respectiva indenização (PORTUGAL COLONIAL, 1935, p. 63).

Mais uma vez a questão foi interpretada pelo viés da sentimentalidade. Além de sentir amor somente pela primeira esposa, o indígena ainda não manteria ciúmes das demais mulheres. Pelo contrário, incentivaria que elas se envolvessem com

outros homens para que gerassem benefícios materiais ao cônjuge. A explanação foi, de certo modo, manipuladora, pois engendrou uma visão pejorativa a respeito do indígena polígamo. Como em tantos outros casos, a matéria não apresentou estudos aprofundados e lançou uma visão simplista da situação. As particularidades políticas, econômicas e sociais que envolviam a poligamia não foram ao menos levantadas.

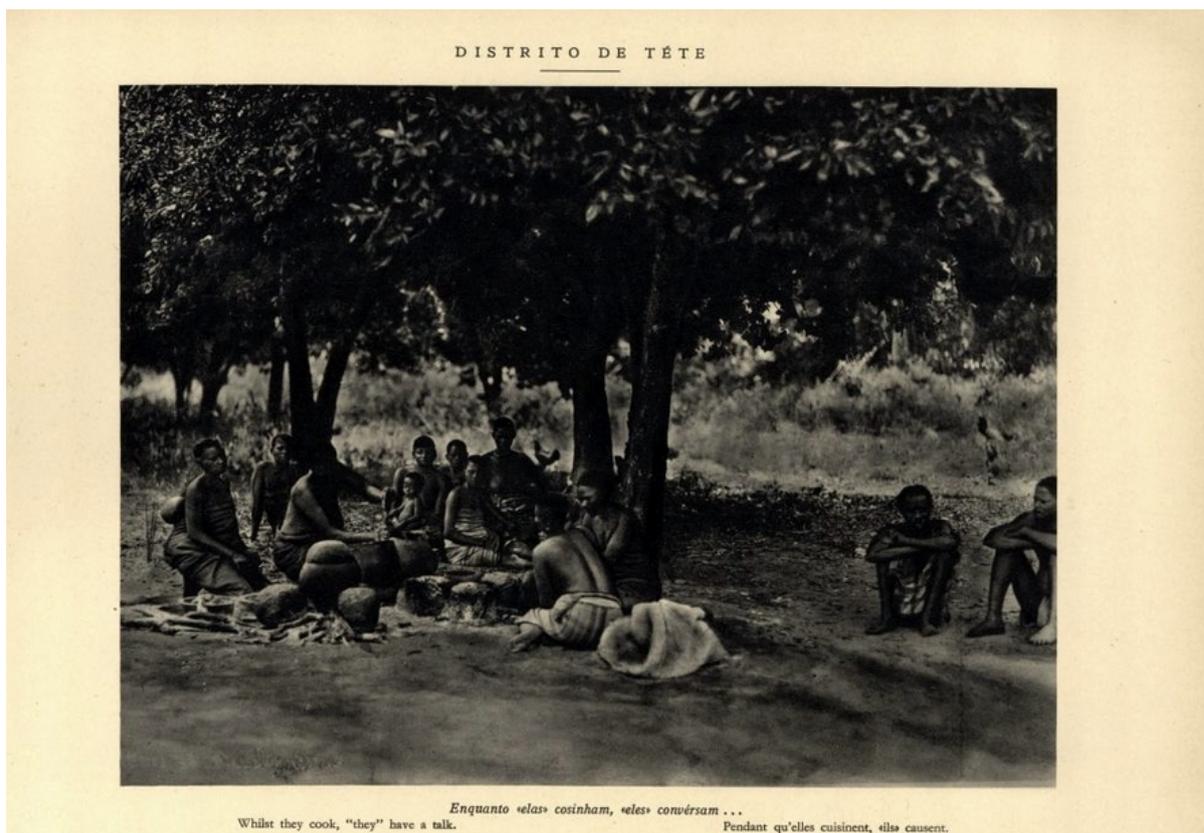
As uniões indígenas foram avaliadas sob o filtro de sensações normalmente atribuídas ao universo dos relacionamentos monogâmicos europeus, deturpando as considerações a respeito dos envolvidos com a poligamia. Ao pontuar, sem maiores indagações e reflexões, que o indígena se utilizava das mulheres para proveito próprio e não se incomodava com isso, a revista colaborou para a estigmatização do nativo.

Seria ele, de acordo com os padrões ocidentais, um mero usurpador. O enquadramento no qual os povos nativos foram encaixados foi formado por uma estrutura que interligou o determinismo biológico e a “admoestação político-moral” (SAID, 1990, p. 213). Não obstante, os comentários sobre os indígenas foram frequentemente carregados de juízos de valores por parte dos europeus. E, pelo visto até o momento, os portugueses podem ser inseridos nessa conjuntura.

A associação direta entre poligamia e exploração do trabalho feminino pelos indígenas esteve consideravelmente arraigada na mentalidade dos lusitanos. Seis anos antes de a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* falar do tema, Mário Costa, coadjutor do trabalho que deu origem aos álbuns fotográficos sobre Moçambique, declarou nas próprias páginas da edição que o indígena “chegado a terra, primeiro descansa: depois escolhe mulher...e depois, tendo quem trabalhe por ele...descansa novamente até o dia do descanso eterno” (COSTA, 1929, p. 5).

Como uma espécie de corroboração dessa ideia, foi adicionada à coleção de fotografias a imagem de um grupo de indígenas desfrutando das sombras de algumas árvores (Figura 10). O modo como cada um se comportou na ocasião parece ter sido a motivação do registro.

Figura 10 - “Enquanto “elas” cozinham, “eles” conversam...”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 72.

Os inúmeros grupos étnico-raciais provenientes das regiões africanas têm muitas características particulares. Para os Tsongas, por exemplo, cozinhar e realizar outras tarefas domésticas são atos preponderantemente associados à figura feminina. A agricultura, culinária e educação dos filhos cabem à mulher. O homem tem a tarefa de ascender o fogo, mas cozinhar é incumbência feminina (ZAMPARONI, 2007, p. 165). A imagem não trouxe informação sobre qual grupo foi retratado no momento. Em geral os africanos foram definidos simplesmente como indígenas e as distinções entre as diversas etnias pouco foram consideradas. Assim como afirmado por Memmi (1977, p. 82), a “marca do plural” foi mesmo sinal claro da despersonalização sofrida pelos colonizados. Dificilmente eles foram caracterizados individualmente e acabaram, na maioria das vezes, inseridos no “coletivo anônimo”.

Mas há chance de terem sido os Tsongas, tendo em vista que eles são originários da região de Moçambique e atual África do Sul. Outros indicadores permitem imaginar que realmente foram eles os retratados. No primeiro plano da

fotografia apareceram várias mulheres reunidas, cozinhando. Uma delas cuidava de uma criança, sentada em seu colo. Distanciados da reunião feminina estavam dois homens que, segundo constou na descrição da imagem, estavam conversando. Isto é, a conduta dos personagens fotografados relacionou-se estreitamente com os hábitos comuns entre os Tsongas.

De qualquer forma, a legenda da fotografia não contemplou nenhuma explicação sobre a situação captada pela câmera. Unicamente foi criado um antagonismo entre mulheres que trabalhavam e homens que conversavam, ou seja, não realizavam atividade considerada produtiva pelos portugueses. As reticências ao final da frase indicam que o raciocínio não foi verbalmente concluído. Todavia, ao conectarem-se com a representação iconográfica, os dizeres conduzem a leitura da cena e criam uma perspectiva na qual a atitude das figuras masculinas é criticada.

Logo no título dos álbuns fotográficos houve a proposição de que a obra seria descritiva. E, deveras, foi. Porém, o ponto de partida para as explicações que acompanharam as fotografias, assim como a introdução de cada álbum, foram impressões primárias dos redatores. Sem minuciosidade, tais descrições reforçaram as concepções já existentes sobre os povos africanos.

Ao decidir como será uma fotografia, o autor impõe seus padrões ao tema perpetuado pela obra. Talvez os produtores da imagem não conhecessem os motivos que fizeram com que as mulheres cozinhassem enquanto os homens conversavam. Eventualmente poderiam ter consciência dos fatos e, simplesmente, desconsiderá-los. De um jeito ou de outro, os homens indígenas foram concebidos como seres preguiçosos e aproveitadores do esforço alheio e essa ideia foi transmitida aos que tiveram acesso à coletânea de fotografias sobre Moçambique.

As pessoas que folheassem as páginas do *Boletim da Agência Geral das Colônias* também encontrariam o mesmo parecer. Em volume publicado no ano de 1927, a título de exemplo, o indígena foi definido como “preto preguiçoso por natureza”, que só trabalharia em caso de extrema necessidade. Ao casar-se, ele construiria a palhota (moradia) da família e se limitaria a zelar pela conservação da mesma. Enquanto isso, a mulher faria todo o trabalho, dentro e fora do lar, sendo a única responsável, especialmente, pela tarefa de cozinhar (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1927, p. 41).

A relação com a alimentação ainda foi pretexto para a formulação de outras convicções sobre os indígenas. Dando sequência à explanação feita no boletim, argumentou-se que:

O indígena é um verdadeiro filósofo, no que respeita a comida: come tanto quanto pode, enquanto há que comer, e depois fica, às vezes, até quatro dias sem se alimentar. É muito pouco cuidadoso e imprevidente e fatalista por natureza. Gosta muitíssimo de bebidas alcoólicas, que fabrica de vários frutos e até de milho (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1927, p. 41).

Segundo o relato, o indígena não seria capaz de conter seus impulsos no que tange à comida. A descrição dessa forma de alimentação se distancia dos padrões humanos. Para Burke (2004, p. 157), os estereótipos mais grotescos baseiam-se na premissa de que “nós” somos humanos, enquanto “eles” não são muito diferentes de animais. Assim, eles tornam-se “exóticos e distanciados do eu”. A alegada ingestão desenfreada de alimentos foi motivo de crítica aos indígenas. Isso ficou claro. Mas nada que se compare ao último ponto comentado na mesma matéria, isto é, o consumo excessivo de bebidas alcólicas.

O uso de álcool pelos indígenas não foi bem aceito pelos lusitanos. Críticas ao fato foram frequentes nos títulos analisados. Vide a avaliação de Mário Costa quando teve que abordar “os batuques” impressos nos álbuns fotográficos (Figura 11).

Figura 11 – “A ‘Dança da Morte’, num batuque de guerra”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 33.

À primeira vista, o episódio captado na fotografia não tem ligação alguma com o alcoolismo. Não se encontra na imagem nenhum tipo de indício que correlacione a “dança da morte” à bebedeira. Na verdade, a ligação entre os dois acontecimentos foi realizada textualmente. De acordo com os escritos introdutórios de Mário Costa, o “batuque” seria executado “a propósito de um fato notável”, como casamento, nascimento, morte, ou a guerra. Entretanto, o colono afirmou que tais eventos não passariam de “pretexto” para os indígenas. O que realmente os faria bater os tambores seria a oportunidade de beber, e não dançar (COSTA, 1929, p. 5-6). Pensando assim, qualquer fotografia em que fossem apresentados instrumentos musicais e danças indígenas camuflaria o ato de embebedar-se desses indivíduos.

Mesmo que o “batuque” realmente sempre estivesse acompanhado de bebidas alcoólicas, a visão de Mário Costa foi bastante determinista. As manifestações culturais ligadas à expressão corporal e musicalidade africana foram reduzidas e banalizadas pelo colono português. Conforme Burke (2004, p. 155), quando duas culturas se encontram, “é provável que a imagem que cada cultura

possui da outra seja estereotipada”. Completando seu raciocínio, o historiador apontou ainda que os estereótipos podem até não serem totalmente equivocados, mas normalmente exageram em alguns aspectos da realidade e suprimem outros, pois diferentes situações culturais são encaixadas em um mesmo modelo interpretativo (BURKE, 2004, p. 156).

Pela forma que se expressou, Mário Costa transformou o indígena em uma espécie de oportunista que se aproveitava de qualquer cerimônia festiva, fúnebre ou bélica para embebedar-se. As razões que o fazia beber, contudo, não foram compreendidas ou consideradas pelo autor do texto. Semelhantemente às discussões sobre a preguiça, por ignorância ou premeditação do português, o indígena foi taxado como inclinado ao alcoolismo e, automaticamente, repreendido por isso.

De qualquer modo, esse assunto também repercutiu dentre os “filhos da terra”. Em 19 de agosto de 1922, *O Brado Africano* já havia reconhecido que as bebidas alcólicas tinham se transformado em um problema para os “pretos”, afirmando que eles sofriam mazelas psicológicas e sociais causadas pelo vício. A preocupação dos representantes do jornal com o problema constatado foi tamanha que o periódico defendeu a extrema repreensão do alcoolismo dentre os indígenas, através da criação de uma taxa especial que deveria ser cobrada dos consumidores de álcool (O BRADO AFRICANO, 1922, p. 2). Tempos depois o órgão moçambicano continuou suas críticas e apontou o alcoolismo como agravante da prostituição, outra questão que tirou o sossego dos produtores do hebdomadário (NORONHA, 1933, p. 4).

Afirmando reconhecer os males causados pelo vício, *O Brado Africano* insistiu em desaprovar o costume de consumir álcool. Na concepção do jornal, nenhum indígena deveria cometer o erro de se embebedar. Por outro lado, o semanário também repreendeu as medidas tomadas pelo governo português e apontou sua parcela de culpa no acontecido. Estampada na primeira página da edição de 21 de junho de 1924, a matéria intitulada “Regime de bebedeira” trouxe uma mensagem categórica aos dirigentes coloniais:

É preciso salvar uma raça e a província da ganância daqueles que entendem que o futuro é para os que vieram atrás, recorrendo àquela nociva lei do menor esforço. A falta de auxílio à agricultura não justifica o crime que estão praticando nem tão pouco se deve admitir

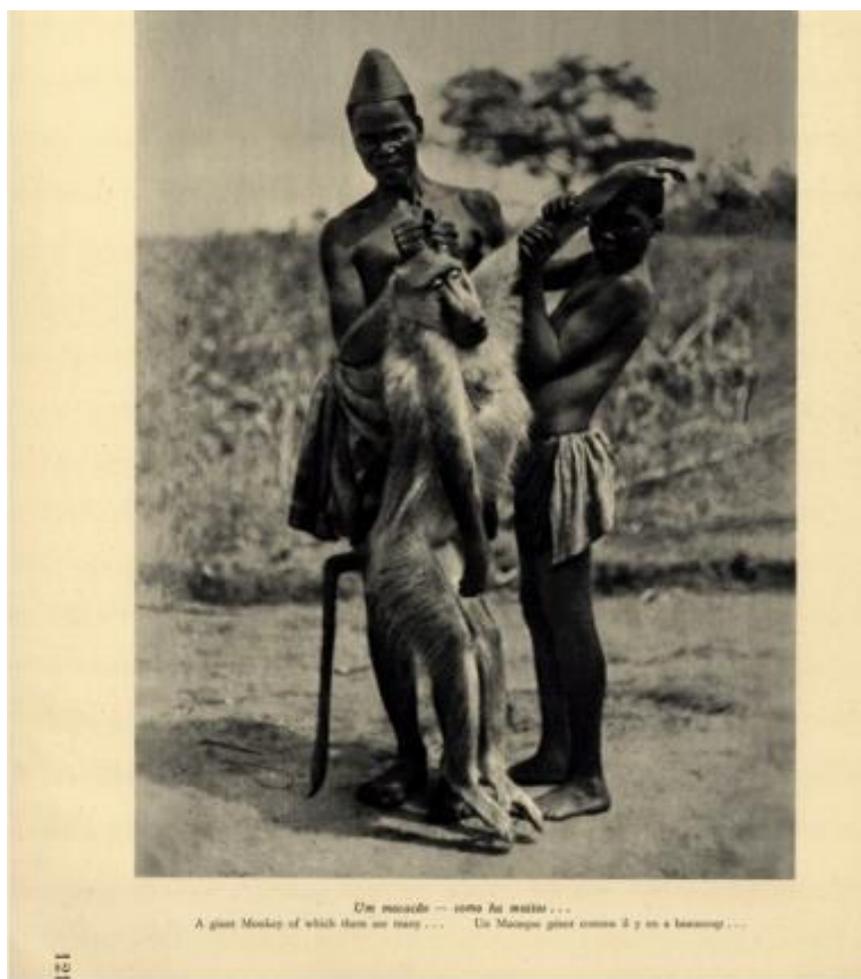
a destilação pelo preto como meio de este arranjar dinheiro para o imposto, porque é imoral (O BRADO AFRICANO, 1924, p. 1).

De forma clara e objetiva, *O Brado Africano* destacou a contradição do governo colonial ao repreender o uso de bebidas alcólicas pelos indígenas e, ao mesmo tempo, permitir que os mesmos se envolvessem com a produção de tais artigos, com o intuito de garantir o pagamento do imposto da palhota pelos agricultores. Assim como já visto nas outras publicações, o jornal feito em Lourenço Marques também levantou a questão do costume de tomar álcool dentre os indígenas. Diferente dos demais órgãos, todavia, o semanário mostrou preocupação em fazer com que esse hábito fosse abandonado pelos seus praticantes e atacou aqueles que considerou responsáveis pela disseminação do vício na sociedade moçambicana. Nessa acepção, nem mesmo o Estado implantado pelos portugueses escapou de avaliação.

Tal qual acontecido quando o assunto em debate foi a possível luxúria nata da mulher indígena, *O Brado Africano* inseriu as ações colonizadoras na discussão sobre o alcoolismo e buscou enxergar suas influências na vida dos colonizados, mesmo que elas não fossem consideradas necessariamente benéficas. Neste sentido, ao menos, pode-se dizer que a abordagem do jornal foi mais abrangente que a das outras publicações, nas quais os indígenas foram traçados com características tidas como instintivas.

Retornando aos *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique*, pode-se encontrar mais uma observação dos colonizadores portugueses sobre os homens indígenas. Já próximo ao final do volume sobre o “mato” repetiu-se um método de apresentação de imagem já destacado: formulou-se uma frase inconclusa que aparentou sugerir alguma ideia para quem se deparasse com a fotografia (Figura 12).

Figura 12 – “Um macaco - como há muitos...”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 121.

De acordo com Benjamin (1994, p. 107), as legendas são importantes por conterem dados que, além de favorecerem a compreensão acerca do que foi fotografado, podem revelar particularidades da mentalidade do fotógrafo (ou da sociedade) sobre o objeto, pessoa ou paisagem registrada. Deste modo, legenda e fotografia originam um conjunto específico e indissociável.

A advertência feita por Benjamin serve para todas as imagens dos álbuns discutidos no trabalho. Na fotografia acima, entretanto, ela é ainda mais emblemática. Indiretamente, o quadro impulsionou a relação entre homem negro e macaco. A proximidade dos meninos com o animal, adicionada à proposição escrita de que o local abrigava muitos elementos dessa espécie, acentuou os chavões animais sobre os indígenas e pareceu afirmar que todos os retratados constituiriam uma mesma linhagem. A ideia não seria novidade. Afinal, desde 1853

Gobineau já havia afirmado que as “raças” negras poderiam ser comparadas biologicamente a raças de animais.

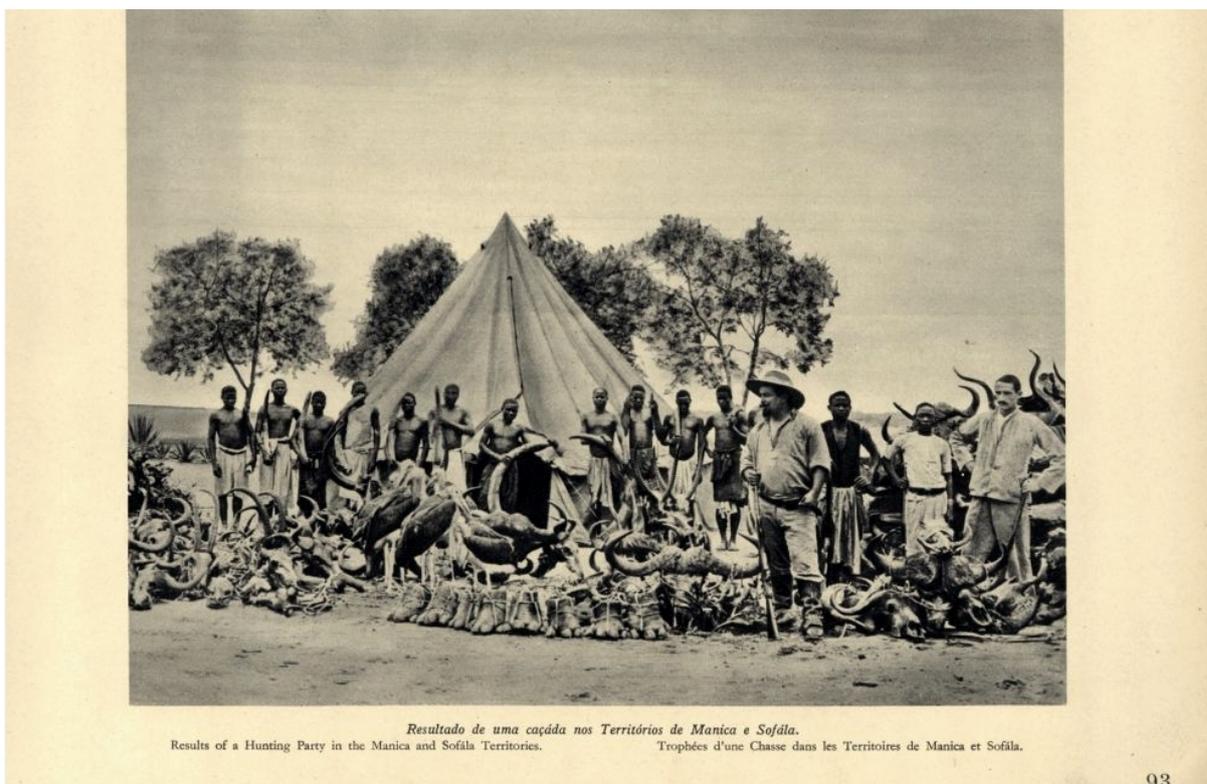
De certo modo, a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* também fez o mesmo tipo de insinuação em uma de suas páginas, dizendo que

É certo é que os pretos, pelo menos, não têm os macacos na conta de animais vulgares. Dir-se-ia que sentem neles realmente pontos de contato com a sua espécie ou diferenciação dos outros bichos a quem a nossa cega vaidade chama brutos (PORTUGAL COLONIAL, 1934, p.12).

Novamente os indígenas foram associados aos macacos. Aliás, o texto sugeriu que tal aproximação seria proveniente de uma espécie de afinidade sentida pelos próprios nativos. Eles mesmos é que teriam encontrado “pontos de contato” com os animais em questão. Segundo Coelho (2015, p. 234), a propaganda voltada ao turismo de caça fortaleceu a ligação direta entre animais e nativos africanos no imaginário popular metropolitano. Sob influência das teorias raciais, os indígenas foram representados como selvagens, tal qual os bichos caçados, e figuraram como expressão do domínio europeu em terras africanas.

Deste modo, as páginas finais do décimo álbum trouxeram uma série de fotografias relacionadas com homens brancos praticando a caça de elefantes e outras espécies de grande porte. Melhor dizendo, o que se exibiu com frequência foram os resultados dessas excursões pelo interior de Moçambique (Figura 13).

Figura 13 – “Resultado de uma caçada nos Territórios de Manica e Sofála”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 93.

Skoulade (2016, p. 139) foi assertivo ao declarar que a fotografia foi um dos principais instrumentos utilizados a serviço do colonialismo português, tendo em vista que essa ferramenta exerceu importante papel na “legitimação de representações hierárquicas, exóticas e sensuais dos grupos e territórios que compunham o denominado império colonial”.

A sensualidade enaltecida nas fotografias já foi discutida precedentemente. O exotismo e a hierarquia, em contrapartida, foram elementos que se manifestaram na imagem sobre a caça. Os indígenas apareceram exultantes em meio a muitos ossos e cabeças de animais abatidos. Provavelmente eles participaram da atividade e estavam faceiros com o sucesso alcançado. Mas a figura central, colocada em primeiro plano, foi o caçador, branco, armado e em atitude de imponência.

A organização da foto sugere uma ordenação dentre os personagens registrados. À frente, guiando as ações, estabeleceu-se o europeu. Enquanto isso, bem próximos dos restos mortais dos animais, mantiveram-se os indígenas. Em raros momentos o colonizador foi exposto no “mato” pelos álbuns fotográficos. Contudo, em todas as vezes em que isso aconteceu, ele foi apresentado em posição

de liderança e suntuosidade, dominando o território e tudo o que estava nele, sejam as riquezas naturais, os animais ou os próprios africanos.

Said (2011, p. 171) afirmou que inserção do mundo não europeu no campo das representações dependeu do poder metropolitano. Foram os relatos de viajantes, a pintura, a literatura, a história, a sociologia, a filologia, os escritos raciais, os relatórios administrativos, ou qualquer outro tipo de produção, que delinearão o indígena na imaginação europeia. E não houve nenhuma preocupação dos países imperialistas em agradecer os povos conquistados.

Na verdade, a elaboração dessas manifestações pressupôs o “silêncio do nativo” (SAID, 2011, p. 171). Sendo assim, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* criaram um discurso que basicamente não permitiu a observação explícita de possíveis atos de resistência dos povos nativos registrados.

De modo geral, os periódicos relacionados com a propaganda colonial portuguesa discutidos na pesquisa colaboraram para a criação de um personagem: o indígena, do “mato”. As teorias raciais, assim como os costumes e práticas culturais lusitanas foram tomados como parâmetros para se analisar e, sobretudo, taxar os naturais da região moçambicana.

Além de eurocêntrico, o olhar pelo qual os indígenas foram vistos nas publicações em questão foi masculino. Assim, as mulheres tiveram que enfrentar o filtro da sexualidade e das concepções de beleza arbitrariamente atribuídas pelos colonizadores. Os homens, por sua vez, foram taxados como animais, vadios, bêbados e aproveitadores dos esforços femininos, confabulando certa comparação indireta com o português, que se vangloriava de ser civilizado, disposto, corajoso e dedicado à missão de ocupar os territórios longínquos.

Juntos, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* e a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* apresentaram os indígenas para a população de Portugal e outras áreas da Europa. O fizeram, todavia, de forma desabonadora. Não só porque os responsáveis pelas publicações acreditavam nos estereótipos lançados por eles próprios ao público. Mas em razão desse conjunto de ideias pejorativas acerca dos colonizados afiançar a imaginada superioridade dos colonizadores e oferecer autenticidade para os empreendimentos coloniais dentre os próprios compatriotas, sem mencionar, também, os pertencentes aos demais países imperialistas.

Por isso as páginas do boletim, revista e álbuns fotográficos foram carregados de imagens e textos sobre as populações nativas. Parece que o público realmente se interessou pelo assunto e as publicações incentivaram e atenderam à curiosidade dos consumidores desse tipo de material. O tema foi frequentemente levado às pessoas, em espaços destacados.

O *Brado Africano*, por outro lado, pouco falou a respeito da “inferioridade” do indígena. O assunto pareceu ser indelicado para eles. Audiência limitada foi dada à temática e, quando levantou a questão, o jornal se recusou a aceitar os problemas associados aos negros como condições naturais. Para os participantes da redação da folha, grande parte das adversidades atribuídas aos indígenas foi proveniente de seu convívio com os portugueses.

Por último, é relevante lembrar que o periódico moçambicano, apesar de declarar-se “africano”, buscou evitar aproximação direta com os indígenas, chamando-os de “pretos” ou “eles”. Como muito bem observado por Thomaz (2008, p. 90), a experiência colonial criou uma situação na qual os “filhos da terra” viveram uma relação dúbia com os considerados indígenas, ora entendendo-os como “outro”, ora tomando-os como “nós”. A mácula associada a essa parte da população pode ter influenciado o posicionamento dos colaboradores do jornal e ter feito com que eles temessem serem confundidos com os moradores do “mato”, já que “preto”, por exemplo, remetia ao “indivíduo ligado às culturas locais, não educado e instruído pelos europeus” (THOMAZ, 2008, p. 91).

Em um cenário no qual os “filhos da terra” já encontravam dificuldades para conseguir representação social, serem lembrados como preguiçosos, ou tantas outras adjetivações pouco louváveis, poderia complicar ainda mais a situação. Ao que parece, distanciar-se da imagem de africano “bárbaro” foi tão importante para alguns que escreveram no jornal quanto valorizar sua descendência portuguesa. E, tal qual acontecido em relação à preservação da memória imperialista, o que esteve em jogo foi a busca por representatividade dentro do sistema colonial.

3 O suporte “necessário”: missão civilizadora e educação

As formas como os indígenas foram retratados pelos veículos de comunicação e propaganda analisados evidenciaram a prerrogativa europeia de manter distanciamento acerca dos nativos e desqualificar suas atitudes e costumes. Desde o final do século XIX, as discussões envolvendo o imperialismo embasaram-se em uma perspectiva binária das “raças” e tipificaram as culturas e sociedades em avançadas ou atrasadas (SAID, 1990, p. 213). Como já alertado por Moraes (2015, p. 19), todavia, esses discursos do Ocidente sobre o Oriente, bem como do chamado Primeiro Mundo sobre o terceiro, ou especificamente das metrópoles sobre as colônias, não só representavam suas relações, mas as afetavam, as construíam.

As observações feitas no capítulo anterior mostraram em parte como esse processo ocorreu em relação aos moçambicanos. Diante desse quadro, a sequência do trabalho busca investigar como as fontes históricas estudadas abordaram a chamada missão civilizadora e a educação, entendidas na época como duas vertentes capazes de alterar os padrões de vivência indígena e transformar esses indivíduos em seres considerados civilizados pelos portugueses. Conseqüentemente, discussões sobre as estratégias utilizadas para intervenção europeia junto aos nativos, bem como o tipo de indivíduo colonial desejado pelos metropolitanos e os modelos educacionais instalados em Moçambique durante as décadas de 1920 e 1930 integram o conteúdo desse capítulo.

3.1 Missão civilizadora: caminhos indicados por Deus e pelo homem

Seguindo o pensamento de Memmi (1977, p. 7), o funcionamento do colonialismo não foi assegurado simplesmente pela superioridade militar e tecnológica. Coube ao colonizador legitimar seus atos diante do colonizado e de si próprio. A defesa da superioridade do colonizador e, automaticamente, da inferioridade do colonizado fizeram parte da “ideologia do colonialismo”. Ideologia esta capaz de influenciar a mentalidade dos moradores da Europa, pois, tal qual afirmado por Barraclough (1976, p. 42), já no final do século XIX havia se espalhado a certeza de que a difusão imperial traria consigo a disseminação dos valores da civilização europeia para todo o mundo, tendo em vista que a alegada incapacidade das populações nativas em “manterem normas civilizadas para elas próprias”

desembocava na necessidade das potências imperiais sustentarem-se nos governos de suas dependências.

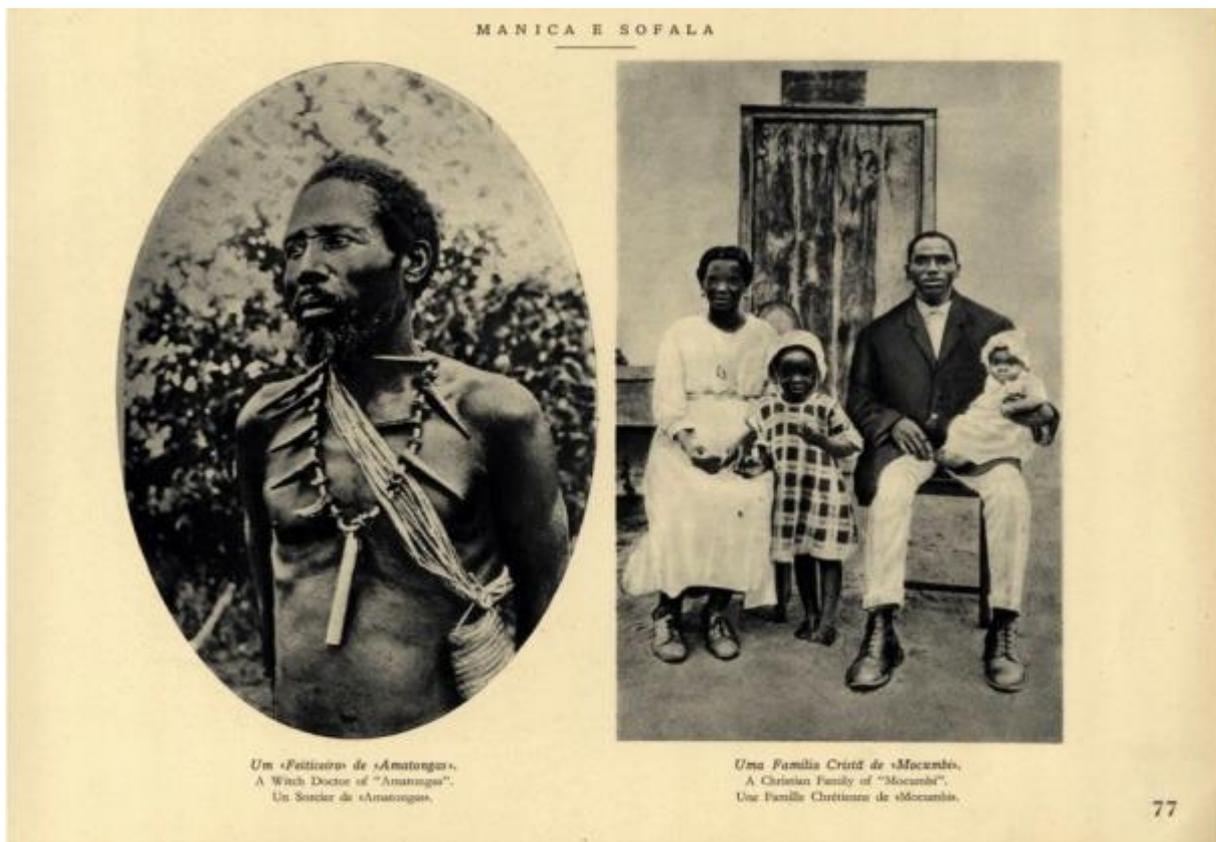
Atento a existência de manifestações com esse perfil, Ferro (1996, p. 30) logo ponderou que a ideia de “civilizar” foi um dos fatores de impulsão do imperialismo, conectando-se aos interesses materiais de exploração e acúmulo de riquezas. Logo, ganhou forma a chamada “missão civilizadora”, que, segundo Martinez (2010, p. 58), consistia no compromisso declarado pela maioria das nações colonizadoras após a Conferência de Berlim de movimentarem esforços para a melhoria das condições materiais, morais e jurídicas das populações indígenas, zelando pelo bem-estar dessas pessoas e encaminhando-as para a “civilização”.

Essa missão civilizadora trouxe consigo objetivos explícitos e implícitos. Dentre os abertamente declarados esteve essa iniciativa das potências colonizadoras de buscar a “evolução” material e moral dos indígenas. Mais velado, por outro lado, manifestou-se o desejo de melhoria desses próprios países, que necessitavam de matérias-primas, novos mercados consumidores e de locais para abrigarem seus excedentes populacionais e até mesmo seus contingentes carcerários (MARTINEZ, 2010, p. 60).

Como bem frisado por Ferro (1996, p. 40) a perspectiva europeia de civilizar os demais teve “função econômica e política precisa”. Os ocidentais não apenas tomaram para si o privilégio de assegurar os direitos que definiriam o que seria civilização, bem como transformaram a proteção desses direitos em justificativa moral, em “razão de ser” dos colonizadores. Por isso, a ideia de civilizar construiu-se como uma proposta de melhoria das condições indígenas conforme a satisfação de necessidades criadas pelo próprio modelo ocidental, e não originadas por demandas nativas (MARTINEZ, 2010, p. 59).

Como praticamente todas as produções coloniais, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* deixaram transparecer seus princípios civilizatórios. A logística segundo a qual as fotografias foram organizadas revelou uma espécie de caminho que deveria ser percorrido pelos moradores locais até tornarem-se “civilizados”. Afinal, o mesmo volume que se iniciou com imagens da “gente do mato” e seus costumes nada auspiciosos sob a ótica europeia, também reservou espaço em seu final para fotografias que mostrassem as possíveis transformações sofridas por alguns indígenas, como pode ser observado a seguir (Figura 14).

Figura 14– “Um feiticeiro de Amatongas – Uma família cristã de Maconde”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 77.

O ajuste das fotografias formalizou um esquema comparativo. Diante inúmeras organizações possíveis, a imagem de um “feiticeiro” foi anexada próxima de personagens descritas como cristãs. Originou-se, assim, uma contraposição entre religiosidade pagã e cristianismo. De acordo com Zamparoni (2007, p. 155), transformar-se em cristão significava inserir-se em uma comunidade universal e suplantar os valores locais. Implicava, deste modo, na adoção de novos conceitos morais referentes “ao casamento, à família e ao convívio social”.

Em função disso, diferentemente do régulo e suas mulheres (Figura 10), os cônjuges indígenas e sua prole foram definidos como um núcleo familiar, transparecendo a interferência dos preceitos católicos na avaliação e aprovação das normas relativas às uniões matrimoniais. A considerada degeneração dos costumes, como a poligamia e “vadiagem”, estimulou estratégias de controle tanto da força de trabalho quanto da sexualidade feminina e resultou na reafirmação de “velhas concepções sobre a instituição familiar” (SILVA, 2015, p. 30). Panoramas como o visto há pouco indicam que os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*

foram influenciados por tais estratégias de controle, bem como transmitiram essa mensagem aos seus espectadores ao mostrarem transformações sofridas pelos indígenas após o contato com os portugueses.

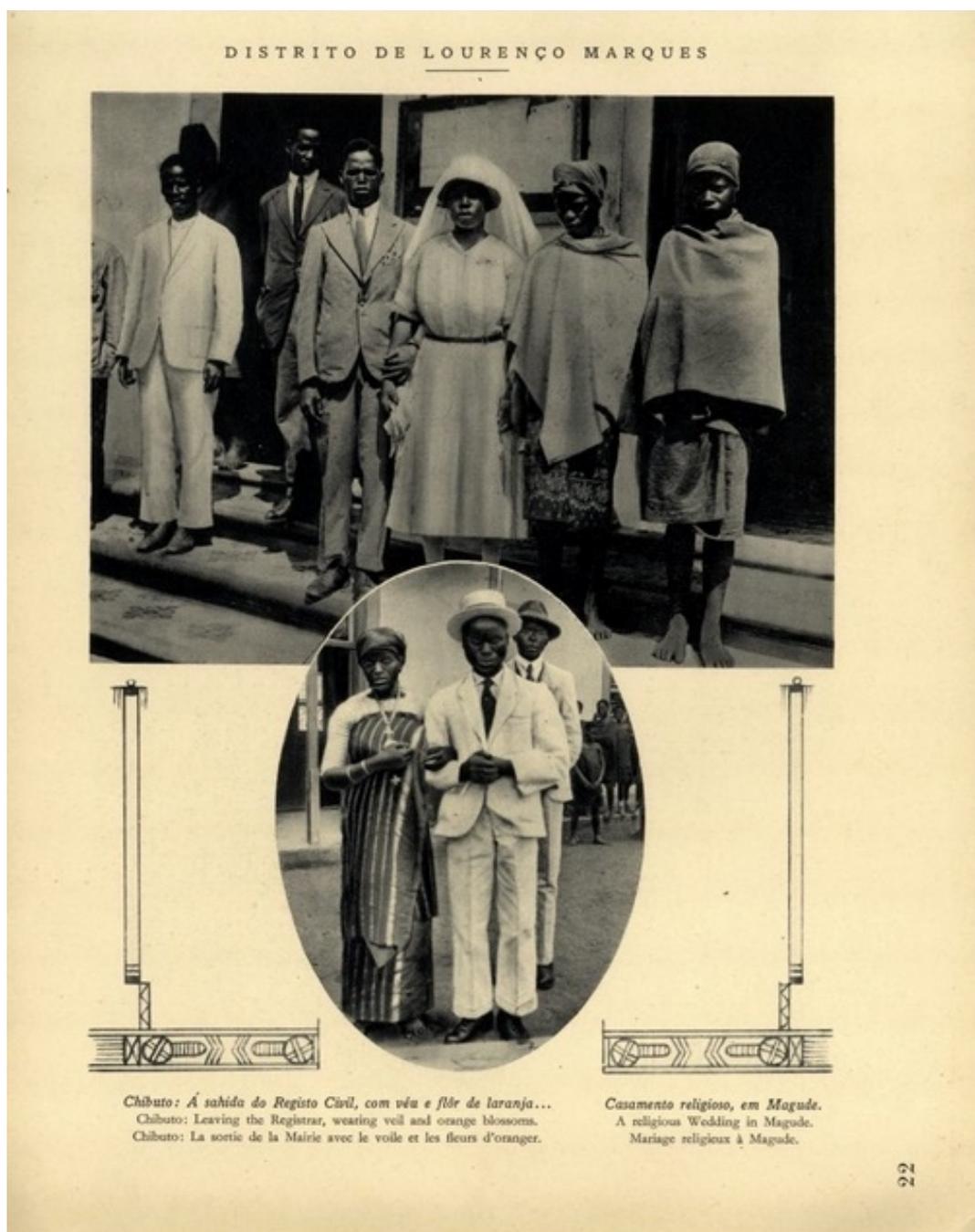
O arranjo das cenas insinuou uma sequência entre fatos passados e contemporâneos. Primeiro, a “selvageria”, correlacionada às práticas religiosas dos nativos africanos. Em seguida, o nascimento de uma unidade familiar constituída segundo os costumes católicos. Tendo em vista que a segunda possibilidade apontada se tornou concebível somente após a chegada de europeus em Moçambique, pode-se dizer que o quadro apresentado nobilitou a presença portuguesa na região e sua tão enfatizada vocação de trabalhar em prol da transformação dos autóctones.

Segundo Martinez (2008, p. 46), a ideia de melhoria das condições morais dos indígenas teve como objetivo distanciá-los dos usos e costumes de suas vidas tradicionais e conectá-los ao mundo “correto” dos ocidentais através da indução de novos hábitos e crenças. Nesse aspecto, a religião foi primordial para os interesses da missão civilizadora, já que ser civilizado foi posto como sinônimo de ser católico e manifestar a crença em um Deus considerado justo, que “assegurava a diferença entre colonizador e colonizado, que teria dado aos primeiros a missão de trazer os segundos para a sua glória, com divulgação e expansão da sua fé”.

Sendo assim, ganha força a ideia de que a junção dos dois panoramas na mesma fotografia não foi aleatória. Observa-se que, em um primeiro momento, ela demarcou o distanciamento entre as partes registradas ao sinalizar como seria a vivência natural do indígena em contraponto com a conduta religiosa lusitana. Em segunda instância, a composição imagética afiançou o cumprimento da tarefa portuguesa de catequizar os nativos, de expandir as fronteiras do cristianismo.

Esse desejo metropolitano de rompimento com o mundo “pagão” poderia dar-se no exato momento em que indígenas firmassem compromisso mútuo de fidelidade e lealdade frente a um representante da Igreja Católica. A partir de então, um novo ciclo se iniciaria. Provavelmente por esse motivo um registro de casamento tenha sido adicionado aos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* (Figura 15).

Figura 15– “Chibuto – A saída do registro civil, com véu e flor de laranja. Casamento religioso, em Magude”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 22.

A técnica de unir duas fotos distintas em uma mesma página foi utilizada outra vez. Identicamente ao observado na imagem que trouxe um “feiticeiro” e “uma família cristã” composta por nativos, formalizou-se uma organização sistematizada dos momentos retratados. Pelo enredo apresentado, o casamento religioso

aconteceria logo após o reconhecimento civil da união entre as partes. Como diria o conhecido jargão, o casal juntou-se “perante as leis de Deus e do homem”.

Conforme as alegações de Kossoy (2000, p. 34-35), o testemunho do que se encontra nas fotografias se mistura com o processo de elaboração do fotógrafo, dando origem ao binômio registro/criação. Considerando tal conjectura, é possível presumir que a última imagem apresentada ratificou propositalmente o padrão de comunhão conjugal criado e praticado pelos europeus. O clique à frente do cartório denotou a importância dada à legislação em vigor na colônia e a aceitação desse conjunto de leis pelos fotografados. Houve um processo de adequação que precisa ser lembrado.

Casando-se perante o sistema jurídico metropolitano, os envolvidos atestaram, ao menos no plano formal, o compromisso com valores éticos e morais designados pelos portugueses e eventualmente incongruentes com muitos de seus princípios ancestrais. Ao fazê-lo, contudo, passaram a serem reconhecidos como marido e mulher não somente pela lei, mas por pessoas como os produtores da fotografia, a ponto de terem sido registrados como modelos no documento histórico elaborado pelos colonos.

Os recursos gráficos utilizados na imagem, por seu turno, idealizaram um caráter cerimonial para as cenas, especialmente a que se referiu ao matrimônio religioso. A ornamentação inserida nas proximidades dos retratados à frente da igreja sugeriu a configuração de um ambiente formal, de grande respeitabilidade, digno da importância dada ao casamento pelos católicos.

Nota-se, em ambos os casos, a presença de indígenas acompanhando os eventos e usando ternos e vestidos ocidentais. O casamento, de acordo com o roteiro exteriorizado na composição fotográfica, fez parte do processo de “civilização” desencadeado pelos europeus e englobou os nativos que se dispuseram a aceitar os patamares nupciais ditados pelos colonizadores portugueses. O registro dos demais em posição secundária, entretanto, marcou a existência de um mundo teoricamente deixado para trás pelos que se enlaçaram segundo os costumes ocidentais, reforçando a perspectiva de que as celebrações marcaram a passagem para outro estado, não só no âmbito conjugal, bem como nos círculos culturais e sociais.

Assim como os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique, O Brado Africano* não passou ileso à influência dos princípios civilizatórios. As orientações

católicas de muitos de seus colaboradores foram manifestadas corriqueiramente em seus conteúdos. Feriados sagrados, pedidos de missas, festas dedicadas à homenagem de santos, referências à bíblia, etc., foram alguns elementos que marcaram a escrita de certas matérias veiculadas pelo jornal. Direta ou indiretamente, a publicação reverberou fundamentos religiosos e sociais que pareceram tentar demarcar ou erigir um domínio tido como civilizado, tanto na esfera pública quanto privada.

De modo muito parecido com as fotografias apresentadas nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, *O Brado Africano* delineou uma representação de família cristã e, através de diversos e sucessivos textos, trabalhou para que esse modelo vigorasse. Começando pelos chefes dos lares, intimou os pais a evitarem a prática de maus costumes, como o uso de bebidas alcoólicas e jogatinas, na frente de seus filhos. Enfaticamente, convocou-os, dizendo que

Assim podemos nós afirmar que a missão dos pais, ou dos tutores, é de muito maior responsabilidade do que aquela que muitos de nós julgamos. Os pais ou tutores transmitem pelo exemplo aos seus filhos, ou seus tutelados, as suas boas ou más qualidades. Em regra, não é dos pais ou tutores guiados pelo amor aos homens e à pátria, pela energia e pelo bom senso, que procedem esses infelizes a quem a sociedade aponta por maus cidadãos (RUFINO DE OLIVEIRA, 1925, p. 1).

Na verdade, a contribuição social dos pais foi cobrada por Rufino de Oliveira, autor do artigo. O bom ambiente familiar foi diagnosticado como espaço vital para o florescimento de bons cidadãos, capazes de desenvolverem afeição pelo próximo e pela sua pátria. Ou seja, ao transmitir ensinamentos considerados apropriados às suas proles, os pais mais velhos automaticamente contribuiriam para o crescimento da nação, pois a livrariam sumariamente de possíveis futuros adultos indesejados.

A formação dos filhos por meio de bons exemplos também foi defendida em outra passagem do periódico. De acordo com as palavras de Edmundo Cruz, publicadas no início de 1923,

Quando dissermos ao nosso filho “não bebas!”, não devemos apresentar-nos diante dele embriagados. É triste, profundamente triste e ridículo, ter-se mais tarde de recorrer a esta barbaridade, inventada, talvez, por um mentecapto, para desculpar a nossa fraqueza: “Faça o que te digo e não olhes o que eu faço!”. Não basta, porém, darmos aos nossos filhos uma boa educação e instrução, é necessário, também, subtraí-los ao perigo do mundo. É

este um dos pontos basilares de todo o pai de família. O mundo está semeado de alçapões que conduzem a todos os vícios. Um pequeno descuido e nosso filho se despenhará num deles (CRUZ, 1933, p. 7).

Na mesma direção, a publicação ainda argumentou que “não basta civilizar os homens e deixar a mulher no estado primitivo, na miséria, na bebedeira, na prostituição” (O BRADO AFRICANO, 1932, p.1). A preparação de homens e mulheres para a vida protocolar europeia, coberta por regras de conduta, foi, deste modo, uma ação dirigida pelos envolvidos com o periódico.

Por conseguinte, *O Brado Africano* disponibilizou aos seus leitores orientações jurídicas sobre o casamento, uma das principais convenções religiosas e/ou sociais realizadas pelos seres humanos. Sem entrar no mérito da questão a respeito da posição de indissolubilidade matrimonial defendida pela Igreja, o artigo apontou que o divórcio já poderia ser obtido por vias legais, no início da década de 1930. Todavia, o foco principal do texto não foi o término dos relacionamentos. As indicações priorizaram a manutenção das uniões, deixando claro o que caberia a ambas as partes dos comprometidos. Neste sentido, esclareceu que

Tem, os cônjuges, em face do disposto no art. 38 da lei dita, obrigação de:

- 1 – Guardar, mutuamente, fidelidade conjugal;
- 2- Viver juntos;
- 3- Socorrer-se e ajudar-se reciprocamente.

O artigo 39 explica que “a sociedade conjugal baseia-se na liberdade e na igualdade, incumbido ao marido, especialmente, a obrigação de defender a pessoa e os bens da mulher e dos filhos, e à mulher, principalmente, o governo doméstico e uma assistência moral tendendo a fortalecer e aperfeiçoar a unidade familiar” (O BRADO AFRICANO, 1931, p. 1).

Esquemáticamente, o escrito estabeleceu os papéis cabíveis ao sexo masculino e feminino. Para o homem, o ambiente externo, do trabalho, da produção de divisas para o sustento econômico de todos. Já para a mulher, preeminentemente o espaço doméstico, a organização do lar e o “aperfeiçoamento” da parentela. Uma vez mais ganhou espaço o discurso ligado à formação e preservação do núcleo familiar monogâmico, assim como a importância do trabalho dos mais velhos para a formação dos mais jovens. Se num primeiro momento o jornal cobrou genericamente dos pais a missão de preparar os filhos para o futuro, agora ele apegou-se aos códigos civis ocidentais e enfatizou que essa tarefa deveria ser encargo especialmente das esposas e mães. De um modo ou de outro, contudo,

não deixou de chamar para si a responsabilidade de transmitir diretrizes e aconselhamentos para quem manuseasse suas laudas.

Algumas constatações feitas no próprio periódico poderiam explicar essa postura:

Onde encontrar o mulato uma companheira fiel?

Há as que educadas e vivendo em companhia dos pais se pode nelas depositar inteira confiança. Não faltam inteiramente as que, conscientes da obrigação moral social que contraem com o casamento serão capazes de se tornarem esposas ajuizadas, companheiras, fiéis, amantes e ternas dignas donas de casa e mães educadoras. Há-as, felizmente, mas tão poucas que é uma verdadeira desconsolação. A grande maioria é dessas tontas, dessas cabecinhas leves. E culpa de quem? Não delas, propriamente, que coitadas, mulheres que são, alguma coisa se lhes pode perdoar essa fraqueza moral que as arrasta para a desgraça. Culpa totalmente desses pais que as abandonaram, atirando-as para os braços da mãe, como se toda a sua missão consistisse em trazê-la à luz e não devessem à sociedade a sua educação e instrução, preparando-as para a vida e para serem no futuro honestas mães e dignas companheiras (NORONHA, 1933, p. 1).

Sumariamente, as considerações a respeito do sexo oposto feitas pelo autor do trecho anterior foram muito semelhantes aos enunciados trazidos pelos álbuns fotográficos. A “mulata” foi descrita como um ser volúvel, propenso à influência negativa de outrem, incapaz, de certo modo, de pensar e agir por conta própria. Essas conclusões lembram a postura machista e racista também encontrada nas descrições das indígenas fotografadas. Discernimento, reflexão, razão e inteligência foram colocados como elementos inerentes ao sexo masculino. Tanto que as poucas que se “salvariam” seriam aquelas cuidadas pelos homens, diante das quais a figura paterna se fizesse presente e atuante.

Pouco tempo das ideias de Rui de Noronha terem sido tornadas públicas pelo jornal, o mesmo órgão abriu espaço para que outro colaborador manifestasse sua opinião sobre a questão. Rebatendo as conclusões de Rui de Noronha, Francisco Dias Morgado declarou que o primeiro artigo significou um “desprimor para a mulher mulata, que encontrando um companheiro que a estime de verdade sabe corresponder cabalmente a dedicação do seu esposo” (MORGADO, 1932, p. 1). Para endossar sua observação, ele ainda prosseguiu com os seguintes dizeres:

Conheço muitas patrícias minhas, mas muitas mesmo, que nunca viram seus pais, mas que hoje são umas belíssimas esposas, boas donas de casa, boas mães, e que bastante honram a sua classe de mulher.

E por que? Pelo bom caminho indicado por sua mãe preta, aquela que segundo Rui seria incapaz de educar sua filha e livrá-la das maledicências do mundo.

A mulher mulata é afável e carinhosa, conhecendo, como qualquer outra mulher, branca, preta, amarela, os deveres a cumprir para com a sociedade (MORGADO, 1932, p.1).

A réplica de Francisco Dias Morgado às colocações de Rui de Noronha exemplifica a heterogeneidade de pensamentos dentro do *O Brado Africano*. Como já enaltecido por Zamparoni (2007, p. 187), a burguesia que se manifestou através da publicação não constituiu um grupo homogêneo, apresentando contradições e até interesses inconciliáveis.

O mesmo espaço foi dado para que cada um defendesse seu ponto de vista. Por meio do jornal, fez-se o diálogo público entre os dois. Entretanto, identificar a procedência e trajetória de quem participou do periódico não é tarefa simples. Muitas informações perderam-se com o tempo. Mas é possível fazer algumas especulações através dos escritos deixados. Há grandes chances, por exemplo, de Francisco Dias Morgado ser natural de Moçambique ou região, pois ele defendeu as “pretas” e as tratou como “patricias”, ou seja, procedentes da mesma pátria, sugerindo, assim uma identidade comunitária entre ele e as mulheres sobre as quais falou a respeito.

Por outro lado, Rui de Noronha não pareceu considerar as mesmas moças como parte de seu ambiente próximo. Sua apreciação indicou um ar de distanciamento similar ao exposto pelos colonos envolvidos com os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*. Então, seria ele um europeu, provavelmente português, instalado na colônia? Há probabilidades de isso ser verdade, ainda que não se possa cravar com absoluta certeza.

Já Francisco Dias Morgado, pela forma como se expressou, se aproximou mais do perfil condizente com os “filhos da terra”. De acordo com Thomaz (2008, p.72), o pertencimento a esse grupo construía-se pela complementação entre descendência africana e dominação de hábitos e costumes ocidentais, fator esse que excluía a maioria dos indígenas, ligados naturalmente às suas culturas locais. Contudo, segundo as conclusões de Neves (2008, p. 78), os “filhos da terra”, representando uma elite, “uma inteligência local”, posicionaram-se como intermediários entre o mundo europeu e o africano. É exatamente isso que o personagem fez ao defender as mulheres “pretas” conhecidas por ele, qualificando-as como boas mães, esposas e donas de casa.

Os padrões usados para a valorização dessas pessoas têm grande significação nas sociedades europeias e, como pôde ser visto no capítulo antecedente, são adjetivações que não se encaixavam nos referenciais lusitanos acerca das indígenas. Ao focar a existência dessas virtudes, Francisco Dias Morgado pode ter interagido com os dois lados que, em teoria, intermediou. Para figuras como Rui de Noronha, relativizou as imperfeições remetidas às “pretas”. Para elas próprias, demonstrou existir referenciais comportamentais a serem seguidos, oferecendo exemplos de mulheres “civilizadas” que, se necessário, supririam a ausência masculina em prol do bem-estar familiar.

A “ocidentalização” fez parte da expansão imperialista. Com o passar do tempo, ficou claro para muitos governos e elites locais submetidas à conquista europeia que “eles tinham que se ocidentalizar, caso contrário, desapareceriam” (HOBBSAWM, 1988, p. 115). As atitudes de alguns colaboradores do *O Brado Africano* indicam percepção quanto a isso. Todavia, preocupar-se somente consigo mesmo não seria o bastante. O discurso nacionalista propagado nas colônias e internalizado pelos “filhos da terra” previa que todos os portugueses apaixonados pela pátria deveriam prestar auxílio aos indígenas, colaborando para a civilização e nacionalização dos mesmos e, conseqüentemente, para o progresso nacional (THOMAZ, 2008, p. 91).

Criticar as condutas consideradas impróprias, oferecer orientações para mudanças de atitudes e valorizar aqueles que já apresentavam posturas diferentes foram estratégias colocadas em prática para tentar alcançar êxito nessa missão. Mas os “filhos da terra” acreditavam que somente esses esforços não seriam suficientes. Seria preciso ir além e proporcionar educação formal aos indígenas. Essa foi, portanto, outra bandeira levantada pelo periódico.

3.2 Nas salas de aula ou oficinas: educação, trabalho e nacionalização

Cinco anos antes de Francisco Dias Morgado e Rui de Noronha traçarem seu debate, o *Brado Africano*, por meio da participação de Joaquim Dourado, já cobrava do governo colonial ações voltadas ao desenvolvimento das crianças indígenas. Dizia ele na ocasião que

Se as nossas autoridades não cuidarem da instrução e educação da infância indígena, enquanto for tempo, podemos desde já antever a sorte que a espera.

Nada de útil fará para bem da sua família, da sua terra; pelo contrário: irão ingressar na lista dos inúteis, dos sem trabalho e dos criminosos.

De quem será a culpa? (DOURADO, 1927, p. 2).

O alerta feito no jornal demonstrou a mesma preocupação que outros colaboradores já haviam externado no que diz respeito ao encaminhamento da população jovem indígena. Algo deveria ser feito para evitar a proliferação de “inúteis” e “criminosos”, segundo as colocações de Joaquim Dourado, ou “maus cidadãos”, retomando-se as palavras empregadas por Rufino de Oliveira. Diferentemente deste, contudo, o primeiro entendeu que o Estado seria o principal responsável por essa incumbência, ofertando educação aos nativos.

Uma rápida regressão ao momento em que o periódico apontou a incoerência da administração colonial em permitir que os indígenas participassem da produção de bebidas alcoólicas e, concomitantemente, os acusou de beber excessivamente, mostra que a tática de invocar a participação governamental para a resolução de problemas sociais existentes em Moçambique foi recorrente durante a década de 1920.

Desse modo, em 13 de julho de 1922, *O Brado Africano* engrossou o coro pelo desenvolvimento da educação voltada aos indígenas, ressaltando que se fazia urgente o governo metropolitano passar a preocupar-se com o assunto, pois dele dependeria o progresso material e nacionalização da colônia (O BRADO AFRICANO, 1922, p. 1). Pouco tempo antes o periódico já havia colocado em pauta um texto originalmente publicado no *Correio de África*, de Lisboa. Nele houve a reclamação de que Portugal não sustentava mais uma posição de destaque dentre as nações europeias por ter se esquecido de suas colônias. A propulsão da educação indígena, através da criação de escolas nos territórios ultramarinos, por sua vez, seria a estratégia adequada para o resgate da “riqueza portuguesa” (NEVES, 1922, p. 1).

Afinal, de acordo com a conferência proferida no Senegal pelo deputado francês Mr. Diagne, também reproduzida no hebdomadário, os “negros” tem vontade de aprender e o europeu, de modo geral, necessita tornar-se “o educador consciente das massas negras, deve criar uma elite negra, que se tornará mais tarde um auxiliar indispensável na colonização” (DIAGNE, 1922, p. 1). Na concepção dos

responsáveis pelo jornal moçambicano, entretanto, o desenvolvimento das ideias proferidas pela ilustre figura esbarrava em um problema estrutural, assim descrito:

As escolas, de grande utilidade para os nativos e para a Província, logo que foi proclamada a República, por artes ainda hoje desconhecidas, foram pouco a pouco desaparecendo. Não queremos de forma alguma fazer apologia do regimento batente na aurora de 5 de outubro de 1910, mas, é triste dizê-lo, não afina com o programa daqueles que, nas tribunas dos comícios, em voz empolgante, fulgurante (como bem diria nosso amigo Alvares) proclamavam que a monarquia cometia um crime de lesa pátria, não dando a Instrução ao Povo, porque queria que ele continuasse analfabeto, para poder, à vontade, fazer as suas manigâncias (J., 1922, p. 1).

O descontentamento com os governos metropolitanos ocorreu desde o final do século XIX, ainda durante a vigência do regime monárquico, e serviu de combustível para inflamados protestos realizados pela “elite autóctone”, que se utilizou de jornais próprios para reclamar do estado de abandono que julgava se encontrar nas colônias. Tais manifestações denunciaram a “incapacidade civilizadora” da metrópole, dominada ela mesma pelo analfabetismo em grande escala, bem como clamaram por desenvolvimento de melhorias na política de escolarização direcionada às possessões, requerendo medidas como contratação de professores e criação de escolas (GUIMARÃES, 2006, p. 50-51).

Em Portugal, no início do século XX, imperou dentre os responsáveis pelas ações pedagógicas do Estado o entendimento de que seria necessário educar a população, preocupando-se com a formação de sua mentalidade e não apenas com a transmissão de técnicas e saberes. Deste modo, a escola universal e gratuita gerou muita confiança e otimismo durante a I República (RAMOS, 2001, p. 361). Parte dessa euforia, todavia, virou desilusão e cobrança em Moçambique. Os responsáveis pelo *O Brado Africano*, assim como visto a pouco, exigiram do regime republicano, presente tanto na metrópole quanto nas colônias, o cumprimento de muitos dos ideais defendidos ainda na época da monarquia.

Assim, as colocações de Vicente Xavier Lobo em matéria publicada no jornal dificilmente causaram surpresa dentre os leitores. Em fevereiro de 1924, ao escrever “A estátua e a instrução pública”, ele afirmou sem meias palavras que a educação prometida pelos republicanos degradingolou com o passar do tempo e, em consonância com observações lançadas dois anos antes no mesmo periódico,

reiterou que o número de escolas públicas em Moçambique era menor do que as existentes antes de 1910, na vigência da monarquia (LOBO, 1924, p. 1).

Para os “filhos da terra”, a instrução seria capaz de transformar o homem em um ser ativo e preparado para extrair da natureza tudo o que ela poderia proporcionar-lhe. Valorizando a razão como caminho para o desenvolvimento humano, os filhos da terra entenderam a “instrução como uma responsabilidade social e não como um atributo realizado pelo próprio indivíduo” (THOMAZ, 2008, p. 170). Daí a urgência em lutar para a preservação dos estabelecimentos de ensino.

Tomando como base o cenário metropolitano, manter as escolas já existentes parece ter sido uma preocupação pertinente. Segundo dados levantados por Ramos (2001, p. 541), o impulso pela construção de instituições escolares sofreu queda brusca a partir de 1911. Em comparação com o ano anterior, Portugal saltou de 5550 para 6400 escolas, registrando-se o acréscimo de 850 novos educandários. Entretanto, de 1911 até 1926, ou seja, no espaço de 15 anos, “apenas” 700 escolas foram erguidas, dentre as quais, inclusive, muitas se encontravam fechadas.

Essa desaceleração ocorreu, em grande medida, por razões orçamentárias. Estimativas da época apontaram que seria necessário gastar sete vezes mais do que os investimentos feitos até ali para que se pudessem atingir os mesmos índices de escolarização alcançados por países do norte europeu, tomados como referência para os portugueses. Além disso, ao contrário das políticas educacionais colocadas em prática durante o Estado Novo, os republicanos não aceitaram um modelo barato de escola, fazendo questão de manterem professores altamente diplomados, “doutrinalmente seguros” e acomodados em “edifícios bem apetrechados” (RAMOS, 2001, p. 541).

Segundo *O Brado Africano*, o aspecto financeiro também afetou o crescimento escolar em Moçambique. Em 26 de julho de 1922, a primeira página do jornal estampou uma matéria referente ao assunto, afirmando que

Passando uma vista de olhos pelo orçamento aprovado para este ano econômico se constata a pobreza de verba estipulada para a instrução pública, indicando, à plenitude, que o governo, quanto ao problema da instrução, continua com a indiferença de sempre. Não havendo uma lei que torne obrigatória às câmaras e edilidades a inscrição de verbas suficientes para a criação de escolas de ambos os sexos, escola que pela sua organização e pelos elementos dispensados se tornem de efeito real, sujeitas a uma rigorosa fiscalização, tanto no seu funcionamento quanto no quantitativo de material preciso, livros e ferramentas para as escolas profissionais, a

instrução continuará no mesmo pé de efeitos negativos (O BRADO AFRICANO, 1924, p. 1).

É possível notar, portanto, que as críticas feitas ao governo incluíram o desagrado com as verbas destinadas à educação. Afinal, sem as divisas necessárias e a “indiferença de sempre”, não apenas novas escolas deixariam de ser erguidas, mas as já existentes poderiam não conseguir arcar mais com as despesas necessárias para a aquisição de materiais básicos. De um jeito ou de outro, todavia, os indígenas seriam os maiores prejudicados. As observações feitas pelo contribuinte do jornal demonstram uma leitura atenta da realidade moçambicana, tendo em vista que, assim como afirmado por Madeira (2007, p. 410), a década de 20 marcou o início de um processo de desinvestimento progressivo de capital estatal na educação pública e cessão do ensino primário à direção da Igreja Católica portuguesa.

Mesmo que a falta de dinheiro possa ter sido um problema, mudanças no âmbito educacional foram planejadas e colocadas em prática durante a I República portuguesa. Proença (2015, p. 658) esclareceu que na metrópole, em 1911, o ensino primário foi a área com a qual o governo mais se preocupou, dividindo-o em dois ciclos, sendo o primeiro de três anos e o complementar de mais dois anos. Além disso, o ensino foi transformado em laico, deixando-se de ensinar religião na escola e passando-se a lecionar a disciplina de “Educação Cívica”, objetivando-se desenvolver nos alunos o sentimento de amor à pátria e às instituições republicanas.

Acompanhando as mudanças realizadas no primeiro ciclo da vida escolar, a disciplina de “Religião e Moral” foi retirada da grade que compunha a instrução secundária. Em 1918, o ensino técnico profissional foi dinamizado e passou a ser ministrado nas Escolas de Artes e Ofícios, Institutos Comerciais, Escolas Industriais e Instituto Superior do Comércio. No Ensino Superior, por sua vez, criou-se, também em 1911, as universidades de Lisboa e Porto, com intuito de diminuir o monopólio que a Universidade de Coimbra exercia na formação dos estudantes. Outra preocupação basilar do período republicano foi a formação de professores capacitados para atuarem nos dois primeiros níveis do sistema de ensino, tendo sido criadas as Faculdades de Letras e as Escolas Normais Superiores para atender à tal demanda (PROENÇA, 2015, p. 658-659).

Porém, nas colônias as coisas foram diferentes. De acordo com Oliveira Marques (2015, p. 695), ciente da importância das missões católicas na “civilização

dos indígenas”, o governo republicano não conseguiu impor completamente aos territórios ultramarinos a política anticlerical. Mesmo que a Lei de Separação, de 1911, tenha previsto o afastamento imediato das ordens religiosas e a substituição das ordens cristãs por missionários laicos, poucos religiosos foram realmente obrigados a abandonar suas posições em razão da legislatura republicana, confabulando um grande paradoxo.

O governo moçambicano, por exemplo, logo notou que não teria condições de assumir sozinho a “nacionalização” da província, levando-se em conta o crescimento de missões protestantes na colônia. Então, por meio de uma portaria criada em 13 de agosto de 1914, pelo Governador-Geral Joaquim José Machado, suspendeu o decreto de 22 de novembro de 1913 que, além de criar as missões civilizadoras laicas, havia lhes oferecido as mesmas condições materiais usufruídas pelas missões religiosas.

Além do mais, a partir de 1917, com o Sidonismo¹⁹, teve início certa atenuação da política anticlerical que permitiu a revisão das decisões tomadas pela Lei de Separação (MADEIRA, 2007, p. 239). Assim, segundo as conclusões de Newitt (2012, p. 382) a esse respeito, sem grande destaque e contando com pouca organização e financiamento, as missões laicas foram abolidas em Moçambique pelo decreto de 13 de outubro de 1926, também assinado por Joaquim José Machado.

No mesmo ano, *O Brado Africano* publicou uma moção indireta de apoio ao governo pelo feito. Em comemoração à inauguração do “Colégio das Missões religiosas”, o periódico tornou pública a seguinte mensagem:

As nossas babilônias precisam de missionários, mas de missionários católicos, pois, os laicos, como está provado, pouco ou nada produzem. Não é só a religião, que proclama esta necessidade, é a Pátria, são todos quantos querem ver pertencentes a Portugal as suas colônias, que o aleitam e exigem.

O governo, criando esta tão nobre instituição, praticou uma ação verdadeiramente patriótica. O que é necessário é que seja compreendida por todos os portugueses, a fim de que as missões estrangeiras, que só desnacionalizam, faleçam na cruzada que tem em mira.

No colégio preparam-se os futuros missionários, ministra-se instrução e educação aos alunos, exigindo-lhes bons sentimentos religiosos, vocação e amor à Pátria (N., 1926, p. 1).

¹⁹ Regime vigente em Portugal durante o governo de Sidônio Pais (1917-1918). Período também chamado de Consulado Sidonista, República Nova ou Nova República.

Na mesma página em que essa matéria foi apresentada, também foi noticiada uma chamada para que os leitores participassem de cultos semanais na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição. Para o jornal, professar a fé católica era um sinal de patriotismo, de pertencimento à comunidade lusitana. Já as missões estrangeiras foram identificadas como um fator de “desnacionalização”. Conforme já explicado por Dores (2015, p. 61), essas missões denominadas estrangeiras poderiam ser missões católicas oriundas de outras nações europeias ou organizadas por religiosos protestantes. Todavia, ao reiterar que a necessidade das “babilônias” era a presença de agentes católicos, o autor deixou claro que se referia às outras religiões.

Os primeiros missionários protestantes, provenientes da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá Suíça e Alemanha, chegaram a Moçambique no final do século XIX. Nos anos iniciais do século posterior, o protestantismo, já estruturado como uma minoria religiosa na metrópole, também se fazia relativamente organizado nas duas principais colônias lusitanas (FIOROTTI, 2012, p. 30). Ao contrário dos últimos momentos da monarquia, o governo republicano não ofereceu grande resistência à expansão das missões protestantes e, com a Lei de Separação (1911), elas ganharam a oportunidade de crescimento ao ocuparem certo espaço deixado pela extinção de determinadas missões católicas que, por sua vez, não conseguiram ser substituídas por missões civilizadoras laicas (MADEIRA, 2007, p. 257).

Contudo, uma vez estabelecidas em Moçambique, as missões protestantes, tornaram-se objeto de discussão na imprensa. Também em 1926, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* abriu espaço para que um missionário declarado católico demonstrasse suas percepções a respeito do trabalho evangelizador realizado na colônia. Dentre suas colocações, Correia foi contundente ao abordar as missões estrangeiras, considerando vergonhoso para a nação o crescimento dessas instituições em solos coloniais. Para ele, melhor seria a alternativa de contar com o trabalho das missões laicas, caso elas “se agentassem” (CORREIA, 1926, p. 74).

Lembrando as palavras de Madeira (2007, p. 274), as missões protestantes, não seriam necessariamente um problema para os radicais republicanos, tendo em vista que a metodologia usada por elas aproximava-se de muitos princípios defendidos pelo regime político, tal qual o destaque atribuído aos núcleos familiares no processo de socialização indígena, a ênfase dada ao ensino prático e

profissionalizante e o maior nível de formação científica dentre os missionários evangélicos. Inclusive, para os republicanos mais fervorosos, as missões católicas é que seriam uma “ameaça” para o progresso lusitano.

Difícilmente o colaborador do *Boletim da Agência Geral das Colônias* compartilharia deste ponto de vista. Como integrante da Igreja Católica, a possibilidade de o missionário descontentar-se com as obras protestantes era, de certo modo, esperada. Aliás, o discurso dele foi bastante energético nesse aspecto. Em caráter conclusivo, ele não hesitou em apontar que a própria entidade que representava seria culpada pela “invasão desnacionalizadora estrangeira”, caso ela não oferecesse número suficiente de integrantes para comporem as missões levadas às terras ultramarinas (CORREIA, 1926, p. 87). Ao aceitar publicar as opiniões do missionário, por seu lado, o órgão governamental lusitano automaticamente endossou o discurso proferido por Correia e agiu como propulsor desses ideais junto ao seu público leitor.

Não obstante, no momento em que as palavras de Correia foram publicadas no *Boletim da Agência Geral das Colônias*, a euforia republicana já tinha perdido fôlego na própria metrópole. Segundo Proença (2015, p. 650), as reformas feitas em benefício do trabalhador incomodaram os líderes industriais e os grandes proprietários de terra. A classe média urbana e o funcionalismo público, maiores apoiadores da República, além de perturbados pela perda de poder aquisitivo, encontravam-se esgotados com revoluções constantes e desejavam a paz prometida pelos movimentos conservadores da direita.

Também levando em consideração os fatores elencados pela historiadora portuguesa, Marques (2015, p. 579) pontuou que o general Gomes da Costa liderou uma marcha de revoltosos de Braga até Lisboa, em 28 de maio de 1926, com apoio da maioria do exército português. Dois dias depois, o Presidente da República pediu demissão e entregou o poder a Mendes Cabeçada, um dos principais chefes revolucionários. O Parlamento foi dissolvido no início de junho do mesmo ano e o governo republicano chegou ao fim.

Engana-se, porém, quem imagina que essa nova conjuntura política metropolitana tenha disparado o gatilho para a reprovação das missões estrangeiras em espaços coloniais. Em 1924, *O Brado Africano* já se queixava de que as missões metodistas seriam incapazes de levar “progresso” aos indígenas, pois não possuíam pessoal capacitado para o ensino da língua portuguesa aos nativos. Faltando-lhes o

domínio desse idioma, os missionários evangélicos apenas poderiam ensinar “os rapazes e raparigas” a cantarem algumas músicas religiosas e a decorarem certas passagens da bíblia (O Brado Africano, 1924, p. 1).

Sobre as missões protestantes propriamente ditas, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* pouco trouxeram. Ao longo dos dez volumes que fizeram parte da obra, 16 missões diferentes foram expostas. Desse total, somente uma foi anunciada como protestante, metodista, na verdade. Localizada na região de Inharríme, essa missão foi descrita como “americana”, enquanto outras dez foram caracterizadas especificamente como “portuguesas”.

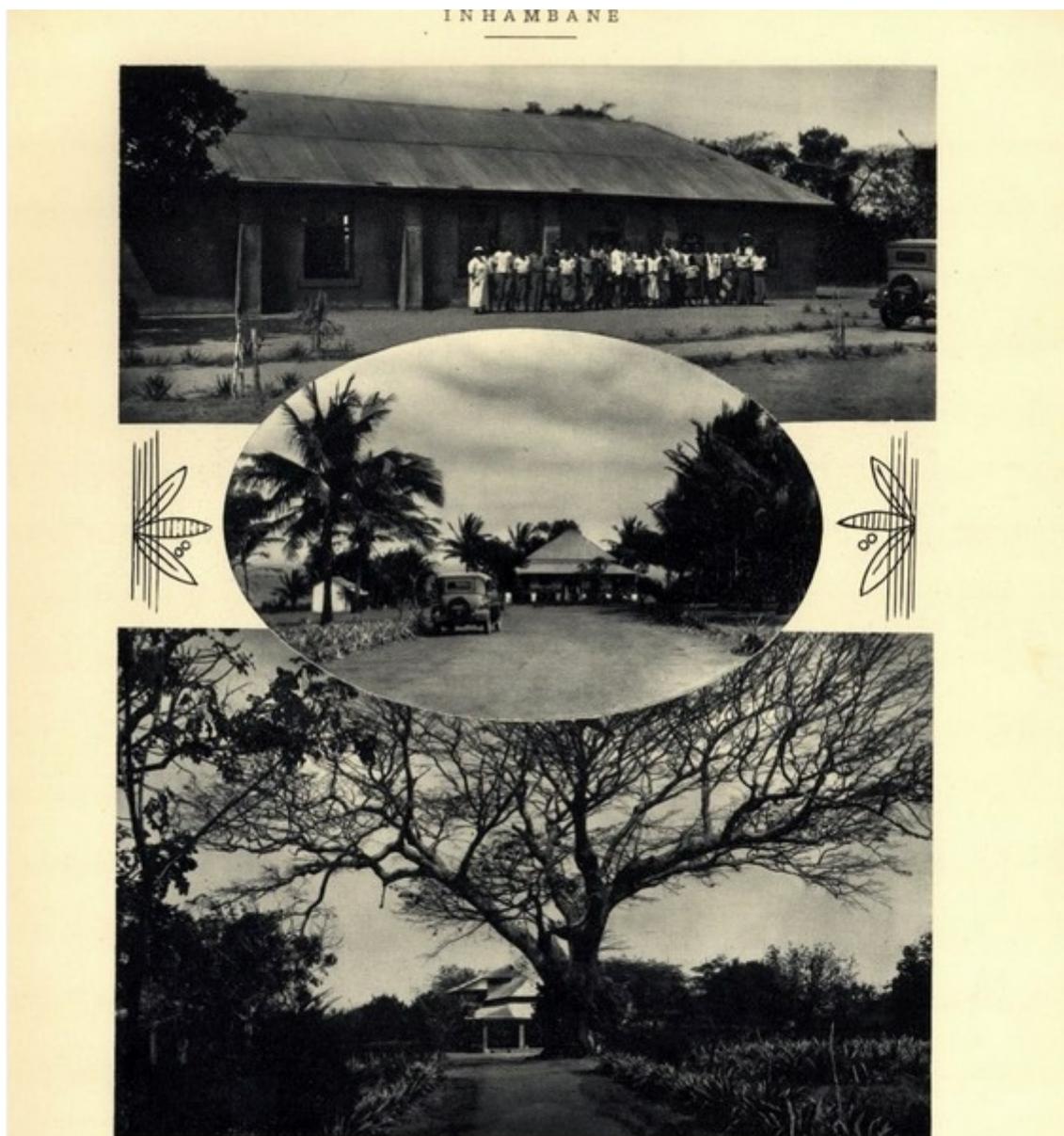
As cinco restantes trouxeram elementos (nomes de santos, figuras de padres com batinas, dentre outros) que indicaram tratar-se de organizações católicas. Considerando-se que nenhuma destas últimas teve nacionalidade mencionada e os produtores fizeram questão de lembrar que a metodista era “americana”, pode-se imaginar que elas foram guiadas por católicos portugueses. Sendo assim, uma única missão seria estrangeira.

Pelo exposto nas fontes, não existem dados suficientes que permitam afirmar pontualmente que a missão metodista publicada nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, em 1929, seja a mesma comentada no *O Brado Africano*, cinco anos antes. Não existe registro preciso da data em que a foto foi feita²⁰. Talvez ela coincida com o momento da produção da matéria veiculada pelo jornal e ambos tenham mencionado a mesma missão.

Por outro lado, o autor do texto usou o plural para falar do trabalho metodista, indicando a existência de, ao menos, mais que uma única missão com essa característica. De qualquer forma, as missões católicas foram predominantes na coleção de álbuns fotográficos e, especialmente por isso, o registro isolado de uma missão estrangeira (Figura 16) merece atenção.

²⁰ Aliás, de nenhuma das fotografias.

Figura 16 – “Missão Metodista Americana em Inharríme. Residência dos Missionários e Escola da Missão”.



Missão Metodista Americana, em Inharrime. Residência dos Missionários e Escola da Missão.

Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, vol. 5. Gaza e Inhambane – Aspectos Gerais, 1929, p.94.

As missões surgiram nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* na medida em que o percurso traçado no acervo seguiu da capital, Lourenço Marques, para os distritos e locais mais distantes, ou seja, “o mato”. A cena em que apareceu o automóvel na estrada vazia, distante da sede da missão, sugere que o local era recuado. Há que se considerar que as missões normalmente se estabeleceram em regiões afastadas. A interiorização nas colônias ocorreu preponderantemente por missionários que seguiram até esses lugares em busca de aproximação com os nativos. O automóvel e a estrada parecem materializar as

possíveis horas de viagens necessárias para se chegar até a missão e reforçam a imagem de distanciamento em relação à zona urbana.

A reunião entre os componentes da missão e os indígenas, ao ar livre, em frente de um prédio que poderia funcionar como escola, igreja, dormitório, refeitório, oficina ou coisa do tipo, foi uma constante que se repetiu exatamente em todas as vezes que alguma missão foi registrada nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*. Em geral, os brancos apareceram em posição central, rodeados pelos aprendizes negros. Além de sinalizar a ideia de liderança exercida pelos missionários, essa posição criou a perspectiva de união e fraternidade entre os envolvidos.

Cerca de 30 pessoas foram fotografadas nessa ocasião. Dentre elas, quatro ou cinco parecem ter sido as responsáveis pela missão, enquanto as demais fizeram parte do grupo de discípulos. Salvo grande engano, a escola foi o principal local onde os norte-americanos passaram suas lições para os indígenas. De outro modo, a ênfase dada ao prédio teria pouco sentido. Ao demarcar sua existência, a composição fotográfica realçou o processo de educação indígena realizado pelos missionários metodistas e, automaticamente, endossou a presença da missão naquela região.

Todavia, se essa for a missão declarada no jornal moçambicano, os ensinamentos realizados nessa escola não seriam muito frutíferos para os estudantes, já que eles não estariam aprendendo satisfatoriamente a língua falada pelos colonos e metropolitanos. Verdade seja dita, várias outras matérias com o mesmo teor foram lançadas pelo jornal nesse período. Uma das principais queixas endereçadas às missões estrangeiras, de modo geral, foi a alegada incapacidade ou desinteresse dessas organizações em ensinar o idioma português para os indígenas. Para o periódico, esse quesito foi vital para classificar e dar credibilidade ao trabalho missionário.

As colocações de Madeira (2007) são importantes para se entender melhor essa situação. De acordo com ela, a cobrança da utilização da língua portuguesa em territórios coloniais foi uma imposição político-cultural com objeto específico. Nas primeiras décadas do século XX, o investimento na educação indígena foi justificado pela suposta necessidade de desenvolvimento de suas capacidades laborais. Deste modo, “a civilização do indígena representava, acima de tudo, familiarizar o africano

com a cultura (em particular com a língua) e com os meios e instrumentos de trabalho do colonizador” (MADEIRA, 2007, p. 230).

Esse tipo de argumentação esteve incutido no pensamento de muitos contribuintes do *O Brado Africano*. Rufino de Oliveira, por exemplo, que já apareceu nas discussões acerca da conduta exemplar que os pais deveriam oferecer aos seus filhos, criticou abertamente os redatores do periódico moçambicano por manterem ativa a chamada “Seção Landina”, espaço no qual os textos escritos em português eram traduzidos para a língua ronga, falada na região de Lourenço Marques e parte da atual África do Sul.

Na visão de Rufino de Oliveira, aquele que soubesse ler e escrever somente nesse idioma não poderia “considerar-se um homem dentro do verdadeiro caminho da civilização”, pois não teria condições de “conhecer seus direitos e deveres de cidadão”, bem como não poderia “apreciar a história de sua pátria” ou aprender matemática “e demais ciências”. Por tais razões, mesmo reiterando que entendia o objetivo de abrangência de número maior de leitores, ele criticou os seus “amigos” por insistirem na comunicação em língua regional. Enquanto “o preto da província” não soubesse ler e escrever em português, estaria “preso na ignorância” e retardaria seu “avanço para a civilização” (RUFINO DE OLIVEIRA, 1925, p.1).

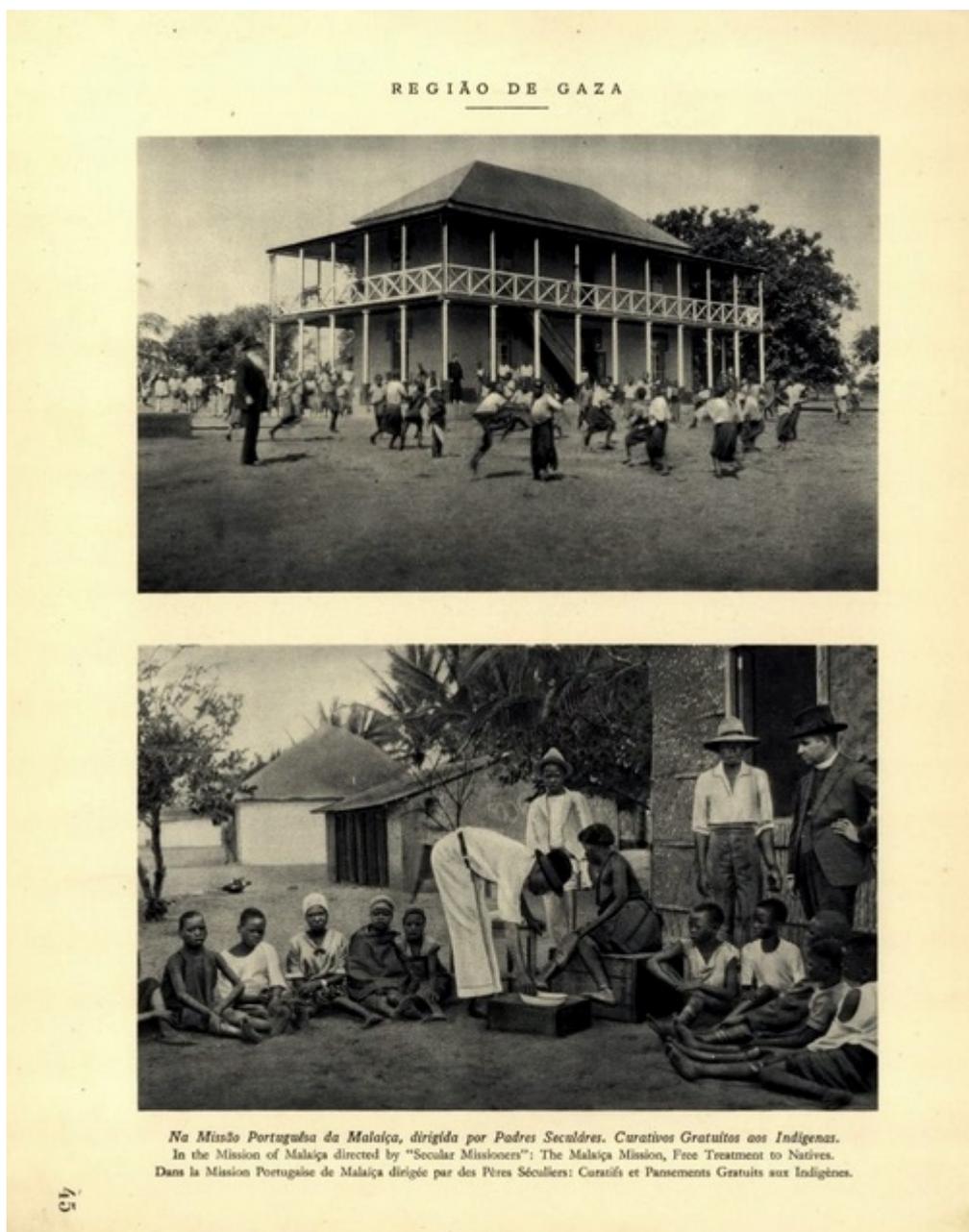
Mesmo não caracterizando uma crítica acirrada, Rufino de Oliveira reprovou a prática adotada pela redação do *O Brado Africano*. Ainda assim o jornal aceitou expor o texto dele e não publicou nenhuma réplica sobre o assunto. Tal fato leva a crer que essa figura gozou de grande respeito dentre os produtores do hebdomadário. Revela, também, que o periódico presou por abrir espaço de manifestação e debate, configurando uma rede de contato entre o núcleo social do qual era proveniente.

Retornando aos dizeres expostos pelo órgão, percebe-se que o discurso de Rufino de Oliveira se aproximou dos comentários feitos anteriormente sobre a ineficácia das missões metodistas em Moçambique. Mesmo que os textos não tenham se ligado diretamente, ambos defenderam o sentido prático da educação indígena para o tão almejado “progresso” desses indivíduos. Aprender corretamente o idioma português seria indispensável para que o nativo conseguisse entender e participar da nova conjuntura formada pelo colonialismo lusitano. Sendo assim, continuar se comunicando em ronga ou decorando passagens da bíblia e trechos de músicas religiosas seria igualmente desvantajoso para o indígena.

Porém, para a satisfação de pessoas como Rufino de Oliveira, nem todas as missões religiosas instaladas em Moçambique poderiam ser consideradas ineficientes no desenvolvimento educacional dos indígenas. As missões católicas realizaram muitas atividades de intervenção junto aos moradores locais. Pelo menos foi isso que os elaboradores dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* fizeram questão de mostrar.

A ênfase dada às missões nacionais na publicação não se resumiu apenas à amostragem maior em relação às internacionais. O modo escolhido para retratar as missões católicas seguiu um roteiro planejado, tendo em vista que a apresentação dessas instituições foi organizada de forma sistemática e repetitiva. Certas coisas apareceram em comum com o registro da missão metodista, outras nem tanto. A divulgação da “Missão Portuguesa de Malaíça” é uma que pode ser tomada como exemplo da configuração adotada na fonte histórica analisada. Três fotografias seguidas mostraram essa missão. Na primeira delas (Figura 21) “padres seculares” acompanharam uma apresentação indígena à frente da sede da organização.

Figura 17 - “Na Missão Portuguesa da Malaíça, dirigida por padres seculares”. “Curativos gratuitos aos indígenas”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 5. Gaza e Inhambane – Aspectos Gerais, 1929, p.45.

A legenda da imagem não forneceu informações sobre o que os fotografados estariam fazendo nesse momento. Pelas expressões corporais, é provável que seja algo relacionado a uma dança ou brincadeira. Seja o que for, tudo se passou sob a visão de aparentemente dois missionários. Outros indígenas apareceram ao fundo, também observando o grupo colocado em primeiro plano. Mas o olhar lançado pelo missionário mais próximo dos que realizavam a atividade aparenta vigilância e

concentração. A postura do homem branco lembra uma atitude avaliativa, típica de quem ensinou algo e examina se as orientações estão sendo seguidas.

Situação similar se repetiu na segunda cena. O europeu observou os atos do indígena que prestava assistência à mulher negra. A descrição da fotografia afirmou que curativos seriam oferecidos gratuitamente pela missão aos moradores locais. Todavia, quem os realizava era um nativo que parece ter aprendido a técnica e fazia o procedimento sob a tutela do homem branco. Novamente configurou-se um contexto em que as ações indígenas foram acompanhadas de perto por um missionário.

A insistência na repetição desse quadro pode ter sido uma estratégia para enfatizar o trabalho contínuo de instrução da população local. De qualquer forma, ela demonstra as relações de poder ali estabelecidas. Mesmo em menor número, os europeus foram gravados em posição de imponente e autoridade. A constituição das imagens indica respeito dos nativos para com os missionários. Diluída na mostra de prestação de serviços médicos e educacionais, a conquista da subserviência indígena pelos colonizadores também foi representada nessas imagens. Provavelmente seja mesmo essa a principal mensagem que os responsáveis pelos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* tenham se interessado em transmitir por meio de sua obra.

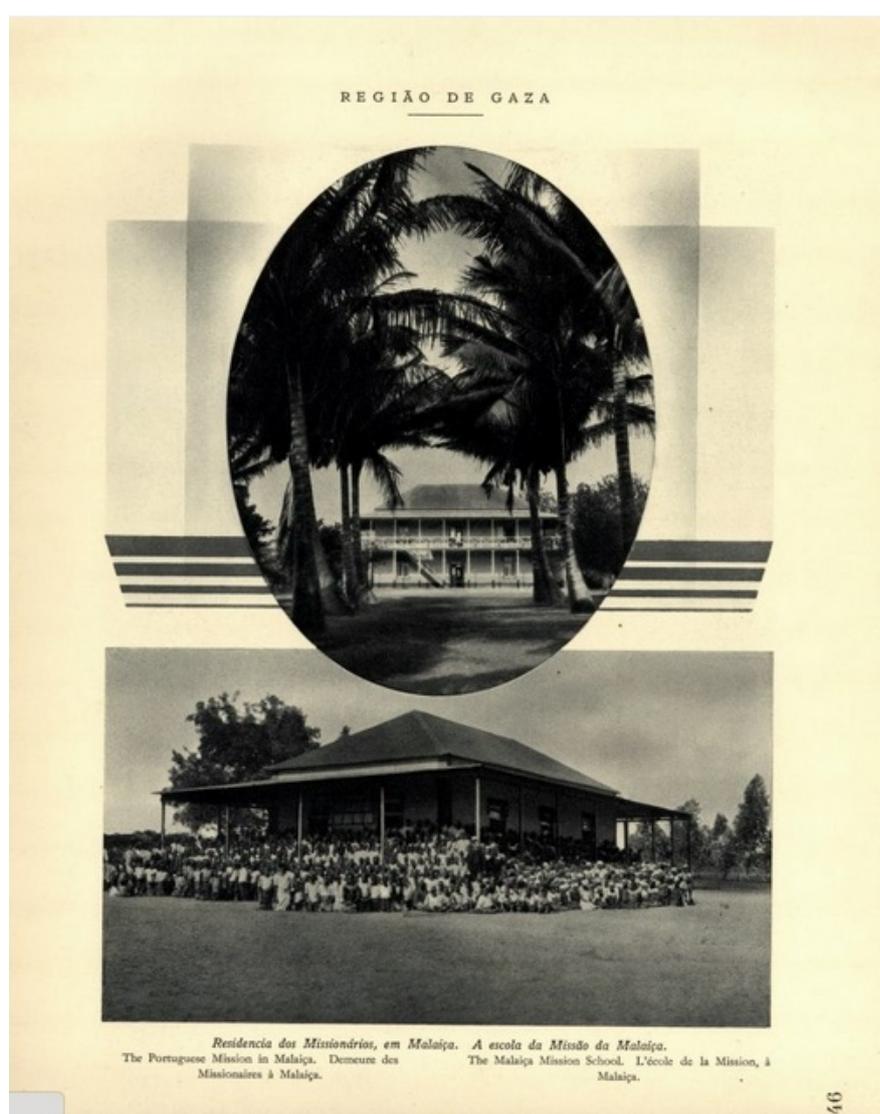
Diferentemente dos momentos em que os nativos foram fotografados sozinhos, em condições colocadas como “naturais”, as últimas imagens mostraram outra perspectiva sobre os indígenas. Próximos aos missionários, eles aparecerem vestidos, serenos e ordenados. Sensualidade e animalização não foram mais características que se sobressaíram. Agora os nativos foram expostos de forma modificada, mais próxima do patamar ocidental de civilização do que os envolvidos com batuques, poligamia ou consumo de bebidas alcoólicas. Se forem retomados os princípios de “evolução” e “progresso”, característicos dos discursos missionários europeus, os indígenas alcançados por essa missão se encontravam em pleno “desenvolvimento”, justificando e reverenciando, desse modo, a presença dos religiosos portugueses na área.

Por conseguinte, o curativo teria mais uma dimensão. Além de assistencial, pode ser que a prática também estivesse correlacionada a aspectos culturais. Possivelmente o emprego da medicina ocidental se encontrava diretamente ligado à estratégia de incentivar o abandono dos costumes tradicionais dos indígenas

amparados pela missão. Afinal, novas concepções de saúde e higiene faziam parte do repertório de alterações que os europeus julgavam serem necessárias aos nativos africanos.

Prosseguindo na análise, a segunda imagem da tríade relacionada à Missão Portuguesa da Malaíça trouxe o que se pode considerar uma marca registrada dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, isto é, os indígenas agrupados junto aos missionários, frente à alguma construção da própria missão (Figura 18).

Figura 18 – “Residência dos Missionários, em Malaíça”. “A escola da Missão da Malaíça”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, vol. 5. Gaza e Inhambane – Aspectos Gerais, 1929, p.46.

Facilmente se observa que a missão católica foi fotografada nas mesmas posições que a metodista. Tem-se a apresentação afastada da entrada do estabelecimento dos missionários, sugerindo o mesmo panorama de distanciamento já visto antes. Logo em seguida, a invariável reunião de todos os componentes da missão em frente da escola. A única diferença, no entanto, foi a quantidade muito maior de indígenas registrados nessa imagem.

Retomada do apoio governamental metropolitano e amplitude da Igreja Católica são fatores que ajudam a explicar a constatada maior abrangência alcançada dentre os nativos moçambicanos pela Missão Portuguesa de Malaíça em relação à Missão Metodista Americana. As demais organizações católicas colocadas nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* apresentaram o mesmo patamar de novos fiéis, sinalizando que o trabalho missionário católico atingiu proporções consideráveis em Moçambique.

Diante disso, o registro isolado da missão metodista levanta inquietação. Teria ocorrido realmente um único caso de presença missionária protestante na colônia em 1929? Ou os produtores dos álbuns fotográficos analisados privilegiaram propositalmente a existência de missões católicas? Pelo menos quantitativamente, a atividade missionária protestante apareceu de forma pouca efetiva na coleção de fotografias.

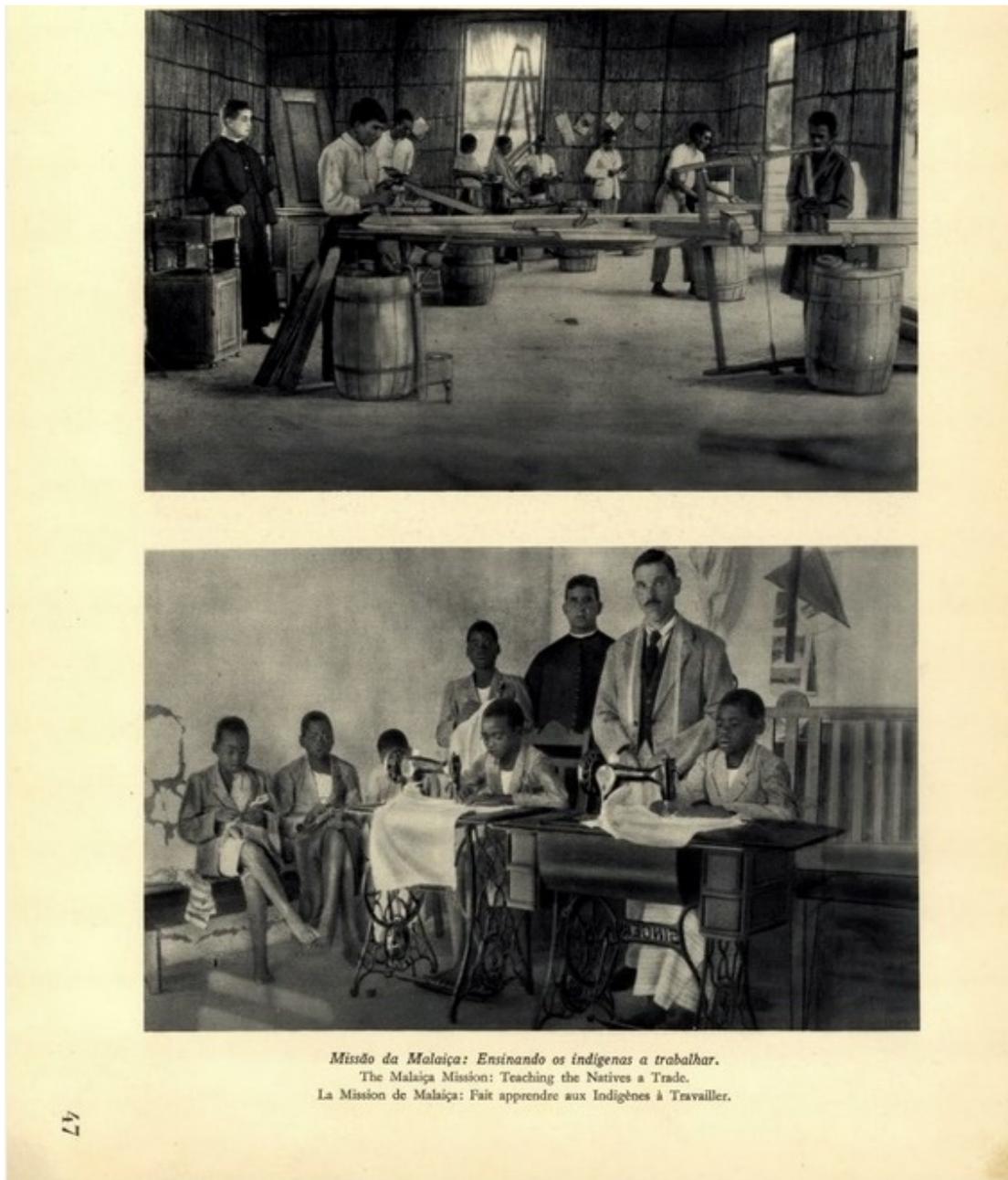
Após a Primeira Guerra Mundial, novas percepções envolveram a questão missionária nas discussões traçadas na sociedade portuguesa. O forte nacionalismo deflagrado no evento reforçou a necessidade de Portugal afirmar sua dominação nas colônias e as missões se mostraram fundamentais para isso, desde que fossem imprescindivelmente nacionais (DORES, 2015, p. 126). Lembrando que o ufanismo foi característica elementar da publicação dirigida por José dos Santos Rufino, é presumível que a exaltação das missões católicas tenha feito parte da política de propaganda nacional executada no trabalho.

O contraponto com apenas uma missão estrangeira, com poucos nativos, só colaboraria para reforçaria a importância alcançada pelas missões nacionais no processo de evangelização e educação indígena. É especulativo supor que o registro pontual da missão metodista tenha se tratado de uma ação esquematizada para vangloriar a nação portuguesa, mas não é inadmissível.

Frisadas em muitos momentos, as escolas substancializavam as aspirações pedagógicas características das obras missionárias. Todavia, parte do aprendizado

destinado aos indígenas não ocorreu necessariamente nas salas de aulas. As oficinas (Figura 19) foram espaços mais apropriados para lições práticas e profissionalizantes.

Figura 19– “Missão da Malaíça: ensinando os indígenas a trabalhar”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 5. Gaza e Inhambane – Aspectos Gerais, 1929, p.47.

De acordo com Zamparoni (2002, p. 470), as missões católicas focaram-se em “dar ao indígena uma educação para o trabalho”. Partindo desse princípio, os

clérigos da Missão da Malaíça surgiram com seus pupilos em oficinas de marcenaria e costura, guiando-os na formação necessária para a prática dessas atividades. Pelo exposto na imagem, todavia, uma rígida distinção sexual foi estabelecida dentre os aprendizes: meninos aprendendo a construir móveis e meninas direcionadas para a produção de roupas.

O ensino de ofícios aos nativos esteve completamente ligado à missão civilizatória que os europeus assumiram para si. Como os demais governos metropolitanos, o Estado português precisava fazer com que suas colônias gerassem riquezas. Além disso, acreditava que seria necessário inserir os indígenas no mundo considerado civilizado. Portanto, decidiu unir os dois objetivos e seguir a fórmula da “civilização pelo trabalho”, que não era especificamente uma novidade lusitana, mas atendia as demandas do momento. Assim, o governo português criou o direito próprio de exigir trabalho dos indivíduos naturais dos territórios africanos, estabelecendo que eles tivessem o dever moral de fazê-lo e não desfrutassem da oportunidade de recusa (MARTINEZ, 2008, p. 101).

No compasso dessa imposição, foi desenvolvida a capacitação indígena para a realização de ofícios necessários na sociedade colonial moçambicana. Se a última imagem for tomada como base, contudo, aspectos culturais ocidentais foram transmitidos junto com as técnicas laborais. A formação das oficinas organizadas pela missão deliberou os tipos de trabalho considerados apropriados para cada sexo, de acordo com as concepções lusitanas. A costura, mais refinada e delicada, para as mulheres. A marcenaria, pesada e exigente de maior vigor físico, para os homens.

A divisão da mão de obra demonstrada nessa parte dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* fundamentou-se nos modelos comportamentais destinados a cada sexo pela metrópole e induziu os aprendizes a se adequarem às posturas que, em teoria, o ofício praticado exigia. Essas mesmas condutas também foram requeridas socialmente, seja no recanto do lar ou na vida pública. Desse modo, a “civilização pelo trabalho” atuou de modo complementar, atingindo concomitantemente os nativos em várias instâncias e buscando reformulá-los por completo.

Mas é interessante notar que as indígenas participantes da oficina de costura foram fotografadas sob a tutoria de homens. Pela cena criada, eles surgiram como detentores desse saber. Possivelmente o fato seja consequência da predominância

masculina no trabalho missionário em Moçambique. Pelo menos foi isso que a coleção de álbuns fotográficos denotou. À exceção de um registro de freiras oferecendo cuidados a crianças nativas, todos os outros momentos relacionados ao exercício missionário foram dominados por homens.

Outra particularidade que se fez regra no conjunto todo da obra e ficou bastante evidente na cobertura da “Missão de Malaíça” foi o distanciamento dos missionários com o trabalho em si. Tal qual na oficina de marcenaria, os europeus sempre apareceram como mestres, instrutores e até vigias, mas nunca como trabalhadores braçais, ensinando de modo empírico os trabalhos manuais. A marca desse detalhe fez com que os paradigmas coloniais se refletissem e reafirmassem nas fotografias. Os brancos enquanto detentores da suposta elevação intelectual e os negros presos ao estigma da inferioridade, bem como servidão física e laboral, componentes da herança escravista, foram elementos que submergiram nesses quadros.

3.3 Das escolas rudimentares aos Liceus: a estruturação do ensino em Moçambique

As ações educacionais criadas pelas missões católicas presentes em Moçambique basicamente seguiram os mesmos fundamentos adotados pelo governo moçambicano. Participando de encontros e conferências internacionais sobre educação de povos colonizados, Portugal pautou-se em princípios que associavam o direito de exploração ao dever de civilização. Portanto, o modelo de ensino colonial português, baseando-se no critério de assimilação à cultura nacional (metropolitana), estabeleceu duas vertentes de atuação: de um lado o foco destinado à população urbana de homens já “civilizados” e, do outro, ações voltadas ao contingente negro, “não civilizado”, morador em grande parte da zona rural. Formalizou-se, então, um modelo educacional com viés literário para os considerados mais “esclarecidos” e de natureza mais prática e simplificada (rudimentar) para os indígenas (MARRONI, 2008, p. 28).

A educação indígena constituiu-se especificamente através do Diploma Legislativo nº 238, assinado pelo Governador-Geral de Moçambique, José Ricardo Pereira Cabral. Desde então, o ensino indígena passou a integrar três ramos, sendo eles: o primário (rudimentar), o profissional e o normal. O Primário visou a civilização

e nacionalização dos nativos, difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses, e foi ministrado em instituições chamadas de ‘escolas rudimentares para indígenas’. O profissional foi desenvolvido nas “escolas de artes e ofícios” e nas “escolas profissionais” Já o normal centrou-se na formação de professores indígenas para atuação nas escolas rudimentares (MADEIRA, 2007, p. 410-411).

Um balanço acerca dos programas e métodos específicos de cada fase do ensino indígena ministrado em Moçambique oferece informações preciosas sobre o tipo de indivíduo que o governo esperava formar. Felizmente, Madeira (2007) levantou dados a esse respeito e possibilitou que a comunidade acadêmica pudesse discutir o tema com maior lucidez de informações. De acordo com a pesquisadora, o ensino primário, aplicado nas escolas rudimentares, foi gratuito e obrigatório, sendo permitida a inscrição de crianças entre sete e doze anos. Língua portuguesa, aritmética, História de Portugal e da colônia moçambicana, desenho, higiene, educação física e, especialmente, educação moral e cívica, foram as disciplinas que formaram a grade curricular dessa etapa inicial (MADEIRA, 2007, 411).

A utilização do idioma falado pelo colonizador para lecionar transformou o estudo da língua portuguesa no alicerce para todo tipo de ensinamento passado aos indígenas. Demonstrando consciência em relação a isso, *O Brado Africano* defendeu a ideia de que o ensino de português nos anos iniciais deveria ser ministrado exclusivamente por europeus e não por nativos que já soubessem a língua metropolitana. Afirmando que os “nossos indígenas precisam só de saber português e mais nada”, o jornal destacou que seria imprescindível manter “uma boa pronúncia para evitar que dentro de alguns anos os indígenas falem uma língua que ninguém perceba” (O BRADO AFRICANO, 1925, p. 1).

Para Madeira (2007, p. 121-122), foi por meio do sistema educacional que o idioma português foi imposto como “correto” e transformado na língua oficial moçambicana, estabelecendo-se, então, um sistema comunicacional conectado à memória, tradição e projeção de um imaginário coletivo que relacionaria toda a comunidade colonial. Parte de uma matéria publicada pelo *O Brado Africano* basicamente sintetizou as conclusões da pesquisadora, reiterando que

Tem-se geralmente entendido, e parece ser ponto assente, que a nacionalidade anda sempre ligada à língua; povos agrupados politicamente sob uma mesma bandeira, mas que se não se entendam pela palavra, constituem, não uma nação, mas um estado; povos diversos, agrupados sob bandeiras diferentes, mas falando a

mesma língua constituem uma só nacionalidade ou, ao menos, um grupo de nacionalidades irmãs (O BRADO AFRICANO, 1927, p. 1).

Como já demonstrado anteriormente, *O Brado Africano* expôs repetidas vezes o interesse na difusão do idioma português dentre os indígenas. Todavia, o diferencial em relação às outras oportunidades em que esse assunto veio à tona foi a ambição explícita por integração social. A homogeneização linguística colaboraria para o desenvolvimento do nacionalismo lusitano nas terras além-mar e facilitaria a interação de nativos, colonos e metropolitanos, unindo-os sob a égide de uma mesma pátria.

Nessa perspectiva, ler, escrever e falar corretamente o português abriria portas para um novo mundo, mais próximo e integrado ao universo luso. Em razão disso, a continuação dessa matéria apresentou desagravo quanto ao fato de Portugal não ter conseguido expandir satisfatoriamente a “nacionalização das populações indígenas” e, conseqüentemente, ter aberto espaço para a aproximação de nativos com os “asiáticos espalhados pela colônia” (O BRADO AFRICANO, 1927, p. 1).

É significativo lembrar que o periódico moçambicano manifestou esse tipo de pensamento em anos precedentes ao Acto Colonial, de 1930. Frente à Pasta das Colônias do governo militar anterior ao Estado Novo, Salazar promoveu a publicação dessa legislação que vigorou até os anos 50 e estabeleceu que Portugal detivesse “a função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos” (ROSAS, 2001, p. 253). Conforme os esclarecimentos de Castelo (2016, p. 510), o Acto Colonial foi lançado com objetivo de enfrentar a crise proveniente da Grande Depressão e buscar o equilíbrio orçamental do país. Sendo assim, Salazar encerrou a política colonial republicana, caracterizada pela descentralização administrativa e financeira, e investiu no fomento econômico das possessões.

Discutindo o tema, Silva (1998, p. 398) afirmou que tal decreto enunciou abertamente o interesse de nacionalização das colônias e determinou a adoção da língua portuguesa, educação e cristianismo como tópicos principais da política colonial referente aos indígenas, bem como das ações de integração deles à nacionalidade portuguesa. Convém ressaltar que os mesmos itens foram colocados pelo *O Brado Africano* como demandas essenciais à população indígena durante toda a década de 1920. Esse fato indica que as fundamentações prescritas no Acto Colonial não foram necessariamente inovadoras e acabaram por condensar debates

em voga na época. Ao mesmo tempo, revela sintonia dos “filhos da terra” com muitas das propostas governamentais lusitanas, sinalizando, por conseguinte, a influência ideológica metropolitana sofrida por grande parte dos colaboradores do jornal.

Aliás, a mudança de postura do hebdomadário na virada para a década de 1930 é bastante sintomática nesse aspecto. Até 1926, limite final do período republicano, *O Brado Africano* teceu críticas ferrenhas ao governo no que se relacionou à educação dos indígenas. Como já mostrado em algumas passagens do periódico, a tônica dos discursos proferidos nessa época foi acentuadamente contestadora e áspera. Demonstrando crença nos preceitos republicanos, os “filhos da terra” mostraram engajamento político e fizeram cobranças em relação à difusão educacional dentre os nativos.

Porém, a ascensão da extrema direita ao poder claramente interviu na atuação do jornal. A vociferação deu lugar à paulatina moderação das falas. A censura instalada pelo Estado Novo dificultou as coisas para os jornalistas. A partir de 1933, todas as publicações que tratassem de “assuntos de caráter político ou social” passaram a ser vigiados de perto. Três anos depois, foi proibida a entrada de periódicos estrangeiros que não se adequassem às normas ditadas pelo governo português e a fundação de qualquer novo jornal ou revista dependeu da autorização prévia dos Serviços de Censura (PROENÇA, 2015, p. 680).

As novas determinações valeram para todo o império lusitano, incluindo, assim, as colônias. Mas desde 1926, com a “Lei João Belo”, os jornais moçambicanos começaram a encontrar problemas para se manterem ativos. Rocha (2000, p. 142) esclareceu que essa lei impôs a obrigatoriedade de os periódicos produzidos na colônia habilitarem um diretor com curso superior completo e que não exercesse funções oficiais. Dada a dificuldade de encontrar candidatos que cumprissem tais formalidades, alguns jornais de Moçambique fecharam suas portas ou tiveram suas publicações atingidas. *O Brado Africano*, por exemplo, teve que alterar sua direção por duas vezes em razão dessa normalização.

Considerando os prejuízos causados pela “Lei João Belo”, Newitt (2012, p. 414) ponderou que a censura conseguiu se impor definitivamente durante o regime salazarista, afetando tanto as publicações e organizações portuguesas quanto as mestiças. Deste modo, o historiador ressaltou que a pressão exercida sobre o *Grêmio Africano* e o jornal produzido por ele foi tão significativa que ambos

chegaram ao final dos anos 1930 financiados pelo próprio governo português. Sem dúvida essa mudança de paradigma foi crucial para silenciar as vozes mais enérgicas do *O Brado Africano*.

No entanto, os títulos com perfil propagandísticos ligados ao Estado revigoraram-se com o fim da República e a ascensão salazarista. O *Boletim da Agência Geral das Colônias* passou a tratar o assunto “educação” com maior frequência a partir do final dos anos 20 e manteve o direcionamento durante a década seguinte. Nascida em pleno Estado Novo, em 1934, a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* fez do ensino colonial um dos seus eixos principais. No último mês do referido ano, por exemplo, a revista publicou uma extensa matéria intitulada “O Império e a Educação”. Em determinada altura do texto, os seguintes dizeres foram proferidos:

Colonizar, hoje em dia, é educar. Para merecer o título de educadora, uma nação que o pretende ser há de aprender e comunicar às outras, alguma coisa de novo. Nação imperial tem de ser ipso facto, entre as outras, de algum modo “aristocrática”. A aristocracia das nações nascerá, hoje como sempre, dos seus feitos na guerra; mas também, e como nunca, do que elas possam alegar de serviços prestados na paz ao pensamento, ao estudo e ao saber (CAMPOS, 1934, p. 6).

Marroni (2008, p. 29) mencionou que as políticas educativas de Portugal em relação às colônias misturaram-se com “argumentos e teorias científicas que justificam ou pretendem justificar determinadas opções”. Afirmações com a exposta pela revista lusitana transmitem confiabilidade à ideia da historiadora. O crescimento intelectual foi elencado com fator indispensável à toda nação que pretendia ser metropolitana, somando-se, assim, mais uma atribuição ao “fardo” do colonizador. Afinal de contas, dentre todos “os serviços prestados”, encontrar-se-iam os esforços destinados ao progresso da inteligência humana.

A matéria publicada na *Portugal Colonial* baseou-se naquilo que Marroni (2008, p. 38) categorizou como “natureza paternalista” dos discursos sobre educação colonial. Apoiando-se na tese da “bondade” do povo português e sua “vocação histórica” para a civiliza o dos africanos, textos como o apresentado reforçaram a ideia de que a eleva o moral, artística, técnica e intelectual dos nativos seria uma necessidade primordial, encarada prontamente pelo Estado português e veiculada para o exterior. Por conseguinte, além da capacidade bélica,

Portugal seria capaz de se destacar pela sua benevolência e compaixão para com os indígenas, ofertando-lhes instruções colocadas como essenciais para suas vidas.

Essenciais e inovadoras, tendo em vista que comunicar “alguma coisa de novo” também foi quesito destacado como indispensável para as nações possuidoras de colônias no texto publicado pela revista portuguesa. Nesse sentido, o ensino técnico criado em Moçambique foi considerado “renovador e progressista” no *Boletim da Agência Geral das Colônias*, a ponto de servir de exemplo para Angola, “onde o problema do ensino técnico se acha posto com toda a acuidade” (Sousa Dias, 1937, p. 20).

Elogiado, portanto, o ensino profissional instaurado em Moçambique voltado à população indígena fundamentou-se nas escolas de artes e ofícios (masculinas) e nas escolas profissionais (femininas). Segundo Madeira (2007, p. 412), estruturadas pela Portaria 677, de 25 de fevereiro de 1928, essas instituições tiveram a finalidade de assegurar o “aperfeiçoamento e moralização dos hábitos e caráter” dos nativos através do aprendizado de profissões manuais e educação moral. Realizada em média ao longo de seis anos, a educação dos alunos nessas escolas compreendeu a instrução literária, a instrução técnica e a educação moral.

Marceneiros, carpinteiros, torneiros, serralheiros, funileiros, alfaiates, sapateiros, tipógrafos, encadernadores, pedreiros e telégrafos foram as principais artes e ofícios ensinados nessa modalidade escolar (MADEIRA, 2007, p. 348). Geralmente o jornal *O Brado Africano* aprovou o modelo de educação profissionalizante. Inclusive, cobrou do Estado a expansão de escolas com esse perfil, tal qual ocorrido em 1922, ocasião em que sugeriu a construção de uma escola capaz de ensinar vários ofícios aos moradores da região de Inhambane, carente de profissionais especializados, e intimou os mandatários a darem preferência de contratação aos oriundos desse estabelecimento (NÓLLO, 1922, p.1).

Também demonstrando preocupação com a população feminina, o jornal noticiou que o Grêmio Africano solicitou ao governo a criação uma escola voltada especificamente a esse público. Sob a justificativa de que a “desgraçada da mulher nativa continua a arrastar-se na lama por falta de luzes, de educação e civilização”, foi inaugurada a Escola João Albasini, em 1934, com intuito de “melhorar a condição social da mulher nativa e impedir que o nativo vá se casar no estrangeiro”(O BRADO AFRICANO, 1934, p. 1).

De acordo com o escrito, a falta de preparação de moças para o matrimônio obrigaria os homens a buscarem esposas estrangeiras, resultando “na desnacionalização dos lares nativos” (O BRADO AFRICANO, 1934, p. 1). Julgando que a nova escola resolveria essa questão, *O Brado Africano* mostrou entusiasmo por ter conseguido apoio governamental. Esse fato pode ser um indício de que a relação entre a agremiação moçambicana e o Estado português vivia um momento de maior aproximação, seja por cordialidade entre as partes ou pressão política do Estado Novo.

Indiferente da razão que possibilitou a inauguração do colégio, ele dever ter seguido as normas estabelecidas no Currículo das Escolas Profissionais de Moçambique, formalizado em 1930. Assim como exposto por Madeira (2007, p. 413), as escolas profissionais responsáveis pelo atendimento à indígenas do sexo feminino preparavam suas alunas para formarem e manterem um lar “civilizado”. Executado ao longo de dois anos, o programa educacional desses estabelecimentos compreendia a aprendizagem da costura e de serviços domésticos, como limpeza e arrumação de casa, serviços de cozinha e cuidados com as roupas.

A mesma divisão sexual do trabalho presente na Missão da Malaíça e retratada nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* também foi estruturada nas escolas profissionais: homens direcionados à serviços braçais, e mulheres voltadas para costura e afazeres domésticos. Cumprido à risca, o programa educacional até que poderia evitar a debandada de homens escolarizados em busca de esposas forasteiras, medo expresso no *O Brado Africano*.

Lembrando que o jornal já havia trazido um debate acerca das qualificações das moçambicanas para tornarem-se esposas “respeitosas”, traçado entre Rui de Noronha e Francisco Dias Morgado, em 1932, as argumentações apresentadas ao governo para incentivar a fundação da instituição de educação feminina revela que uma ala dos contribuintes do periódico ainda desconfiava das virtudes das indígenas e considerava apropriada a realização de instruções específicas para que elas se adequassem ao modelo ocidental de matrimônio.

De qualquer forma, o ensino profissional indígena carecia de professores. Pelo que pôde ser visto nas fotografias a respeito das missões católicas, foram os europeus que ocuparam os cargos de mestres junto aos nativos. Todavia, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* trouxe outra possibilidade para as escolas oficiais. Fundamentando-se na experiência relatada por um missionário presente no Congo

Belga, o periódico levantou a ideia de que os próprios indígenas poderiam ensinar os ofícios para seus pares. A língua, nessa perspectiva, facilitaria a comunicação e agilizaria o processo de aprendizagem, sendo, portanto, “um erro enviar para ali mestres da metrópole, cujo vocabulário técnico é incompreensível aos indígenas” (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1928, p. 286).

Esse tipo de pensamento não repercutiu nas publicações analisadas. Nem mesmo dentro do próprio boletim o assunto se repetiu. O governo moçambicano, se cogitou a possibilidade, não aderiu a ideia. Ao menos no que teve a ver com o ensino profissional. Já o ensino normal, última etapa da estrutura educacional direcionada aos nativos moçambicanos, seguiu a proposição lançada no periódico governamental.

Concentradas na formação de professores para atuação no ensino rudimentar, seja em colégios oficiais, particulares ou missões religiosas, as Escolas de Habilitação de Professores Indígenas recebiam alunos com idade mínima de 16 anos que obrigatoriamente apresentassem diploma de aprovação na instrução primária elementar. Essas instituições funcionavam em regime de internato e o curso de formação oferecido por elas levava dois anos para ser concluído. Uma vez formados, os egressos eram obrigados a prestar serviços por no mínimo cinco anos em escolas rudimentares construídas nos distritos a que pertenciam (MADEIRA, 2007, p. 414).

Conseguir turmas para lecionar não foi necessariamente um grande problema para os professores iniciantes. Em 1933, a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* noticiou que o governo de Moçambique abriu concurso para a contratação de 84 docentes que passariam a atuar em escolas espalhadas por toda a colônia. Inclusive, o pagamento desses novos profissionais seria proveniente de uma receita extra liberada pelo governo metropolitano exatamente para esse fim (PORTUGAL COLONIAL, 1933, p. 31).

Para os indígenas, o ensino normal era o limite educacional que poderia ser alcançado em Moçambique. Entretanto, outras oportunidades foram reservadas para os demais moradores. Zamparoni (2002, p. 478) explicou que a hierarquia racial deliberou quem poderia frequentar determinado nível escolar. Além disso, a escolha do conteúdo a ser aplicado fundamentou-se nas consideradas aptidões naturais dos alunos, levando-se em consideração a procedência de cada um. Foram criadas, conseqüentemente, escolas rudimentares para os indígenas, escolas de nível

intermediário para negros não indígenas, mulatos e indianos e, por último, liceus para os brancos.

Oficialmente estabelecida em 1930, essa divisão já existia cotidianamente nas escolas moçambicanas, tendo em vista que, ainda em 1924, *O Brado Africano* repudiou a ordem do Inspetor de Instrução Pública de não permitir que “as escolas centrais sejam frequentadas por indígenas, sob a alegação de que não se misturam pessoas de psicologias diferentes” (O BRADO AFRICANO, 1924, p. 1). A primeira turma que conseguiu formar-se no Liceu de Lourenço Marques (Figura 20) mostrou que a segmentação racial foi mesmo uma realidade em Moçambique.

Figura 20 – “Os primeiros estudantes do Liceu de Lourenço Marques que usaram capa e batina”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, vol. 2. Lourenço Marques – Edifícios Públicos, Porto, Caminhos de Ferro, etc. 1929, p.49.

Facilmente se observa que nenhum negro fez parte desse grupo de estudantes. O tipo de educação literária e erudita não foi particularmente a formação considerada apropriada à população negra, especialmente aos indígenas. À exceção de alguns asiáticos, provavelmente indianos, a turma foi composta por

brancos. Esses foram preparados para exercerem funções mais intelectualizadas, de maior prestígio social. A ênfase dada a “capa” e a “batina”, na legenda, mostra a importância adquirida por aqueles que as usaram. Respeito e honraria são elementos que transpareceram na imagem, indicando, por pressuposto, que somente europeus e seus descendentes poderiam alcançar essa notoriedade.

Indiretamente, fotografias como essa reforçaram os estereótipos e paradigmas coloniais. Os brancos foram colocados enquanto seres “pensantes” que desenvolveram suas habilidades cognitivas e evoluíram de patamar ao completarem o curso no Liceu. O fato de pessoas negras não serem aceitas em instituições com esse perfil sugere duas conclusões que podem ser complementares. A primeira é que os nativos não foram considerados capazes de frequentar o curso, dada a desqualificação atribuída a eles nos discursos raciais da época.

Segundo, ao privar os negros de um modelo educacional teórico e circunscreve-los à instrução prática, Portugal reforçou o mecanismo de exploração da mão de obra indígena, componente fundamental da estrutura colonial. Além do mais, o tipo de educação reservado aos colonos poderia incitar questionamentos e insatisfação dos nativos em relação ao próprio sistema colonial, algo que certamente não interessaria à metrópole.

Os próprios “filhos da terra” foram exemplos do quanto a educação pode despertar inquietações nos indivíduos. Mesmo sem acesso aos Liceus e formados, na melhor das hipóteses, no ensino intermediário, desenvolveram a capacidade de entender o funcionamento do colonialismo português, passaram a criticá-lo quando necessário e criaram redes de negociações com o poder estabelecido.

Por outro lado, eventualmente os cursos aplicados nos liceus não trouxeram tantos benefícios aos seus formandos. Segundo matéria veiculada pela *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*, a “finalidade cultural” oferecida nessas unidades de ensino apresentou “imprópria aplicação” nas colônias. Consequentemente, os formandos encontrariam apenas duas possibilidades ao receberem seus diplomas: completarem os estudos na metrópole (financeiramente inviável para a maioria) ou “aumentar a legião dos proletários intelectuais da Colônia, em geral incapazes para outro mister que não seja a função pública” (PORTUGAL COLONIAL, 1935, p. 1).

Ao pé da letra, a revista portuguesa apontou a falta de praticidade da formação liceu. Materialmente falando, ela não produziria grandes vantagens. Para

piorar a situação, ela ainda afastaria o homem do cultivo da terra, das atividades comerciais e do trabalho industrial, apontados pela publicação como “os três vértices da produção de riquezas” (PORTUGAL COLONIAL, 1935, p. 1). Por tais razões, o periódico enfatizou a necessidade de o governo oferecer mais escolas profissionalizantes para os portugueses estabelecidos em Moçambique, tal qual era feito com os indígenas.

Aparentemente escrito por um metropolitano, o texto reverberou a máxima colonial de que os territórios do além-mar deveriam gerar recursos para quem os dominava. Sendo assim, pouco valeria um colono com educação abstrata. Mais vantajoso seria que essa mesma pessoa pudesse desenvolver alguma atividade rapidamente lucrativa, capaz de movimentar a economia e alimentar os cofres governamentais portugueses.

Com maior ou menor grau de ocorrência e criticidade, o tema “educação” fez parte dos assuntos levantados pelos veículos de comunicação impressos referentes a Moçambique durante as décadas de 1920 e 1930. Cada qual ao seu modo, as fontes estudadas estabeleceram conexões entre o desenvolvimento escolar e o progresso da colônia. Sendo assim, os órgãos financiados pelo governo metropolitano ou alinhados ao mesmo propagaram a ideia de que a “missão civilizadora” assumida pelos portugueses seguia de vento em poupa e que a educação seria um trampolim oferecido aos indígenas para que eles conseguissem saltar para o futuro.

Entretanto, a intersecção entre esses mesmos materiais revelou que o planejamento e desenvolvimento do campo educacional moçambicano estiveram sujeitos a políticas governamentais que definiram não só as modalidades e níveis escolares existentes, bem como quem poderia frequentar cada tipo de instituição criada. Logo, tensões mostraram-se inevitáveis em vários momentos. Os “filhos da terra”, internalizando o ideal civilizatório difundido pela metrópole, não somente preocuparam-se em oferecer bons exemplos para sua mocidade, como exigiram a criação de escolas, combateram a separação entre brancos e negros nas salas de aula e agiram autonomamente quando julgaram que Portugal não cumprira com as obrigações que havia assumido.

Mas o confronto entre as publicações também anunciou que em determinados momentos elas seguiram posições diferentes da maioria dos apontamentos feitos em suas próprias páginas, exemplificando a complexidade de suas composições.

Nesse sentido, *O Brado Africano* cobrou a abertura de novas escolas rudimentares, específicas ao público indígenas e, sumariamente, segregadoras. A *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*, por sua vez, manifestou contrariedade ao tipo de educação ofertada nos liceus, sob a argumentação de que os colonos necessitavam de formação pragmática e objetiva.

Congruentes ou discrepantes, todavia, esses dois impressos, assim como os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* e o *Boletim da Agência Geral das Colônias*, opinaram sobre a educação moçambicana por meio de seus colaboradores e levantaram questões a respeito dos objetivos e efeitos do ensino implantado na colônia.

4 O céu e o inferno são relativos: assimilação, vida urbana e trabalho indígena

Pelos assuntos discutidos até aqui, foi possível notar que o engrandecimento da nacionalidade lusitana, a desqualificação dos nativos moçambicanos e a ênfase na propagação educacional foram tópicos inter-relacionados nas explicações referentes às ações imperialistas desenvolvidas por Portugal. Essa conexão se mostrou bastante objetiva nos discursos coloniais e desembocou constantemente nas propostas de assimilação dos indígenas.

Sendo assim, o último capítulo deste trabalho se inicia com as discussões acerca das possibilidades ofertadas pela metrópole para inserção social dos indígenas moçambicanos, destacando-se as exigências atreladas à obtenção do título de assimilado e a efetividade alcançada por esse estatuto na colônia. Na sequência, aborda-se a idealização de Lourenço Marques como uma cidade de europeus, problematizando até que ponto essa caracterização pôde se sustentar.

Por fim, o capítulo também levanta as denúncias sobre escravidão nas possessões portuguesas, investigando-se a forma com que o trabalho indígena foi tratado pelos periódicos propagandísticos portugueses, bem como pelo jornal escrito pelo grupo mais intelectualizado de nativos moçambicanos. Dadas as posições extremas apresentadas em relação aos três assuntos comentados anteriormente, faz-se uso das analogias “ceu” e “inferno” para exemplificar a dubiedade encontrada no jornal, revista, coleção de álbuns fotográficos e boletim analisados.

4.1 Assimilação: integração seletiva e pouco efetiva

Tomando como base as conclusões de Serrão e Marques (2001, p. 25), a política de assimilação portuguesa respaldou-se no entendimento de que seria possível levar os africanos “não civilizados” para a “civilização” europeia, inserindo-os na nação portuguesa por meio de uma conversão paulatina de seus costumes, bem como de suas condutas morais e sociais. Tão logo os indígenas pudessem ser considerados “civilizados”, hipoteticamente teriam acesso legal aos mesmos direitos desfrutados por todos os cidadãos portugueses.

Todavia, atingir o patamar necessário para a conversão idealizada pela metrópole não foi algo necessariamente fácil. Um diagnóstico publicado no *O Brado*

Africano revelou insatisfação em relação à situação em que se encontravam os nativos em julho de 1926:

Percorrendo essas vastas regiões, quer no litoral quer no interior, eu constatei bastante a meu pesar, que ele não correspondia de modo algum a quatro séculos de soberania portuguesa. Se é certo que o indígena não se conserva no seu primitivo estado étnico, é igualmente certo que ele não alcançou aquela parcela mínima de civilização que o pudesse identificar com as leis e os costumes da Nação.

Por ingentes que sejam os seus esforços – que os são na verdade – no ensino especializado das mais variadas profissões, na vulgarização da língua portuguesa, na formação do caráter e no desenvolvimento da moral, isso tudo junto é como a gota de água no vasto oceano (SILVA, 1926, p. 1).

Aparentemente escrito por um colono ou metropolitano, dado o distanciamento com que tratou os indígenas, o texto reconheceu os esforços empreendidos por Portugal para as mudanças julgadas necessárias aos autóctones, mas apontou, melancolicamente, que as iniciativas tomadas até aquele momento representavam muito pouco. Por outro lado, o mesmo escrito deixou claro quais seriam as determinações que precisariam ser aprimoradas para a conquista do pleno sucesso no empreendimento em curso: dominar a língua portuguesa, especializar-se em alguma profissão e apresentar caráter e comportamento moral considerados apropriados para a vida em sociedade.

Uma rápida regressão aos debates sobre educação promovidos pelo jornal moçambicano mostra que o desenvolvimento dessas características foi defendido e desejado pelos “filhos da terra”. Eles cobraram a inserção dos indígenas nos colégios e oficinas com aspiração de que a educação proporcionaria aos nativos exatamente a obtenção dessas qualidades. Mais que anseio genuíno do grupo, contudo, a adequação a tais pré-requisitos sucedeu de imposições legislativas para a obtenção do reconhecimento legal do estado de assimilado.

Como já frisado por Thomaz (2008, p. 43), a assimilação foi matéria de vários atos legislativos. Em 1889, Antonio Enes estabeleceu a obrigação do trabalho aos africanos por meio do *Regulamento do Trabalho dos Indígenas nas Colônias*. A proclamação da república portuguesa só fez expandir essa política. Em 1914, o *Regulamento Geral do Trabalho Indígena nas Colônias Portuguesas* reafirmou o princípio firmado em 1889 e o ano de 1917 marcou a implantação do *Alvará do Assimilado*.

Desde então a sociedade moçambicana foi juridicamente dividida em três categorias. Os europeus foram entendidos como não-*indígenas*. O grupo dos indígenas, por sua vez, contemplou os africanos vistos como “não civilizados”, enquanto os nativos considerados “civilizados” foram inseridos na ordem dos assimilados (THOMAZ, 2008, p. 114). Ou seja, a inferioridade construída acerca dos autóctones por meio de teorias científicas ou estereótipos simplórios²¹ ganhou normalização legislativa.

Da mesma forma que o *Alvará do Assimilado* determinou quais passaram a ser os enquadramentos sociais, o documento também constituiu as prerrogativas necessárias para a transformação do *status quo* dos indígenas. Sendo assim, o título de assimilado só poderia ser pleiteado pelo nativo maior de 18 anos, fluente na língua portuguesa, praticante da monogamia, concluinte ao menos da quarta série primária, capaz de sustentar sua própria família por meio de sua profissão, possuidor de bom comportamento moral e cívico e não envolvido com problemas junto ao serviço militar (THOMAZ, 2008, p. 44).

Nascimento (2013, p. 30) levantou a importância de outra legislação referente ao assunto. De acordo com o historiador, a preocupação portuguesa em reorganizar as relações com os nativos de suas colônias resultou na promulgação do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, lançado em 1926. Conhecido popularmente como o *Estatuto do Indigenato*, o documento ordenou o trabalho indígena e os processos de assimilação, definindo que todo branco seria legalmente “cidadão”, enquanto negros e mestiços teriam que solicitar à administração colonial essa mesma cidadania concedida naturalmente ao europeu. Trabalho, educação e “aperfeiçoamento” dos costumes indígenas foram os fatores definidos então como critérios para a aquisição da cidadania pelos nativos.

Os preceitos firmados nesses atos legislativos refletiram em grande medida a aspiração de Portugal em construir o que Ramos (2001, p. 47) definiu como “estado cívico”, formado por homens adultos, educados e detentores de posses. O patriotismo, simbolizado pelo altruísmo e convallescência em relação aos menos afortunados, ganhou forma nesse processo através de medidas de educação e “civilização” daqueles tidos como necessitados de tais abordagens. A “missão” portuguesa na África agarrou-se nessa perspectiva e a assimilação foi caracterizada

²¹ Ver capítulo 2.

como uma grande oportunidade para os indígenas adentrarem no mundo distinto dos portugueses.

Mas essa transição dada como certa para uns gerou descrença e inquietações noutros. Reproduzindo matéria originalmente publicada na *Revue des Questions Coloniales et Maritimes*, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* transmitiu descrédito no que diz respeito à assimilação, alegando que tanto os europeus quanto os nativos africanos seriam incapazes de compreenderem profundamente os modos de vida uns dos outros, vivendo separados por um “fosso” que inviabilizaria qualquer resultado concreto de integração entre ambas as partes (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1937, p. 152).

Menos pessimista, por sua vez, a *Portugal Colonial*, *Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* veiculou a ideia de que a assimilação deveria ocorrer aos poucos e não se poderia esperar resultados imediatos do procedimento, pois seria

indispensável que a sociedade local se compenetre, independentemente de qualquer ideia de temor ou de submissão, do bem que para ela resultará da absorção completa e perfeita das nossas ideias, da nossa língua e dos nossos usos e costumes (PORTUGAL COLONIAL, 1935, p. 1).

A assimilação somente tornar-se-ia realidade, portanto, se o indígena se conscientizasse sobre os alegados benefícios advindos do sistema ao qual fora submetido. Deste modo, o nativo foi considerado um componente ativo, fundamental, no processo, já que somente ele poderia realizar a “absorção completa e perfeita” daquilo que Portugal julgava oferecer de melhor. Ao mesmo tempo, a revista portuguesa pode ter levado aos seus leitores certa abstenção da metrópole pelos possíveis erros ou fracassos provenientes da política de assimilação promovida pelo governo lusitano, tendo em vista que o texto deixou claro a opinião de que, por maiores que fossem os esforços dos colonizadores, o sucesso da empreita dependeria necessariamente do seu público alvo.

O índice de assimilados em Moçambique pode ser um dos motivos pelos quais a *Portugal Colonial*, *Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* tenha optado por transferir aos indígenas a culpa por não alcançarem esse título. Segundo Davidson (2010, p. 817), somente cerca de 1% da população local conseguiu mudar seu estatuto legal em razão de empecilhos impostos pelo

próprio sistema colonial. Falta de escolas, dificuldade de obter emprego assalariado e a discriminação cultural europeia se mostraram como obstáculos quase intransponíveis aos nativos. Sendo assim, os interessados na assimilação tiveram que possuir mais do que simplesmente disposição para atingirem seus objetivos e o governo português não foi tão isento de responsabilidade quanto o sugerido na publicação.

Porventura a baixa quantidade de assimilados também possa ter sido pretexto para os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* não terem feito menção direta a esse grupo social. Nenhuma das legendas descreveu algum moçambicano enquanto assimilado. Na verdade, outra terminologia foi usada para referir-se a indígenas que pareceram ter abandonado seus costumes tradicionais. Os editores da publicação optaram por especificar esses casos como “civilizados”, tal qual na imagem abaixo (Figura 21).

Figura 21 – “Tipos de criados da Capital da Colônia: O ‘Pápo-seco’ com ares de civilizado. O ‘Mufano’ que serve o chá. O Contínuo de escritório”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, vol. 2. Lourenço Marques – Edifícios Públicos, Porto, Caminhos de Ferro, etc. 1929, p. 5.

As pessoas podem ser retratadas em uma fotografia sob vários enfoques, seja “respeitoso, satírico, afetuoso, cômico ou desdenhoso” (BURKE, 2004, p.149). Comparando-se com momentos nos quais os indígenas foram registrados “naturalmente”, a última fotografia pode até ser enquadrada em situação próxima do caráter de respeitoso, já que não apareceram indícios claros de depreciação em relação aos nativos.

Ao primeiro, inclusive, foi atribuído “ares” de civilização. A postura serena e as vestes europeias foram predicados suficientes para os três serem definidos enquanto civilizados, revelando a influência proveniente dos modos de apresentar-se publicamente na sociedade moçambicana. Outro componente considerado para a formação da adjetivação endereçada aos fotografados foi a menção de que todos exerciam atividade laboral. Mesmo os chamando de “criados”, frisando-se as relações de poder e subserviência do colonizado em relação ao colono, destacou-se que os indivíduos trabalhavam na capital da colônia, criando-se, possivelmente, um contraponto com os indígenas do “mato”, taxados como preguiçosos e indispostos ao esforço físico.

É difícil afirmar que os homens retratados necessariamente foram assimilados. Somente uma certidão expedida pelo governo garantiria isso e a fonte histórica analisada não oferece tal informação. Visualmente, contudo, eles apresentaram condições para se enquadrarem no estado de assimilado. Thomaz (2008, p. 87-88) apontou que as vestimentas foram um dos pontos observados pela administração colonial no processo de averiguação das condições em que viviam os candidatos à assimilação e o uso de roupas ao estilo europeu foi exigido pela resolução governamental.

Entretanto, a adequação dos indígenas a esse pré-requisito básico não foi sempre bem vista nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*. Na verdade, ela foi tratada com repúdio e deboche na introdução do último volume da publicação, porque seria “grotesco” o preto que usasse “smoking ou casaca, calça larga, botas de polimento” ou outros acessórios da indumentária europeia “numa cidade africana onde a porcentagem de brancos supercivilizados abunda” (RUFINO, 1929, p. 6). Deste modo, o olhar lançado aos nativos que se adequaram ao padrão de vestimenta adotado na Europa variou ao longo da coleção de fotografias, indicando, presumivelmente, pontos de vista diferenciados dos produtores a respeito dessa questão.

De qualquer forma, as roupas não foram a única preocupação daqueles que pleitearam o título de assimilado. Além desse detalhe, os requerentes eram obrigados a comprovarem que tanto eles como suas famílias seriam capazes de se comportarem tal qual os europeus, usando talheres e comendo à mesa, por exemplo. A mobília da casa também era averiguada para saber onde e como os moradores se sentavam e dormiam. Como se não bastasse, o governo ainda previa a necessidade de apresentação de aprovação no exame de educação primária, de um atestado escrito por uma autoridade administrativa comprovando o abandono dos usos e costumes tradicionais por parte dos indígenas, bem como a capacidade dos mesmos em falar, escrever e ler o idioma português. Por fim, também se exigia dos interessados a certidão de casamento ou divórcio, podendo esses documentos serem substituídos por uma declaração de comprovação da monogamia.

Por essas e outras causas, Thomaz (2008, p. 89) revelou que a criação de estratégias para conseguir burlar o sistema de fiscalização e demonstrar condições suficientes para ser considerado assimilado foi uma prática comum. Deste modo, destacaram-se algumas artimanhas, tal qual o empréstimo ou aluguel de mobílias para serem colocadas na casa visitada pelos agentes do governo, assim como uma declaração de solteiro na hora da inspeção para poder continuar praticando a poligamia de forma velada.

Mas, como bem explicado por Cabaço (2009, p. 119), em nenhum momento o governo português cogitou a elevação de todos os indígenas ao nível de assimilado. A intenção sempre foi originar uma “pequena elite de africanos que servisse e não competisse”. Em compensação por terem se tornado assimilados, esses antigos indígenas deveriam ocupar a já referida posição de intermediários entre dominador e dominado. Esperava-se desses novos cidadãos moçambicanos maior sintonia com a cultura portuguesa, possibilitando uma “gestão ideológica dos indígenas” e alimentando a ideia de que a sociedade colonial moçambicana oferecia oportunidades de mobilidade social.

Uma declaração feita no *O Brado Africano* por um “filho da terra”, muito provavelmente assimilado, demonstra noção e consentimento em relação às expectativas governamentais de intermediação entre os dois extremos da sociedade colonial. Contudo, também evidencia percalços enfrentados pelos assimilados em Moçambique. Em tom enérgico, o colaborador enfatizou que

De todas as bandas nos tem chegado notícias emocionantes de tratamentos injustos infligidos ao preto civilizado e assimilado, colaborador assíduo e habilidoso na obra da colonização, já como intérprete, já como professor e etc, pois apesar de tudo continua sendo considerado indígena boçal e gentio fomentado deste ódio de raça entre brancos e pretos, indo de encontro ao fim em vista dos legisladores da Nação que é estabelecer uma política de aproximação entre as duas raças (O Brado Africano, 1935, p. 1).

O sistema colonial, seja pela força ou persuasão, tentou legitimar a ordem hierárquica por ele estabelecida como algo natural e fez da expectativa de ascensão social um fator de motivação para quem o aceitasse. Seu estabelecimento pleno dependeu em grande medida da aspiração do colonizado em “deixar de ser um excluído e vir a entregar a sociedade de abundância que está criando com seu trabalho” (CABAÇO, 2001, p. 362). Entretanto, o momento no qual o colonizado tomou consciência da impossibilidade de atingir satisfatoriamente seu anseio de integração com a classe mais influente na dinâmica colonial gerou decepção e angústia.

Nitidamente esses dois sentimentos transpareceram nas palavras veiculadas no periódico produzido pelos “filhos da terra”. O autor da matéria emanou indignação ao perceber que muitos negros assimilados ou considerados civilizados por si mesmos não gozavam de aceitação e prestígio por parte dos colonos. Deduzir que os brancos não faziam diferença entre eles e o “indígena boçal” acirrou ainda mais a revolta demonstrada. Assim como aconteceu nas ocasiões em que os “filhos da terra” se apegaram a cultura e história lusitana para se afastarem das imagens depreciativas acerca dos nativos²², o colaborador do *O Brado Africano* não aceitou ser comparado aos demais indígenas e reproduziu, inclusive, o mesmo discurso asselvajado proferido pelos europeus.

A todo custo o redator do texto quis enfatizar a relevância de seu núcleo social para o desenvolvimento do sistema colonial estabelecido em Moçambique. Agarrando-se a essa ideia, ele defendeu maior representatividade para si e seus pares. Entretanto, próprio jornal moçambicano trouxe muitas outras notícias que exprimiram o quanto o “filho da terra” estava longe de alcançar seu desejo.

Em maio de 1930, o periódico tornou pública a queixa de um de seus “amigos”, identificado somente como “B”, relatando que o mesmo foi impedido de entrar em um café de Lourenço Marques por ser negro. A explicação ao proprietário

²² Ver capítulo 1.

do estabelecimento de que ele “não era um simples indígena, que era educado e instruído” e, acima de tudo, “cidadão português”, de nada adiantou (CANTINE, 1930, p. 1). Três anos após o ocorrido, um colaborador do jornal reclamou que a agência dos Correios inaugurada recentemente na capital moçambicana adotou a prática de separar brancos e negros em filas diferentes e designar aos últimos os “empregados mais safados que os Correios têm” (F. A., 1933, p. 1).

Já em 1934, alegando ser o jornal “o único baluarte dos oprimidos”, Joaquim F. Manguiguana pediu ao editor do periódico que expusesse uma situação vivida por ele no cinema de Lourenço Marques. De acordo com o relato enviado, Manguiguana foi impedido pelo porteiro de assistir ao filme de seu interesse sob a justificativa de que ali não era permitida a presença de indígenas. Mesmo apresentando documentos que comprovaram seu estado de assimilado, ele não conseguiu adentrar no local e teve que retornar para sua casa. Enfurecido com a situação, Manguiguana bradou:

sendo eu assimilado e por isso mesmo com direitos e obrigações a qualquer branco ilustrado, é de se estranhar pois que não me dessem entrada e dessem a cidadãos, embora brancos, mas sem instrução nenhuma (Manguiguana 1934, p.1).

Os envolvidos nesses três casos diferentes confiaram ao *O Brado Africano* a missão de tornar conhecidas suas histórias. O jornal, por sua vez, além de atender às demandas de seus leitores, defendeu-os publicamente e cobrou das autoridades competentes medidas para evitar que ocorrências similares se repetissem. Os eventos narrados não representaram eventualidades isoladas. Durante todo o período analisado o jornal trouxe à tona matérias com esse teor, dando a entender que se tratou mais da regra do que da exceção.

Essa conjuntura preconceituosa e discriminatória mostrada pelo hebdomadário moçambicano coincide com observações feitas por Cabaço (2009, p. 119). De acordo com ele, a assimilação não representou a integração do colonizado à comunidade portuguesa presente na colônia, especialmente em decorrência da autoproteção de “privilégios e mordomias” expressas nas barreiras raciais levantadas pelos europeus. Como os exemplos mostraram, mesmo que o título de assimilado tenha garantido aos seus possuidores os mesmos direitos jurídicos assegurados aos colonos portugueses, a dinâmica social estabelecida em Moçambique dificultou o desfrute desses benefícios.

Tomar um café, ir aos correios ou participar de uma sessão de cinema foram consideradas coisas de branco e, em razão disso, a presença de negros, sejam indígenas ou assimilados, não foi aceita. Aliás, a distinção entre essas duas categorias, tão fundamental para o nativo que se entendia como civilizado, sequer foi considerada pelos portugueses. Assim como afirmado por Hobsbawm (1998, p. 138), costumeiramente houve uma contradição entre a ampla oferta de assimilação para colonizados que tivessem interesse e capacidade de integrar a “nação-Estado” de determinado país europeu e a dificuldade em concretizar essa possibilidade por conta da rejeição de alguns grupos formados dentre os próprios colonizadores.

Muitos dos problemas vividos pelos assimilados também foram acarretados por órgãos governamentais. A polícia, principal agente repressor do aparelho estatal instalado em Moçambique criou uma série de dificuldades e atritos com o grupo. O principal motivo de discussão entre as partes foi a constante cobrança dos oficiais para apresentação dos “passes”, documentos expedidos pelo Estado que estabeleciam os locais por onde os indígenas poderiam ou não circular.

Em 21 de abril de 1923, o jornal mostrou descontentamento em relação à “ânsia doida dos atropelos na exigência dos passes” (O BRADO AFRICANO, 1923, p.1). O quadro persistiu, pois em junho do mesmo ano novas queixas referentes ao assunto foram publicadas no periódico:

Continua a caça à multa pelo passe. Quase todos os dias chegamos queixas de indígenas sujeitos aos mais bárbaros vexames pela ânsia de espremer do preto a massa, para que as devidas porcentagens engrossem.

Depois das 6 horas da tarde não passa um indígena pelos subúrbios que não seja incomodado pela polícia, ainda que esteja munido de passe ou dele esteja isento.

Será tempo de acabarem com este estado de coisas? Parece que sim, a não ser que a desordem constitua a regra do policiamento nesta terra de selvagens (O BRADO AFRICANO, 1923, p.1).

Pelo teor da matéria, é possível notar que o livre acesso a todos os pontos da capital não foi permitido à maioria da população negra e o Estado reservou para si o direito de inquirir os transeuntes entendidos como “suspeitos” a respeito dos “passes”. Esses documentos estabeleceram onde cada um poderia estar e não os apresentar configurou transgressão da lei. O fato incomodou os assimilados, partindo-se do princípio de que eles se consideram visivelmente civilizados e

passíveis de serem equiparados instantaneamente aos brancos, tonando-se isentos, portanto, das cobranças policiais quanto ao porte do “passe”.

O desagravo do periódico foi tamanho que ele inverteu o discurso do colonizador contra o próprio sistema. Houve concordância de que Moçambique seria uma “terra de selvagens”. Todavia, não por conta dos indígenas, alvos constantes de estereótipos criados e disseminados pelos europeus. E sim por causa dos responsáveis pela segurança da colônia. Incivilizados seriam os policiais, abusando de suas condições de autoridade e sujeitando os nativos a arbitrariedades.

Ou seja, a lógica da esquematização permaneceria a mesma, mas as peças-chave teriam suas posições alteradas: o uso de seu aparelho repressor faria do colonizador, autoproclamado civilizado e refinado, um selvagem e grosseiro, tal qual ele mesmo imaginava o colonizado. Este, por sua vez, se apropriando dos princípios de civilização ditados pelos europeus, se sentiria empoderado o bastante para criticar a conduta do outro e taxá-lo como infrator de suas próprias regras.

Os testemunhos trazidos pelas fontes consultadas expressaram variantes sobre a assimilação portuguesa oferecida aos nativos de Moçambique. Por mais significantes que os embates teóricos a esse respeito possam ter sido, o cenário composto pelos relatos escritos e imagéticos de colonos e colonizados mostrou que nas ruas e espaços públicos da capital moçambicana a condição de assimilado pouco valia por si só. A vida urbana transfigurou-se em um enfrentamento cotidiano para o assimilado que quisesse ser reconhecido como tal. O preconceito, a desconfiança e a intolerância foram mais emblemáticos que um pedaço de papel que determinou a igualdade de tratamento entre brancos e indígenas.

4.2 Lourenço Marques: cidade de brancos... e negros

Os colonos portugueses demonstraram muita resistência em aceitar a possibilidade dos assimilados adentrarem nos espaços em que circulavam os brancos. E, de acordo com Brás (2006, p. 83), esse universo foi praticamente urbano. Em concordância com o sociólogo brasileiro, Oliveira Marques (2015, p. 685) afirmou que mais da metade da população branca estabelecida em Moçambique durante as três primeiras décadas do século XX viveu em Lourenço Marques, capital da colônia.

Para Capela (2010, p. 145), a cidade que hoje é chamada de Maputo começou a ser formada durante a década de 1870 e, num espaço de aproximadamente quarenta anos, aquilo que era um pequeno aglomerado de casas cercadas por um pântano se transformou em um município moderno, capaz de oferecer serviços públicos importantes e dinamizado por uma relevante atividade comercial oriunda de seus portos e ferrovias.

Os investimentos nesses dois setores capacitaram Lourenço Marques a dar vazão ao comércio internacional da África do Sul, Rodésia do Norte²³ e Rodésia do Sul²⁴, movimentando a economia da cidade moçambicana (Oliveira Marques (2015, p. 693). A julgar pelo grande espaço dado aos portos e ferrovias nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, pode-se imaginar a relevância econômica adquirida por essas atividades. Uma das imagens, inclusive, registrou a conexão direta entre as duas áreas de transporte (Figura 22).

²³ Atual Zâmbia

²⁴ Atual Zimbábue.

Figura 22– “Lourenço Marques: aspecto do recinto da Estação Central dos Caminhos de Ferro, com a ramificação de linhas que servem ao porto, vendo-se, à esquerda, as grandes carvoeiras e, à direita, a ‘remisse’ de locomotivas”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 1. Lourenço Marques – panoramas da cidade, 1929, p. 26.

A posição em que a fotografia foi produzida focou-se no enquadramento da estação ferroviária, demarcando onde ficavam a carvoaria e os vagões. Entretanto, mesmo não sendo mencionado, um porto apareceu ao fundo da imagem. Essa logística foi bastante comum nos domínios coloniais. Interiorizando os territórios, os trilhos dos trens ofereceram caminho para o escoamento das riquezas naturais extraídas pelas metrópoles. Literalmente ao fim das linhas, geralmente estiveram os portos, facilitando o embarque dos produtos arrecadados para a Europa.

Destinado exclusivamente a oferecer diversos panoramas da cidade de Lourenço Marques, o álbum que inaugura a coleção possui 22 fotografias. Desse total, os primeiros nove retratos estão relacionados às ferrovias e portos. O número é significativo o bastante para perceber que os responsáveis pela obra fizeram

questão de enfatizar as atividades comerciais desenvolvidas por meio dos dois setores de transporte.

Além disso, a ênfase destinada à infraestrutura construída para permitir o acesso de trens e navios foi descrita na abertura do álbum como “o grande orgulho dos colonos” e “chave de todo o progresso da colônia” (RUFINO, 1929, p. 3). Isto é, a noção de progresso descrita pelo português se relacionou à transformação dos espaços naturais e geração de riquezas para a metrópole, tópicos basilares do capitalismo que embasou o colonialismo europeu na África e Ásia.

Dando sequência ao percurso criado pelos editores, o público é convidado a conhecer opções de hospedagem para recém chegados a Lourenço Marques, se destacando o Polana Hotel, referido como inigualável em todo o sul da África (RUFINO, 1929, p. 3). Além das acomodações luxuosas, a grandiosidade atribuída ao estabelecimento procederá especialmente da sua localização, nas proximidades da Praia da Polana, região classificada como atrativa por conter paisagens deslumbrantes e temperaturas agradáveis.

O Polana Hotel também foi enaltecido pela *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* em uma matéria sobre as possibilidades turísticas de Lourenço Marques. O prédio foi mencionado como o primeiro cartão de visita oferecido pela cidade. Segundo a publicação, as pessoas que navegassem por essa área inevitavelmente provariam as sensações de “encantamento e surpresa”, tamanha a beleza natural da região. A temperatura agradável, outro ponto em comum com os comentários feitos nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, foi referido como “muito próprio para a fixação e proliferação da raça branca” (AGUIAR, 1932, p. 29).

O mesmo tom ufanista foi ainda apresentado no *Boletim da Agência Geral das Colônias*. Caracterizada como a “alegre capital de Moçambique”, Lourenço Marques foi apontada como local de visitação imprescindível para quem estivesse de viagem pelo sul do continente africano. Afinal, seu ambiente lembraria “as estâncias de prazer da Europa meridional”. Novamente o *Polana Hotel* foi lembrado e os “desportos náuticos” desenvolvidos na praia foram postos como um dos grandes atrativos encontrados na cidade (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1935, p. 169).

A estratégia usada pelas três publicações apresentou uma normalização bem característica: Lourenço Marques foi ostentada como a porta de entrada de

Moçambique e a tónica dos escritos foi elencar fatores pelos quais os europeus, principalmente os portugueses, se sentiriam à vontade no município. A insistência em mencionar o hotel edificado à beira do Oceano Índico objetivou criar uma imagem de suntuosidade e riqueza que poderia ser encontrada logo de início por quem chegasse na colônia. O luxo e o esplendor atribuídos ao Polana Hotel e à praia que abriga o mesmo transpareceram a ideia de um estilo de vida glamoroso construído por colonos estabelecidos anteriormente na região e aparentemente fácil de ser desfrutado pelos novos moradores ou visitantes.

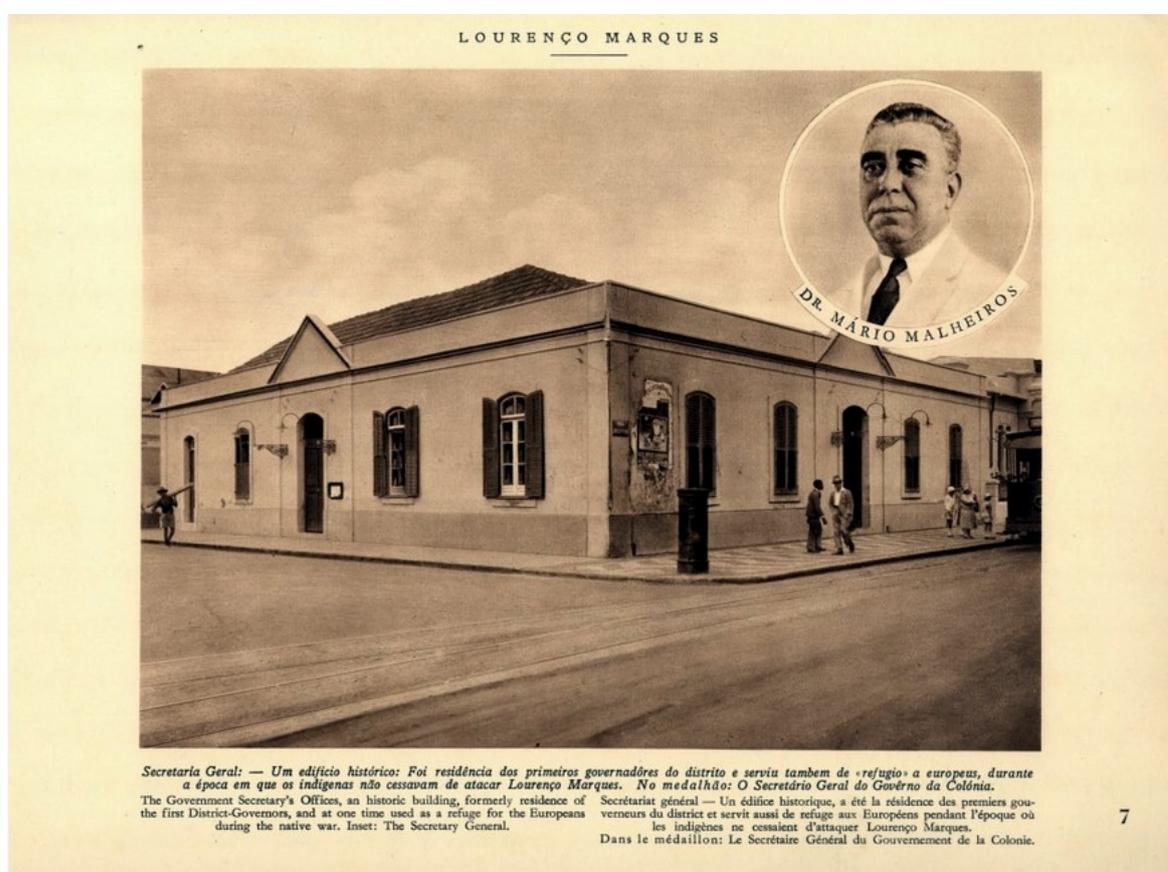
A constância em afirmar que as condições climáticas da cidade seriam amenas e perfeitamente oportunas para a moradia de lusitanos também foi premeditada. Esses dizeres combateram o estigma do calor incessante associado instantaneamente ao continente africano por grande parte dos europeus, geralmente influenciados pelas teorias científicas e outras fontes de informações tendenciosamente voltadas à desqualificação da África. Além do mais, a temperatura da praia seria condizente até com a prática de esportes marítimos, algo nem sempre possível de se experimentar na Europa, castigada pelo rígido inverno em boa parte do ano.

Houve, portanto, um nítido esforço das publicações em criar argumentações capazes de convencer o público do quão aprazível seria o acesso a Moçambique por meio de Lourenço Marques. Assim que aportasse, o passageiro se depararia com uma mistura de paisagens naturais e expressões de modernidade e perceberia, de acordo com enunciados criados pelos impressos, quão magnífica seria a obra colonizadora portuguesa realizada na região.

A primeira impressão é importante, mas não o bastante para garantir conhecimento mais aprofundado. Sendo assim, os três próximos volumes dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* disponibilizaram um tour pelo interior de Lourenço Marques, registrando seus edifícios públicos, estabelecimentos comerciais, indústrias e áreas de lazer. Conforme Proença (2015, p. 655), o crescimento urbano vivido por Portugal nas décadas iniciais do século XX levou à acelerada construção de prédios governamentais, mercados, cassinos, bancos, estações ferroviárias, sem falar das edificações de caráter social, como creches, escolas, hospitais e sanatórios. Pelo observado na coleção de imagens analisadas, pode-se dizer que essa realidade foi transposta para a capital de Moçambique.

Começando pelos imóveis que abrigaram instituições públicas, os editores da publicação criaram um modelo de representação peculiar: o retrato de uma autoridade ou figura de expressão foi anexada à imagem de cada prédio. O registro da Secretaria Geral (Figura 23) é um exemplar característico desse método de apresentação.

Figura 23 – “Secretaria Geral – Um edifício histórico: foi residência dos primeiros governadores do distrito e serviu também de ‘refúgio’ a europeus durante a época em que os indígenas não cessavam de atacar Lourenço Marques. No medalhão: o Secretário Geral do Governo da Colônia”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 2. Lourenço Marques – Edifícios Públicos, Porto, Caminhos de Ferro, etc., 1929, p. 7.

Todos os edifícios públicos foram fotografados em tomadas externas. As atividades realizadas dentro deles não foram capturadas em nenhum momento. Tendo em conta o raciocínio de Dubois (1993, p. 73), as fotografias atestam a existência do que mostram, mas isso não implica necessariamente que os fatos ou objetos gravados tenham significação em si próprios. A significação alcançada pelas imagens depende muito do uso a que elas são submetidas, assim como da relação que os expectadores criam com a cena eternizada pela câmera.

Deste modo, a impressão passada é a de que os responsáveis pelos álbuns fotográficos se preocuparam em “provar” que Lourenço Marques possuía uma Secretaria Geral, dirigida pelo homem colocado em evidência na própria imagem. O mesmo vale para o Gabinete do Governador, Conselho Legislativo, Palácio do Governo, Procuradoria da República, Tribunal de Relações, Serviços da Fazenda, Repartição de Obras Públicas, Observatório Meteorológico, Capitania do Porto, Central Teleférica, Correios, Alfândegas, Comissariado da Polícia Civil, Hospital Miguel Bombarda, Laboratório de Veterinária, Repartição de Agrimensura, Quartel General, Liceu Nacional, Repartições dos Caminhos de Ferro, instituições estas registradas de maneira idêntica à mostrada a pouco.

Distante de Portugal, o império na África passou a ser conhecido pelos lusitanos por meio de símbolos e discursos imagéticos (DOMINGO; PERALTA, 2013, p. 25). O realce dado aos prédios públicos sugere a intencionalidade de mostrar quanto o poder metropolitano já estava assentado e instituído em Moçambique, especialmente na capital da colônia. Nesse sentido, as construções que abrigaram secretarias e demais órgãos governamentais tornaram “concreto” e “evidente” o domínio europeu na região.

Sumariamente, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* criaram planos imagéticos que materializaram a presença do governo português na área e expandiram a mensagem de que aquelas terras distantes eram controladas por instâncias equivalentes às encontradas em Lisboa ou qualquer outra cidade portuguesa, reafirmando, desse modo, a ideia de expansão e efetivação da supremacia colonial.

A descrição do histórico pertencente ao edifício que abrigava a Secretaria Geral na ocasião reafirmou e oficializou a conquista portuguesa. A menção de que ali se abrigaram lusitanos que resistiram aos ataques indígenas contribuiu para a construção de uma tradição de persistência dos primeiros colonos em prol da fundação e crescimento de Lourenço Marques. Além de orgulho pela expansão nacional, as evidências de que Moçambique oferecia uma cidade dirigida e segura seria capaz de incentivar os europeus a visitarem a colônia e, na melhor das hipóteses, se transferirem para lá com intenção de continuarem a obra começada pelos seus antepassados.

Na verdade, o próprio governo metropolitano já havia tomado medidas similares no início da década em que a coleção álbuns fotográficos foi lançada. Em

1921, Brito Camacho partiu de Lisboa com destino à Moçambique, incumbido de colocar em prática novas estratégias administrativas referentes ao aproveitamento e exploração da colônia. Segundo Garcia (2011, p. 78), o novo governo republicano procurou desenvolver uma política de “fomento e ocupação civilista” no território africano, desenvolvendo a infraestrutura ligada aos transportes, comunicação, assistência social, assim como ofertando subsídios às famílias, apoio médico, habitação e passagens gratuitas como incentivos para a fixação de novos colonos na região²⁵.

Com forte viés propagandístico, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* oportunizaram exemplificações das medidas adotadas pelo governo nos anos anteriores e tentaram ilustrar que o poder público estabelecido em Lourenço Marques garantiria plenas condições de moradia para os portugueses que aceitassem a tarefa de ajudar o país no desenvolvimento de seu império.

As conclusões de Martins (2012, p. 111) reforçam esse prognóstico. Para a historiadora, os prédios e demais obras produzidas em nome do desenvolvimento econômico, saúde, educação, ciência, evangelização católica, bem como reformas em avenidas, praças, alfandegas, dentre outros espaços, tornaram-se fatores de motivação para a produção de fotografias relativas à permanência lusitana no continente africano. Ao chegarem na metrópole, essas imagens inspiraram a ideia de que a presença portuguesa na África havia levado progresso, modernidade e civilização para lá.

Oliva (2009, p. 41) ainda acrescenta que os avanços tecnológicos implantados e os prédios construídos foram divulgados como “benefícios” proporcionados pela ocupação europeia na África. Continuando seu raciocínio, a autora conclui, assim, que as ferrovias, os barcos a vapor e as cidades simbolizariam dádivas que somente o “mundo civilizado” poderia oferecer ao “progresso” dos africanos.

Enviesada à práticas e costumes europeus, a alegada prosperidade criada pelos lusitanos nas cidades moçambicanas muitas vezes se manifestou na reprodução de opções de lazer comuns na metrópole. Dentre essas, o museu, o zoológico e alguns teatros de Lourenço Marques tiveram suas imagens anexadas à coleção de álbuns fotográficos estudada. Uma dessas casas de espetáculo, entretanto, foi mencionada de forma bastante expressiva (Figura 24).

²⁵ Norton de Matos foi responsável por medidas equivalentes em Angola no mesmo período.

Figura 24– “Teatro Gil Vicente: Uma popular casa de espetáculos genuinamente portuguesa”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 3. Lourenço Marques – Aspectos da Cidade, Vida Comercial, Praia da Polana etc., 1929, p. 68.

A descrição “genuinamente portuguesa” enalteceu a diferenciação territorial capturada na fotografia. Nenhuma das pessoas que parecem ter acabado de assistir, ou esperam o início de alguma apresentação, é negra. Todos são brancos e se apresentaram com vestimentas europeias. A construção da cena formalizou, assim, a perspectiva de que o teatro seria um espaço reservado especificamente aos europeus. Mais que isso, seria também algo propriamente intrínseco à cultura portuguesa. Logo, o edifício e o tipo de espetáculo ali realizado foram utilizados como demarcadores socioculturais. Os portugueses se reuniram nesse local para praticarem um costume típico e, exatamente por ser apontado como específico da natureza lusitana, o ato não poderia ser compartilhado por outros grupos sociais.

Situações como essa foram definidas por Silva (2009, p. 118) como representações de “Portugal em África”. Segundo a pesquisadora, a objetividade desse tipo de registro não foi necessariamente retratar o continente africano, mas

sim a europeização sofrida nas áreas fotografadas. Seria basicamente aquilo que os próprios produtores dos álbuns chamaram repetidas vezes de “canto europeu na África”.

Pela forma apresentada nas imagens, esses locais de convivência entre europeus idealizaram a perspectiva de refúgio de tudo que pudesse ser africano, incluindo, evidentemente, os negros. Não mencionada por Silva (2009), a representação da Praia da Polana (Figura 25) também se encaixa no perfil de recanto da população branca.

Figura 25 – “Crianças tomando banho, na Praia da Polana”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 3. Lourenço Marques – Aspectos da Cidade, Vida Comercial, Praia da Polana etc., 1929, p. 107.

O fato de as imagens reunirem apenas crianças pode ser simbólico. A mensagem de que Lourenço Marques ofereceria condições adequadas à moradia, lazer e desenvolvimento da população infantil poderia ser captada indiretamente por alguma pessoa que tivesse acesso aos álbuns e, quem sabe, oferecer a segurança necessária para que adultos interessados em conhecer Moçambique não hesitassem em levar seus filhos ou parentes menores até lá.

Especulações à parte, as crianças agrupadas nas fotografias possuem pele clara e parecem desfrutar de todo o esplendor atribuído à Praia da Polana no início dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*. Tendo em mente a associação feita anteriormente a respeito da praia, conectando-a à ideia de beleza, luxo e riqueza, e considerando-se a ausência de negros dentre os fotografados, pode-se presumir que outro “canto europeu na África” foi exibido ou encenado, sem a necessidade específica de mostrar algum prédio ou outro tipo qualquer de materialidade que tornasse tal associação mais evidente.

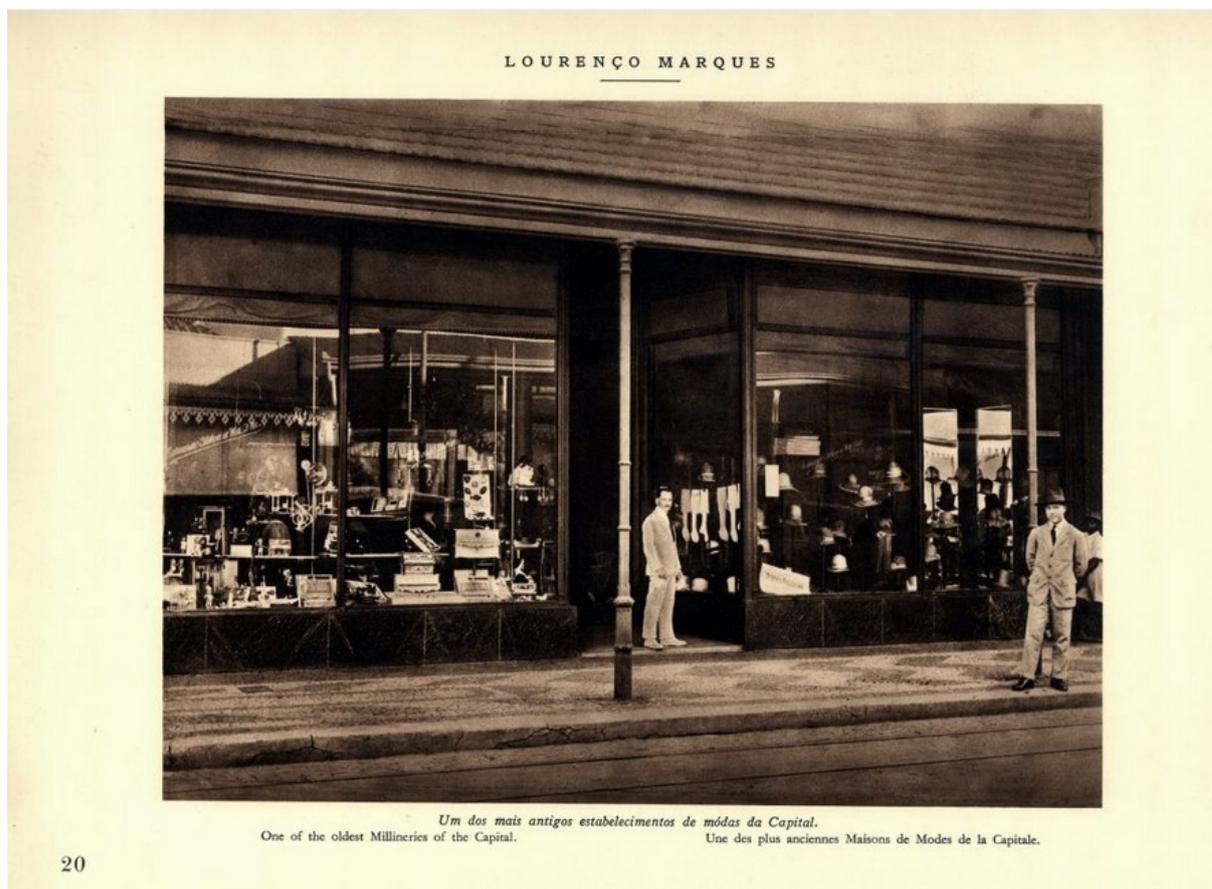
As posições das crianças nas duas imagens poderiam até levantar a suspeita de que o fotógrafo buscou a montagem de um ambiente restrito aos brancos. Considerando-se que as pessoas colocadas em primeiro plano em ambas as fotografias apareceram fazendo pose para a câmera, seria possível cogitar que o responsável pelo clique teria reunido propositalmente indivíduos de seu interesse com a finalidade de frisar a presença europeia no lugar. Por outro lado, todos os registrados em segundo plano, descontraídos e alheios à máquina fotográfica, demonstraram as mesmas feições que os elementos principais, dando a entender que aquele espaço dificilmente contava mesmo com a participação de negros.

Por mais que lazer e diversão sejam princípios importantes na vida moderna, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* também relacionaram vários empreendimentos comerciais e industriais que expressaram o desenvolvimento econômico de Lourenço Marques. Tal qual afirmado por Pereira (2013, p. 81), o mercado urbano da cidade teve que se ampliar e modificar para conseguir atender às demandas específicas da população formada pelos colonos portugueses, interessada especialmente na prestação de determinados serviços característicos da experiência urbana europeia daquela época.

Relembrando as discussões já levantadas a respeito da assimilação dos nativos, a vestimenta foi fator vital para os colonos. Mesmo vivendo em Moçambique, eles fizeram questão de manter o hábito de usarem modelos de

roupas análogos aos adotados na Europa. Assim, não causa grande surpresa os chamados “estabelecimentos de moda” terem ocupado várias páginas dos volumes dos álbuns fotográficos referentes à capital moçambicana. Mas uma imagem, em especial, ao ilustrar a fachada de uma dessas loja de alfaiataria (Figura 26), acabou por trazer indícios sobre a vivência de nativos na cidade.

Figura 26 – “Um dos mais antigos estabelecimentos de moda da capital”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 3. Lourenço Marques – Aspectos da Cidade, Vida Comercial, Praia da Polana etc., 1929, p. 20.

Percebe-se, à primeira vista, a presença de dois homens brancos, vestidos com terno e gravata. Provavelmente proprietários ou clientes da loja, eles posaram para a câmera. Ou seja, o retrato dessas duas figuras foi premeditado pelo fotógrafo, talvez com o interesse de associar os produtos oferecidos pelo estabelecimento ao seu público tido como específico. É conveniente lembrar que o redator dos textos introdutórios publicados nos álbuns fotográficos foi categórico ao afirmar que não caberia o uso da indumentária europeia por parte dos nativos. Assim como o Teatro

Gil Vicente ou a Praia da Polana, seria esse mais um espaço reservado aos brancos.

Por outro lado, uma criança nativa também foi capturada na fotografia, transitando pela calçada. Por estar atrás do homem branco e em movimento, é presumível que esse terceiro elemento foi inserido ocasionalmente na imagem. Diferente dos demais, há indicações de que sua aparição não foi idealizada. Situação idêntica também se configurou em outra ocasião (Figura 27).

Figura 27 – “Os elétricos da Cidade”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 3. Lourenço Marques – Aspectos da Cidade, Vida Comercial, Praia da Polana etc., 1929, p. 61.

Tendo como foco o trem elétrico, a fotografia também gravou a imagem do menino negro. Pelo fenótipo e indumentária, pode-se inferir que os passageiros eram colonos europeus, desfrutando da modernidade e progresso dos quais os portugueses tanto afirmaram se orgulharem em suas publicações propagandísticas. Observando a máquina e as pessoas nela acomodados, a figura do nativo destoou do restante da cena criada. Quase todas as outras pessoas estavam olhando para a

câmera e esperando o momento do clique. A criança, porém, apareceu absorta ao fotógrafo e ao ato que se realizou no momento.

De acordo com Kossoy (2007, p. 42), indícios involuntários são frequentes nas fotografias. Os apontamentos feitos em relação às duas últimas imagens suscitam a opinião de que as duas crianças nativas registradas se relacionam com o exposto pelo historiador. Sejam indícios ou elementos propriamente ditos, os meninos em questão não condizem com as mensagens passadas pelas fotografias. Exatamente por isso, suas presenças não parecem terem sido deliberadas pelo fotógrafo.

Cardoso e Mauad (1997, p. 574) sustentam que para se alcançar o que não foi revelado instantaneamente pelo olhar fotográfico, é necessário se atentar para os aspectos da mensagem elaborada pela fotografia e, sobretudo, introduzir a imagem no panorama cultural em que ela foi produzida, considerando-a uma escolha guiada por determinada forma de ver o mundo. Ao buscar a construção imagética de uma Lourenço Marques desenvolvida, opulenta, “civilizada” e ocupada por brancos, os criadores dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* não conseguiram isentar sua obra da presença indígena na cidade. Provavelmente de forma acidental, algumas imagens revelaram que o “canto europeu na África” era mais africano do que o discurso adotado levava a crer inicialmente.

Segundo Oliveira Marques (2015, p. 685) ao mesmo tempo em que se incentivou a mudança de portugueses para as colônias, assistiu-se um crescente urbanismo que rapidamente acentuou a oposição entre cidade e campo. Assim, construiu-se a ideia de que os brancos viveriam nas zonas urbanas, enquanto os indígenas se manteriam nos campos, raramente em contato com os perímetros citadinos. A própria denominação “gente do mato”, utilizada por colonos e metropolitanos para se referirem aos nativos, indica a assertividade do pensamento da historiadora.

Pelas suas características, a pretensa divisão territorial colocada à mostra no conjunto de álbuns fotográficos se encaixa no perfil de “geografia imaginativa”, construído por Said. Para ele,

Um grupo de pessoas que vive em uns poucos hectares de terra estabelece fronteiras entre a sua terra e adjacências imediatas e o território além, que chama de terra de “terra de bárbaros”. Em outras palavras, essa prática universal de designar na própria mente um espaço familiar que é “nosso” e um espaço desconhecido além do

“nosso” como deles é um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra arbitrário porque a geografia imaginativa do tipo “nossa terra – terra bárbara” não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. Para “nós”, basta estabelecer essas fronteiras em nossa mente; conseqüentemente, “eles” ficam sendo “eles”, e tanto o território como a mentalidade deles são declarados diferentes dos “nossos” (SAID, 1990, p. 64).

Certamente essas fronteiras “arbitrárias” se estabeleceram nas mentes dos envolvidos com as diversas publicações propagandísticas analisadas. Além do observado nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, os textos do *Boletim da Agência Geral da Colônia* e da *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* também associaram genericamente os nativos aos territórios rurais e engrandeceram a presença de brancos nas cidades, demarcando, por assim dizer, os espaços citadinos como domínios europeus em Moçambique.

Concebida inicialmente no plano imaginário, a distinção geográfica percebida por Said em sociedades coloniais modernas também se concretizou em Lourenço Marques por meio de itens materiais. Fundamentando-se nas argumentações de Brás (2006, p. 94), as placas “só para europeus”, comuns na África do Sul em pleno vigor do apartheid, não seriam necessárias nas ruas, nos trens elétricos ou nos espaços públicos da cidade moçambicana, já que os preços e as vestimentas atuariam sumariamente como “filtros de cor”.

A exigência de possuir ao menos um terno e gravata, imposta aos candidatos à assimilação pelo governo moçambicano, é por si só um grande indicativo do quanto as vestimentas europeias funcionaram como um explícito distintivo social. Invariavelmente, os homens brancos registrados nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* em ambiente urbano aparecerem com esse modelo de roupa. Sem ele, nem mesmo se poderia cogitar a participação nos círculos sociais formados pelos colonos.

Um texto publicado no *O Brado Africano* mostra que Brás também foi certo quanto ao “filtro de cor” relacionado ao valor dos produtos e serviços oferecidos na capital moçambicana. Em 27 de abril de 1922 o jornal reclamou que “esta gente que vem civilizar a África e pregar a cartilha do amor a Portugal” ambicionou o privilégio de recebimento de maiores subsídios públicos em relação aos demais moradores da cidade. A argumentação de que os europeus já usufruíam de melhores condições econômicas do que os outros foi o pilar da oposição feita pelo periódico (O BRADO

AFRICANO, 1927, p. 2). Ir ao cinema, teatro, restaurante, bares e afins demanda o gasto de dinheiro. Pelo sugerido nos álbuns fotográficos e no hebdomadário, os europeus tiveram maiores condições de arcar com despesas de tal espécie. Deste modo, pela junção de fatores culturais e econômicos, criaram um núcleo próprio de sociabilização.

Todavia, como salientado por Said (2011, p. 347), a resistência nas colônias cresceu na medida em que o colonialismo ampliou sua esfera de abrangência. Complementando, de certo modo, tal ponto de vista, Brás (2006, p. 94) mencionou que a rua é um espaço de confrontação social. É nela que os grupos dominantes afirmam seu poder. Da mesma forma, é nela que os indesejados e excluídos pelos prestigiados apresentam suas contestações e reivindicações. As constatações dos dois autores desembocaram nas guerras de libertação iniciadas a partir da década de 1950 por povos africanos que viviam sob controle europeu. Desde então muitos perderam suas vidas em conflitos bélicos de extrema violência.

Mas nem sempre a resistência se manifestou drasticamente. Por vezes ela se expressou de modo suave e corriqueiro. Vistas por esse ângulo, as aparições dos meninos nas últimas duas fotos apresentadas podem atingir uma dimensão mais profunda. A mera presença de ambos nos cenários de opulência e retiro europeu criados nas imagens formaliza um elemento de oposição que coloca em cheque o próprio discurso criado nos álbuns fotográficos, já que, em teoria, os ambientes em que foram registrados não os pertencia.

Inconscientemente, os indígenas em questão demonstraram que a divisão socioespacial propagandeada nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* não foi vigorosa o bastante para evitar o contato entre europeus e africanos em Lourenço Marques. Essas e outras fotografias da coleção indicam que a cidade não foi necessariamente um recanto para pessoas brancas e ricas. Mesmo à revelia dos colonos, os indígenas circularam pela capital e outras cidades moçambicanas também ilustradas nos demais álbuns da coleção confeccionada pelo grupo de Rufino.

A aparente pobreza e simplicidade do menino que observava o trem elétrico destoou da imagem de riqueza, civilidade e desenvolvimento atribuída à Lourenço Marques nas publicações propagandísticas portuguesas. Entretanto, evitar a exposição de indígenas com essas características em áreas urbanas não foi uma preocupação expressa somente pelos envolvidos com a divulgação de Moçambique.

O jornal *O Brado Africano* adotou a mesma abordagem e enfatizou que a “maior glória” do negro seria conservar a capital moçambicana “limpa de mendigos e vadios”. Utilizando-se de sua ‘inteligência e disposição para a conquista da civilização’, ele deveria ficar atento para não “se perder nesse caminho” (RUFINO DE OLIVEIRA, 1924, p. 1).

Assim sendo, os nativos que não apresentaram suntuosidade causaram incômodo ao colaborador do jornal. A tal “conquista da civilização”, para a qual Rufino de Oliveira entendia que os indígenas estariam naturalmente dispostos, indispensavelmente perpassava pela inserção na economia capitalista e ostentação de recursos materiais. Além de apreensão com o possível sofrimento do grupo em razão de dificuldades provenientes da carência econômica, Rufino de Oliveira demonstrou inquietação quanto aos prejuízos que a mendicância poderia causar não somente para a imagem do homem negro moçambicano, mas da cidade de Lourenço Marques em geral.

No entanto, seria o pauperismo um problema restrito aos indígenas? Na opinião de Silva (2014, p. 75), as imagens dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* devem ser questionadas tanto pelo que expõe quanto pelo que não mostram. Ao exemplificar seu pensamento, a autora mencionou que o conjunto dessa obra não exibiu os portugueses/europeus pobres e humildes que também habitavam os espaços retratados. O caráter e finalidade do conjunto de álbuns fotográficos indicam que Silva teve razão. A simples cogitação de que existiriam colonos com dificuldades financeiras representaria uma grande objeção à ideia de enriquecimento fácil e vida prazerosa em Lourenço Marques.

O conjunto de álbuns fotográficos enalteceu as vantagens que os europeus encontrariam em Lourenço Marques e omitiram ou tentaram disfarçar aquilo que pudesse causar repulsa nessas pessoas. Sair de sua terra natal para encontrar obstáculos em um território distante, quem sabe até levar uma vida pior do que em seu país de origem, não seria uma proposta tentadora. Do mesmo modo, a associação entre colonização e miséria não traria nenhuma vantagem da qual Portugal pudesse se gabar diante de Inglaterra, França e companhia. Pelo contrário, seria esse um motivo de vergonha.

Além disso, Brás (2006, p. 80-81) afirmou que o desenvolvimento de Lourenço Marques originou três espaços urbanos diferentes, organizados sob princípios de ordem e higiene. A “cidade alta”, tornou-se local de moradia dos

brancos, pois era considerada mais salubre que as demais áreas. Já a “cidade baixa” contemplou os pontos de trabalhos e negócios e foi frequentada majoritariamente pelo público masculino. Ao cair da noite, esta região transformava-se em espaço de lazer para os brancos. O subúrbio, por sua vez, foi o espaço reservado aos indígenas.

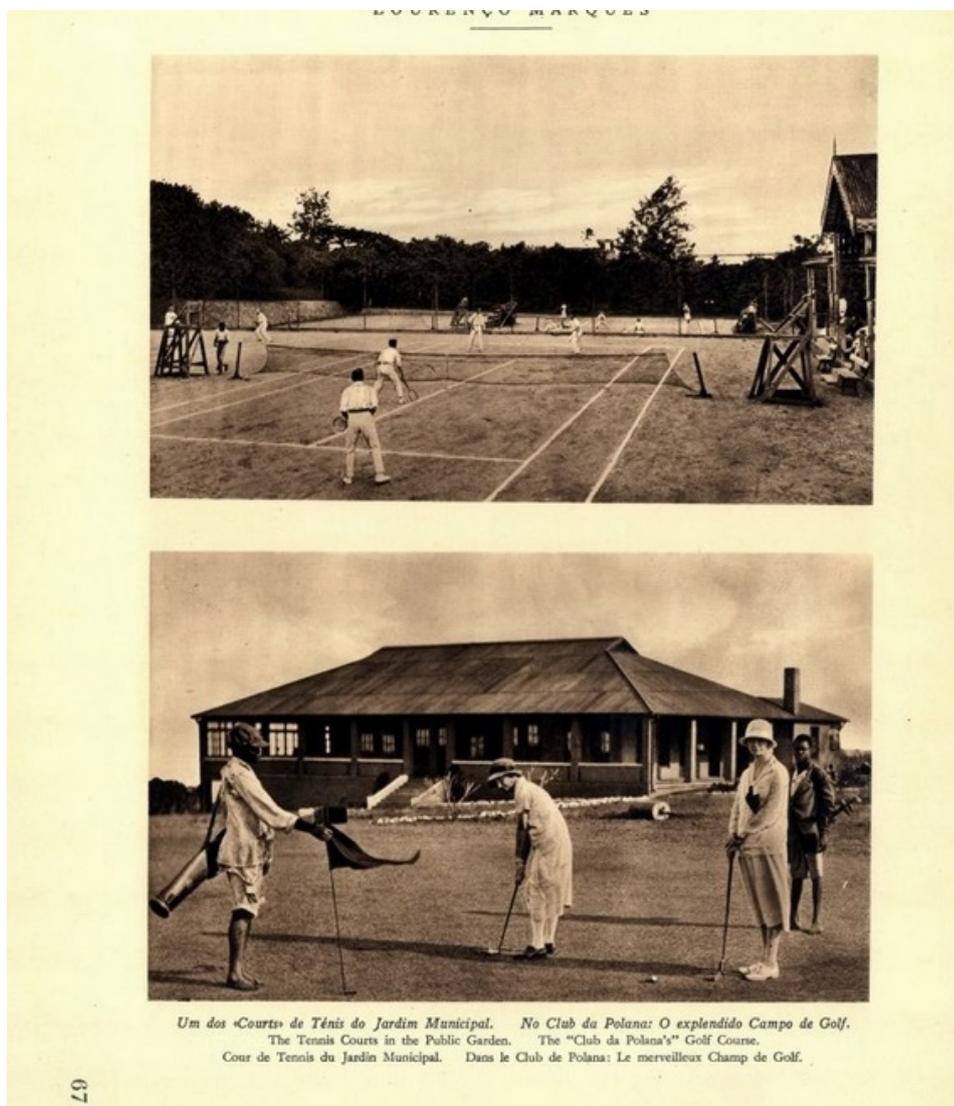
A existência de bairros propriamente indígenas não foi apontada nos *Álbuns Fotográficos* e tão pouco mencionada no *Boletim da Agência Geral das Colônias* ou na *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*. A “cidade alta”, por sua vez, foi representada em várias páginas da coleção de álbuns por enormes e luxuosos casarões. Ainda que não comentado por Silva (2014, p. 75) quando tratados os fatores não mostrados na obra, esse é mais um ponto de omissão que influencia a visão dos espectadores a respeito da cidade, pois sugere que somente brancos teriam residência no município, fortalecendo, desse modo, a perspectiva de que a área urbana seria limitada aos europeus e o “mato” reservado aos indígenas.

De qualquer forma, observando-se o que foi mostrado de fato e investigando-se aquilo que também poderia ter sido exposto, percebe-se que as publicações propagandísticas portuguesas analisadas, em especial o conjunto de álbuns fotográficos, criaram uma imagem dramatizada sobre Lourenço Marques. Já que os indígenas não poderiam ser apagados do imaginário colonial, e, de certo modo, nem seria interessante fazê-lo, a perspectiva lançada nos materiais criou a ideia de que os europeus poderiam experimentar um estilo de vida glamoroso na capital moçambicana sem a obrigatoriedade de repartirem espaços com os nativos. Assim, pessoas negras quase não apareceram próximas aos brancos em momentos de lazer ou socialização. Quando o fizeram, todavia, romperam com a esquematização elaborada nos impressos.

4.3 Trabalho indígena: escravidão, contradições e omissões

A distinção espacial foi uma estratégia de preservação sociocultural europeia. Na maioria das vezes o contato com o indígena poderia prejudicar a imagem de elegância, “civilização” e riqueza que os colonos tentaram elaborar a seu respeito e da capital de Moçambique. Entretanto, em certas ocasiões (Figura 28), a proximidade com os nativos até fortificaria todo esse enredo.

Figura 28 – “Um dos ‘courts’ de Tênis do Jardim Municipal. No Clube da Polana: o esplêndido campo de Golf”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 3. Lourenço Marques – Aspectos da Cidade, Vida Comercial, Praia da Polana etc., 1929, p. 67.

Diferentemente dos outros registros, os europeus foram fotografados bem próximos dos nativos. Contudo, os homens envolvidos na partida de tênis ou as mulheres jogando golfe não pareceram incomodados com os indígenas ao seu redor. A explícita posição de subserviência certamente contribui para isso. Em ambos os casos, os meninos negros estavam auxiliando os brancos, seja carregando os tacos ou correndo atrás das bolas perdidas.

Mesmo inseridos no mesmo ambiente, os nativos não representaram uma ameaça à hegemonia europeia. Não se tratou de negros vestidos com terno e

gravata ou interessados em adentrar no cinema, teatro ou qualquer outro espaço frequentado por europeus. Isso, sim, geraria tensão. Mas o trabalho realizado pelos meninos não formalizou um quadro de disputa por igualdade. Ele estigmatizou, na verdade, as diferenças e a subalternidade indígena.

De acordo com Brás (2006, p. 109), o acesso às ruas para os indígenas foi permitido somente com base no trabalho. Ao que tudo indica, o mesmo valeu para os dois locais em que as últimas imagens apresentadas foram feitas. Outras fotografias dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* também retrataram o Jardim Municipal de Lourenço Marques. Todas elas criaram a impressão de que ali se formou mais um espaço restrito de convivência europeia. Considerando-se tudo que já foi dito sobre a Praia da Polana, é provável que o clube construído na região também não tenha aceito com bons olhos o desfrute de seus recursos por parte da população negra moçambicana.

Sendo assim, os momentos registrados nas últimas fotografias marcaram uma relação de poder. A anuência dos colonos para a aproximação indígena dependeu da fixação dos nativos em ocupações de menor valor, ressaltando-se, conseqüentemente, o protagonismo dos brancos nas ações praticadas. O distanciamento entre os dois núcleos formalizou-se por uma demarcação simbólica, não territorial. O compartilhamento do mesmo espaço deixou mais evidente o contraste entre as experiências e oportunidades vivenciadas por cada um. A vida boa e tranquila que a coleção de álbuns fotográficos assegurou poder ser usufruída pelos colonos respaldou-se no esforço físico indígena. Deixar isso explícito reforçou a projeção do controle e supremacia portuguesa na colônia.

Todavia, prestar serviços em prol do governo e dos colonos não foi uma simples escolha feita por alguns indígenas. De modo geral, eles foram obrigados a isso pelo Estado, que estabeleceu juridicamente o dever de trabalhar aos nativos. Segundo Martinez (2008, p. 90), Portugal declarou que a imposição desse dever proporcionaria ao indígena a oportunidade de alcançar a civilização, contribuindo, assim, para que o país ibérico cumprisse sua alegada missão civilizadora.

Ainda de acordo com as observações da historiadora, o governo português precisou criar estratégias para a prosperidade de seus domínios ultramarinos e, concomitantemente, inserir o indígena no mundo “civilizado” por meio do esforço físico. Sendo assim, Portugal adotou a fórmula da civilização pelo trabalho, medida que também foi tomada por todas as nações imperialistas. Porém, o ineditismo dos

lusitanos em relação à essa questão foi a “criação desse novo direito de Estado de exigir, compelir o indivíduo a trabalhar, porque este tinha o dever moral de fazê-lo e sem o direito de recusa” (MARTINEZ, 2008, p, 101).

Lançado em 1899, por Antônio Enes, o *Código do Trabalho Indígena* colocou em vigor a imposição laboral. Na opinião de Jerônimo e Monteiro (2012, p. 68), esse decreto representou um marco fundamental na legalização do trabalho forçado, bem como na legitimação de argumentos civilizacionais, humanitários e econômicos como elementos para a elaboração e reprodução de mecanismos coercitivos na esfera trabalhista moçambicana. Compartilhando o mesmo ponto de vista, Zamparoni (2007, p. 62) enfatizou que o documento prescreveu, logo em seu primeiro artigo, que todos os indígenas estariam incumbidos de angariarem, através do trabalho, os recursos que ainda não dispusessem para melhorarem suas condições sociais. Eles teriam liberdade para escolher como cumprir tal obrigação e lhes seria imposto compulsoriamente o alcance desse objetivo, caso não o cumprissem por vontade própria.

Ou seja, se não aceitassem trabalhar, o uso da força física seria colocado em prática contra os nativos. Contudo, outro fator também influenciou a decisão deles sobre cumprir ou não os regulamentos laborais. O pagamento de impostos ao governo foi mais uma norma que eles tiveram que levar em conta. Conforme as observações de Bettis (2010, p. 368), os tributos pessoais, incidentes sobre todos os africanos do sexo masculino, causaram repercussão maior do que os próprios regimes jurídicos. Articulados inicialmente com objetivo de financiamento da colonização, mostraram-se fundamentais para fazer com que os nativos participassem das atividades econômicas criadas pelos europeus na África, ampliando, assim, o setor monetário das economias coloniais.

Para se ter uma ideia, a Sociedade de Geografia de Lisboa, durante atividades criadas em 1911 para averiguação dos problemas enfrentados pelo governo metropolitano nas terras do além-mar, defendeu categoricamente a imposição do trabalho ao indígena, justificando que assim eles poderiam arcar com as despesas dos impostos e despertariam dentro de si “necessidades” que somente o trabalho constante poderiam satisfazer (ZAMPARONI, 2007, p. 70). Uma das principais cobranças implantadas nas possessões lusitanas foi o imposto da palhota, referente às moradias das populações locais.

Bettis (2010, p. 368) pontuou que esse tipo de taxaço gerou muitas reclamaçoes e protestos dentre os nativos. Ainda assim, sua cobranço foi regulamentada e mantida nas colônias africanas. Em relaço à Moçoambique, Zamparoni (2007, p. 67) explicou que o decreto publicado em julho de 1892 determinou a obrigatoriedade do pagamento do imposto da palhota. Ao longo dos dois primeiros anos o vencimento pôde ser quitado com produtos agrícolas. Entretanto, a partir de 1894, somente dinheiro passou a ser aceito pelo governo. Estabeleceu-se, também, que o não pagamento submeteria o devedor a trabalho forçado até atingir o valor de seu débito, acrescido de uma multa de cinquenta por cento.

O trabalho forçado, na verdade, tornou-se uma constante em Moçoambique a ponto de receber uma nomeaço específica: shibalo. Além do não pagamento de impostos, os indígenas poderiam ser obrigados a trabalharem por terem sido detidos por vadiagem, bebedeira ou outros delitos de pequena monta. De acordo com Thomaz (2008, p. 95) os regulamentos de 1899, 1911 e 1914 definitivamente impuseram a obrigaço do trabalho indígena, sob pena de vigilância constante, e estipularam a “total sujeiço do indivíduo ao poder público” em casos de não cumprimento da determinaço governamental. Deste modo, o termo shibalo passou a designar todas as formas arbitrrias de trabalho colonial, especialmente os serviços não pagos, mal remunerados ou caracterizados como escravidão, ainda que a aboliço do cativo tivesse sido abolida oficialmente nos territórios moçoambicanos em 1869.

As informaçoes levantadas por todos esses pesquisadores acerca do campo trabalhista indígena em Moçoambique no final do século XIX e décadas iniciais do XX são fundamentais para se poder entender uma discussão levantada pelo *Boletim da Agência Geral das Colônias* a partir de 1925. Uma série de matérias foram lançadas pelo periódico a respeito de acusaçoes que o exemplar da imprensa propagandística lusitana tentou rebater veementemente. Mas antes de adentrar propriamente no assunto, é conveniente observar uma retrospectiva feita no boletim sobre o que já vinha acontecendo há cinco anos.

Em 1930, o impresso trouxe o artigo “O Trabalho Forçado em Genebra”, de autoria não apresentada. Nesse texto explicou-se que ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), oficializado com a assinatura do Tratado de Versalhes, foi criada a Sociedade das Naçoes, unindo diplomaticamente os países vencedores e

seus aliados. Segundo consta no escrito, mesmo tendo declarado neutralidade durante a guerra, Portugal passou a compor a referida instituição. Uma das medidas tomadas por essa entidade foi a criação do B. I. T (traduzido no idioma português como “Bureau Internacional do Trabalho”), cuja finalidade determinada foi investigar assuntos relacionados à esfera laboral nos territórios ocupados por europeus.

Formou-se, nesse contexto, a Convenção de Escravatura, voltada à abolição de todas as formas de trabalho semelhantes à escravidão. Todos os países participantes, incluindo Portugal, deveriam submeter anualmente suas legislações trabalhistas vigentes nas colônias à análise da organização (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1930, p. 4). O governo lusitano cumpriu o acordo firmado e enviou a documentação solicitada periodicamente. Pelos comentários encontrados na publicação, tudo ficou certo quanto a isso. No entanto, um dossiê chamado “Relatório Ross” causou alguns arranhões na imagem externa portuguesa.

Pesquisando as condições de trabalho indígena nas possessões portuguesas, o sociólogo estadunidense Edward Ross percorreu os territórios de Angola e Moçambique e concluiu que as autoridades lusas empregavam práticas de trabalho análogas à escravatura nesses domínios. Os dados de sua pesquisa foram entregues à Comissão de Escravatura dirigida pela Sociedade das Nações e, de acordo com Alexandre (2013, p. 21), a repercussão do fato foi imediata, causando inquietação na opinião pública lusitana e estrangeira.

Os dados obtidos na pesquisa do *Boletim da Agência Geral das Colônias* harmonizam-se com a informação levantada pelo historiador. O periódico republicou várias matérias originalmente veiculadas pela imprensa portuguesa e francesa a respeito do Relatório Ross. Logo após o lançamento do diagnóstico feito pelo sociólogo, o boletim articulou várias contribuições para rebater os apontamentos feitos contra Portugal.

O título de um dos primeiros textos publicados por essa espécie de força-tarefa indicou logo de início qual seria a estratégia empreendida. Em “Uma campanha difamatória” foram feitas algumas explicações gerais sobre o assunto e relacionados fatores que colocariam em dúvida as argumentações do norte-americano. Assim, comentou-se que Ross, professor da Universidade de Wisconsin, contou com o auxílio de um médico chamado Melville Cramer para compor o tal documento. Ambos teriam enganado o governo português e abusado da

hospitalidade oferecida por ele durante o ano em que percorreram Angola e Moçambique.

“Insultuoso para Portugal e os portugueses” o relatório teria apresentado “infames, descabidas e disparatas acusações à administração colonial portuguesa”, como a menção de que o governo do país ibérico não pagaria os salários dos trabalhadores, não os alimentaria e recrutaria com extrema violência homens, mulheres e crianças indígenas (Boletim da Agência Geral das Colônias, 1925, p. 123).

Por trás dessas acusações estariam certos missionários protestantes estrangeiros que teriam feitos comentários maliciosos e inverídicos aos pesquisadores dos Estados Unidos. É possível que os missionários em questão tenham sido os pertencentes à Missão Metodista Americana, registrados nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*²⁶. O compartilhamento da mesma nacionalidade e idioma poderia ser facilitador do contato entre eles e, quem sabe, também um fator de confiabilidade entre as partes.

De qualquer forma, pouco crédito mereceriam as informações levantadas por Ross em razão de outros personagens indagados por ele. Dispostos a ganharem presentes, os indígenas abordados pelo sociólogo teriam ofertado as respostas desejadas pelo entrevistador, compondo, assim, uma interlocução suspeita. As traduções dos comentários feitos pelos nativos seriam mais um fator que colocaria em dúvida o relatório. Por não falar as línguas nativas ou mesmo o português, Ross teria dependido do trabalho de intérpretes desqualificados e parciais para estabelecer diálogo com as populações locais (Boletim da Agência Geral das Colônias, 1925, p. 184).

Não fossem esses motivos fortes o bastante para desabonar o trabalho dos norte-americanos, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* afirmou ainda que os ideais democráticos que sustentariam a produção do documento refutado não se materializariam sequer no país de origem de seus produtores. Deste modo, de nada adiantaria falar em igualdade de tratamento se os próprios negros estadunidenses reclamavam frequentemente que “muito embora a lei os reconheça cidadãos dos Estados Unidos, não são, contudo, tratados como iguais pelo fato da diferença de sua raça e sua cor” (Boletim da Agência Geral das Colônias, 1925, p. 185). Por

²⁶ Ver capítulo 3.

essas e outras, o periódico afirmou que todo o procedimento investigativo empregado na denúncia feita contra Portugal deveria ser posto em cheque.

A metodologia utilizada por Ross até que poderia ser questionada. Dependendo das circunstâncias, os pontos elencados pelos portugueses causariam mesmo interferências diretas tanto no levantamento de dados quanto na análise desenvolvida pelo sociólogo. Porém, notícias veiculadas pelo *O Brado Africano* levam a crer que as denúncias feitas à Sociedade das Nações tiveram fundamento. Ainda quatro anos antes do relatório tornar-se público, o jornal moçambicano reclamou que os baixos salários pagos aos indígenas e os maus tratos sofridos por eles contribuiriam para a “dizimação dos africanos” (O Brado Africano, 1921, p. 1).

Muitas outras matérias com o mesmo perfil estouraram ao longo da década de 1920, especialmente após a publicação do fatídico dossiê. Nesse sentido, enfatizou-se, por exemplo, que os patrões que requisitavam trabalhadores indígenas ao governo, além de submeterem os nativos a fortes castigos físicos, não os alimentavam suficientemente (AUGUSTO, 1925, p. 2). Para piorar a situação, as autoridades coloniais não repreenderiam medidas como essas e reproduziriam, elas próprias, “atos que beiram à escravatura” (ISSUYON, 1926, p. 1). Por conseguinte, o periódico manifestou concordância em relação às acusações sofridas por Portugal e disparou, categoricamente, que Moçambique enfrentaria “uma escravidão disfarçada” em pleno vigor do regime republicano (LOBO, 1925, p. 1).

Opiniões como as expostas no *O Brado Africano* dificultaram a objeção ao Relatório Ross feita pelo *Boletim da Agência Geral das Colônias*. Provavelmente sentindo a pressão da opinião pública, o periódico propagandístico passou a aceitar as críticas sofridas e criar justificativas para explicar as ações cometidas. Deste modo, declarou que

O governo português não nega que os indígenas tenham sido maltratados e seus salários, por vezes, retidos pelos agentes do governo, ou que o “chibalo” tenha sido praticado. Como poderia ele fazer, se o Boletim Oficial indica os agentes da autoridade que têm sido castigados por esses fatos e as causas dessas punições tem sido transcritas no mesmo jornal?

Todos estes fatos são delituosos e caem sob a ação dos tribunais ou das autoridades competentes, como qualquer outro crime praticado seja onde for (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1926, p. 157).

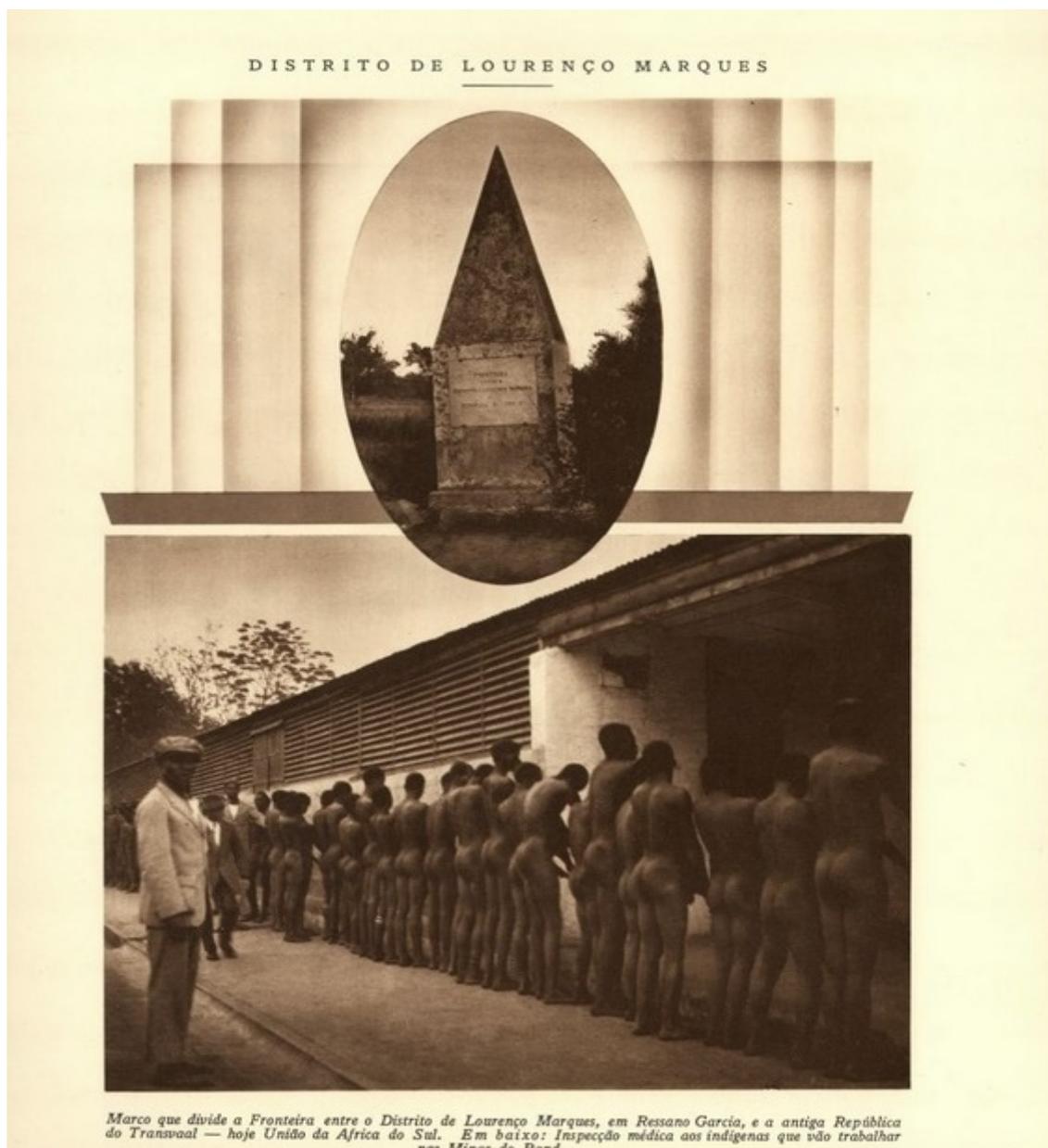
Na mudança de enredo criada pelo órgão, inocentou-se o governo português das acusações veiculadas e atribuiu-se a culpa pelos crimes aos funcionários coloniais, caracterizando-se as atitudes tomadas como atos particulares e isolados. Na sequência, destacou-se que os infratores teriam sido submetidos ao crivo da lei e responderiam por seus delitos. Articulada dessa forma, a réplica disseminada pelo boletim buscou a preservação da imagem portuguesa no cenário diplomático internacional, enaltecendo que a metrópole não compactuaria com arbitrariedades que prejudicassem as populações nativas africanas.

Deveras subjetivo, contudo, o discurso, se levado ao pé da letra, revelaria a inabilidade da burocracia lusitana em gerir os funcionários que representavam Portugal nas terras além-mar, indicando que os mesmos teriam espaço para agirem contrariamente às orientações administrativas e restaria somente ao governo tomar medidas paliativas que remediariam os danos causados. Sendo assim, assumir que os delitos aconteceriam sem a anuência do Estado também poderia ser danoso para a representação portuguesa.

De qualquer forma, bastante inconveniente para a metrópole também foram as observações contidas no Relatório Ross acerca da migração de indígenas naturais de Moçambique para a região da atual África do Sul. De acordo com o documento, as extremas dificuldades encontradas pelos nativos moçambicanos seriam a principal motivação que levaria essas pessoas a atravessarem a fronteira rumo ao território dominado pela Inglaterra (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1926, p. 155).

Defendendo seu país de origem, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* refutou a tese do norte-americano e colocou que a migração dar-se-ia por interesses próprios dos indígenas e não por obrigação governamental ou inconvenientes vividos em Moçambique. Deste modo, satisfeitos, os nativos alistar-se-iam “em massa para prestar serviços nas minas do Transvaal” (GALVÃO, 1925, p. 117). Coincidentemente, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* registraram os momentos anteriores à entrada de nativos moçambicanos na África do Sul (Figura 29), ofertando a possibilidade de intersecção com as ideias trazidas pelo boletim produzido em Lisboa.

Figura 29 – “Marco de divide a fronteira entre o Distrito de Lourenço Marques, em Ressano Garcia, e a antiga República do Transvaal – hoje União da África do Sul. Em baixo: inspeção médica aos indígenas que vão trabalhar nas minas do Rand”.



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, vol. 4. Distrito de Lourenço Marques – Indústria, Agricultura, Aspectos das Circunscções etc., 1929, p. 108.

Próximos da divisa entre a possessão portuguesa e a britânica, demarcada pelo monumento inserido na parte de cima da imagem, surgiu uma fileira de indígenas, participando de uma inspeção médica obrigatória para poderem seguir destino até as minas onde trabalhariam por um bom tempo. O clima de euforia e tranquilidade comentado no *Boletim da Agência Geral das Colônias* não se

concretizou na fotografia. A nudez em público já poderia ser um fator de estresse para muitos dos examinados. Mesmo que os costumes de alguns grupos étnicos africanos naturalizassem a exposição de certas partes do corpo, os fotografados não pareceram confortáveis diante do examinador.

As cabeças abaixadas, evitando-se olhar diretamente o agente quando ele estava próximo, são indício do incômodo sofrido por alguns enfileirados. Por receio ou curiosidade, somente dois indígenas, mais distantes, tentaram observar as práticas do inspetor. A apreensão parece ter sido o sentimento dominante entre os examinados, contradizendo o relato criado pelo periódico português.

Outro ponto de discrepância, não explícito na imagem, mas importante para se compreender a postura dos envolvidos na cena, é o alegado livre arbítrio do qual gozariam os nativos para decidirem por conta própria se desejariam atravessar ou não a fronteira para trabalharem. De acordo com COQUERY-VIDROVITCH (2010, p. 416), desde 1903 o recrutamento de mineiros moçambicanos para a colônia britânica foi assegurado pelo governo colonial à Witwatersrand Native Labour Association (WNLA). Em 1928, cerca de 250 outros recrutadores foram autorizados a convocarem até 80 mil indígenas por ano. Continuando com os levantamentos da pesquisadora, o total de emigrantes entre 1913 e 1928 foi de 900 mil, dentre os quais aproximadamente 740 mil regressaram com boa saúde e 35 mil morreram longe de seus lares.

Tendo em vista que os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* foram lançados em 1929, é muito provável que a última imagem tratada tenha sido produzida no recorte temporal abrangido pelos dados estatísticos organizados por COQUERY-VIDROVITCH. Sendo assim, os indígenas em questão fariam parte dos muitos que foram obrigados a trabalhar nas minas existentes na região da África do Sul e a consciência do futuro que lhes aguardaria pode ser um dos fatores que contribuam para se entender melhor as expressões corporais demonstradas na fotografia.

É muito difícil saber se os homens organizados na fila foram leitores do *O Brado Africano*. À primeira vista, eles aparentam não se encaixar no perfil mais intelectualizado do grupo que teve acesso ao jornal. Todavia, caso tivessem conhecimento das discussões levantadas pelo periódico a respeito das condições às quais normalmente foram submetidos os emigrantes moçambicanos no território vizinho, demonstrariam preocupação ainda maior em seus semblantes. Dentre

tantas outras notas de repugnância, por exemplo, o *O Brado Africano* indignou-se com a recusa de certos contratantes sul-africanos em aumentar os salários dos trabalhadores, alegando que os mesmos já geravam altas despesas com a alimentação consumida nas minas e campos de trabalho (O BRADO AFRICANO, 1922, p. 1).

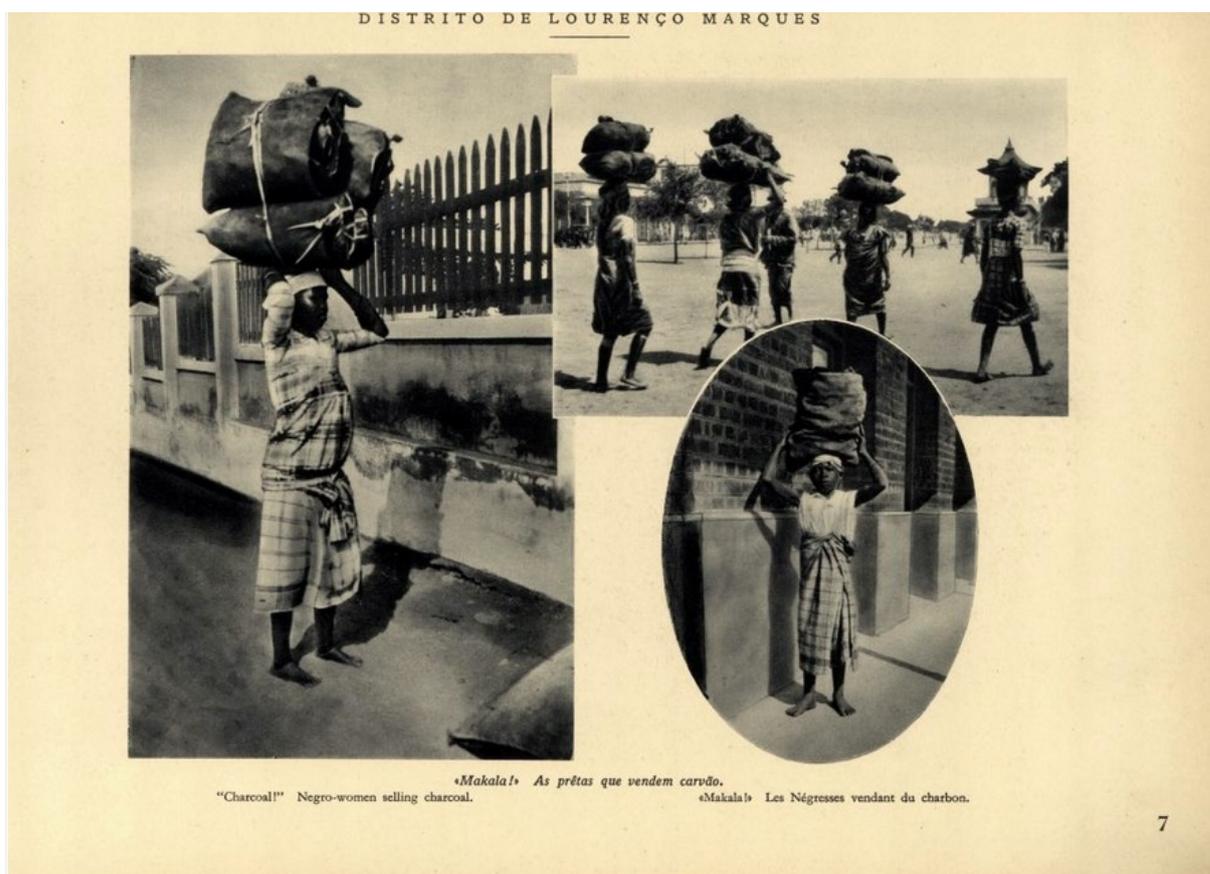
Assim como fez em relação à situação dos trabalhadores indígenas em território moçambicano, reclamando veemente dos maus tratos e abusos sofridos por eles, o jornal denunciou que o cenário encontrado na África do Sul por vezes poderia ser ainda pior. Deste modo, tanto por razões internas quanto externas, o periódico demonstrou apoio ao Relatório Ross e fez dele um propulsor de sua conduta mais exacerbada.

Por outro lado, lançados em 1929, ou seja, quatro anos após o dossiê feito pelo sociólogo estadunidense, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* não mencionaram diretamente o tema escravidão. É possível que os produtores dos álbuns tenham tomado esse cuidado em razão da repercussão que os apontamentos feitos por Ross ainda causavam.

Segundo Zamparoni (2007, p. 150), o governo português criou o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, em 1926, proibindo a utilização de trabalho forçado a partir de um ano após sua publicação, exceto em ocasiões condizentes com serviços de interesse públicos, e, mesmo em tais casos, os trabalhadores deveriam ser obrigatoriamente remunerados pelos órgãos empregadores. Sem efeito real, a medida representou uma fictícia adequação legislativa portuguesa às exigências feitas pela Sociedade Nações.

Prova disso é que, em 1930, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* ainda utilizou páginas e páginas para defender Portugal das mesmas acusações feitas cinco anos antes. Deste modo, simplesmente levantar qualquer assunto remetente à servidão poderia gerar publicidade negativa para a coleção de álbuns fotográficos, bem como para o governo português. Isso não significa, contudo, que os responsáveis pela publicação tenham evitado mostrar indígenas trabalhando. O fizeram, na verdade, com certa frequência e, conscientemente ou não, formularam mais um padrão perceptível no material. A imagem a seguir (Figura 30) possibilita a visualização do que se trata.

Figura 30 – “Makala – pretas que vendem carvão”



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique, vol. 10. Raças, usos e costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 7.

Pelo volume apresentado, as cargas de carvão carregadas pelas mulheres negras parecem bastante pesadas. Aliás, o que parece ter chamado a atenção do fotógrafo foi a capacidade física das vendedoras. O fato de elas terem sido fotografadas em diferentes ocasiões, mas na mesma posição, indica a ênfase dada pelo autor à robustez e disposição das personagens retratadas. Isoladamente, essa fotografia poderia simplesmente ser caracterizada como uma passagem inusitada. Todavia, o conjunto todo da obra revela a associação entre pessoas negras e trabalho braçal.

Assim como ocorrido com o sexo feminino, os homens nativos foram registrados frequentemente desenvolvendo atividades que demandassem esforço físico, tais como o corte de cana, o trabalho nas pedreiras ou o carregamento de fardos pesados. Em contrapartida, nenhuma imagem retratou algum branco em situação similar. Assim, trabalhar, no sentido mais corporal do termo, foi apresentado

como particularidade de indivíduos negros nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*.

De acordo com os estudos de Zamparoni (2007, p. 236), o censo feito em Lourenço Marques, no ano de 1912, indicou que 84% dos trabalhadores negros presentes na cidade executavam serviços braçais, enquanto somente cerca de 8% deles estavam empregados em alguma secretaria pública. Em 1928, todavia, o número de negros em postos governamentais subiu para 43,3 % do total de funcionários, representando mais que um quinto de diferença em comparação com o período anterior (ZAMPARONI, 2007, p. 264).

Novamente tomando-se como suporte os dados levantados por Zamparoni (2007, p. 263), o recenseamento realizado próximo ao início da década de 1930 também apontou que a quantidade de negros desenvolvendo atividades especializadas (carpinteiros, pescadores, pintores, eletricitas, tipógrafos, dentre outras) teve um acréscimo considerável e, ainda que menos expressiva, a participação de negros como proprietários de estabelecimentos comerciais também foi observada.

A conjuntura apresentada nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* se aproximou do quadro desvelado pelas estatísticas referentes à 1912. A conquista de espaço alcançada por negros em funções do mercado de trabalho que desfrutavam de maior consideração social não foi revelada nas fotografias. A incerteza acerca da data exata de produção de cada imagem contida nos álbuns dificulta saber se isso foi uma atitude necessariamente premeditada. Mas, tendo em vista que o lançamento da coleção aconteceu um ano após o último censo analisado por Zamparoni, é admissível imaginar que ao menos alguns cliques foram feitos mais próximos da data de publicação da obra, sendo possível registrar, deste modo, a ascensão negra na esfera trabalhista moçambicana.

Portanto, a suspeita de que os produtores dos álbuns fotográficos possam ter evitado mostrar as transformações que apareceram no censo de 1928 se torna pertinente. Negros executando serviços braçais poderia ser uma situação muito mais aprazível para futuros colonos europeus do que a expectativa de eventualmente disputar a mesma vaga de trabalho com um elemento proveniente de um grupo institucionalmente escravizado até pouco tempo atrás. No entanto, a delimitação dos trabalhos pesados como tarefas empreendidas exclusivamente pelos nativos pode ter dado alguma margem para o fortalecimento das afirmações

de que a escravidão em Moçambique e demais terras africanas dominadas por Portugal teria acabado somente no papel.

Guardadas as devidas proporções, a exposição do trabalho indígena feita nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* esteve mais próxima das alegações veiculadas pelo Relatório Ross e *O Brado Africano* do que necessariamente pelo *Boletim da Agência Geral das Colônias*, publicação esta fundamentada no mesmo estilo nacionalista encontrado no conjunto de fotografias. No entanto, os retratos não foram um divisor de águas na questão da repercussão negativa causada pelo documento feito pelo grupo do sociólogo estadunidense. Certamente eles não pioraram ainda mais a imagem portuguesa. Tão pouco a elevaram.

Mediante uma profícua defesa portuguesa, o processo desencadeado pelo Relatório Ross na Comissão da Escravatura acabou arquivado e não causou significativos prejuízos políticos ou econômicos para Portugal. Livre da acusação, a metrópole manteve a linha de pensamento de outrora, permitindo, por exemplo, que a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* afirmasse, já nos anos 30, que o sentimentalismo em relação aos indígenas deveria ser evitado pelos lusitanos em prol do melhor aproveitamento do trabalho realizado pelos nativos africanos (AZEVEDO, 1936, p. 14).

Porém, o trabalho do norte-americano parece ter influenciado Henrique Galvão. Assim como apontado por Thomaz (2002, p. 165), em 1947, quando já apresentava rispidez em relação ao governo salazarista, o principal mentor da revista²⁷, de modo muito parecido com Ross, produziu um extenso parecer acerca da persistência do trabalho escravo nas colônias africanas e apresentou tal documento na Assembleia Nacional portuguesa.

Seja como for, antes ou depois do Relatório Ross, os periódicos propagandísticos estudados detiveram a representação do trabalho pesado unicamente aos indígenas, reproduzindo os estereótipos da cultura escravista. Engessado, porém, esse tipo de discurso não capturou todas as nuances do mercado de trabalho moçambicano, formalizando uma visão parcial agradável aos olhos dos europeus.

Aliás, de modo geral, a construção da imagem moçambicana nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, *Boletim da Agência Geral das Colônias* e

²⁷ Encerrada dez anos antes.

Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português foi bastante seletiva. Juntas, essas publicações otimizaram a assimilação, vida urbana e esfera trabalhista existentes em Moçambique, criando a perspectiva de que a estadia na colônia seria repleta de prazeres e oportunidades.

As versões trazidas pelo jornal *O Brado Africano* e pelo próprio Relatório Ross, contudo, desestruturaram essa espécie de paraíso terrestre formulada nos órgãos propagandísticos. As grandes oportunidades de ascensão social que a assimilação proporcionaria aos indígenas esbarrou frequentemente na burocracia governamental e resistência dos colonos em permitir que o título de assimilado conseguido por um ou outro se tornasse efetivamente vantajoso.

Por mais que quisesse se manter intacto, o laureado núcleo urbano formado por europeus em Moçambique foi obrigado a conviver com a persistente presença indígena, rompendo e reformulando as barreiras espaciais e ideológicas tão preciosas aos colonos. Presa ao estigma do trabalho forçado, grande parte dos negros moçambicanos não conseguiu romper absolutamente com laços escravistas. Os que conseguiram, por sua vez, não foram lembrados nas imagens e textos veiculados pelos exemplares da imprensa propagandística portuguesa analisados, inexistindo, por assim dizer, no imaginário do europeu que tomou esses periódicos como único meio para saber o que se passou na África.

Utilizando-se de analogias provenientes do referencial cristão encontrado em todas as fontes estudadas, pode-se dizer que Moçambique hora foi o “céu”, hora o inferno, dependendo da abordagem e construção discursiva empregada em cada material consultado. Relativizar as informações encontradas e considerar o local ocupado por cada um dos colaboradores na estrutura colonial pode ajudar na construção de uma posição menos estática e determinista, provavelmente mais condizente com a tal “realidade” que os impressos tentaram mostrar.

CONCLUSÃO

Após a longa trajetória percorrida entre textos e imagens que comentaram e retrataram Moçambique no início do século XX, é preciso recapitular o ponto de partida que guiou todo o caminho trilhado. Nessa lógica, a observação individualizada de cada publicação estudada revelou componentes que auxiliaram no entendimento das particularidades das fontes.

Escrito por médicos, advogados, engenheiros, literatos e outros especialistas das mais diversas áreas do conhecimento humano, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* apresentou um perfil sisudo e tecnicista. Assim, por várias vezes o território moçambicano e suas populações foram tratados como objetos de pesquisas que renderam teorizações oportunamente respaldadas pelo prestígio atrelado ao discurso científico.

Menos teórico e mais instantâneo aos olhos, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique* deixaram transparecer sua veia mercantil, elaborando mensagens atraentes para seu público-alvo e buscando despertar naqueles que folheassem suas muitas páginas o interesse em conhecer Moçambique. Deste modo, o que agradaria foi colado à primeira vista. O que incomodaria, por outro lado, foi varrido para debaixo do tapete.

Também com características comerciais e ainda mais ufanista que os outros dois, a *Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* tonificou o discurso nacionalista já em vigor no boletim e coleção de álbuns fotográficos. Logo, todos os assuntos levantados pela revista foram debatidos sob o explícito e defendido anseio de potencializar a exploração da colônia moçambicana em benefício da metrópole.

Enérgico e combativo enquanto pôde, ameno e conciliador quando conveniente, o jornal *O Brado Africano* foi bastante heterogêneo se comparado com os demais impressos comentados. Colocando-se à disposição para defender os interesses dos indígenas, o grupo de “filhos da terra” que deu vida ao órgão evitou ao máximo ser comparado com aqueles que julgou representar em suas colunas e matérias. Constituído por muitos colaboradores, apresentou concordâncias e discrepâncias de ideias, priorizando a discussão e o direito de expressão.

Todavia, essas caracterizações a respeito dos quatro impressos não foram necessariamente estanques. Por mais que *O Brado Africano* tenha privilegiado o

perfil opinativo, precisou se preocupar com os aspectos comerciais para manter-se ativo e, tal qual os outros três, fez parcerias e anunciou produtos e serviços oferecidos por empresas tanto da colônia quanto da metrópole.

De natureza propagandística, os *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, o *Boletim da Agência Geral das Colônias e a Portugal Colonial*, *Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* não se restringiram a apresentar e idealizar o trabalho português realizado em Moçambique e demais colônias. Pelo contrário, em vários momentos foram tão críticos quanto o jornal elaborado em Lourenço Marques e, mesmo nas entrelinhas, apresentaram certas insatisfações em relação às diretrizes lançadas por Portugal. Sendo assim, o quadro comparativo estabelecido fez aflorar peculiaridades que talvez pudessem ter sido ser ofuscadas em uma abordagem essencialmente individualizada de cada fonte.

O diálogo entre os materiais estudados também revelou as temáticas em vigor quando o assunto foi o universo colonial moçambicano nas três primeiras décadas do século XX. De um jeito ou de outro, as publicações em questão levantaram tópicos em comum e, por vezes diretamente, outras não, criaram uma pauta de discussões bastante complexa.

Nesse sentido, a construção de identidades no íterim da dinâmica colonial girou em torno da ancestralidade portuguesa. Vital para a justificação do poder exercido pelos colonos, o passado conquistador lusitano foi resgatado e reconstruído pelos impressos propagandísticos como fundamentação ideológica para asseverar a presença e domínio português na região moçambicana.

Andando em uma espécie de corda bamba, os “filhos da terra” ligados ao *O Brado Africano*, defenderam as ideias ufanistas metropolitanas e apegaram-se à perspectiva de que também fariam parte da nação lusitana, mesmo tendo eles nascido em solo africano. Ao lançar as bases discursivas para a certificação hegemônica do governo exercido pelos ibéricos na colônia, os europeus tiveram que se deparar com a utilização dos mesmos princípios por parte de mestiços interessados em conquistar espaço político e social em Moçambique.

Revestidos de uma pressuposta superioridade natural em relação aos africanos, os responsáveis pelas publicações portuguesas discorreram sobre os indígenas de Moçambique e definiram arbitrariamente aquelas que seriam suas características essenciais. Desta maneira, as mulheres foram enclausuradas ao

prisma da sexualidade, enquanto os homens ficaram submetidos à noção europeia de vadiagem. Por meio de teorias científicas, preconceitos e concepções abstratas, formularam-se os estereótipos acerca do colonizado.

Vítimas do mesmo tipo de pensamento criado a respeito dos nativos, os “filhos da terra” oscilaram entre refutar tais rótulos ou atribuir aos colonos a responsabilidade pelas mazelas supostamente encontradas entre os nativos. Todavia, indiferente da opção tomada, os colaboradores do *O Brado Africano* retrataram os indígenas como seres endógenos aos seus círculos políticos, sociais e culturais. Logo, seja para os portugueses ou afro-portugueses, os indígenas foram taxados como os “outros”. A manutenção desse distanciamento, por sua vez, mostrou-se tão importante para definir a hierarquia social moçambicana idealizada nos impressos quanto a aproximação com a tão condecorada descendência europeia.

Além disso, o diagnóstico pejorativo relacionado aos indígenas fez parte de um processo mais amplo. Ele foi o ponto de partida para a sustentação de alegações que afirmaram a capacidade europeia em contribuir para o desenvolvimento dos africanos. Compondo ampla maioria em relação ao protestantismo, as missões católicas aproximaram-se dos indígenas e se incumbiram do trabalho de transformá-los em seres mais condizentes com o modo de viver praticado pelos metropolitanos.

Sendo assim, prepararam os nativos para a reprodução de práticas basilares da cultura ibérica, sublinhando as diferenciações entre os sexos. Automaticamente, as mulheres foram direcionadas para o aprendizado de afazeres domésticos e os homens encaminhados para os serviços realizados em ambiente externo ao lar. Contribuindo ativamente para a inserção dos indígenas no sistema de trabalho assalariado implantado pelo governo colonial em Moçambique, as missões católicas buscaram, principalmente, a reestruturação das noções de união e família existentes dentre os nativos, incentivando-os à adoção do casamento monogâmico e abandono de muitos costumes ancestralmente estabelecidos.

A educação formal implantada em Moçambique seguiu as mesmas prerrogativas das iniciativas guiadas pelas missões católicas e, concomitantemente ao processo de transformação das diretrizes que orientavam as cosmovisões indígenas, definiu modelos educacionais diferenciados que claramente anunciaram as relações de trabalho desejadas pelos setores dirigentes da colônia. Assim,

propostas literárias e teóricas de ensino foram reservadas exclusivamente aos colonos. Na contramão disso, as escolas que receberam os indígenas aplicaram lições mais mecânicas e práticas. Aprovada pelos “filhos da terra” e criticada por parte de alguns colonos e metropolitanos, essa estrutura educacional impulsionou manifestações veiculadas pelos impressos feitos em Lisboa e Lourenço Marques.

Como parte essencial para a obtenção do título de assimilado, os “filhos da terra” defenderam com unhas e dentes o direito indígena de frequentar as escolas e preparar-se para a inserção no mundo dos colonos. Todavia, a intersecção entre os impressos analisados revelou que a plena realização da política de assimilação portuguesa em Moçambique não passou do plano teórico. Primeiro em razão das exigências feitas pelo governo para a mudança do status social terem sido quase inalcançáveis para a maioria dos nativos. Em segundo, porque ao menos parte dos colonos que viviam no território apresentaram relutância em aceitar que negros se apoderassem de elementos da cultura europeia e passassem a transitar nas ruas das cidades moçambicanas com vestimentas características da indumentária metropolitana.

A propósito, a propaganda portuguesa retratou os espaços urbanos de Moçambique, especialmente os da capital, como redutos de brancos que poderiam desfrutar das mesmas opções de lazer e sociabilidade encontradas em Portugal. Algumas imagens dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique*, porém, deixaram escapar a presença indígena nos espaços públicos citadinos e revelaram que os núcleos urbanos não foram necessariamente limitados aos europeus, relativizando, assim, a divisão territorial que resguardaria os nativos ao “mato” e os brancos aos municípios.

Da mesma maneira, as opiniões sobre o trabalho indígena foram circunstanciais. Para o *Boletim da Agência Geral das Colônias, Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique e Portugal Colonial, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português* o esforço físico faria parte do projeto de transformação ao qual os indígenas deveriam ser submetidos e a colônia dependeria desse tipo de serviço para alcançar seu desenvolvimento. Para o *O Brado Africano*, contudo, as tarefas reservadas aos indígenas seriam desrespeitosas e intoleráveis. Condicente à versão do jornal moçambicano, o Relatório Ross tratou o assunto como escravidão e prestou queixas contra o governo português na Comissão da Escravatura. Arquivado, o caso não rendeu penalidades para Portugal, mas,

inegavelmente, levantou suspeitas quanto à conduta lusitana em relação aos indígenas de Moçambique.

Qual dos lados estava certo? Os dois, provavelmente. Afinal, cada um dos impressos tratou essa e as outras questões apresentadas de acordo com o seu lugar ocupado na dinâmica em que Portugal e Moçambique foram envolvidos. Ufanistas por natureza, os órgãos propagandísticos representaram colonos e metropolitanos interessados em impulsionar o desenvolvimento econômico da colônia, sem que a preocupação com as condições enfrentadas pelos nativos moçambicanos tenha sido prioridade. Partilhando dos mesmos princípios progressistas, os “filhos da terra” não aceitaram que o avanço econômico de Moçambique custasse a saúde e segurança deles mesmos ou dos indígenas.

Verdade seja dita, em muitas ocasiões as mensagens empreendidas nos órgãos analisados mostraram que a precipitação em determinar a oposição direta entre colonos e colonizados deve ser cuidadosamente questionada. As duas faces, que esquematicamente existiriam em um sistema colonial, por vezes se mostraram muito mais variadas. Em outras situações, ainda, constatou-se tamanha aproximação de ideias que seria razoável falar da existência de apenas um segmento.

Certamente as problematizações traçadas se enriqueceriam com manifestações diretas de outras vertentes que não conseguiram ser contempladas ao longo do trabalho. Os indígenas, abordados pelas quatro publicações que subsidiaram a pesquisa, não tiveram voz ativa nas discussões levantadas. Garantir que isso aconteça é ainda um grande desafio para os pesquisadores voltados à História da África.

O mesmo aconteceu com os asiáticos que viviam na possessão portuguesa. Raramente lembrados pelas fontes estudadas, também não tiveram manifestação própria registrada. Mesmo com essas imprecisões, contudo, os apontamentos realizados foram suficientes para se perceber quão frutífero podem ser os debates relacionados à História contemporânea de Moçambique.

Por fim, pode-se dizer que o presente trabalho é, modestamente, um ato de homenagem e persistência. Homenagem aos que tanto se esforçaram para que os avanços desencadeados pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 se tornassem realidade em um país caracterizado pela marginalização de tantos segmentos sociais. Persistência, também, por levantar problemáticas que continuam

importantes para se entender melhor os percalços do mundo contemporâneo, embora muitos digam o contrário.

REFERÊNCIAS

- A ASSIMILAÇÃO DAS RAÇAS. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 148, p.152-159, fev. 1937.
- A PROPÓSITO DE LICEUS COLONIAIS. **Portugal Colonial**: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português, Lisboa, n. 41, p.1-2, mar. 1934.
- A., F. Reparos ... à inglesa. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 22 abril 1933.
- AGUIAR, Dias Lopes de. África Austral – Lourenço Marques, cidade e turismo. **Portugal Colonial** Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português, Lisboa, n. 16, p.17-18, abr. 1932.
- ALEXANDRE, Valentim. O Império Africano (Séculos XIX – XX): As linhas gerais. In: ALEXANDRE, Valentim. **O Império Africano: séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições Colibri, 2013. p. 11-30.
- ALGUMAS OBSERVAÇÕES AO RELATÓRIO DO PROFESSOR ROSS. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 2, p.120-123, nov. 1925.
- ALGUMAS OBSERVAÇÕES AO RELATÓRIO DO PROFESSOR ROSS. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 8, p.157-158, mar. 1926.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: imperialismo, a expansão do poder: uma análise dialética. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.
- AS FESTAS E O DEVER. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 26 dez. 1924.
- ASSIMILAÇÃO. **Portugal Colonial**: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português, Lisboa, p.20-21, jul. 1935.
- AUGUSTO, A. Intolerância. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 2-2. 26 dez. 1925.
- AZEVEDO, Alberto Jaime de. O trabalho indígena como elemento de colonização. **Portugal Colonial**: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português, Lisboa, n. 60, p.14-16, out. 1936.
- AZEVEDO, ALVES DE. Consciência Imperial. **Portugal Colonial**: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português, Lisboa, n. 61, p.11-15, jun. 1936.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.

BARROS, Luiz Henrique Assis de. **Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo no contexto do mundo atlântico (1933-1961)**. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BASTOS, Cristina. Das viagens científicas aos manuais de colonos: a sociedade de Geografia e o conhecimento da África. In: CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO; INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL (coord.). **O colonialismo português**: novos rumos da historiografia dos PALOP. Lisboa: Edições Húmus, 2013, p. 321-346.

BENJAMIN, Walter. Pequena História da Fotografia. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 91-107. (Obras Escolhidas, v.1)

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: das cruzadas ao século XX. Tradução de Luís Oliveira Santos/ João Quina Edições. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015.

BETTIS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 353-376.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 1-121.

BRAGA, José Luiz. Questões Metodológicas na leitura de um jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs). **O jornal**: da forma ao sentido. 3. ed. Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 289-306.

BRÁS, Eugénio José. **Das relações sociais em duas capitais coloniais portuguesas**: Rio de Janeiro e Lourenço Marques. 128f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BRUNON, Roger. O pretinho e seu destino. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 119, p.151-152, mar. 1935.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CABAÇO, José Luis. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Políticas de identidade no Moçambique Colonial. In: REZENDE, Claudia Barcellos; MAGGIE, Yvone (orgs.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 351-408.

CÂMARA, C. de Bethencourt da. A instrução na província. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 22 set. 1924.

CAMPOS, Agostinho de. O Império e a Educação. **Portugal Colonial: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português**, Lisboa, n. 46, p.6-7, dez. 1934.

CANTINE, José. Num café. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 31 maio 1930.

CAPELA, José. Moçambique no século XIX. In: ALEXANDRE, Valentim. **O Império Africano: séculos XIX e XX** Lisboa: Edições Colibri, 2000.

_____. **Moçambique pela sua História**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010.

_____. **O Movimento Operário em Lourenço Marques (1898-1927)**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

CARACO, Manuel. A Pátria Portuguesa. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 24 mar. 1934.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997. p. 568-590.

CASTELO, Cláudia. "Novos Brasis" em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 53, p.507-532, ago. 2014.

_____. **O modo português de estar no mundo: o Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1931-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

CASTRO, Teresa. O esplendor do atlas: fotografia e cartografia visual do Império no limiar do século XX. In: Vicente, Filipa Lowdes (org). **O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)**. Lisboa: Edições 70, 2014, p.291-304.

CAYOLLA, Lourenço. A Obra da Colonização Portuguesa. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 7, p.15-15, jan. 1926.

COELHO, Marcos Vinícius Santos Dias. **Maphisa e Sportmen: a caça e os caçadores no sul de Moçambique sob o domínio do colonialismo**. 262 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CONFERÊNCIA SOBRE ESTUDOS BANTOS. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 19, p.41-44, mar. 1927.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935). In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 401-436.

_____. O Postulado da superioridade branca e da inferioridade negra. In: Ferro, Marc (org). **O livro negro do colonialismo**. Tradução de Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CORREIA, J. Alves. As missões religiosas como instrumento de civilização portuguesa. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 16, p.74-78, dez. 1926.

COSTA, Nuno Silva. Cartografia de Propaganda e Unidade Geográfica do Império (1920-1945). **Africana Studia**, Porto, n. 9, p.41-68, 2006.

CRUZ, Edmundo. Pela educação. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 01 jan. 1933.

DAVIDSON, Basil et al. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919 – 1935. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 787-832.

DIAGNE. A educação dos negros. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 22 ago. 1922.

DIAS, Gastão Sousa. Ensino Técnico colonial. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 141, p.20-21, fev. 1927.

DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (orgs). **Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2013.

DORES, Hugo Gonçalves. **A missão da República: política, religião e o império colonial português (1910-1926)**. Lisboa: Edições 70, 2015.

DOURADO, Joaquim. Instrução dos indígenas. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 2-2. 27 ago. 1927.

DUBOIS, Philipe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução de Marina Appenzeiller. Campinas: Papyrus, 1993.

EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS INDÍGENAS. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 20 ago. 1932.

ENRIQUECER EXTINGUINDO A RAÇA NEGRA. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 18 fev. 1921.

ENSINO PROFISSIONAL INDÍGENA. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 35, p.286-287, maio 1928.

ESCLARECIMENTOS JURÍDICOS – OBRIGAÇÕES MÚTUAS DOS CÔNJUGES. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 23 out. 1931.

FERRO, Marc. **História das colonizações**: das conquistas às independências, século XVIII ao XX. Tradução de Rosa Freyre d'Aguiar. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

FIGUEIREDO, Ruy. Um sonho com Mousinho d'Albuquerque. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 2-2. 23 jan. 1922.

FIOROTTI, Silas André. **“Conhecer para converter” ou algo mais?**: leitura crítica das etnografias missionárias de Henri-Alexandre Junod e Carlos Estermann. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, Santo André, 2012.

GALVÃO, J. A. Lopez. O regime de mão de obra indígena em Moçambique. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 3, p.117-118, out. 1925.

GARCIA, José Luís Lima. **Ideologia e Propaganda colonial no Estado Novo**: da Agência Geral das Colônias à Agência Geral do Ultramar, 1924-1974. 764 f. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Lisboa, 2011.

GUIMARÃES, José Marques. **A Política “Educativa” do Colonialismo Português em África**: da I República ao Estado Novo (1910-1974). Porto: Profedições, 2006.
HERNANDEZ, Leila M. G. L. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. 2. ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios** (1875-1914). 7. ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica de Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

INSTRUÇÃO INDÍGENA. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 18 fev. 1924.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 6 jul. 1924.

INSTRUÇÃO. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 13 jul. 1922.

INSTRUÇÃO. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 4 jul. 1925.

ISSUYON. Uma violência. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 28 jan. 1926.

J. Escolas. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 21 fev. 1922.

JESUS, Manuel de. Instrução – O que diz um aluno da Escola de Artes e Ofício de Moçambique. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 4 ago. 1928.

K, X. A preta. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 25 jun. 1930.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Rita Mendonça. Eduardo Moreira e as missões protestantes no espaço colonial português: ecos de um projeto pedagógico de evangelização na primeira metade do século XX. **Lusitânia Sacra**, Lisboa, n. 25, p.115-125, 2012.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954**. Campinas: Mercado de Letras; Fapesp, 1997. (Fotografia: Texto e Imagem)

LOBO, Vicente Xavier. A Estátua e a Instrução pública. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 2 fev. 1924.

_____. Escravatura. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 19 jul. 1925.

Lourenço Marques, alegre capital de Moçambique. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 125, p.169-176, abr. 1935.

LUCA, Tânia Regina de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MADEIRA, Ana Isabel. **Ler, escrever e orar: uma análise histórica comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique (1850-1950)**. 638 f. Tese (Doutorado em Ciência da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2007.

_____. O professor “operário” e “apóstolo”: contributos para a história da profissão docente em contexto colonial durante a I República (1910-1926). **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 1, p.65-74, 2010.

MANGUIGUANA, Joaquim F. Assimilados e cinemas. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 5 maio 1934.

MARQUES, João Filipe. O racismo e a modernidade: algumas reflexões a partir da Sociologia. In: SILVA, Manoel Carlos; SOBRAL, José Emanuel (orgs). **Etnicidade**,

Nacionalismo e Racismo: migrações, minorias étnicas e contextos escolares. Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 167-178.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça:** médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

MARRONI, Maria Luísa de Castro. **Os Outros e a construção da Escola Colonial Portuguesa no Boletim da Agência Geral das Colônias.** 156 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2008.

MARTINEZ, Esmeralda Simões. Legislação portuguesa para o ultramar. **Sankofa**, São Paulo, n. 5, p.42-66, 2010.

_____. **O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa:** o caso de Moçambique (1889-1926). 344 f. Dissertação (Mestrado em História da África) - Universidade de Lisboa, 2008.

MARTINS, Fernando. A questão colonial na política externa portuguesa. In: ALEXANDRE. **O Império Africano:** séculos XIX e XX. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p.137-166.

MARTINS, Leonor Pires. **O império de papel:** imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1949). Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra coleção)

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história - interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, p.74-98, 1996.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.** Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (O Mundo, hoje)

MORAES, Fábio Cornagliotti de. **As aventuras de Tintin na África:** representando o outro nas HQ's "As aventuras de Tintin no Congo" (1931-1946). 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MORGADO, Francisco Dias. Mulatas. **O Brado Africano.** Lourenço Marques, p. 1-1. 31 dez. 1932.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). **O jornal: da forma ao sentido.** 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

MOUZINHO DEU A PORTUGAL MOÇAMBIQUE. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 128, p.15-16, fev. 1936.

N. Colégio das missões religiosas. **O Brado Africano.** Lourenço Marques, p. 1-1. 1 maio 1926.

NASCIMENTO, Washington Santos. **“Gentes do mato”**: os novos assimilados em Luanda (1926-1961). 235 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NETTO, Jorge. Jornalismo africano. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 2-2. 15 out. 1932.

NEVES, Agostinho. Portugal e as Colônias. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 10 mar. 1922.

NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. **Em defesa da causa africana: Intervenção do Grêmio Africano na sociedade de Lourenço Marques, 1908-1938**. 343 f. Dissertação (Mestrado em História sec. XIX e sec. XX) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.

_____. **O Movimento associativo africano em Lourenço Marques**: tradição e luta. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Tradução de Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado. Lisboa: Publicações Europa-América, 2012.

NÓLLO. Educação Indígena – Trabalho Profissional. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 12 ago. 1922.

NORONHA, Rui de. Mulatas. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 10 dez. 1933.

_____. Prostituição Indígena. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 4-4. 26 nov. 1933.

O “TRABALHO FORÇADO” EM GENEBRA. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 55, p.4-12, fev. 1930.

O ALCOOLISMO ENTRE OS INDÍGENAS. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 2-2. 19 ago. 1922.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 24 set. 1927.

O MACACO E O MACAQUEIRO. **Portugal Colonial**: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português, Lisboa, n. 21, p.12-12, nov. 1934.

OLIVA, Anderson Ribeiro. De indígena a imigrante: o lugar da África e dos africanos no Universo Português dos séculos XIX ao XXI. **Sankofa**, São Paulo, n. 3, p.32-51, jun. 2009.

OLIVEIRA E COSTA, João Paulo et al. **História da expansão e do império português**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **Breve História de Portugal**. 9. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2015.

OLIVEIRA, Rufino de. Cuidado. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 13 dez. 1924.

_____. Pela educação. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 14 nov. 1925.

_____. Um reparo. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 29 ago. 1925.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (História & ...Reflexões)

PARADA, Maurício. **História da África contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2013.

PASSE. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 18 jun. 1923.

PASSES. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 21 abr. 1923.

PÉLISSIER, Réne. **História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)**. 3. ed. Tradução de Manoel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

PEREIRA, Mateus Serva. “Anúncios e comunicados: 80 réis por linha”: propaganda e cotidiano nas páginas de O Africano (1909-1919). In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. **Estudos africanos: múltiplas abordagens**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 73-97.

PROENÇA, Maria Cândida. **Uma História Concisa de Portugal**. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015.

PROFESSORES. **Portugal Colonial: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português**, Lisboa, n. 27, p.23-24, maio 1933.

QUEIROZ, António Eça de. Como eu descobri a África. **Portugal Colonial: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português**, Lisboa, n. 28, p.9-15, jun. 1933.

QUESTÕES ETNOGRÁFICAS DOS INDÍGENAS DA NOSSA ÁFRICA. **Portugal Colonial: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português**, Lisboa, n. 63, p.17-17, dez. 1935.

QUESTÕES ETNOGRÁFICAS DOS INDÍGENAS DA NOSSA ÁFRICA. **Portugal Colonial: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português**, Lisboa, n. 66, p.18-21, mar. 1936.

RAMOS, Rui. **História de Portugal: a Segunda Fundação (1890-1926)**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. 6 v.

REGIME DE BEBEDEIRA. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 21 jun. 1924.

REVEZ, Natasha Finz Machado Paulino. **Os álbuns Portugal 1934 e Portugal 1940**: dois retratos do país no Estado Novo. 143 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012.

ROCHA, Hugo. Há 37 anos... O combate de Macontene, página de epopeia. **Portugal Colonial**: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português, Lisboa, n. 13, p.1- 5, ago. 1934.

ROCHA, Idílio. **A Imprensa de Moçambique**: história e catálogo (1854-1975). Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000. (Coleção Mundo Ibérico)

ROSAS, Fernando. **História de Portugal**: o Estado Novo (1926-1974). Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

RUFINO, José dos Santos. Indígenas de Moçambique. **Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique**, Lourenço Marques, v. 10, p.6-10, 1929.

_____. Um canto da Europa na África do Sul. **Álbuns Fotográficos e Descritivos de Moçambique**, Lourenço Marques, v. 1, p.3-7, 1929.

RYAN, James R. Introdução: fotografia colonial. In: Vicente, Filipa Lowdes (org). **O império da visão**: fotografia no contexto colonial português (1860-1960). Lisboa: Edições 70, 2014, p.31-44.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

_____. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Nunes dos. A obra colonial portuguesa: métodos. **Portugal Colonial**: Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português, Lisboa, n. 58, p.3-7, jun. 1936.

SCHVEITZER, Ana Carolina. **Imagens do Império**: mulheres africanas pelas lentes coloniais alemãs. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Nova História da expansão portuguesa**: o Império Africano (1890-1930). Lisboa: Editorial Estampa, 2001. 11 v.

SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. Fotografando o mundo colonial africano: Moçambique, 1929. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 41, p.107-128, jun. 2009.

_____. O registro da diferença: fotografia e classificação jurídica das populações coloniais (Moçambique, primeira metade do século XX). In: Vicente, Filipa Lowdes (org). **O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)**. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 45-67.

SILVA, Manuel Carlos. Etnicidade e Racismo: uma reflexão pró-teórica. In: SILVA, Manuel Carlos; SOBRAL, José Emanuel (orgs.) **Etnicidade, Nacionalismo e Racismo: migrações, minorias étnicas e contextos escolares**. Porto: Edições Afrontamento, 2015, p.21-76.

SILVA, Marciano Nicanor da. Civilização. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 12 jun. 1926.

SILVA, Teresa Cruz e. Educação, identidade e consciência política: a Missão suíça no Sul de Moçambique (1930-1975). **Lusotopie**, Lisboa, p.395-405, 1998.

SKOULADE, Mateus Silva. Exotismo e sensualidade africana: raça, nação e império na 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934. In: PAULA, Simoni Mendes de; CORREA, Silvio Marcos de Souza (orgs.). **Nossa África: ensino e pesquisa**. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2016, p.131-145.

SOBRAL, José Emanuel. **Portugal, Portugueses: uma identidade nacional**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

_____. Racismo e nacionalismo: contributos para uma genealogia das suas relações. In: Silva, Manuel Carlos; Sobral, José Emanuel (orgs). **Etnicidade, Nacionalismo e Racismo: migrações, minorias étnicas e contextos escolares**. Porto: Edições Afrontamento, 2015, p.77-126.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre fotografia**. 2. ed. Tradução de Joaquim Paiva. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

SOUZA, Arlindo José Reis de. **O Orientalismo no (Luso)tropical americano: perspectivas brasileiras sobre a conferência de Bandung**. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.

THOMAZ, Fernanda do Nascimento. **“Os Filhos da Terra”**: discursos e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930). 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

TRATAMENTO INJUSTO AO PRETO CIVILIZADO. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 28 set. 1935.

UM COLÉGIO IDEAL. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 7 abr. 1934.

UMA CAMPANHA DIFAMATÓRIA. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, n. 6, p.184-186, out. 1925.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 21-50.

VARGAFTIG, Nadia. Para Ver, para vender: o papel da imagem fotográfica nas exposições coloniais portuguesas (1929-1940). In: Vicente, Filipa Lowndes (org). **O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)**. Lisboa: Edições 70, 2014, p.343-355.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Salazar e a revolução nacional (1926-1945). In: Ramos, Rui (coord.) **História de Portugal**. 6. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 32-64.

VISSENTINI, Paulo Fagundes. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WESSELING. H.L. **Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)**. 2. ed. Tradução de Celina Brandt. Supervisão técnica de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora Revan, 1998.

YOUNG, Robert C. G. **Desejo Colonial**. Tradução de Sérgio Medeiros. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZAMBÉSIA ESCRAVISTA. **O Brado Africano**. Lourenço Marques, p. 1-1. 16 set. 1922.

ZAMPARONI, Valdemir. As "escravas perpétuas" & o "ensino prático": raça, gênero e educação no Moçambique colonial, 1910-1930. **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 3, p.459-482, 2002.

_____. De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, n. 4, p.89-102, 1981.